



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os clubes desportivos e a integração social dos jovens: o caso do andebol

Carlos Alberto Gomes Santana

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Fernando Luís Machado, Professor Catedrático
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

dezembro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Os clubes desportivos e a integração social dos jovens: o caso do andebol

Carlos Alberto Gomes Santana

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Fernando Luís Machado, Professor Catedrático
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

dezembro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Os clubes desportivos e a integração social dos jovens: o caso do andebol

Carlos Alberto Gomes Santana

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutora Patrícia Durães Ávila, Professora Catedrática

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Vítor Sérgio Coelho Ferreira, Investigador Principal

ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor Pedro António da Silva Abrantes, Professor Auxiliar

Universidade Aberta

Doutora Sandra Cristina Mateus Gomes, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Fernando Luís Machado, Professor Catedrático

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

A todos os clubes do mundo

AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese de doutoramento é, por natureza, um processo coletivo, marcado por muitos momentos de solidão. O percurso que lhe dá origem é construído com o contributo, o incentivo e o apoio de muitas pessoas e instituições. Por essa razão, optei por redigir esta tese na primeira pessoa do plural, em sinal de respeito e reconhecimento para com todos os que, de forma direta ou indireta, tornaram possível a sua concretização. Este trabalho é nosso.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar o meu profundo agradecimento ao Professor Doutor Fernando Luís Machado, pelo acompanhamento rigoroso, pela orientação atenta e pelas valiosas sugestões ao longo de todo o percurso de doutoramento. Agradecimento que é extensível aos colegas e docentes do programa de doutoramento, pelas discussões estimulantes, pelo espírito de partilha e pelo ambiente de colaboração, mesmo que muitas vezes mediado por écrans, devido ao contexto pandémico em que parte deste doutoramento se realizou.

Um sincero agradecimento a todos os dirigentes de clubes, das associações, da Federação de Andebol de Portugal, dos municípios e do Instituto Português do Desporto e Juventude que aceitaram participar nas entrevistas, partilhando o seu tempo, experiência e reflexão. Agradeço de forma especial aos jovens, bem como às respetivas famílias, que se disponibilizaram para responder às questões que lhes coloquei e cujas respostas foram essenciais para os objetivos a que me propus. Sem a generosidade de todos, este estudo não teria sido possível.

No plano pessoal, devo destacar, em primeiro lugar, o meu filho Pedro Santana. Sem ele, esta tese não se teria realizado. Sem ele, a minha vida enquanto pai de um atleta, dirigente e fotógrafo desportivo não teria existência. Foi o Pedro quem me levou ao encontro do mundo do desporto e, em particular, do andebol, abrindo-me horizontes humanos e sociais que se tornaram o ponto de partida desta investigação.

Agradeço à Ana Clara Durão, companheira incansável, pelo apoio, paciência e incentivo inabalável ao longo de todas as etapas deste projeto. Agradeço aos meus pais. Agradeço à minha sogra, que infelizmente não chegou a ver concluído este trabalho. Um obrigado à jovem Bárbara por perguntar insistentemente se já terminei o doutoramento.

Não posso deixar de mencionar os meus fiéis companheiros de escrita, os meus gatos Elias, Florêncio e Marx, que, com a sua companhia, nem sempre silenciosa, estiveram presentes nas longas horas de trabalho.

Por fim, deixo o meu agradecimento académico e intelectual a todos os autores e autoras que inspiraram e sustentaram este trabalho, pois é através das suas ideias que a investigação se renova e que podemos, humildemente, compreender melhor o mundo social.

A todos, o meu mais profundo obrigado!

RESUMO

Esta tese analisa o papel do desporto, e em particular dos clubes federados de andebol, na integração social dos jovens. O estudo procura compreender de que forma os clubes promovem oportunidades de participação e integração, sobretudo entre jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis, e se existem políticas públicas, do Estado central ou do poder local, que apoiem ou potenciem esse processo.

A investigação combina métodos quantitativos e qualitativos: a análise dos dados resultantes da aplicação de um questionário a 540 jovens praticantes, bem como de entrevistas semiestruturadas a dirigentes de clubes, representantes municipais, da Federação de Andebol de Portugal, das associações regionais e do Instituto Português do Desporto e Juventude. Complementarmente, foram consultados documentos institucionais.

Os resultados mostram que, embora os clubes sejam reconhecidos como espaços privilegiados de socialização, a sua capacidade integradora é limitada por constrangimentos financeiros, humanos e institucionais. A dependência do contributo financeiro das famílias e dos apoios municipais condiciona a universalidade do acesso, enquanto a ausência de políticas públicas específicas e de articulação entre os vários níveis de governação reforça desigualdades.

Conclui-se que o desporto possui potencial integrador, mas esse potencial não decorre automaticamente da sua existência. Exige recursos, políticas e estratégias articuladas entre clubes, autarquias e Estado, de modo a conciliar rendimento desportivo, equidade e justiça social.

Palavras-chave: desporto; integração social; clubes desportivos; políticas públicas; juventude; andebol.

ABSTRACT

This thesis examines the role of sport—and, in particular, of federated handball clubs—in the social integration of young people. The study seeks to understand how clubs promote opportunities for participation and integration, especially among youths from socioeconomically vulnerable backgrounds, and whether public policies, from either central government or local authorities, support or enhance this process.

The research combines quantitative and qualitative methods: the analysis of data obtained from a questionnaire administered to 540 young athletes, as well as semi-structured interviews with club officials, municipal representatives, the Portuguese Handball Federation, regional associations, and the Portuguese Institute of Sport and Youth. Institutional documents were also consulted.

The results show that, although clubs are recognised as privileged spaces for socialisation, their integrative capacity is limited by financial, human, and institutional constraints. Reliance on families' financial contributions and on municipal support restricts universal access, while the absence of specific public policies and of coordination between different levels of governance reinforces inequalities.

The study concludes that sport has integrative potential, but this potential does not arise automatically from its mere existence. It requires resources, policies, and coordinated strategies among clubs, municipalities, and the State, in order to reconcile athletic performance, equity, and social justice.

Keywords: sport; social integration; sports clubs; public policies; youth; handball.

Índice:

Aspetos Introdutórios	1
Parte I – A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DA INTEGRAÇÃO	7
Capítulo I – Integração e Desporto	9
1.1. A Problemática da Integração na Sociologia	9
1.2. O Desporto como Veículo de Integração Social	24
1.3. Integração Social no e pelo Desporto	32
1.4. O Papel dos Clubes Desportivos no Processo de Integração	36
Capítulo II - Juventude, Socialização e Desporto	45
2.1. A Juventude como Categoria Sociológica	45
2.2. Tempo de Lazer e Culturas Juvenis: O Desporto	50
2.3. Políticas Públicas de Juventude: Onde Fica o Desporto?	55
2.4. A Socialização dos Jovens Desportistas	59
2.5. O <i>Fair Play</i> e a Ética como Faróis da Socialização	67
Parte II – CONTEXTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DA PRÁTICA DESPORTIVA	75
Capítulo III - Políticas Desportivas e Hábitos Desportivos	77
3.1. Políticas Públicas Desportivas	77
3.2. Hábitos e Práticas Desportivas	81
Capítulo IV – Os Clubes Desportivos e o Andebol	91
4.1. Os Clubes Desportivos na Europa e em Portugal	91
4.2. O Andebol em Portugal	96
4.3. O Andebol em Números	98
4.4. Algumas Conclusões	104
Parte III – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	105
Capítulo V – O Modelo de Análise	107
5.1. Objetivos e Perguntas de Investigação	107
5.2. Operacionalização do Conceito de Integração	109
5.3. Operacionalização do Conceito de Classe Social	112
5.4. Operacionalização do Conceito de Juventude	117
Capítulo VI – Metodologia de Pesquisa Empírica	119
6.1. Opções Metodológicas	119
6.2. Justificação da Amostra	119
6.3. As Entrevistas	121
6.3.1. Realização das Entrevistas	122
6.3.2. Análise de Conteúdo	124
6.4. O Questionário	125
6.4.1. Recolha de Dados do Questionário	125

Parte IV – NÚMEROS E NARRATIVAS: UMA ANÁLISE MISTA DO PERFIL E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA PRÁTICA DE ANDEBOL	131
Capítulo VII – Indicadores Quantitativos de Diversidade e Participação	133
7.1. Enquadramento Analítico e Metodológico dos Dados do Inquérito	133
7.2. A Origem Social e Desigualdades de Acesso	133
7.3. Integração Sócio Cultural e Afetiva	153
7.4. Configurações Sociais dos Clubes	162
7.5. Síntese Interpretativa	165
Capítulo VIII – Discursos dos Clubes: Práticas, Desafios e Limites da Integração	171
8.1. Contextualização e Perfis de Clubes	171
8.2. Clubes, Comunidades e Integração: os Discursos dos Dirigentes	174
Capítulo IX – Compromissos, Fragilidades e Desafios: O Papel das Associações e da Federação de Andebol na Integração Social	205
9.1. Contextualização	205
9.2. Estruturas Intermédias do Andebol: Discursos e Práticas das Associações	206
9.3. Do Local ao Nacional: O Olhar da Federação de Andebol De Portugal	216
Capítulo X - Entre a Intenção e a Limitação: Políticas Públicas Locais e Centrais na Promoção da Integração Social no Desporto	239
10.1. Contextualização	239
10.2. Os Municípios Como Atores do Sistema Desportivo: Discursos e Práticas	240
10.3. O IPDJ no Desenvolvimento do Desporto: Discursos e Intervenção	276
Conclusões	293
Considerações Finais e Recomendações	299
Limitações do Estudo e Perspetivas Futuras	300
Fontes	303
Referências	305
Anexos	317

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Desporto tradicional vs desporto moderno (tolerância da violência)	71
Quadro 3.1 – Despesas totais dos municípios em atividades desportivas	80
Quadro 3.2 - Financiamento do IPDJ às Federações	80
Quadro 3.3 – Inquiridos que responderam nunca ou raramente praticar desporto ou fazer exercício físico, por sexo, escalão etário e categoria socioprofissional (%)	82
Quadro 5.1 – Dimensões de análise – Integração	111
Quadro 5.2 – Diferentes níveis de integração estrutural	111
Quadro 5.3 – Tipologia ACM de Lugares de Classe	116
Quadro 5.4 – Matriz de construção do indicador familiar de classe	117
Quadro 6.1 – Síntese do processo de realização das entrevistas (clubes)	122
Quadro 6.2 – Síntese do Processo de Realização das Entrevistas (municípios)	123
Quadro 6.3 – Síntese do processo de realização das entrevistas (outras organizações)	124
Quadro 6.4 – Síntese do processo de recolha de dados do questionário	126
Quadro 6.5 – Total de atletas inscritos por clube, escalões e sexo	128
Quadro 6.6 – Total de atletas inscritos nos escalões Sub. 16 a Sub. 20 vs total de atletas Inquiridos	129
Quadro 7.1 – Lugares de classe – indicador familiar (Tipologia ACM)	137
Quadro 7.2 – Lugares de classe – indicador individual (Tipologia ACM)	137
Quadro 7.3 – População empregada por grande grupo da CPP (2021) vs pais dos jovens inquiridos por grande grupo da CPP	138
Quadro 7.4 - População empregada, residente na área da grande Lisboa e Península de Setúbal (2021) vs pais dos jovens inquiridos, por grande grupo da CPP	139
Quadro 7.5 – Lugar individual de classe vs escolaridade (Tipologia ACM) (% em coluna)	140
Quadro 7.6 – Taxa de escolaridade por ciclos de ensino, sexo, escalão etário e região (% em coluna)	141
Quadro 7.7 – Indicador profissional familiar, por grupo profissional da CPP	142
Quadro 7.8 – Profissões mais representativas nos grupos 4 e 5 da CPP	142
Quadro 7.9 – Grupos profissionais 4 a 9 da CPP, por pai e mãe	143
Quadro 7.10 – Indicador profissional familiar, por grupo profissional da CPP e salário médio, líquido, em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa (% em coluna)	144
Quadro 7.11 – Tipo de contrato de trabalho, por grupo da CPP	145
Quadro 7.12 – Distribuição étnica pelas diferentes classes sociais (% em linha)	149
Quadro 7.13 – Distribuição étnica pelos diferentes grupos profissionais (% em coluna)	150
Quadro 7.14 – Distribuição dos praticantes por sexo e por clube	153
Quadro 7.15 - Tempo de prática de andebol, por idade dos praticantes (% em linha)	159
Quadro 7.16 – Envolvimento dos pais na atividade desportiva dos filhos	161
Quadro 7.17 – Modelo de integração – indicadores de integração (síntese)	168
Quadro 8.1 – Perfis de clubes desportivos	173
Quadro 8.2 – Síntese das entrevistas aos dirigentes dos clubes analisados	203
Quadro 9.1 – Síntese das entrevistas aos dirigentes das associações de andebol	215
Quadro 9.2 – Síntese da entrevista ao presidente da FAP	237
Quadro 10.1 – Síntese das entrevistas aos responsáveis municipais	273
Quadro 10.2 – Síntese da entrevista ao responsável do IPDJ	290

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1 – Inquiridos que responderam nunca ou raramente praticar desporto ou fazer exercício físico (%)	82
Figura 3.2 – Inquiridos que responderam nunca efetuar exercício físico (%)	83
Figura 3.3 – Total de praticantes federados (1996-2024)	86
Figura 3.4 – Total de praticantes federados por Sexo (1996-2024)	87
Figura 4.1 – Total de clubes desportivos registados, em Portugal (em pelo menos uma federação) (1996-2024)	93
Figura 4.2 – Praticantes de andebol inscritos na FAP (1996-2024)	99
Figura 4.3 – Praticantes de modalidades coletivas de pavilhão inscritos nas respetivas federações (1996-2022)	100
Figura 4.4 – Praticantes de voleibol por sexo (1996-2024)	101
Figura Nº 4.5 - Praticantes de andebol, por sexo, inscritos na FAP (1996-2024)	101
Figura Nº 4.6 - Total de praticantes de andebol federados vs praticantes de andebol federados até ao escalão júnior (inclusive) (1996-2024)	102
Figura Nº 4.7 - Praticantes federados de andebol, seniores + veteranos vs até juniores (inclusive), face ao total (1996-2024) (%)	102
Figura Nº 4.8 – Clubes desportivos registados na FAP (1996-2024)	103
Figura 7.1 – Grupos étnicos por clube	148
Figura 7.2 – Nacionalidade dos jovens vs grupo étnico	151
Figura 7.3 – Espaços de formação de laços de amizade	155
Figura 7.4 – Participação dos jovens em atividades promovidas pelos clubes	156
Figura 7.5 – Vontade dos jovens em permanecer no clube	157
Figura 7.6 – Tempo de prática de andebol por parte dos jovens inquiridos	158
Figura 7.7 – Distribuição das classes sociais por clube	163
Figura 7.8 – Análise de correspondências clubes vs lugares de classe (familiar)	164

*“O desporto é um bem público que
socialmente vale mais do que custa.”*

José Manuel Constantino

ASPETOS INTRODUTÓRIOS

Ao longo da minha trajetória como pai de um jovem andebolista, dirigente desportivo, fotógrafo dedicado ao andebol e comentador da modalidade, tive a oportunidade de vivenciar em primeira mão as diversas dinâmicas que caracterizam o universo andebolístico em Portugal. Esta experiência multifacetada permitiu-me adquirir um conhecimento aprofundado sobre os desafios e as oportunidades deste contexto, bem como criar uma ligação pessoal com vários dos seus protagonistas.

Enquanto pai, vivi intensamente as dinâmicas emocionais que o desporto proporciona, desde as amizades construídas até ao acompanhamento próximo do crescimento pessoal e desportivo dos jovens. Os clubes são espaços onde não apenas os atletas, mas também os pais, treinadores e dirigentes criam laços significativos, que transcendem o contexto desportivo e se projetam na vida quotidiana como formas de integração, partilha e desenvolvimento social.

Como dirigente, estabeleci contacto direto com entidades fundamentais como a Federação de Andebol de Portugal (FAP), a Associação de Andebol de Lisboa (AAL), as autarquias locais e, naturalmente, os clubes. Estes relacionamentos proporcionaram-me uma compreensão ampla sobre o papel destas instituições no desenvolvimento do desporto e, em particular, do andebol, mas também evidenciaram as dificuldades que muitos clubes enfrentam, nomeadamente a escassez de recursos e o abandono a que estão sujeitos no trabalho de proporcionarem oportunidades de prática desportiva aos jovens. Apesar de serem espaços essenciais para a formação desportiva e social, os clubes frequentemente operam com meios muito limitados e dependem quase exclusivamente do esforço de dirigentes voluntários e das famílias envolvidas. Encontram-se, muitas vezes, isolados num sistema complexo, em que vários intervenientes descartam responsabilidades.

Ao mesmo tempo, testemunhei o trabalho incansável e altruísta de muitos dirigentes, que dedicam tempo, energia e compromisso pessoal para manter viva a prática desportiva nos clubes. Esse esforço vai muito além da gestão financeira, administrativa, desportiva ou logística, refletindo-se no acompanhamento das famílias, no envolvimento afetivo com os atletas e na construção de verdadeiras comunidades.

Como fotógrafo desportivo, tive ainda a oportunidade de observar o andebol sob uma outra perspetiva, a do olhar. Através da lente, pude captar expressões, gestos e momentos que revelam a intensidade emocional e simbólica do jogo, a relação entre atletas, treinadores, árbitros e adeptos, e a forma como o desporto cria pertença, identidade e emoção coletiva. A fotografia permitiu-me registar o que muitas vezes escapa ao olhar analítico: a dimensão estética, corporal e afetiva do desporto, os rostos de alegria e frustração, o esforço e a comunhão que dão sentido à prática desportiva. Essa observação reforçou a minha

compreensão sobre o desporto enquanto fenómeno social total, simultaneamente racional e emocional, competitivo e comunitário.

Embora esta experiência pessoal me proporcione uma perspetiva privilegiada sobre o tema, importa sublinhar que ela não comprometeu a objetividade necessária ao desenvolvimento desta tese. Conforme sublinha Gilberto Velho, o conhecimento do “familiar” exige um esforço acrescido de distanciamento analítico, no sentido de transformar o que é vivido em objeto de reflexão científica (Velho, 1978). Nesse sentido, a proximidade ao campo foi permanentemente acompanhada por um exercício rigoroso de reflexividade, de controlo da implicação pessoal e de vigilância metodológica. A experiência adquirida constituiu, assim, uma mais-valia e não um obstáculo, uma vez que permitiu um acesso facilitado aos clubes analisados e uma compreensão mais aprofundada das suas dinâmicas internas, sem comprometer o rigor da análise. A vivência direta não condicionou a investigação; pelo contrário, contribuiu para uma leitura mais informada, crítica e teoricamente fundamentada da realidade estudada.

Esta vivência, que conjuga as perspetivas de pai, dirigente, fotógrafo, comentador e investigador, serve como ponto de partida para a realização desta tese, cuja fundamentação científica se alia a uma compreensão prática que só uma experiência direta e próxima poderia proporcionar.

Importa referir que, excecionalmente nesta introdução e no ponto em que partilho a minha experiência pessoal, optei por fazer o discurso na primeira pessoa do singular, uma vez que se trata de um percurso vivido pessoalmente e que fornece o ponto de partida para a construção desta investigação. Contudo, a partir deste momento, a redação da tese será feita na primeira pessoa do plural. Esta escolha não é apenas uma convenção académica, mas reflete o entendimento de que o trabalho de investigação, por mais solitário que possa ser em muitos momentos, e é efetivamente, nunca é um ato estritamente individual. Pelo contrário, trata-se de um esforço coletivo que envolve todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que esta investigação fosse possível. Refiro-me, desde logo, aos jovens que aceitaram responder ao questionário, aos dirigentes dos clubes, aos representantes autárquicos, federativos, associativos e do Estado central que participaram nas entrevistas. Mas refiro-me também ao trabalho desenvolvido ao longo do percurso de doutoramento, com especial destaque para o corpo docente, para os colegas com quem partilhei ideias, experiências e dúvidas, e, naturalmente, para o meu orientador. Seria igualmente injusto não reconhecer a importância dos autores e autoras que, através da partilha do seu conhecimento, abrem caminho para novas formas de compreender a realidade social. Esta tese é, pois, fruto de um percurso pessoal, mas também expressão de uma construção coletiva.

É, pois, a partir desta imersão no terreno que emergem as questões centrais que orientam este trabalho. O desporto, tal como o experienciei e observei, não se reduz a uma prática

lúdica ou competitiva, mas é, acima de tudo, uma vivência partilhada por muitos. Uma experiência social complexa.

Partindo desta constatação, torna-se imprescindível problematizar o papel do desporto como espaço social onde se desenvolvem dinâmicas de socialização e integração. Daí a importância de o analisar não apenas enquanto prática física, higiénica, lúdica ou competitiva, mas como fenómeno social e cultural que exige uma leitura sociologicamente informada.

O desporto continua a ser visto por muitos como uma mera forma de diversão, de lazer ou de ocupação dos tempos livres. Contudo, ele é muito mais do que isso. É espetáculo que mobiliza multidões, é uma válvula de escape face às pressões quotidianas, é uma atividade económica e profissional, é instrumento de diplomacia política. É tudo isto e também uma forma de vida, uma via para a superação pessoal, um ritual coletivo, quase de natureza religiosa.

Na sua reflexão sobre o conceito de desporto, Patriksson (1995) sublinha a dificuldade de se encontrar uma definição universal, dado tratar-se de um conceito abrangente que comporta múltiplas formas de prática e significados sociais. Distingue claramente entre atividade física, entendida como qualquer ação corporal, mesmo de baixa intensidade, e desporto, cuja definição requer critérios mais delimitados. No contexto da sua análise sobre socialização, propõe que o desporto seja entendido como uma atividade física institucionalizada, com elementos de competição, onde o desempenho físico-psíquico é determinante para o resultado, e em que a participação é regulada por regras e por organizações oficiais (Patriksson, 1995). Esta definição reforça a dimensão organizacional e normativa do desporto moderno, elemento central na sua função socializadora.

Enquanto atividade humana, o desporto é, por definição, um fenómeno eminentemente social. Tal como outras práticas sociais, estrutura-se a partir de normas e regras às quais os indivíduos devem aderir para serem reconhecidos como participantes legítimos nesse universo. Podemos, assim, definir o desporto como uma atividade social institucionalizada, praticada individual ou coletivamente, que implica competição (direta ou indireta) com um ou mais adversários e que visa alcançar um objetivo determinado, regra geral, a vitória. Trata-se de um ato voluntário que exige destreza física, assente em recursos de natureza, essencialmente, fisiológica (Patriksson, 1995; Marivoet, 2002b).

Com o tempo, o desporto foi consolidando o seu lugar na sociedade, não apenas enquanto prática física, mas como espaço de interação, de desenvolvimento de competências sociais e de construção de identidades. O discurso sobre o seu potencial integrador, especialmente das camadas mais jovens, tornou-se recorrente em diferentes contextos, desde o político ao escolar, ao familiar ou desportivo, em particular nos clubes.

Neste contexto, esta tese procura compreender se, e de que forma, o desporto, em particular o federado, promovido pelos clubes, contribui para a integração social dos jovens, com especial atenção aos que provêm de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos. Interessa-nos perceber que estratégias são desenvolvidas pelas instituições desportivas, especialmente pelos clubes, para promover essa integração e de que forma essas estratégias são ou não suportadas por políticas públicas desenhadas ao nível do Estado central e articuladas com o poder local.

Os clubes, muitas vezes sustentados quase exclusivamente pelo esforço de treinadores, dirigentes e pais, assumem um papel que transcende o treino ou a competição. São espaços de socialização e de oportunidade, onde jovens de diferentes origens sociais e culturais convivem, desenvolvem valores como a disciplina, a cooperação ou a superação, e encontram oportunidades de crescimento pessoal e social. No entanto, o acesso ao desporto em Portugal continua a ser condicionado por fatores económicos e sociais, levantando dúvidas sobre a sua real capacidade de integração, uma realidade que é partilhada por outros países, como se demonstra ao longo da tese.

Os clubes desportivos são, de facto, os principais operadores da oferta desportiva estruturada dirigida à juventude. No entanto, persistem várias interrogações em torno do seu papel efetivo na promoção da integração social. Com frequência, aceitamos de forma acrítica, mais por força do senso comum do que por conhecimento empírico rigoroso, a ideia de que o desporto é um veículo eficaz de integração para os jovens mais carenciados. Esta tese procura interrogar criticamente essa premissa e contribuir para uma análise fundamentada sobre o papel do desporto e, em particular, dos clubes, na integração social destes jovens.

Para responder a estas questões, a investigação estrutura-se numa abordagem mista, que combina a análise quantitativa e qualitativa. A componente quantitativa centra-se na caracterização sociológica do andebol federado em Portugal, permitindo identificar padrões de participação, desigualdades de acesso e tendências de representatividade social entre os praticantes. Já a componente qualitativa procura compreender os significados, práticas e discursos que orientam a ação dos diferentes atores do sistema desportivo, clubes, associações, federação, municípios e organismo do Estado central.

A metodologia adotada combina a análise de dados obtidos através da aplicação de um questionário a 540 jovens praticantes com a realização e análise de entrevistas semiestruturadas e, ainda a consulta de documentos institucionais, sendo todo o processo enquadrado por uma reflexão teórica sobre o desporto enquanto espaço de socialização e integração. Este desenho metodológico permite cruzar a dimensão estrutural dos dados com a dimensão simbólica dos discursos dos diferentes atores, construindo uma leitura sociológica integrada do fenómeno em análise.

A tese organiza-se em quatro partes. A primeira parte apresenta o enquadramento teórico e conceptual, abordando as principais perspetivas sociológicas sobre a integração social, o desporto e o papel dos clubes no processo de integração. A segunda parte descreve os contextos sociais e institucionais em que se desenvolve a prática desportiva. A terceira parte é dedicada à metodologia e ao desenho da investigação. A quarta parte integra a análise empírica, estruturando-se em torno de dois eixos complementares: uma análise quantitativa, centrada na representatividade social dos praticantes, e uma análise qualitativa, que discute as práticas, perceções e discursos dos diferentes atores envolvidos. Por fim, a conclusão retoma as principais evidências empíricas e teóricas, identificando tensões e desafios, e apontando caminhos para futuras investigações e para o reforço do papel do desporto enquanto espaço de integração social.

PARTE I – A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DA INTEGRAÇÃO

CAPÍTULO I

INTEGRAÇÃO E DESPORTO

1.1. A PROBLEMÁTICA DA INTEGRAÇÃO NA SOCIOLOGIA

A problemática da integração está presente na sociologia desde o seu início. Apesar da sua constância no debate sociológico, a integração é um conceito multifacetado, cuja definição deve ser ajustada ao contexto em análise (Moller, 2000). Como sublinha o mesmo autor, este tema constitui um dos mais relevantes, podendo mesmo ser considerado o mais central da sociologia. Pretendemos abordar o tema da integração apresentando a perspetiva de alguns dos autores mais importantes que trabalharam este conceito. As perspetivas são diferenciadas, o que reflete a elasticidade do conceito e as diversas leituras sociológicas.

Temos consciência da apropriação social do conceito de integração. Tal como de outros. Apropriação que acontece em diversos âmbitos, como o político, educativo, desportivo, e que lhe pode dar um cunho de conformismo social. Até por isso, interessa-nos abordar o conceito enquanto produto sociológico, tendo consciência que, mesmo nesse contexto, a sua leitura e interpretação não são unitárias.

A temática da integração mostra-se particularmente importante nas sociedades pós-industriais em que os indivíduos estão cada vez mais atomizados e em que se verifica uma crescente proliferação de tipologias distintas de instituições, que se especializam em diversas áreas de atividade. A individualização e a diferenciação colocam problemas na ordem social e, logo, na integração (Pires, 2012a).

Parsons mostra a importância da questão aqui em causa quando invoca Durkheim lembrando que “the problem of the integration of the social system, of what holds societies together, which was the most persistent preoccupation of Durkheim’s career.” (Parson, 1967, p. 4). Collins refere o mesmo, ao dizer que Durkheim abordou os aspetos nucleares da teoria sociológica ao formular uma questão básica: “What holds society together?” (2004, p. 40).

O tema da integração está plasmado em obras de Durkheim como *A Divisão Social do Trabalho*, *O Suicídio: Estudo Sociológico*, e *Formas Elementares da Vida Religiosa*. A problemática da integração é central em toda a sua obra e é um tema que resulta da preocupação com a falta de mecanismos de integração nas sociedades industriais (Dias & Leal, 2019).

Durkheim percebeu que os mecanismos que permitiam a integração dos indivíduos e a coesão da sociedade, nas sociedades pré-industriais, mecanismos baseados na consciência coletiva, nos laços psicoafetivos, na partilha do mesmo caldo cultural, religioso e moral, não funcionavam da mesma forma nas sociedades industriais. Como tal, aquilo a que chamou de solidariedade mecânica, que era característica das sociedades pré-industriais, em que os

indivíduos se mantinham unidos pela semelhança, teria de dar lugar a outras formas de solidariedade. Esta nova forma, a solidariedade orgânica, caracteriza-se pela perda de importância da consciência coletiva e pelo ganho de relevância da consciência individual e, como tal, pelo surgimento de múltiplas formas de pensar, sentir e agir, ou seja, pela diferenciação.

O enfraquecimento da consciência coletiva requeria a necessidade de um outro “cimento social”, que seria produzido pela divisão social do trabalho e pela interdependência funcional que daí resultaria, sendo esta a nova forma de os indivíduos se integrarem e assim manterem uma certa coesão social. Coesão social que poderia degenerar em anomia caso a divisão social do trabalho fosse extremada. O excesso de divisão social do trabalho poderia colocar em causa o sistema social no seu todo, caso algum subsistema colapsasse e impactasse nos demais (Durkheim, 1999; Giddens, 2005; Dias & Leal, 2019; Ferreira, 2017).

Sobre a importância da divisão do trabalho nas sociedades industriais, Durkheim refere que “ela é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização” (1999, p. 14). Diz ainda que a “sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (1999, p. 21). Poderíamos dizer de integração, pertença.

Apesar de a divisão do trabalho ser, para Durkheim, um veículo de integração e coesão social, este não descarta a existência de consequências negativas provocadas por essa divisão ou, melhor dizendo, pela divisão anômica do trabalho;

O indivíduo debruçado em sua tarefa, isola-se em sua atividade especial; ele já não sente os colaboradores que trabalham a seu lado na mesma obra comum. A divisão do trabalho não poderia, pois, ser levada demasiado longe sem se tornar numa fonte de desintegração (Durkheim, 1999, p.372).

Para Durkheim, o excesso de divisão do trabalho pode conduzir os indivíduos a estados de isolamento e excesso de individualismo. Curiosamente, esta perspectiva de Durkheim entronca com a de Marx quando este se refere à alienação produzida pela divisão do trabalho. Durkheim entende que compete ao Estado, enquanto órgão independente, assegurar que a divisão do trabalho não tem implicações negativas no corpo social (1999).

Apesar destes aspetos negativos, que entende como excepcionais, Durkheim refere, parecendo uma crítica clara a Marx, que os economistas deveriam ter olhado para a divisão do trabalho como um mecanismo de solidariedade social e não apenas como meio para aumentar o rendimento (1999).

Um outro veículo de integração e coesão social, para Durkheim, é a religião. Tem, contudo, noção que esta vai perdendo a sua capacidade coerciva de contribuir para a integração dos indivíduos nas sociedades industriais. Perdendo a religião a sua centralidade,

outras instituições sociais emergem para desempenhar o seu papel de veículo de integração. Nós indicamos como exemplo o desporto, como se verá adiante.

Outra preocupação de Durkheim, que deriva, igualmente, dos aspetos relativos à integração social, é o suicídio, tema que o autor aborda na sua obra *A Divisão do Trabalho Social* e aprofunda em *O Suicídio, Estudo Sociológico* (Durkheim, 2007). Para Durkheim, o excesso ou a falta de integração pode conduzir a diferentes tipologias de suicídio. De tipo altruísta, quando o indivíduo está “excessivamente” integrado socialmente e coloca os interesses coletivos, os valores predominantes da sociedade, à frente dos seus interesses individuais, abdicando da sua própria vida. O suicídio de tipo egoísta sinaliza estados de isolamento social, de fraca integração, e de não identificação com os valores de uma sociedade. O excesso ou a falta de normatividade, de normas e regras sociais, podem igualmente despoletar fenómenos de suicídio. Uns de tipo fatalista, quando os indivíduos se veem enredados, prisioneiros, das normas e regras sociais e não se conseguem libertar. Ou, pelo contrário, quando a sociedade se encontra num processo de anomia em que não há normas e regras que orientem a conduta dos indivíduos. Para o autor, a religião é um fator que pode funcionar como protetor ou potenciador do suicídio, dependendo, designadamente, do grau de formalismo da mesma. Em síntese, para Durkheim, o suicídio, ou melhor, as taxas de suicídio, são um indicador, por um lado, do nível de integração dos indivíduos e, por outro, do grau de normatividade de uma sociedade (Durkheim, 2007).

A propósito da integração social e dos seus fatores, e para assinalar a especificidade da perspetiva durkheimiana, vale a pena fazer uma breve contraposição da perspetiva do autor francês à perspetiva de Marx, outro clássico incontornável da sociologia. Para Marx, a religião constitui-se essencialmente como um elemento alienante e promotor de reprodução social, servindo para, por um lado, retirar os indivíduos da realidade em que vivem e, por outro, como elemento coercivo que os obriga a aceitar as regras sociais de um sistema dominado por uma classe social a quem a religião serve. Como tal, Marx olhava para a religião como um fator que contribuiria para a “integração patológica” e acrítica dos indivíduos na sociedade.

A religião, enquanto componente de uma superestrutura que veicula a ideologia da classe dominante, constitui-se como alienante por transmitir a ideia de que os indivíduos socialmente desfavorecidos serão compensados através de uma pretensa justiça divina, que irá prevalecer sobre a humana e reparar as injustiças cometidas no mundo terreno. Pelo que, nesta perspetiva, a religião pode entender-se como instrumento político ao serviço da classe social dominante, que detém diversas formas de capital, desde logo económico, político e simbólico. Através desta forma de alienação, os indivíduos perdem a perspetiva de que a sociedade está efetivamente dividida em classes que se opõem: dominados e dominantes. E é a existência de classes sociais que cria outras formas de alienação, tal como a política. (Giddens, 2005)

Apesar de todas as formas de alienação que Marx identifica, será a que é produzida por via das relações de trabalho que, segundo este, determina as demais. A alienação produzida pelo trabalho é a mãe de todas as outras. Esta tipologia de alienação, na perspectiva de Marx, emerge do domínio da economia sobre todas as relações sociais e, consequentemente, da vida em sociedade.

Para Marx, a alienação no trabalho ocorre quando os trabalhadores deixam de se reconhecer naquilo que produzem. O processo produtivo deixa de ser uma expressão das suas capacidades e passa a ser controlado por forças externas ligadas ao capitalismo. O trabalho fragmenta-se em tarefas repetitivas e isoladas, retirando criatividade e sentido à atividade laboral. As relações entre as pessoas tornam-se marcadas pela competição e não pela cooperação, o que fragiliza os laços sociais. Ao mesmo tempo, os produtos criados pelos trabalhadores ganham autonomia como mercadorias, adquirindo um valor e um poder que acabam por dominar os próprios produtores. Assim, o trabalhador vê-se afastado do seu trabalho, dos outros e de si próprio, num processo em que as coisas parecem comandar as pessoas, e não o contrário. (Marx, 1993). Como nos diz Marx:

Os trabalhos parcelares particulares, não só são repartidos entre diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido, transformado no propulsor automático de um trabalho parcelar e realiza a fábula absurda de Menénio Agripa que apresenta um ser humano como mero fragmento do seu próprio corpo (1992, p. 413).

Importa diferenciar o que Marx entende por divisão do trabalho na sociedade e divisão do trabalho no interior da fábrica. A este respeito diz que:

Enquanto a divisão do trabalho, no todo de uma sociedade, quer mediada quer imediata pela troca de mercadorias, pertence às mais diversas formações económicas da sociedade, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista (Marx, 1992, p. 412).

Ou seja, a divisão do trabalho na sociedade resulta de um processo que o autor apelida de natural, e que tem a ver com a satisfação das necessidades sociais, que decorrem, designadamente, do aumento demográfico.

Como tal, esta perspectiva de Marx diverge da visão de Durkheim, relativamente à divisão do trabalho, enquanto elemento que contribui para a integração dos indivíduos nas sociedades industriais. Para Durkheim, o indivíduo deve exercer o seu papel de “especialista”, de órgão, que contribui para o equilíbrio do organismo que é a sociedade, enquanto, para Marx, a divisão do trabalho tornou os indivíduos seres diminuídos, amputados da sua multifuncionalidade, e consequentemente alienados. Para Marx, só o Homem que tem consciência da sua condição, da sua pertença a uma classe, pode ser verdadeiramente um

transformador social. Para que tal ocorra é fundamental a sua pertença (integração) consciente a uma classe social. É determinante que pertença a um grupo com o qual se identifica e com quem partilha as mesmas condições de existência.

Temos, por um lado, Durkheim que explica os mecanismos que asseguram a ordem e a integração dos indivíduos, e, por outro, Marx que olha para o conflito como mecanismo de mudança social, sendo que a integração dos indivíduos se faz essencialmente através da consciência de classe, da ação coletiva na defesa dos seus interesses. Como tal, também em Marx os valores, e de certa forma as normas, não os veiculados pela classe dominante, mas os que são próprios do proletariado, são o farol da integração.

Parsons presta, igualmente, particular atenção aos aspetos da ordem e da integração. Recupera a perspetiva estruturalista e funcionalista de Durkheim, e a perspetiva compreensiva e de ação social da sociologia compreensiva de Weber, fazendo uma síntese entre estes dois paradigmas centrais da sociologia.

Parsons entende por ação social “toda a conduta humana individual ou coletiva, consciente ou inconsciente” (Rocher, 2012a, p. 182).

A ação social implica a existência de atores individuais ou coletivos que agem em contexto social. A ação dos indivíduos não é exercida de uma forma livre e autónoma, é sempre condicionada pelos contextos social e cultural e pelo seu poder simbólico, bem como pelas normas, crenças e valores dominantes. O desvio da norma, o incumprimento das regras sociais (chamemos-lhes cláusulas do contrato social) implicam que o sistema social, através do seu mecanismo de controlo social, e das sanções punitivas que lhe estão associadas, reaja e reprima o indivíduo como forma de restabelecer o equilíbrio do próprio sistema (Parsons, 1991).

Temos, pois, que a ação não decorre num vazio social. Processa-se num sistema de regras que tende, por uma questão de manutenção do equilíbrio, a reprimir alterações, em particular, ao seu subsistema cultural.

Para Parsons, o sistema geral da ação é constituído por três subsistemas¹. Cada um destes subsistemas interage com os outros e tem uma função específica (Parsons et.al., 1962; Parsons 1966).

Podemos entender o subsistema social como o espaço onde se cruzam os indivíduos. É o espaço de socialização e de interação em que os indivíduos agem e se relacionam. Respeita, igualmente, à função de integração do indivíduo no contexto social em que interage. É o subsistema em que os indivíduos agem através da assunção de diferentes papéis, e é

¹ Na obra *Societies, Evolutionary and Comparative perspectives*, de 1966, Parsons estrutura o sistema geral da ação em 4 subsistemas (Página 4). Aos três subsistemas que surgem na maioria das suas obras é adicionado o subsistema orgânico.

constituído por uma constelação de papéis (Parsons, 1966). Papéis que só podem ser desempenhados caso os atores sociais, os indivíduos, conheçam, na linguagem de Goffman, o argumento. Isto é, as regras e as normas sociais que devem estar presentes em processos de interação social.

O subsistema social apresenta uma grande permeabilidade com o subsistema cultural. Os componentes relativos aos valores e às normas, que são os mais ricos em informação, tanto pertencem a um como a outro subsistema.

O subsistema cultural disponibiliza os recursos normativos e simbólicos que servem de referência ao indivíduo, garantindo, assim, a estabilidade e reprodução dos modelos sociais.

Podemos referir que os valores e as normas fazem parte do subsistema social enquanto motores da ação e como meios de regulação dessa mesma ação (controlo social).

Por outro lado, encontramos as instituições que os indivíduos criam e que se desenvolvem à volta de valores com o objetivo de cumprirem determinados fins sociais, como ocorre, pode dizer-se, com os clubes desportivos enquanto veículos de integração dos indivíduos. As instituições e os papéis sociais funcionam como uma forma de reificação dos valores e das normas.

O subsistema de personalidade, por sua vez, constitui-se como meio para o alcançar objetivos por parte dos indivíduos.

Tal como nos diz Nogueira Dias, a respeito do pensamento de Parsons, os subsistemas contribuem para a integração do indivíduo e para o equilíbrio geral do sistema (2007). Os subsistemas social e cultural são os que mais contribuem para a adaptação social dos indivíduos. Não se podem isolar os subsistemas que enformam o sistema geral de ação. Estes não podem ser entendidos de forma isolada, uma vez que são interdependentes. Há permeabilidade entre eles, pelo que a sua separação é um mero exercício teórico e nada mais. O subsistema social nunca pode existir fora, desligado, do cultural. Aliás, a cultura é um produto social. Poder-se-á inclusive perguntar o porquê da sua separação do subsistema social.

Desde modo, podemos referir que o sistema cultural controla o sistema social. Esta lógica leva-nos a concluir que os sistemas social e cultural são os mais relevantes em termos de processos sociais.

É um facto que não pode existir sistema social sem que existam elementos culturais que lhe deem substrato e que permitam aos indivíduos pensar, sentir e agir alicerçados em normas e em valores sedimentados. “Um sistema social não pode existir sem que um sistema cultural lhe forneça os elementos simbólicos essenciais” (Rocher, 2012a, p. 186). A inexistência de cultura implica a esterilidade social, a anomia, e a morte de uma sociedade.

Neste modelo, a integração é perspectivada, essencialmente, tendo por base aspetos normativos e os valores predominantes numa determinada sociedade. A norma é vista como

o farol da ação, pelo que a integração é entendida numa lógica de adaptação. Os indivíduos devem adaptar-se ao meio em que pretendem integrar-se, tendo por base as normas prevalecentes numa determinada sociedade. Sempre que as normas não são suficientes para assegurar a conformidade do comportamento dos indivíduos, os mecanismos de controlo social, através das sanções punitivas, devem configurar-se como garantes da preservação da ordem e da manutenção do equilíbrio de todo o sistema.

Apesar de tudo isto, “no social system can be completely integrated; there will, for many reasons, always be some discrepancies between role-expectations and performances of roles. Similarly, at the other extreme, there is never likely to be a completely disintegrated society”. (Parsons et. al, 1962, p. 204). Desta forma, o desvio ou, se preferirmos, a desintegração social, é entendido como algo normal num sistema social, desde que esse grau de desintegração não comprometa o sistema no seu todo.

A integração, em particular nesta perspetiva mais normativa, deve estar associada ao problema da ordem. Os indivíduos mantêm-se unidos (integrados) porque partilham valores semelhantes e dessa forma a cooperação entre eles é possível. A cooperação é um aspeto determinante para a viabilização dos grupos, tais como, indo ao objeto desta tese, as equipas de desportos coletivos. Nesta perspetiva de integração, eminentemente normativa e dependente de aspetos estruturais, como enfatiza Caetano (2013, p. 25), “os indivíduos são concebidos mais como produto das determinações sistémicas do que como produtores da ordem social”, isto é, a estrutura sobrepõe-se, ou melhor, impõe-se à agência.

Um dos mais eminentes alunos de Parsons, Robert Merton, contribuiu, igualmente, para a problemática da integração, designadamente através da formulação de quatro conceitos centrais. O primeiro é designado de equivalente funcional ou substituto funcional. Isto é, para Merton, os elementos sociais e culturais são interdependentes e, por isso, “(...) uma necessidade social, psíquica ou fisiológica pode ser satisfeita por elementos culturais vários” (Rocher, 2012a, p. 153). Outro conceito é o que Merton designa por disfunção. As disfunções mais não são do que elementos entrópicos do sistema social. As disfunções “são consequências que perturbam a adaptação ou o ajustamento do sistema” (Rocher, 2012a, p. 154). O conceito de disfunção é criticado por vários autores pelo facto de poder ter implícito um juízo de valor. Entre os críticos está Norbert Elias (2008).

O terceiro conceito mertoniano designa-se por função manifesta, e o quarto por função latente. As funções manifestas são aquelas que são visíveis, observáveis, e que são objetiva e conscientemente produzidas pelos atores sociais, e que contribuem para a respetiva conformidade e integração. Por sua vez, as funções latentes estão de alguma forma relacionadas com aspetos simbólicos, que não são percecionados conscientemente pelos indivíduos, como determinados rituais religiosos que servem para unir o grupo, mesmo que

não tenham nenhuma consequência prática. Merton apresenta como exemplo o ritual da dança da chuva. O ritual não fará chover, mas a verdade é que o grupo acredita que isso pode ocorrer (Merton, 1968). Podemos sintetizar estes dois conceitos, função manifesta e função latente, afirmando que o primeiro se relaciona com a capacidade de agência dos indivíduos, enquanto o segundo remete para os aspetos estruturais da sociedade, nomeadamente o sistema de crenças, a cultura, os valores e as normas. No campo desportivo, é possível identificar uma função manifesta associada ao potencial de unir e integrar os indivíduos através das práticas desportivas, como os treinos e a competição. Já a exaltação gerada pela competição, bem como os rituais expressos nos cânticos e nas coreografias dos adeptos, podem ser entendidos como manifestações de funções latentes.

Para Merton é um facto indesmentível que todas as sociedades necessitam de alcançar um determinado grau de integração, mas é igualmente claro que nem todas as sociedades, por diversos motivos, conseguem alcançar níveis de integração elevados. Merton refere que muitos autores, como Durkheim, e já tivemos oportunidade de o referir, olham para a religião como elemento relevante no processo de integração dos indivíduos, mas que negligenciam o facto de a religião contribuir igualmente para processos de desintegração, em particular em sociedades onde coexistem diversos tipos de religião e onde, historicamente, o relacionamento entre os indivíduos afetos a essas religiões não é pacífico (1968). A defesa de valores religiosos que são contrários aos que as sociedades seculares preconizam, como as políticas de controlo da natalidade, são igualmente exemplos, propostos por Merton, para demonstrar o papel algo ambíguo que a religião tem em termos de integração.

Um conceito que é trabalhado por Merton, tal como o foi por Durkheim, é o de anomia, que, segundo aquele, apresenta diversos graus e tipos. A anomia “simples” reflete um certo grau de conflito num determinado grupo social ou sociedade, decorrente da existência de sistemas de valores conflitantes. Por outro lado, a anomia “aguda” pode produzir, em situações extremas, roturas graves, deslaçamentos, no sistema de valores e conduzir à própria desintegração da sociedade (1968). Temos, pois, que a anomia reflete o estado de integração de uma sociedade ou, se preferirmos, de desintegração, de perda de vínculos sociais.

A problemática da anomia coloca-se essencialmente nas sociedades complexas altamente diferenciadas e em que não existe um sistema de valores único, pelo que a integração é menos sólida e depende de fatores como classe social, género, origem étnica, religião, ideologia política, grupo profissional, etc. Por outro lado, o sistema político existente numa determinada sociedade, sendo este mais liberal ou ditatorial, tem igualmente consequência na forma como os indivíduos se integram socialmente. Podem integrar-se fazendo as suas escolhas em função dos modelos culturais existentes, ou de forma coerciva através da imposição normativa por via dos mecanismos de controlo social (Merton, 1968).

Esta regra é válida para os indivíduos e para as instituições. Merton apresenta, a este respeito, o caso da ciência que é produzida em países com sistemas políticos liberais ou ditatoriais.

Para Merton, os processos anômicos desenvolvem-se devido ao sistema cultural valorizar em demasia aspetos como a riqueza e os bens materiais, o que faz com que os indivíduos, em muitos casos, olhem para o objetivo negligenciando os meios. Vale tudo para alcançar os símbolos de sucesso valorizados socialmente, mesmo que os meios utilizados não estejam conformes com as normas sociais instituídas. Os fins justificam os meios.

Podemos inferir das palavras de Merton que a sociedade, ao basear-se numa cultura de “sucesso”, contribui para que processos anômicos ocorram, quando os objetivos não estão alinhados com a norma. O autor adianta exemplos como as irregularidades existentes em provas desportivas. Nós podemos mencionar o doping. É tecnicamente eficiente, mas é contrário às normas institucionalizadas. Situação que é catalisada pela necessidade de vencer. O foco fica centrado no objetivo principal, a vitória, e não na forma como esta é alcançada, se esta é obtida de forma legítima ou não (Merton, 1938). Apesar disso, Merton deixa claro que a regra em todas as sociedades é a maioria dos indivíduos agirem de acordo com as normas instituídas. Quando tal não ocorre surgem os processos anômicos que podem levar à desintegração da sociedade. Este princípio quase universal, em que os indivíduos seguem, na sua maioria, as normas sociais dominantes, é igualmente sublinhado por Becker (2009), referindo que os indivíduos que estão integrados, e que fazem parte de determinados estratos sociais, têm muito a perder caso optem por seguir o caminho do desvio e se tornem *outsiders*.

Norbert Elias, através do conceito de configuração, contribui também para a problemática da integração. O conceito de configuração é central na obra deste autor. Este conceito pode ser metaforicamente comparado a uma espécie de sistema planetário em que todos os planetas mantêm uma distância relativa entre eles e, cumulativamente, dependem igualmente uns dos outros para o seu equilíbrio. Sempre que algo falha, os elementos constituintes do sistema são afetados. O conceito de configuração tem subjacente a ideia de interdependência entre os elementos de um sistema. Podemos utilizar o conceito de consciência coletiva proposto por Durkheim para perceber a teia de relações que está subjacente ao conceito de configuração de Elias. Na consciência coletiva estão em causa laços psicoafetivos que permitem aos indivíduos manterem-se integrados socialmente. No conceito de configuração podem igualmente ser laços desse tipo que unem os indivíduos uns aos outros, como uma espécie de força de gravidade social, uma teia de relações, mas podem, também, ser símbolos identitários, como o hino ou a bandeira. Nós acrescentamos como potenciadores de integração social instituições como os clubes desportivos e a ideia de pertença que estes podem gerar nos indivíduos (Elias, 2008).

As configurações são como estruturas sociais, em que obrigatoriamente tem de existir interdependência entre os indivíduos que as integram para que se verifique o estabelecimento de laços sociais, como lhes chama Alcides A. Monteiro (2019). Isso mesmo nos diz Eric Dunning ao referir-se à sociologia figuracional de Elias no âmbito do desporto, mencionando que os clubes e as instituições responsáveis pela gestão desportiva, como as federações, são configurações, são estruturas, padrões, que interagem e são parte integrante da configuração geral que é a própria sociedade (Elias e Dunning, 2019).

Os laços sociais, a que se refere Alcides A. Monteiro (2019), são o resultado dos processos de interação que o indivíduo estabelece e que determinam a sua integração na sociedade. Este conceito, da autoria de Paugam, referenciado por Monteiro (2019), tem quatro tipologias diferentes. (i) os laços de filiação, que respeitam à relação estabelecida entre pais e filhos e que constituem um vínculo determinante para a construção da identidade dos indivíduos e para a sua segurança tanto física como afetiva. (ii) os laços de participação eletiva, tipologia particularmente relevante para o nosso trabalho, uma vez que respeita às relações que o indivíduo estabelece fora do seu círculo familiar mais restrito e que determinam o seu processo de socialização num contexto mais alargado, sendo que este laço social, ao contrário do primeiro, permite que o indivíduo faça escolhas na construção da rede de relações que pretende estabelecer; podemos encontrar como agentes socializadores, neste âmbito, os clubes desportivos. (iii) o laço de participação orgânica, que respeita essencialmente ao processo de aquisição de competências escolares que permitirão ao indivíduo integrar-se no mundo do trabalho e desempenhar uma atividade profissional. (iiii) o laço de cidadania, que representa a pertença do indivíduo a uma nação, bem como a aquisição de direitos e de deveres conferidos por uma sociedade de tipo democrático, o que permite aos indivíduos o desenvolvimento de sentimentos de pertença, de integração.

Na perspetiva de Rui Pena Pires:

Integração é o modo como indivíduos autónomos são incorporados num espaço social comum através dos seus relacionamentos, isto é, como são constituídos os laços e símbolos de pertença coletiva. Em termos mais gerais, integração social é a ordenação das relações entre indivíduos, agrupamentos de indivíduos, atos individuais e atos coletivos. (Pires, 2012a, p. 56).

O autor refere ainda que a integração está sempre associada à problemática da ordem e sublinha que “a integração social é facilitada pela parametrização parcial das relações entre pessoas, seja no plano instrumental, através da constituição de rotinas relacionais, seja no plano comunicacional, através da constituição de rituais de interação”. (Pires, 2012a, p. 76)

Bauman, em a *Sociedade Individualizada* (2009), refere que as estruturas da modernidade sólida, como ele designa o período que antecede a globalização, contrastam

com a modernidade líquida. A dissolução da sociedade e das suas estruturas, como o sistema de emprego, e a ascensão de outras referências, como a sociedade de informação, em que os média têm um papel central, faz desaparecer pilares essenciais para a integração social dos indivíduos.

O curto prazo substitui a visão de um tempo mais longo. Como consequência da liquidificação das relações de trabalho, surgem igualmente a precariedade e volatilidade das relações afetivas e sociais dos indivíduos. Tudo isto gera incerteza e inexistência de esperança no futuro. Por este prisma, podemos concluir que a integração dos indivíduos se consubstancia num processo incessante, sempre em construção e reconstrução. Hoje um indivíduo pode estar integrado no mercado de trabalho e fazer parte de uma determinada comunidade e amanhã, por necessidade de procurar outra fonte de rendimento, terá de retomar o seu processo de integração laboral, muitas vezes numa outra comunidade. Há, pois, como que uma alternância entre integração e desintegração. A integração pressupõe tempo, rotinas, estabilidade, compromisso.

A vida fragmentada tende a ser vivida em episódios, numa série de eventos desconectados. A insegurança é o ponto em que o existir se desmorona em fragmentos, e a vida em episódios. A não ser que algo seja feito em relação ao rondante espectro da insegurança, a restauração da fé nos valores estáveis e duráveis tem pouca chance de ocorrer (Bauman, 2009, p. 202).

A incerteza, a volatilidade e a precariedade são, para Bauman, a marca da modernidade líquida, pois “há pouco no mundo que possamos considerar sólido e confiável, nada que lembre um tecido rústico no qual possamos tecer nosso próprio itinerário de vida.” (2009, p. 115). Pode dizer-se que de uma “integração sólida”, fundada numa sociedade alicerçada em estruturas sociais duradouras, passamos para uma “integração líquida”, que se caracteriza pela volatilidade e insegurança.

Lógica similar é-nos apresentada por Ulrich Beck (2011), na sua obra *A Sociedade de Risco*, em que a incerteza é apresentada como a certeza da nova sociedade, marcada por um processo de individualização em que as próprias lógicas conceptuais, como a das classes sociais, estão em causa.

Um desenvolvimento importante na discussão sociológica sobre a problemática da integração foi introduzido por David Lockwood (1964), quando propôs que a integração se deve dividir em social e sistémica. A integração social respeita ao relacionamento entre os indivíduos, seja esse relacionamento processado de forma ordenada ou conflitual; por sua vez, a integração sistémica respeita à forma como as partes do sistema social ou os diversos

subsistemas se relacionam, se articulam, podendo, igualmente, esse relacionamento ou articulação ser ordenado ou conflitual.

A integração sistémica é essencialmente um problema das sociedades pós-industriais, em que a complexidade social é cada vez mais evidente e em que surgem diversos subsistemas sociais especializados (Lockwood, 1964). Apesar da crítica de Mouzelis (1974) à indefinição por parte de Lockwood relativamente ao que este entende por partes do sistema, consideramos que o conceito de integração sistémica proposto por Lockwood é relevante, em termos empíricos, quando se pretende, por exemplo, analisar a forma como as diversas instituições se relacionam e o seu grau de integração.

No caso particular do desporto intervêm diversas instituições que devem estar integradas, articuladas, de forma que os objetivos possam ser alcançados com sucesso. As políticas públicas no âmbito do desporto, definidas pelo Estado central, devem estar articuladas com o nível das autoridades locais e este com as diversas coletividades que desenvolvem atividades desportivas. Só dessa forma o desporto, enquanto subsistema social, poderá funcionar de forma integrada e cumprir os seus objetivos sociais, nomeadamente o de contribuir para a integração social dos indivíduos de estratos sociais mais desfavorecidos, ao contrário do que ocorre presentemente, em que continuam a existir modalidades desportivas às quais o acesso é efetuado em função da classe social de pertença (Bourdieu, 2010).

Em resumo, a integração sistémica é um aspeto crucial para a coerência e eficácia das políticas desportivas, pois ajuda a garantir a coordenação e a interligação dos diferentes elementos do sistema desportivo.

Giddens, ao considerar integração como “os laços regularizados, ou como a *reciprocidade das práticas*, quer entre actores quer entre colectividades” (2000, p. 57), também desenvolveu o conceito de integração nas dimensões social e sistémica (2000, p.58): “Integração social: reciprocidade entre actores (relações de autonomia/dependência). Integração sistémica: reciprocidade entre grupos e colectividades (relações de autonomia/dependência).”

Rui Pena Pires, retrata, igualmente, a diferença entre integração social e integração sistémica quando diz que:

A distinção entre os domínios social e sistémico da integração não é apenas analítica. Existem sociedades porque existem relações entre pessoas, mas só existem sociedades em que a maior parte das pessoas não tem entre si qualquer relação de interação porque existem relações sistémicas para além da interação. Relações sistémicas que, no entanto, só são reproduzidas ou transformadas através das ações e relações de interação por elas reguladas e condicionadas (Pires, 2012a, p. 85)

Esta afirmação de Rui Pena Pires enquadra-se no que Giddens designa por dualidade da estrutura. Por um lado, as estruturas sociais constroem os indivíduos na sua ação e, por outro, disponibilizam-lhes os recursos para que possam agir e assim constituírem-se como agentes de mudança. Como sublinha Caetano (2013, p. 100), “a capacidade agencial dos sujeitos não emerge num vazio social”. Desta forma, pretende resolver-se uma questão central da sociologia, conciliar estrutura e agência (Giddens, 2000). Os indivíduos estão ao mesmo tempo sujeitos aos constrangimentos impostos pela estrutura social em que estão inseridos, mas também possuem a capacidade de agir e transformar essa estrutura. Segundo Giddens, a estrutura social é constituída por regras e recursos que dão forma às práticas sociais, mas essas regras e recursos só existem e são reproduzidos porque os indivíduos continuam a reproduzi-los. Nesta lógica, a integração social remete-nos para a agência e a integração sistémica para a estrutura. Integração social respeita às relações entre os atores individuais, e a sistémica entre as estruturas.

Pode criticar-se a perspetiva de Giddens por este entender a integração social como um processo que decorre das relações face a face, de copresença, sendo que a emergência dos meios eletrónicos de mediação das interações sociais não é considerada pelo autor (Domingues, 2000; Moller, 2000; Mouzelis, 1997). Contudo, consideramos que a perspetiva de Giddens é perfeitamente adequada para os contextos em que decorrem as práticas desportivas, em particular dos desportos coletivos. Nesse contexto, as interações são promovidas de forma direta e não mediadas por “écrans”, apesar da relevância crescente que os e-desportos começam a ter em determinados países.

Segundo Giddens, a integração sistémica nas sociedades modernas é caracterizada pela reflexividade, pela capacidade que os indivíduos têm de modificar as suas próprias ações com base em informações e conhecimentos obtidos a partir da sua interação com o mundo que os rodeia. Giddens realça, igualmente, a capacidade dos indivíduos se auto-organizarem, de os indivíduos e instituições se adaptarem às mudanças produzidas no sistema social.

Temos assim que Lockwood destaca a importância da interconexão das diferentes partes do sistema social, das estruturas, enquanto Giddens salienta que a integração sistémica se prende essencialmente com a auto-organização e reflexividade. Lockwood centra-se essencialmente na estrutura e Giddens na agência.

Archer (2003), por seu lado, contribui para a temática da integração sistémica olhando-a de uma forma mais próxima de Lockwood do que de Giddens. A autora refere que as estruturas sociais, bem como as instituições, são fundamentais para a integração sistémica, uma vez que lhes compete disponibilizarem as referências, normas e regras que servem para orientar o comportamento dos indivíduos e assim contribuir para a estabilidade do sistema social. Segundo Archer, ao contrário do que argumenta Giddens, a auto-organização e a

reflexividade não são suficientes para assegurar uma integração sistêmica. Ou seja, Archer adota uma posição mais estrutural.

Em geral, pode-se dizer que a integração sistêmica é uma condição necessária para a integração social nas sociedades complexas em que existem muitas partes do sistema que são interdependentes e que, por isso, necessitam de trabalhar de forma articulada para que o sistema social no seu todo se mantenha coerente e equilibrado. Por outro lado, a integração social também pode ser vista como uma condição necessária para a integração sistêmica. Se os indivíduos não se sentem integrados socialmente, isso pode resultar em desconfiança relativamente às estruturas e instituições existentes, dificultando, assim, a integração sistêmica.

Como é possível perceber pela explanação feita sobre o conceito de integração, nas suas dimensões social e sistêmica, esta temática é recorrente na sociologia ao longo de toda a sua existência, embora não seja possível encontrar consenso, como é norma nas diversas problemáticas analisadas pela sociologia, devido à sua natureza pluriparadigmática. Como refere Moller (2010), a multiplicidade de visões sobre a problemática da integração reflete a complexidade da vida social.

A pertença estável e duradora a grupos sociais, num contexto de incerteza e de mudança constante e acelerada, torna-se algo quase impossível. O trabalho, em particular assalariado, continua a ser a principal, e na maioria das vezes a única, fonte de rendimento da esmagadora maioria dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Sem emprego e, consequentemente, sem salário, os indivíduos caem demasiadas vezes em processos de exclusão social (ou desintegração). O trabalho assalariado não é apenas uma fonte de rendimento, é também uma estrutura social que confere aos indivíduos sentimentos de utilidade e de pertença. Como refere Beck (2011, p. 197), “a chave da garantia de subsistência reside no mercado de trabalho”. Robert Castel (1998) assinala que as empresas estão a perder o seu papel de mecanismo integrador e de coesão social e a assumirem-se como catalisadores de exclusão. Os mais aptos têm lugar, os outros são expelidos naturalmente pelo sistema. É importante ter presente que a integração social se faz, essencialmente, pela pertença dos indivíduos a grupos e pela partilha de valores e de símbolos comuns (Pires, 2012a).

A verdade é que fazer parte, estar integrado, em determinados subsistemas sociais nem sempre pode ser catalogado como uma “coisa boa”, ou um objetivo a alcançar. Fazer parte de subsistemas vistos socialmente de forma negativa, tendo em consideração os padrões morais dominantes numa determinada sociedade, como *gangs*, associações ligadas ao tráfico de droga, ou a outras formas de marginalidade, não é bem acolhido pela sociedade em geral. Os indivíduos que estão integrados nesses subsistemas sociais são vistos como, na linguagem de Becker, *outsiders* (Becker, 2009). Como tal, a integração social não é algo

“desejável” em todos os contextos (Moller, 2010). Da mesma forma, estar integrado socialmente não significa que não se possa estar desintegrado de determinados subsistemas. Como refere Moller, os indivíduos podem decidir não querer estar integrados em subsistemas sociais como a religião, a política ou o desporto (2010).

O autor aponta, igualmente, para uma certa hierarquização dos diferentes subsistemas sociais. Há subsistemas em que os indivíduos devem estar integrados por uma questão de sobrevivência, como os subsistemas laboral e económico. Os indivíduos necessitam de ter rendimentos para comprar bens necessários à sua sobrevivência. Pelo que o problema não se coloca no facto de os indivíduos não quererem estar integrados em determinados sistemas sociais. O problema é quando querem e tal não lhes é possível. Podemos até afirmar que “não querer” é uma forma de demonstrar estar integrado. É ter a capacidade de escolher.

A mesma lógica é-nos transmitida por Becker ao referir que as sociedades contemporâneas são constituídas por diversos agrupamentos sociais, sendo que os indivíduos podem fazer parte de diversos grupos em simultâneo (2009).

O conceito de variância é um bom auxiliar para se entender a integração social numa ótica elástica. A este respeito, Guy Rocher considera variância “(...) a escolha entre os modelos permitidos, de que beneficiam os membros duma sociedade.” (2012b, p. 62). Isto é, as sociedades complexas não apresentam apenas um modelo ao qual os indivíduos devem aderir para estarem integrados. Apresentam um pluralismo que se manifesta de formas diversas, do ponto de vista moral, religioso e cultural. “É isto que faz com que a cultura da sociedade tecnológica já não apresente a mesma unidade e a mesma coesão que a da sociedade tradicional” (Rocher, 2012, p. 112).

Nesta mesma lógica, Touraine (1997, pp. 349-350) diz que “a integração das nossas sociedades já não pode ser obtida através do reforço das regras e das condutas de conformidade com estas”, pelo que a integração social deve ser entendida, essencialmente, como uma questão de possibilidades de escolha, de acesso às diversas oportunidades proporcionadas pela sociedade. Como refere Almeida,

a integração é antes definível como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha. Trata-se não apenas da posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas do efectivo uso delas (Almeida, 1993, pp. 830-831).

Todas as sociedades de indivíduos, como lhes chama Elias, necessitam de um certo grau de integração. Caso contrário não se pode falar de sociedade. Não se pode é aspirar à integração total de indivíduos e de instituições. Nem todos os indivíduos estão integrados em

todas as dimensões da sociedade. É, pois, importante ter consciência que “integração não é sinónimo nem de “coesão”, nem, certamente, de “consenso”” (Giddens, 2000, p. 57).

Luhmann (1982) contribui para esta visão não normativa da integração, ao referir que nas sociedades que são constituídas por sistemas sociais complexos o equilíbrio geral do sistema não é alcançado pela partilha dos mesmos valores, religião ou normas. De alguma forma, é o “não consenso”, o sentimento de liberdade, e um certo grau de conflito que permite que os indivíduos tenham mais possibilidades de escolha o que potencia sentimentos de pertença, de integração numa sociedade complexa e plural. Também Simmel alinha pela ideia da não normatividade e consenso ao considerar, nas palavras de Rui Pena Pires (2012, p. 38), que “os conflitos coletivos têm funções integradoras porque reforçam, em cada uma das partes em oposição, os sentimentos de pertença, as procuras de liderança e coordenação e as auto e heteroimagens coletivas das partes.”

Assim, a integração pode ser entendida como a possibilidade efetiva de o indivíduo exercer escolhas informadas entre os diversos modelos sociais e culturais em presença, determinando em que contextos e sob que condições pode aceder a determinados direitos sociais ou participar na esfera pública enquanto cidadão pleno. A problemática emerge quando os indivíduos pretendem realizar opções que implicam a sua participação na vida social, como sucede no sistema desportivo, e se veem impedidos de o fazer em virtude de constrangimentos estruturais, designadamente de ordem económica. Importa sublinhar que participar no sistema desportivo, seja enquanto praticante, seja no desempenho de outras funções, é tão legítimo quanto a opção pela não participação. O ponto fulcral reside em que ambas as possibilidades decorram de uma escolha livre e não de limitações impostas pelas condições sociais de existência.

Como tal, o problema da integração coloca-se quando a opção é participar e o indivíduo é “impedido” de o fazer, pelo que questões como saber se os jovens provenientes de classes sociais desfavorecidas podem escolher de forma livre e sem entraves se querem praticar desporto, e que desporto, parece fazerem sentido e enquadrarem-se na problemática da integração social enquanto possibilidade de escolher, participar e intervir.

Podemos concluir dizendo que as sociedades complexas são compostas por diversas “tribos”, pelo que os processos de integração são mais complexos e estão dependentes de múltiplos fatores, e logo não são lineares. A integração em sociedades democráticas, como a portuguesa, não está isenta de conflitos. A democracia é um sistema “naturalmente” conflitual.

1.2. O DESPORTO COMO VEÍCULO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Norbert Elias e Eric Dunning (2019) referem que o desporto não tem merecido atenção por parte das principais referências da sociologia contemporânea, com honrosas exceções como

Bourdieu (e nós podemos acrescentar eles próprios). Giddens² (1961) refere, na sua dissertação de mestrado, que o desporto era negligenciado como objeto de análise social. Também Machado (2020) sublinha esta ideia ao recordar que o desporto continua a ser um domínio sociológico deficitário, apesar da sua evidente relevância social, sobretudo no caso do futebol. Parece haver uma certa relutância em abordar um tema que é encarado como sendo pouco digno ou pouco sério e, como tal, não se inscrever nas principais preocupações dos sociólogos.

A estes argumentos poderíamos adicionar outro aportado por Coackley (2015, p. 403) quando este refere que há a ideia de que “There is *NO* need to study and analyze sport critically, because it is already as it should be.”

Apesar destas limitações, constrangimentos e destes aparentes preconceitos por parte da comunidade sociológica, a verdade é que o desporto existe e impacta a vida de milhões de pessoas. Como refere Marques (2009, p. 299), “(...) os calendários desportivos marcam o tempo e o modo de vida de um número cada vez maior de pessoas (...)”. O desporto é uma rede social poderosa e um promotor de sociabilidade, como tal, é um objeto de estudo, sociológico, relevante.

Tendo em consideração a relevância social que o desporto tem, julgamos que o contributo da sociologia feita em Portugal para o entendimento do desporto enquanto catalisador de processos de integração deveria ser mais significativo. Marivoet partilha da nossa opinião ao referir que a academia ainda não despertou para o tema da integração social no e pelo desporto (Marivoet, 2016a). Certamente que diversos fatores contribuem para este resultado. Esta realidade parece de alguma forma estar em linha com a de muitos outros países e mesmo com aqueles em que a sociologia, no seu todo, atingiu um estado de maturidade elevado há muito mais tempo do que em Portugal.

O desporto tem assumido cada vez mais relevância social, seja como meio de entretenimento, de ocupação de tempos livres, de manutenção e preservação da saúde e da condição física, como elemento de diplomacia ou de luta política, ou como atividade económica geradora de riqueza, sendo também referido em diversos contextos como mecanismo relevante de socialização e de integração social, em particular dos mais jovens (Elling et. al. 2001; CE, 2007; Marivoet, 2002a; Marivoet, 2014a; Török, 2018; Elias e Dunning, 2019; Sérgio, 2019; Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et. al., 2020; Nagel, Elmoose-Østerlund, Ibsen, et. al., 2020). Segundo Elias e Dunning (2019, pp. 415-416):

² A dissertação de mestrado de Anthony Giddens foi sobre uma temática no âmbito do desporto, *Sport and society in contemporary England*, embora o autor não tenha voltado ao tema, pelo menos de forma continuada e aprofundada.

o desporto se tem transformado, por todo o mundo, de instituição marginal e pouco valorizada em instituição central e muito mais valorizada, uma instituição que para muitas pessoas parece ter um significado religioso ou quase religioso, na medida em que se tornou uma das principais, se não a principal, fonte de identificação, significado e gratificação das suas vidas.

Esta afirmação expressa de forma clara a importância que o desporto tem na vida de muitos milhões de pessoas.

Como mencionámos, é socialmente aceite que o desporto é um mecanismo de integração social. Como refere Vítor Rosa (2020), o desporto na sociedade contemporânea tornou-se uma espécie de solução para quase todos os males, desde a prevenção ou combate a diversas doenças, a mecanismo de diplomacia, ou como veículo de integração social. Esta é uma alegada verdade a que genericamente todos aderimos. Tornou-se uma espécie de axioma social que ninguém parece querer colocar em causa, ou como refere Coakley (2015) a fé no desporto é similar à fé religiosa, alienada da realidade empírica. Este autor é particularmente crítico da perspetiva de que o desporto é por natureza puro e bom, que concorre para o desenvolvimento individual e social e como tal é uma perda de tempo estudá-lo de forma crítica. A esta ideia dá o nome de GSM (Great Sport Myth) e conclui que:

The sociology of sport remains on the margins of sociology, physical education and sports studies. This is not always a bad place to be, but being positioned in this way calls on those of us in the field to engage in concerted, sustained and strategic efforts to discredit the GSM and replace it with a discourse informed by sound research that enables people to make informed decisions about sports in their lives and their communities (Coakley, 2015, p. 405).

O mesmo refere Constantino (2003), ao mencionar que muito do que se diz sobre o desporto carece de comprovação empírica. A verdade é que, de acordo com vários autores, não há evidências suficientemente claras e inequívocas que demonstrem que este princípio seja efetivamente uma realidade (Elling et. al. 2001; Constantino, 2003; Walseth, 2006; Coakley, 2015; Török, 2018; Coalter, 2017; Rosa, 2020).

A este propósito, Török (2018, p. 137) diz-nos que “(...) researches in sports sociology have widely debated these impacts, and some have even labeled the alleged positive impacts of sports regarding social integration and mobility as a “myth””. Algo similar diz Walseth, ao referir que “even though it is a common understanding among policymakers that playing sport creates feelings of belonging to a community, there is little research that confirms this assumption” (2006, p. 447). Na mesma linha de raciocínio, Eliing et. al., (2001, p. 419) referem que “the extent to which different degrees of structural integration in sport can further influence

situations outside the world of sport is not clear.” Por sua vez, Coalter (2017), demonstra que grande parte da investigação apresenta limitações metodológicas significativas e que o desporto tende a ser instrumentalizado em políticas públicas sem provas consistentes da sua eficácia. Este alerta reforça a necessidade de problematizar a relação entre desporto e integração, evitando visões excessivamente normativas.

Se considerarmos integração social o processo pelo qual os indivíduos aderem a uma realidade social que é partilhada por todos de forma igual, independentemente das condições económicas, sociais ou culturais de pertença, isto é, há integração social quando os indivíduos, independentemente das suas condições de origem, têm as mesmas oportunidades de acesso a direitos sociais, então importa colocar uma questão: se os indivíduos não têm as mesmas oportunidades, designadamente de acesso à educação, à saúde, à justiça e à cultura, por que motivo se considera que no acesso à prática desportiva a realidade é diferente? Ou será que o desporto apenas ajuda a integrar os que já estão integrados?

A prática desportiva bem-sucedida em que os jovens adquirem competências (capital desportivo), e as mobilizam de forma a destacarem-se positivamente, é uma forma de se integrarem e serem aceites pelo grupo e de adquirirem capital social (Pinto & Amorim, 2002; Marivoet, 2014a; Török, 2018).

Quando, em linguagem corrente, dizemos que o desporto é um promotor de integração social podemos estar a querer dizer outra coisa. Pretendemos dizer que o desporto e a prática desportiva promovem a socialização dos jovens, a sua educação, a adesão a regras, normas e valores que socialmente são considerados relevantes. E, desta forma, contribui-se para que os indivíduos mais jovens construam redes sociais mais ou menos alargadas, que são importantes para a dinamização e criação de formas de capital determinantes para o seu sucesso enquanto atores sociais, seja capital social, cultural e, em última instância, económico. Conseguem igualmente gerar uma outra forma de capital, pelo menos os que se revelam mais capazes do ponto de vista da performance desportiva. Geram capital desportivo, que pode ser uma forma de encontrarem no desporto a sua profissão, a sua carreira (Marivoet, 2002a).

Contudo, saber se o desporto é um veículo de integração social não encontra resposta na explanação acima feita relativamente à importância do desporto enquanto espaço de sociabilidade e de aquisição de diversas formas de capital. Essa é uma realidade para aqueles que têm o privilégio de fazer parte do sistema desportivo. E os que estão de fora e que não entram devido a condicionalismos económicos ou de outra ordem? Esses estão excluídos, desintegrados. Quando se fala de inclusão ou integração não se pode deixar de abordar o seu contrário. Neste caso a exclusão ou a desintegração.

Se a tendência é para, inclusive no meio acadêmico e da investigação sociológica, se considerar o desporto como um importante meio para a integração social dos jovens, a verdade é que também há vozes que têm visões negativas do desporto, em particular do de alta competição. Entre essas vozes está Jean-Marie Brohm, sociólogo francês. Também Manuel Sérgio (2019) critica o desporto de alta competição por este ser elitista e promover a exclusão social, como é prática do sistema capitalista, em particular das correntes neoliberais. Adorno (2001) tem uma perspetiva similar à dos autores atrás referenciados, considerando o desporto como mais um produto da cultura de massas produzida pelo sistema capitalista. Adorno (2001) argumenta que a cultura de massas, na qual inclui o desporto, é um produto da indústria cultural que visa a padronização, o lucro e a manutenção da dominação social. Critica, ainda, a forma como a cultura de massas condiciona os desejos e comportamentos dos indivíduos, reduzindo a individualidade e promovendo a conformidade com os valores impostos pelo sistema capitalista. Desta forma, embora Adorno não tenha aprofundado os aspetos relacionados com o desporto, referindo inclusive que “we still lack an incisive sociology of sport, and particularly of the spectator” (2001, p. 189), considera o desporto como parte integrante da cultura de massas e da indústria cultural, o que reflete uma visão crítica do mesmo. Apesar desta visão negativa do desporto, Adorno (2001) não nega que o mesmo pode desenvolver nos praticantes sentimentos de solidariedade e de entreaajuda.

A visão de Brohm (1982, 2020) é similar à de Adorno (2001). Também o autor francês considera o desporto moderno o reflexo do sistema capitalista de produção e, como tal, enferma dos mesmos problemas. O objetivo final é a competição desenfreada com o intuito de atingir a melhor marca, o melhor resultado, a todo o custo e sem olhar a meios. O desporto não passa de mais um produto da sociedade capitalista, de uma mercadoria com valor de troca. Como refere o autor, “el deporte es el modelo típico, ideal, de la sociedad industrial, cuyo eje es el rendimiento productivo y competitivo” (Brohm, 1982, p. s.n).

Apesar da postura crítica que apresenta sobre o desporto atual, Brohm não nega a sua importância enquanto meio de aquisição de competências sociais, de respeito por regras, normas e valores, mas também pelo reconhecimento da existência de hierarquias e de detentores de poder (Brohm, 1982). Nesta perspetiva, a realidade desportiva serve os interesses de uma sociedade hierarquizada, burocratizada e altamente competitiva. De alguma forma podemos dizer que, para Brohm, o desporto moderno serve os interesses da classe dominante. Nesta lógica existe uma simbiose entre o sistema desportivo e o sistema capitalista. O desporto de alta competição propaga valores que são caros ao capitalismo, como a necessidade de se ser mais competitivo, de alcançar marcas cada vez mais difíceis, de maior eficácia, ou da necessidade de trabalhar mais para alcançar o sucesso. Valores que, de alguma forma, estão plasmados no lema olímpico: mais alto, mais rápido, mais forte. Por

outro lado, o sistema capitalista disponibiliza os recursos financeiros de que o desporto de alta competição necessita para sobreviver. Ou, como refere Amado (2003, p. 82):

Uns com entusiasmo, outros com resignação, outros com revolta, a verdade é que hoje todos falamos da comercialização e profissionalização do desporto, na crescente submissão deste à implacável lógica do capital, na inexorável empresarialização, mercantilização, e mediatização do fenómeno desportivo, no consumadíssimo matrimónio entre desporto e capitalismo.

Será então que o desporto, ao contrário do que resulta da perceção generalizada, funciona como catalisador de reprodução social negativa e contribui para que as desigualdades sociais se perpetuem? O desporto em contexto escolar, em particular, deveria servir de mecanismo de integração social, mas será que cumpre este objetivo? Os clubes desportivos têm ou deveriam ter um papel central neste âmbito, mas será que têm condições objetivas para o fazer? Têm recursos financeiros e humanos que lhes permitam promover a integração no desporto de indivíduos excluídos/desintegrados socialmente devido à sua situação socioeconómica? O Estado, seja central ou local, tem políticas coerentes de integração dos mais desfavorecidos na prática desportiva?

Para estas questões, importa encontrar respostas que sejam devidamente sustentadas por evidências e que não resultem apenas da perceção que temos da realidade. Perceções que, em muitos casos, nos transmitem uma ideia errada e que, por isso, nos deixam conformados e agradados com uma realidade virtual.

Mas que características apresenta o desporto para que se possa considerar que este é ou pode ser um gerador de processos de integração social? De acordo com Allen Guttmann (2004), as religiões primitivas, em particular do continente americano, previamente à chegada dos Europeus, integravam, nos seus rituais, atividades de carácter desportivo, como correr, saltar, lutar, ou mesmo jogos que utilizavam uma bola. Algumas atividades desportivas consubstanciavam-se como ritual de passagem para os jovens do sexo masculino e, como tal, visavam a sua integração social, a pertença a um grupo.

Se o desporto era uma componente dos rituais religiosos nas sociedades primitivas, para Allen Guttmann (2004) esta realidade é igualmente constatável nos jogos olímpicos da era clássica. Segundo o mesmo autor, a dessacralização do desporto, a sua secularização, ocorreu, essencialmente, na época moderna. Apesar dessa dessacralização, o desporto moderno não deixou de ter os seus rituais. Como refere Costa, o desporto é um fenómeno cultural e tem um carácter quase religioso, que se manifesta através de rituais e símbolos (2002). O mesmo afirma Marques (2009, p. 299) quando diz que “Na sociedade moderna e

secularizada muitas manifestações religiosas viram o seu lugar ocupado por manifestações desportivas (...)."

Para além do desporto apresentar um carácter ritualístico, o texto abaixo permite-nos ter uma perspetiva do desporto, na época clássica, enquanto prática elitista e, como tal, das classes sociais mais favorecidas.

Nesta região [Atenas], a selecção das crianças era feita por ocasião de uma corrida de obstáculos. Numa determinada época do ano, as crianças que tivessem atingido a idade de decidir a orientação das suas vidas eram colocadas numa linha de partida, e tinham de correr durante várias horas numa pista larga, cheia de obstáculos diversos parecidos com os percursos de competição. Nos lados da pista colocavam-se adultos que controlavam os concorrentes, alguns que os encorajavam, outros que os insultavam e ainda outros que, à passagem, deviam bater-lhes com toda a força com um pau. Os primeiros a chegar eram aqueles cuja resistência e coragem os impeliam para a vitória (Béraud e Millet, 1975).

O texto oculta uma realidade que apenas emerge quando se analisa a "vida" de cada um dos indivíduos que participam nesta prova. Os indivíduos pertencentes a famílias de classes sociais superiores beneficiavam de um conjunto de recursos que lhes permitiam preparar devidamente a prova e, logo, partir em condição de vantagem relativamente àqueles que pertenciam a classes sociais inferiores, que não dispunham de recursos, desde a alimentação adequada até ao treino físico.

Este exemplo permite dizer que um sistema aparentemente democrático, e que apela à meritocracia, está impregnado de "vícios" que permitem dar vantagem a quem pertence a classes favorecidas e, desta forma, assegura que esses indivíduos detenham indefinidamente o poder e os respetivos privilégios, reproduzindo-se o modelo social.

De alguma forma esta posição encontra respaldo no pensamento de Marx e Engels (2001, p. 48) quando referem que "os pensamentos da classe dominante, são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é poder material dominante, numa determinada sociedade, é também o poder espiritual dominante". Se quisermos adaptar esta frase à questão do desporto, poderemos dizer que as práticas de uma época foram sempre as práticas da classe dominante.

Também Bourdieu alinha por esta lógica, mencionando que algumas práticas desportivas ainda são reféns das classes sociais superiores e continuam a simbolizar poder e distinção, como é o caso do golf, ténis ou equitação, apenas para mencionar algumas modalidades (Bourdieu, 1978; 1988; 2010). O autor reconhece, igualmente, que a prática desportiva pode trazer ganhos aos praticantes, ao nível das relações sociais e, em certos casos, em termos económicos.

A divisão do trabalho é, igualmente, uma variável constatável no desporto. Se a divisão do trabalho foi abordada por Durkheim e por Marx num contexto essencialmente relacionado com a indústria, a verdade é que esta rapidamente se expandiu para outras áreas de atividade. Isso mesmo nos diz Giddens (2005) a propósito das posições de Durkheim, quando este se refere à divisão de trabalho na ciência, no direito ou nas artes. A este conjunto de áreas de atividade podemos acrescentar o desporto, dentro da mesma lógica de diferenciação social.

A especialização no desporto pode ser igualmente um elemento importante para o processo de integração dos praticantes. Se através do grupo é estruturada a sua pertença a um coletivo, através da diferenciação funcional é, de alguma forma, estruturada a sua dimensão enquanto indivíduos. A diferenciação pode ser um elemento importante para a própria coesão do grupo, criando-se uma espécie particular de solidariedade orgânica.

O treino é, desde logo, um meio para obter eficácia através da repetição de processos e procedimentos, que visam, designadamente, a especialização (divisão do trabalho) dos executantes, através da colocação dos atletas em postos específicos. O treino é também uma ritualização que visa ensaiar a “cerimónia” (a competição) que é apresentada aos “crentes” (adeptos) durante um espetáculo desportivo. É algo que se passa nos bastidores, longe dos olhares dos “crentes” e que se repete sistematicamente. Utilizando a lógica de Goffman, através das palavras de Collins, podemos referir que os treinos ocorrem nos bastidores, de forma sistematizada e recorrente, “reminds us, is usually there because rituals—at least complicated ones—don’t just come off by themselves but have to be worked up to” (2004, p. 24).

Também os espetadores têm um papel ativo no fenómeno desportivo e nos seus rituais, através, designadamente, do incentivo aos praticantes da equipa com que se identificam, o que pode conduzir a fenómenos que Durkheim designa de efervescência coletiva e que Collins define como energia emocional. Contribuem igualmente para estes fenómenos a celebração do golo e da vitória. Situações que são momentos de partilha e de exaltação de valores, que servem para a formação de sentimentos de pertença, de integração e coesão.

Certas situações que se vivenciam num espetáculo desportivo moderno são similares às que Durkheim constatou no estudo que efetuou sobre a religião primitiva de povos da Austrália. No caso da religião estudada por Durkheim (2004), os indivíduos eram como que assaltados por uma espécie de eletricidade que os fazia atingir um grau elevado de excitação. Pode dizer-se que, em muitas dimensões, o desporto moderno se reificou enquanto religião secular. Se nas religiões primitivas os indivíduos adoram totens, no desporto moderno adoram os emblemas dos clubes, as cores dos seus equipamentos, as bandeiras, ou os animais com que os clubes se identificam, sejam estes reais ou meramente mitológicos. Os praticantes,

em muitos casos, sobem à condição de “semideuses”. Ou como refere Marques (2009, p. 299) “Nunca, como hoje, os heróis do Olimpo foram tão glorificados”

Como sublinha Durkheim, os sentimentos de pertença são perpetuados através de símbolos. Sem eles esses sentimentos tornam-se voláteis e rapidamente se dissipam. Daí a necessidade de o ritual precisar de se repetir periodicamente. Também esta regra é perfeitamente transponível para a realidade desportiva. Como tal, podemos considerar que o desporto tem as condições necessárias para criar sentimentos de pertença e de identidade nos espetadores e nos praticantes. No que respeita aos praticantes, os rituais desportivos criam como que uma consciência coletiva própria, que resulta do processo de socialização secundária pelo qual passam ao longo dos anos enquanto desportistas, com especial relevância para o período de formação, o que potencia processos de integração social. Assim, o desporto entendido como agente socializador pode considerar-se como um veículo com potencial na integração social dos indivíduos.

No desporto, as crenças, os sentimentos de pertença e de solidariedade, renovam-se através do treino, da competição, das vitórias e também das derrotas, sobretudo pela pertença a um grupo com o qual os indivíduos se identificam.

O desporto é um subsistema social altamente simbólico e sujeito a regras e normas bem definidas e precisas. Os praticantes devem adaptar-se à realidade que encontram quando pretendem integrar-se neste contexto. As regras e as normas não são adaptadas às suas realidades sociais, culturais, étnicas ou de qualquer outra tipologia. São os praticantes que se devem adaptar ao “mundo” desportivo pré-existente à sua chegada. Como tal, está presente uma dimensão vincadamente normativa quando nos referimos à integração social no desporto, em particular no desporto federado. Isso mesmo nos diz Brohm ao referir que “el sistema deportivo es esencialmente un universo de reglas y de leyes. En el deporte, las reglas, las leyes, las codificaciones son condiciones rigurosamente necesarias (y ello no sólo es cierto en los deportes colectivos)” (Brohm, 1982, p. s.n). Temos, pois, que as normas são um elemento crucial para o equilíbrio do grupo, e os rituais auxiliam o grupo a manter-se unido e equilibrado (Homans, 1952)

1.3. INTEGRAÇÃO SOCIAL NO E PELO DESPORTO

No contexto da nossa investigação, consideramos integração no desporto a possibilidade que é conferida aos indivíduos de optarem, em condições de igualdade, independentemente das condições sociais de partida, pela prática de uma atividade desportiva de forma regular, institucionalizada e sujeita a normas e regras específicas. Normas e regras definidas pelas instâncias que tutelam a prática de uma modalidade desportiva coletiva ou individual, bem como as que decorrem da gestão de um clube desportivo e que, muitas vezes, estão previstas

em regulamentos internos. Como tal, nesta lógica, há uma normatividade marcada no que concerne ao processo de integração dos indivíduos. As regras de uma modalidade desportiva não podem ser alteradas ou adequadas às formas de pensar, sentir e agir dos praticantes. São estes que se têm de adequar, adaptar, às regras existentes. Desse ponto de vista, o desporto, em particular o federado, que visa a competição, apresenta alguma rigidez com a qual os praticantes se confrontam, caso pretendam praticar desporto e fazer parte do campo desportivo. Apesar desta normatividade, o desporto não se esgota no treino e na prática, encerra outras dimensões que são igualmente relevantes para a integração dos indivíduos, como os momentos de partilha entre os praticantes, a participação em eventos extradesportivos, as viagens, a vivência nos balneários, etc.

Coisa diferente é a integração social pelo desporto. Nesse caso, o desporto surge como instrumento mediador da integração dos indivíduos num contexto social mais alargado. Disso são exemplos projetos que são implementados em bairros sociais, projetos de desporto para reclusos, para pessoas sem abrigo, para pessoas com deficiência, como mecanismo de integração de imigrantes, etc. Neste caso, o desporto pode sair do seu espaço tradicional, designadamente dos clubes, deslocando-se até outros *habitat* sociais para apoiar a integração social dos indivíduos, funcionando de forma instrumental. As regras são muitas vezes “subvertidas” e tornam-se mais plásticas para se adequarem às realidades específicas com que são confrontadas.

Na integração pelo desporto, muitas vezes é necessário criar contextos desportivos que sejam mais acessíveis e Integradores para grupos excluídos. Isso pode envolver a criação de novas formas de “jogar”, de praticar as modalidades desportivas, adaptando as regras para melhor responder às necessidades dos participantes, ou mesmo a criação de desportos completamente novos. Por exemplo, pode ser necessário criar equipas mistas para incluir indivíduos de ambos os sexos, ou adaptar as regras de uma modalidade para permitir a participação de pessoas com deficiência. Esta nossa perspetiva encontra, de alguma forma, sustentação na visão de Marivoet (2014a).

Contudo, estas duas perspetivas de integração, no e pelo desporto, não são exclusivas. São, em muitos casos, complementares. Um indivíduo que é integrado no desporto, e que pratica uma modalidade num contexto federado, pode beneficiar desse facto para a sua integração num contexto social mais amplo, que extravasa o mero contexto desportivo.

A problemática da integração social ou, como preferem alguns autores, da inclusão no desporto e pelo desporto tem sido estudada, em Portugal, na ótica da sociologia do desporto, essencialmente por Marivoet (2005a, 2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016b e 2019). A abordagem adotada teve como lente teórica o conceito de inclusão, o que remete para uma primeira questão: estaremos perante conceitos equivalentes, compatíveis ou inconciliáveis

quando o comparamos com o de integração social? Entendemos que não existe uma inconciliação conceptual intransponível entre ambos. No entanto, optamos pelo uso do conceito de integração social, por este ser herdeiro de uma tradição sociológica consolidada e alvo de abordagens diversas, das clássicas às contemporâneas, como já demonstrado na primeira parte deste capítulo.

Almeida (1993, p. 829) parece partilhar desta posição ao afirmar: “talvez convenha começar por perguntar o que é a não exclusão, o que é a inclusão, a integração social”. A formulação sugere uma equivalência entre os dois conceitos. Mais adiante, acrescenta que “não se pode esquecer que do outro lado está a definição, tantas vezes oculta e censurada, de quem são os incluídos, os integrados” (1993, p. 831). Também Giddens sublinha esta lógica de proximidade quando afirma que “a exclusão (...) é igualmente nociva a uma sociedade integrada” (Giddens, 2007, p. 331).

A mesma linha de entendimento é reforçada por Török (2018, pp. 134-135), que, num estudo sobre o papel dos clubes desportivos na Hungria, refere:

(...) the concept of integration can be applied to the inclusion of certain groups or minorities into social processes and practices, to the mechanism through which these groups become an integral part of society. When used in this sense, the meaning of integration is very close to that of inclusion.

Assim, parece claro que integração e inclusão remetem, em termos sociológicos, para um núcleo conceptual comum. Isto é, para a participação plena dos indivíduos nos processos sociais, garantindo o seu reconhecimento e pertença. A diferença reside sobretudo no percurso histórico e no grau de consolidação teórica de cada termo.

Neste sentido, ambos os conceitos sugerem uma interação recíproca entre os indivíduos e as estruturas sociais, enfatizando a construção de uma sociedade diversificada e inclusiva, onde os direitos individuais são respeitados e a participação ativa é promovida. Por essa razão, no contexto desta investigação, consideramos legítimo fazer equivaler os conceitos de inclusão e integração, ainda que escolhamos este último como referência central.

Salomé Marivoet (2016b) destaca a importância dos ideais desportivos, inscritos, designadamente, na carta olímpica, como mecanismos de aproximação dos povos, de combate a fenómenos de xenofobia e racismo e, como tal, catalisadores da integração social dos indivíduos.

Se os ideais olímpicos e do desporto em geral têm a capacidade de contribuir para a aproximação dos indivíduos e para a sua integração social, a verdade é que as práticas de discriminação, de xenofobia e de racismo não são algo a que o desporto esteja imune (Marivoet, 2016b). O desporto não existe fora do contexto social, não vive num vazio, pelo que é contaminado pelos fenómenos de exclusão que ocorrem noutros sistemas sociais.

Algumas iniciativas europeias, bem como projetos desenvolvidos em Portugal, visam aproveitar as potencialidades do desporto para a integração dos indivíduos, em particular dos jovens mais carenciados. Podemos destacar algumas experiências que são dinamizadas em Portugal, como os projetos Bola Pr'a Frente e Street Dance, promovidos pela Associação Nacional de Futebol de Rua, que intervém na cidade de Lisboa, mais propriamente no Bairro Padre Cruz (Marivoet, 2016b; Ramalho, 2019, 2021), a iniciativa “Gingando para a Cidadania”, que utiliza a “capoeira” como instrumento desportivo, educativo e lúdico com vista a integração de jovens, e que é promovido pelo grupo “Ginga Brasil”, que tem projetos em diversos países, entre eles Portugal, bem como o projeto Futebol de Rua, promovido pela Associação CAIS, que pretende:

Promover a integração social de pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social, através de metodologias de capacitação para a aproximação ou regresso ao mercado de trabalho, ajudando-as a recuperar a autoestima, competências e o seu lugar de direito na sociedade (CAIS, 2024, p.2).

Outros exemplos poderiam ser elencados, contudo, julgamos que, apesar do mérito indiscutível desses projetos, a verdade é que os mesmos são de pequena dimensão, geograficamente pouco abrangentes e não permitem que o papel integrador do desporto tenha impacto num contexto mais amplo. Produzem efeitos muito localizados e pouco significativos numa escala nacional. Apesar de serem projetos de inovação social estão pouco disseminados e têm uma escalabilidade reduzida. Consideramos, assim, que os clubes, pela rede que constituem com expressão nacional e presença local, deveriam assumir de forma sistemática, e não apenas pontual, o papel de dinamizadores de estratégias com impacto no processo de integração no desporto dos jovens mais carenciados, sendo desejável que algumas medidas de políticas públicas de desporto e juventude fossem desenhadas em função deste objetivo. Isto é, se a matriz dos clubes assenta na promoção da prática desportiva, tendo como objetivo, na maioria dos casos e em particular no desporto federado, a competição, então a assunção, por parte destes, de funções de carácter social, como a integração de jovens carenciados, deve ter como contrapartida o financiamento dessas atividades pelo Estado, uma vez que este, por sua vez, não consegue assegurar plenamente essa responsabilidade que decorre em primeira instância, da norma constitucional de garantir o acesso de todos à atividade física e desportiva.

Para que o desporto seja um veículo de integração social para grupos de todos os estratos sociais, importa que as organizações implicadas na promoção do desporto a diversos níveis, desde a escola, o Estado central, as autarquias e, obviamente, os clubes estejam efetivamente comprometidos e trabalhem de forma articulada, sistémica, em rede.

Estudos sobre a temática da integração social no e pelo desporto, têm sido desenvolvidos por toda a Europa, e deles trazemos aqui alguns exemplos. Muitos dos artigos a que tivemos acesso respeitam à integração de imigrantes, sendo o desporto uma ferramenta utilizada nesse processo (Walseth, 2006; Moraes et. al., 2012; Zwahlen et al., 2018; Russo, 2019; Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen, et. al., 2020; Flensner et. al., 2021). Os imigrantes, em particular os mais jovens, pertencem a minorias que encerram algumas características que contribuem para uma maior dificuldade de integração, desde logo devido a questões linguísticas, étnicas e culturais, além das dificuldades colocadas pelas próprias sociedades de acolhimento. O desporto enquanto linguagem universal pode contribuir para eliminar algumas dessas barreiras à integração.

1.4. O PAPEL DOS CLUBES DESPORTIVOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

O artigo de Walseth (2006) reflete o trabalho de investigação que foi desenvolvido com 21 jovens muçulmanas com antecedentes migratórios, residentes na Noruega, em Oslo. O autor começa por referir que a população imigrante apresenta indicadores de integração mais baixos do que a população em geral, em que se incluem menores níveis de qualificação escolar e profissional, taxa de desemprego mais elevada, menor envolvimento em atividades associativas. Os imigrantes têm, igualmente, uma participação muito menor no que concerne à prática desportiva, através de clubes ou de organizações similares. O autor optou por uma abordagem metodológica qualitativa, por forma a obter as representações subjetivas dos indivíduos sobre as suas experiências de integração através da prática desportiva. As conclusões do estudo apontam no sentido de o desporto contribuir para a construção de sentimentos de pertença e de envolvimento, através do apoio mútuo entre os praticantes, na partilha de problemas que extravasam a atividade desportiva, na criação de amizades, na resolução de problemas em equipa. Para algumas jovens o desporto é visto como um local onde podem “refugiar-se” de algumas obrigações sociais a que estão sujeitas, em particular, as jovens muçulmanas (Walseth, 2006). O autor destaca ainda a maior capacidade de gerar sentimentos de pertença por parte dos desportos coletivos geridos por clubes do que a prática de desportos individuais ou coletivos não sujeitos a regras e normas, como é o caso do *fitness* ou do basquetebol de rua.

Um outro estudo (Flenser et. al., 2021), realizado na Suécia, visa perceber a forma como os clubes desportivos e os seus dirigentes podem ter um papel importante na integração de jovens imigrantes que residem em comunidades em que a população migrante é maioritária.

Os autores referem que a sociedade sueca apresenta índices altos de segregação das comunidades imigrantes, no que concerne ao emprego, educação e habitação. Salientam, igualmente, o facto de, ao contrário do que é a política de apoios ao desporto, que em regra

são canalizados pelo Estado central através da confederação dos desportos, neste caso, que é uma exceção, os apoios aos clubes foram providos pelas autarquias, para dinamização de um programa específico para promover estratégias de integração de jovens imigrantes. Ou seja, os clubes desportivos foram financeiramente apoiados para promoverem medidas/estratégias de integração. Trata-se, portanto, da assunção por parte do Estado, neste caso através das suas estruturas locais, da importância que o desporto e os clubes têm na dinamização de estratégias que visam contribuir para a integração dos indivíduos. Os clubes tiveram de criar atividades especiais para os jovens participarem e irem promovendo dessa forma o seu processo de integração. Só após esse processo inicial de integração é que podiam participar nas atividades regulares das equipas dos clubes. As conclusões do estudo apontam para resultados algo contraditórios sobre o papel do desporto e dos clubes no processo de integração destes públicos.

Os dirigentes dos clubes consideram não poderem ter um papel relevante no processo de integração destes jovens, pelo facto de entenderem o conceito de integração numa perspetiva estrutural, dependente de fatores socioeconómicos. Consideram, igualmente, que a integração tem subjacente aspetos relacionados com a assimilação e a aculturação, com a sujeição de indivíduos pertencentes a culturas minoritárias às regras da cultura dominante. Como tal, os dirigentes dos clubes entendem ter um papel importante na inclusão dos jovens no desporto, por interpretarem este conceito de forma diferente do de integração, e restringirem o seu âmbito ao livre acesso à prática desportiva, independentemente da sua origem (Flenser et. al., 2021).

Os autores sublinham a importância de se clarificar o conceito de integração “If sports clubs are expected to contribute to the integration of migrants there needs to be a mutual understanding of what is meant with integration and shared strategies for achieving it.” (Flenser et. al., 2021, p. 79).

Por sua vez, Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et. al. (2020) desenvolveram um estudo comparativo a nível europeu que envolveu dez países, para perceberem a importância que os clubes desportivos podem ter na integração de jovens imigrantes no sistema desportivo, tendo em consideração o entendimento de que os clubes são instituições relevantes neste processo. Os autores começam por referir que o papel dos clubes nos processos de integração de imigrantes é algo ambíguo, uma vez que estudos realizados sobre este tema têm apresentado resultados contraditórios. Uns concluem que os clubes dão um contributo importante para os processos de integração, designadamente, por permitirem que os imigrantes estabeleçam redes de contacto, criem amizades, sentimentos de pertença e de envolvimento. Sendo que outros apresentam resultados opostos, constatando-se uma presença pouco significativa de

imigrantes, nomeadamente, em cargos dirigentes dos clubes, manifestações de racismo, barreiras étnicas, etc. (Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen, et. al., 2020).

Tal como Flenser et. al (2001), os autores acima referidos consideram que os resultados contraditórios obtidos em investigações sobre o mesmo objeto de estudo devem-se ao facto de não se definir da forma mais apropriada o conceito de integração social, ficando-se por uma visão algo indiferenciada desse conceito ao invés de lhe dar um sentido multidimensional. Para evitarem erros similares, os autores centraram-se nos aspetos relacionados com a integração dos indivíduos nos clubes desportivos e não na sociedade em geral. Para tal, utilizaram o conceito de integração desenvolvido por Elling, et. al. (2001)³.

Os resultados obtidos por Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et.al. (2020) demonstram haver um menor grau de integração nos clubes desportivos dos indivíduos imigrantes, quando comparados com indivíduos sem antecedentes migratórios. Verifica-se, igualmente, que os índices de integração dos imigrantes de segunda geração são muito similares aos de indivíduos sem passado migratório. Os autores concluem que os clubes desportivos desempenham um papel importante no processo de integração dos indivíduos imigrantes por permitirem o estabelecimento de redes sociais, o estabelecimento de amizades e a partilha de diversas experiências.

Para os autores fica claro que o desporto em geral e o papel desempenhado pelos clubes desportivos, em particular, são fatores de relevo nos processos de integração de indivíduos, especialmente jovens, imigrantes ou com passado migratório.

Importa sinalizar que a nossa investigação não respeita à integração de imigrantes ou descendentes de imigrantes no desporto, embora estes possam fazer parte do grupo social em análise, caso se constituam, como em muitos casos acontece, enquanto indivíduos pertencentes a classes sociais desfavorecidas (Machado, 1992). Contudo, julgámos importante trazer à discussão estudos que foram realizados tendo como objeto o desporto como mecanismo de integração social, mesmo que o foco se centrasse na população imigrante, sendo a integração de imigrantes, no e através do desporto, em particular dos clubes desportivos, um dos temas mais estudados.

Török (2018) realizou um estudo na Hungria sobre o papel que os clubes desportivos podem ter no processo de integração social de jovens. O objetivo era perceber se os clubes desportivos integravam indivíduos de todos os estratos sociais, funcionando assim como verdadeiros promotores de integração social, ou se a regra era a participação de indivíduos da classe média ou de estratos mais elevados. O autor pretendeu, igualmente, avaliar a participação nas atividades desportivas promovidas pelos clubes, em função do género.

³ Este conceito é apresentado de forma desenvolvida no modelo de análise desta tese.

Török (2018) utiliza o conceito de integração que já mencionámos anteriormente, da autoria de Elling et. al. (2001). A autora considera, ainda, que se podem considerar os clubes desportivos como integradores, caso estes tenham praticantes de todos os estratos sociais, ou seja, caso exista uma representatividade social heterogénea. Pelo contrário, considera os clubes desportivos como fator de exclusão sempre que essa representatividade social não se verifica.

Török (2018) sublinha que para o desporto ser um veículo de integração social, de grupos de todos os estratos sociais, importa que as organizações implicadas na promoção do desporto estejam abertas a essa realidade. Salienta o facto de se verificar que os jovens pertencentes a estratos sociais mais baixos terem menor representatividade nos clubes. Aliás, esta constatação é efetuada por outros autores. Sobre as desigualdades no acesso à prática desportiva, Pinto e Amorim (2002) destacam que se verifica que os indivíduos de estratos sociais mais altos apresentam índices de prática desportiva mais elevados; também a escolha da modalidade está condicionada pela classe social de pertença. Este último aspeto é destacado por Bourdieu (1978; 1988; 2010).

As questões económico-financeiras são referenciadas, no caso português, como dos principais motivos para que os jovens não pratiquem desporto. Isso mesmo vem refletido no Inquérito aos Hábitos Desportivos da População Escolar Portuguesa (DGEEC, 2020). Como tal, sem retirar ao desporto as suas virtualidades enquanto meio de integração social, a exclusão dos indivíduos mais carenciados continua a ser um facto, apesar das políticas europeias e algumas iniciativas a nível nacional pretenderem contrariar esta realidade (Marivoet, 2014a, 2014c, 2016b). O Livro Branco Sobre o Desporto, publicado pela Comissão Europeia, em 2007, tem como um dos principais focos a função que o desporto deve desempenhar na integração de grupos desfavorecidos socialmente (CE, 2007).

Regressamos à investigação desenvolvida por Török (2018) para referir que a mesma teve como grupo-alvo jovens entre os 15 e os 29 anos que praticavam desporto em clubes. Foram inquiridos por entrevista 722 jovens residentes na área de Budapeste. Os jovens pertenciam a 45 clubes, que representavam as 15 modalidades mais praticadas na Hungria.

A primeira constatação da autora sinaliza que a larga maioria dos jovens entrevistados pratica desporto de competição, verificando-se que os clubes não estão recetivos a integrar jovens que pretendam apenas praticar desporto por diversão ou como forma de ocupação de tempos livres. Este é um aspeto importante, pois pode sinalizar que há jovens que querem participar em atividades desportivas, mas não são admitidos devido à sua falta de capital desportivo (habilidade) ou por pretenderem apenas praticar desporto de forma descontraída, sem a componente competitiva.

A autora, constata, igualmente, que o nível habilitacional médio dos pais dos atletas entrevistados é bastante superior ao da média nacional. Por outro lado, quase 50% dos jovens refere que a sua família não tem problemas financeiros e residem em habitação própria. Verificou, ainda, que a participação de jovens de classes sociais mais baixas se concentrava em desportos em que os custos com equipamentos eram menores.

Podemos concluir, partindo do ponto de vista desta autora, que os clubes, e o desporto em geral, contribuem mais para a reprodução social do que para a integração dos desfavorecidos. A ser assim, a máxima de Bourdieu para a educação pode ser ajustada ao desporto: o desporto favorece os favorecidos e desfavorece os desfavorecidos. Mais uma vez, verifica-se que os resultados empíricos não confirmam o potencial que o desporto tem enquanto promotor de integração social.

A falta de conhecimento sistematizado, à escala europeia, sobre a relevância dos clubes desportivos em diversas dimensões da vida social, sendo que a informação disponível respeita essencialmente a estudos realizados a nível de cada um dos países, motivou a Sport Organisation Research Network (SORN), estrutura que integra a Associação Europeia de Sociologia do Desporto, a desenvolver um projeto transnacional que abrangeu 10 países europeus⁴. O referido projeto recebeu a designação de *Social Inclusion and Volunteering in Sports Clubs in Europe* (SIVSCE). O projeto foi apoiado pelo programa ERASMUS + da Comissão Europeia e tem como principal objetivo promover a integração social e o voluntariado desportivo nos clubes (van der Roest, et. al., 2017). O projeto SIVSCE decorreu entre 2015 e 2017, coletou informação nos 10 países participantes, tendo sido inquiridos 13.082 indivíduos, desportistas e colaboradores (dirigentes voluntários), pertencentes a 642 clubes.

A informação coletada no âmbito do SIVSCE permitiu, ainda, a realização de diversos estudos, nos quais se inclui um de âmbito europeu (Nagel, Elmoose-Østerlund, Ibsen et. al., 2020). O referido estudo focou-se nos países alvo do projeto SIVSCE e abordou, em cada país, os seguintes tópicos: (i) política desportiva e contexto histórico, (ii) estrutura e contexto, participação desportiva e promoção da saúde, (iii) integração social, (iv) tomada de decisão democrática e envolvimento, (v) trabalho voluntário.

Interessam-nos, particularmente, os aspetos relativos à integração social. Neste contexto, tendo como pressuposto a diversidade social, cultural e económica nos países analisados, iremos apresentar, a fechar este capítulo, alguns resultados que se afiguram relevantes para os propósitos da nossa investigação. No que respeita à integração social, o estudo centrou-se particularmente em quatro grupos sociais sub-representados em termos desportivos:

⁴ Alemanha, Bélgica (Flandres), Dinamarca, Espanha, Hungria, Inglaterra, Noruega, Países Baixos, Polónia, Suíça.

indivíduos com deficiência, jovens imigrantes ou com passado migrante, indivíduos mais velhos, indivíduos do sexo feminino. São feitas igualmente algumas referências a indivíduos com baixos rendimentos, embora a informação sobre este grupo social não esteja tão bem estruturada como a dos demais. A integração social foi abordada tendo por base o conceito desenvolvido por Elling, et. al. (2001).

Os clubes desportivos têm a capacidade de aproximar as pessoas, de criarem redes sociais e de promoverem o respeito por regras e valores, pelo que os autores consideram que estes têm alto potencial no que concerne à promoção da integração social. Consideram, igualmente, que o processo de integração social promovido pelos clubes desportivos é demorado e depende de diversas variáveis.

Alguns dos aspetos mais relevantes que podemos destacar prendem-se com a perceção que os clubes têm sobre si próprios e de se autoavaliarem como estruturas importantes para a integração de grupos sociais com origens diferenciadas, mas parece que poucos têm uma atitude proativa, bem como estratégias claras nesse sentido. Esta constatação faz-se em países como a Bélgica, Dinamarca, Inglaterra, Hungria, Holanda (Países Baixos), Noruega e Suíça. Ou seja, em 70% dos países alvo do estudo, os clubes não parecem promover iniciativas que visem a integração de indivíduos de grupos sub-representados no desporto. A Espanha e a Alemanha, de acordo com os resultados obtidos, são os países em que os clubes demonstram maior proatividade no desenvolvimento de iniciativas conducentes à integração de indivíduos de todos os grupos sociais. No caso polaco, os clubes referem desenvolver várias iniciativas com o objetivo de integrar indivíduos de todos os grupos sociais, contudo, o discurso de representatividade de diferentes grupos sociais não encontra nos dados de participação desportiva a confirmação dessas intenções.

Gostaríamos de destacar um aspeto salientado no estudo de caso sobre a Noruega. É referido que a integração social e outras funções sociais relevantes não são o foco dos clubes, pelo que, para poderem ter um melhor papel neste âmbito, teriam de mudar as suas prioridades (Nagel, Elmoose-Østerlund, Ibsen et. al., 2020). Por outro lado, é igualmente destacada a necessidade de uma maior profissionalização dos clubes, bem como de pessoal devidamente qualificado, para que as respostas ao nível da integração social possam ser uma realidade. Contudo, referem a necessidade de se encontrar um balanço entre profissionalismo e voluntariado, para não se colocar em causa a essência dos clubes desportivos na Europa, o seu carácter eminentemente voluntário.

Em síntese, o estudo revela que, apesar de diferenças substantivas entre os diversos países analisados, no que respeita à forma como os clubes se constituem, organizam e operam, dependendo, designadamente, da forma como os apoios públicos ao desporto e as políticas desportivas são operacionalizados, fica claro que estes são instituições com

potencial de integração social. Fica, igualmente, claro que os clubes desportivos dão relevância à integração de indivíduos pertencentes a grupos sociais menos representados no desporto. Apesar disso, parece evidente que os clubes, estando abertos à participação de indivíduos de diferentes origens sociais, não têm, na maioria das situações analisadas, estratégias definidas para recrutarem de forma ativa, sistematizada e dirigida estes indivíduos, podendo concluir-se que os clubes aceitam os indivíduos, mas fazem pouco para chegar até eles.

Este estudo, bem como outros que têm sido desenvolvidos a nível europeu, não contemplam a realidade dos clubes desportivos em Portugal, o que só confirma como o trabalho de investigação no âmbito sociológico, sobre o papel desempenhado por estes na integração social, designadamente de indivíduos de estratos sociais mais carenciados, é escasso ou mesmo inexistente.

Independentemente de os clubes serem mais ou menos ativos na promoção de iniciativas tendentes à integração social dos indivíduos, a verdade é que, um pouco por toda a Europa, estes são o local privilegiado para a prática desportiva (CE, 2007; Breuer et. al., 2015; Nagel, Elmoose-Østerlund, Ibsen et. al., 2020).

Marivoet (2014a) considera que os clubes desportivos se constituem como espaços privilegiados para o estabelecimento de redes sociais que permitem a partilha e o fomento de sentimentos de pertença. Sobre os clubes, e de forma mais alargada sobre o associativismo desportivo em geral, Cascais e Brito (2002, p. 151) dizem que “o associativismo desportivo facilita a integração social, não só pela socialização implícita na aprendizagem das regras da vida colectiva, mas essencialmente porque promove partilhas, cedências e a aceitação, pelo menos tácita, dos outros membros do grupo.”

As autoras criticam o atual modelo de organização e de gestão dos clubes em que se valoriza cada vez mais a vitória em detrimento do seu papel enquanto instituições que devem educar, defender valores socialmente relevantes e constituírem-se como polos de desenvolvimento social das comunidades em que estão inseridos (Cascais & Brito, 2002).

Por outro lado, os seus dirigentes apresentam baixos níveis de formação e isso não permite que os clubes prossigam o seu papel e possam ser mais influentes nas tomadas de decisão em termos de políticas desportivas (Cascais & Brito, 2002). Esta crítica é extensível aos treinadores (formadores), que são amadores, excetuando-se o caso dos clubes de futebol profissional. Também Constantino (1999) destaca a importância da formação dos dirigentes e dos treinadores, estejam estes ao serviço dos clubes de forma voluntária ou profissional.

Cascais e Brito (2002) defendem, tal como Constantino (1999), uma articulação próxima entre clubes e escolas como forma de dinamização da prática desportiva dos jovens. Juntam também as autarquias como elementos fundamentais dessa equação. Preconizam, ainda, um

modelo de funcionamento dos clubes mais profissional (Cascais & Brito, 2002). Perguntamos: profissionalismo com que recursos financeiros, com que fontes de receita, com que apoios?

Sobre a questão da profissionalização dos clubes desportivos, Constantino chama a atenção para o perigo de se pretender copiar os modelos dos desportos profissionais, o que pode converter os clubes desportivos em empresas com objetivos meramente comerciais, sendo negligenciados aspetos como a prática desportiva e a formação de jovens talentos. Importa, igualmente, ter em atenção que os clubes são instituições relevantes para a socialização dos jovens, para a coesão social, para a afirmação e reforço da identidade local e regional e, como destaca Constantino, para a “integração social e expressão de genuína solidariedade humana traduzida na doação voluntária de trabalho em prol do associativismo” (Constantino, 1999, p. 48).

Cascais e Brito (2002) consideram, ainda, que a razão da existência dos clubes desportivos é a formação ética e cívica dos praticantes, posição que vai ao encontro do que diz Manuel Sérgio (2019, p. 99) ao mencionar que um clube “não deve rever-se tão-só nas vitórias e nas taças conquistadas, mas também (e acima do mais) nos serviços prestados à comunidade.” Perguntamos se não estamos a exigir demasiado aos clubes.

Para que o desporto seja efetivamente um veículo de integração social de indivíduos de todos os estratos sociais, importa que as instituições do campo desportivo, desde a escola, o Estado central, as autarquias e, obviamente, os clubes, sejam atores empenhados e funcionem de forma articulada. É necessário conciliar a integração social e a integração sistémica. Como já referimos anteriormente, e julgamos ser importante sublinhar, a integração não se alcança apenas com algumas iniciativas de abrangência limitada, tanto no número de jovens como em termos geográficos, por muito meritórias que elas sejam. Para que tal ocorra é necessário que as diversas instituições trabalhem em rede e tenham nos clubes os principais polos de dinamização de estratégias que visem alcançar este objetivo. São os clubes que estão próximos dos indivíduos. São eles que são suficientemente capilares para estarem por todo o lado.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE, SOCIALIZAÇÃO E DESPORTO

2.1. A JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA

“A juventude é apenas uma palavra”. Esta famosa frase de Bourdieu (2002) caracteriza, com simplicidade, a complexidade que está por detrás do termo juventude. A noção de juventude é definida, muitas vezes, por oposição à de velhice. Os jovens são aqueles que têm o futuro a abrir-se à sua frente e os velhos os que, como diz Bourdieu, têm o futuro atrás deles, não têm futuro e estão num processo de perda de relevância social (Bourdieu, 2002). Ainda sobre esta famosa frase de Bourdieu, Pais (2008, p.8) diz-nos que o que ela reflete não é mais do que “uma construção verbal ou representacional”. Podemos dizer que é apenas uma representação social sobre o que se entende que é ser jovem. Uma uniformização de linguagem para nos referirmos a algo que é, ao invés da ideia que pretende transmitir, heterogéneo, diverso, plural.

Nesta perspetiva, a juventude é simbolicamente representada como uma máscara, que serve para esconder as diferenças que existem dentro deste grupo social; colocando uma máscara, escondem-se as diferentes realidades que os jovens dos vários estratos sociais e etnias vivenciam socialmente (Pais, 2008).

Como tal, antes de falarmos de jovens ou de juventude, importa perguntar: do que estamos efetivamente a falar? Os jovens são todos iguais? Têm a mesma origem social, os mesmos gostos, acesso às mesmas oportunidades? Ou será que apenas têm em comum o facto de pertencerem a uma determinada faixa etária? Estas são questões colocadas por Pais (1990a, 1990b, 2003, 2008) e que são igualmente sublinhadas por Bourdieu (2002).

A juventude é uma categoria social produzida pela sociedade industrial e marcada pelo prolongamento do tempo que os indivíduos passam na escola e o consequente retardar da sua entrada no mercado de trabalho (Garcia, 2000; Guerreiro et al., 2007; Pappámikail, 2011; Pais, 2016). Entrada no mercado de trabalho que marca, de uma forma simbólica, o início da vida adulta, apesar da inconstância e volatilidade desse próprio mercado, que é, presentemente, caracterizado pela precariedade, que afeta em grande medida os jovens, o que implica que estes entrem num processo de porta giratória entre emprego e desemprego, fazendo com que o processo de transição da juventude para a idade adulta seja intermitente e possa ter retorno (Giddens, 2007). Pais (2009, 2016) designa este efeito por geração ioiô.

O mercado de trabalho, para os jovens, significa muitas, demasiadas vezes o desemprego, subemprego, ou o trabalho precário. Emprego mal pago e que oferece aos jovens funções que não estão em linha com as suas qualificações. Funções que respeitam a postos de trabalho que, por excesso de mão de obra disponível, exigem qualificações mais

elevadas do que, na prática, o respetivo nível de complexidade funcional determina. A este respeito, Castel (1998) refere que o aumento de exigência das empresas ao nível das qualificações dos trabalhadores, sem em muitos casos corresponder a exigências de carácter técnico, empurra uma significativa quantidade de jovens para situações de desemprego.

A precariedade cria incertezas no futuro. Por outro lado, o emprego estável permite aos indivíduos prever o futuro e desenhar o seu itinerário de vida. Se o emprego organiza o tempo, o desemprego desconstrói-o e cria um certo caos (Carmo & D’Avelar, 2020).

Desta forma, a passagem da juventude para a idade adulta não é tão linear como era há algumas décadas, onde, por exemplo, como destaca Pais (2009), os indivíduos do sexo masculino tinham como que um ritual de passagem simbolizado pelo serviço militar obrigatório.

Também no que respeita à problemática do desemprego, este não afeta “todas as juventudes” da mesma forma. Há os jovens que, por terem qualificações alinhadas com as exigências do mercado, rapidamente conseguem construir carreiras profissionais estáveis e desafiantes, mesmo que nalguns casos seja necessário recorrer à emigração. Assim, também no acesso ao emprego não há apenas “uma juventude”.

Se as “juventudes” se diferenciam no emprego ou no desemprego, o mesmo ocorre na escola. A escola não é igual para todos os jovens e estes não entendem a escola todos da mesma forma. Também neste universo escolar, em que os jovens passam cada vez mais tempo, as diferenças sociais e étnicas têm o seu peso. Isto mesmo é constatado por Pais (2008) quando menciona “escolas do Diabo”, referindo-se aos estabelecimentos de ensino que são “povoados” pelos jovens rotulados como difíceis, que provêm de bairros sociais degradados e que pertencem a populações étnico-raciais minoritárias, como a negra e a cigana, e que são associados a comportamentos violentos ou fora da norma social dominante, não pelo seu comportamento individual, mas pela sua pertença étnica e social. Isto é, os preconceitos associados a um determinado grupo social condicionam os indivíduos à partida, estigmatizando-os e fazendo, demasiadas vezes, com que estes se identifiquem com o seu estigma e acabem por interiorizar o papel que a sociedade lhes confere (Pais, 2008).

Se noutras épocas a idade adulta ou a velhice eram características distintivas dos indivíduos, como que uma espécie particular de *status* social, a sociedade atual valoriza, sobretudo, a ideia de ser ou parecer jovem. Como nos diz Pais, “os mais velhos tudo fazem para se aparentarem mais novos. A juventude passou a ser considerada uma «geração vanguarda», um modelo de referência” (Pais, 2009, p. 373). Ou, como lembra Giddens (2007, p. 168), “os idosos tendem a tornar-se invisíveis”. A imagem de sucesso, aquilo que vende, é a juventude. Como sinalizam Severiano e Benevides (2013, p. 156), “a juventude torna-se o mais desejável bem de consumo”, sendo que “a juventude, em si mesma, transformou-se em uma mercadoria”. Mercadoria que todos querem comprar, mesmo que o espelho já não

reflita uma imagem consentânea com o ideal de juventude. Podemos inclusive considerar paradoxal a juventude ser considerada “geração de vanguarda”, numa sociedade europeia, e em particular portuguesa, em que os jovens estão cada vez mais em minoria, quase que em “vias de extinção”, ou, como lhe chama Barrisco (2006, p. 23), “fenómeno da raridade juvenil”. Efetivamente, o desequilíbrio demográfico entre jovens e idosos é cada vez mais favorável aos últimos. Apesar da “escassez”, ou talvez por isso, cada vez mais visível dos jovens na sociedade portuguesa, podemos dizer, como Vieira et al (2015, p. 7), que “a rarefação da população juvenil tem sido concomitante com a significativa valorização social e simbólica conferida aos mais novos, na sociedade portuguesa e de que é, em parte, produto.” Se a juventude é uma “mercadoria”, podemos concluir que quanto mais rara esta é mais elevado é o seu valor.

Como podemos constatar, falar de juventude acaba por ser mais complexo do que à partida parece. Ao conceito de juventude decorrente de aspetos meramente biológicos, é importante adicionar os de carácter social. Devemos entender o conceito de juventude assente em dois pilares, o primeiro referente a aspetos relacionados com a idade, que é comum a um grupo social mais ou menos alargado, e outro respeitante a aspetos diferenciadores que fazem da juventude um grupo social heterogéneo, como torna evidente Pais (1990a, p. 149):

De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma *fase de vida*.

Ou, como sublinha Groppo:

Ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos. O que a história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta (Groppo 2016, p.12).

Como tal, os papéis sociais dos jovens diferem em função de determinadas condicionantes. A juventude abrange várias realidades, dependendo do contexto social, cultural e histórico em que se integra (Groppo, 2016). A juventude, tanto no que respeita aos seus fatores mais identitários, relacionados com a cultura, formas de pensar, sentir e agir, como no que concerne à contabilização dos anos de vida, é uma construção social (Pais, 1990a, 2003, 2008; Bourdieu, 2002; Groppo 2016). A primeira, porque a cultura é

eminentemente um aspeto social e a segunda porque ser jovem, tendo por base os anos de vida, difere em função da época histórica, e de diversos fatores sociais e culturais.

A definição da juventude em função dos anos de vida ou de faixas etárias é uma naturalização de algo que é eminentemente social e que serve, essencialmente, para atribuir aos indivíduos, que se inscrevem em determinadas idades, papéis sociais, comportamentos, gostos, práticas, consumos, formas de representar o mundo. Características sociais que supostamente são comuns a indivíduos com idades similares. A juventude é uma construção simbólica.

Para exemplificar o quanto o conceito de juventude é uma construção social, Bourdieu segmenta a juventude em duas. A vivida pelos indivíduos das classes operárias e a dos indivíduos pertencentes às classes privilegiadas. Uns e outros têm vivências diferenciadas em função da sua classe social de pertença (Bourdieu, 2002). Podemos, contudo, dizer que a juventude, quando encarada como um indicador etário, é algo unitário, homogéneo; quando é relacionada com práticas sociais, culturais e classistas, podemos classificar o conceito de juventude como diverso e heterogéneo (Pais, 1990a, 1990b, 2003). Como tal, a juventude é um conceito a que se pode atribuir uma leitura dupla: biológica e social.

A estas duas formas de representar a juventude, Pais (1990a, 1990b, 2003) faz corresponder duas correntes sociológicas distintas. A corrente geracional, que olha para a juventude como uma categoria definida pela idade dos indivíduos, por uma fase da vida, enquanto a corrente classista coloca o foco na relevância das classes sociais como determinante daquilo que é ser jovem. Ser jovem é algo homogéneo em função da idade, mas é heterogéneo em função da classe social. Utilizando uma linguagem bourdesiana, pode deduzir-se que a corrente classista entende que os jovens de cada classe social têm o seu próprio *habitus*, o que justificaria diferentes visões do “mundo social”.

A abordagem classista enfatiza as diferenças de classe social e as desigualdades estruturais que afetam a vida dos jovens. Nessa perspetiva, as condições económicas e sociais em que os jovens crescem e se desenvolvem são fundamentais para explicar as suas experiências e oportunidades. Já a abordagem geracional enfatiza as diferenças culturais entre os jovens e outras gerações, como a dos pais e avós. Nesta lógica, os jovens são um grupo social e cultural diferenciado, que possui os seus valores, práticas e estilos de vida.

Mas, afinal, somos jovens desde e até que idade? Como sublinha Pais (2008), o próprio conceito de idade é algo construído e valorizado socialmente. Um indivíduo que pratique determinados desportos, como a ginástica, é considerado “velho” aos vinte anos; se for praticante de um desporto coletivo, como o andebol ou o futebol, ao passar a barreira dos vinte cinco anos é considerado “maduro” e depois dos trinta é “veterano”.

Se olharmos para a legislação existente e que regula, designadamente, medidas de política pública para os “jovens”, verificamos uma multiplicidade de conceitos sobre o que é

ser “jovem”, sendo que as idades mencionadas se ajustam em função do objetivo que se pretende atingir. Neste caso, o conceito de jovem é determinado por imperativos meramente normativos ou jurídicos.

O II Plano Nacional para a Juventude (2022-2024) refere que a idade em que os jovens se inscrevem para diferentes fins varia em função do contexto. Apresenta como exemplo: “30 anos no caso do Cartão Jovem; 24 anos para estatísticas de desemprego de jovens; 35 anos no âmbito do programa de arrendamento Porta 65 Jovem; e 40 anos na definição de jovem agricultor/a” (Resolução do Conselho de Ministros, 2022, p. 12). O mesmo exemplo apresenta Groppo (2016, p. 10) quando diz, a propósito do estatuto de juventude aprovado pelas autoridades brasileiras, que “a juventude, após certa indefinição sobre o seu início (14, 15 ou 17) e, principalmente, sobre o seu final (24, 25 ou 29), ficou delimitada entre os 15 e os 29 anos de idade”. Ou seja, estamos a falar, neste contexto, de uma definição de juventude por “decreto”, meramente legal, normativa, sem ter em consideração muitos aspetos que caracterizam a complexidade social que a envolve. Como refere Pappámikail (2011, p. 87):

São, com efeito, os atributos simbólicos que fazem da juventude um conceito que ultrapassa, em larga medida, as fronteiras etárias do ciclo de vida, embora a âncora corpórea da noção de juventude, ou seja, a associação de determinadas *performances* a uma faixa etária cujo corpo se reconhece jovem, permaneça um incontornável traço da representação normativa daquele grupo social.

Como vimos acima, o corpo apresenta sinais que o caracterizam como mais ou menos jovem. Isso mesmo salienta Ferreira (2011, p. 258) ao mencionar que “a «juventude» passa também pela leitura social de atributos associados ao processo biológico de crescimento e envelhecimento, os quais vão sendo socialmente codificados por relação a determinadas fases do curso da vida.” Como tal, a noção de juventude não é apenas constituída e construída socialmente, por aspetos de carácter classista ou cultural, mas igualmente por marcas e sinais do corpo que são socialmente “catalogados” como característicos dos indivíduos mais ou menos jovens. Isto é, “a «idade jovem» é, portanto, um tempo socialmente construído, porém codificado no corpo.” (Ferreira, 2011, p. 260).

Este “tipo-ideal” construído como forma de representar o corpo dos jovens é uma marca da sociedade atual. Os corpos dos jovens são representados de uma forma estereotipada, em particular pelos media. Os jovens que tenham corpos que não sejam esbeltos, tonificados e apelativos, podem incorrer num processo de exclusão social, por não se encaixarem nesse padrão, caso não tenham a autoestima suficientemente consolidada para desconstruir estes “mitos” de perfeição física (Ferreira, 2011). Também o corpo pode indicar a condição social dos indivíduos. Os jovens de classes menos favorecidas socialmente, que não têm a

capacidade financeira que lhes permite “investir” no seu corpo, vêem-se resignados à sua condição física “natural” (Ferreira, 2011).

Assim, se o corpo é um “sinalizador” da idade dos indivíduos, a verdade é que também nesta dimensão as condições sociais de existência deixam a sua marca. Indivíduos de classes desfavorecidas, mesmo tendo a mesma idade biológica, podem ter uma “aparência” mais “velha” do que jovens que são mais escolarizados, têm acesso a mais informação e, sobretudo, têm as condições materiais que lhes permitem cuidar do seu corpo e “moldá-lo” aos padrões socialmente dominantes.

Resumidamente, podemos referir que, sendo o conceito de juventude complexo, multidimensional e mutável, importa reter os aspetos principais, como a relevância da classe social na determinação das trajetórias dos indivíduos, as questões simbólicas e a juventude como fase da vida, como fase de transição entre a infância e a idade adulta.

2.2. TEMPO DE LAZER E CULTURAS JUVENIS: O DESPORTO

A sociedade em que vivemos distingue-se da pré-capitalista de diversas formas. Uma das quais pela valorização do tempo. Pela contabilização rigorosa do tempo de que dispomos ou não dispomos diariamente. É uma máxima capitalista, criada por Benjamin Franklin, dizer-se que “o tempo é dinheiro.” (Weber, 2005, p. 35). Também o tempo é transformado em mercadoria, em algo quantificável do ponto de vista económico-financeiro.

Esta contabilização do tempo era algo que não estava tão presente na vida quotidiana dos nossos antepassados dos tempos que precederam a revolução industrial. O tempo não era tão segmentado. Era algo contínuo. Não havia tempo para trabalhar, para descansar ou para interagir socialmente. Se preferirmos, não existia o conceito de divisão social do tempo. Havia apenas tempo.

Relacionado com esta perspetiva de vivência do tempo, encontra-se o conceito de lazer ou de tempos livres. A noção de tempo livre e de lazer é, pois, tal como muitas outras dimensões da vida social, uma criação da revolução industrial, do sistema capitalista, e deriva basicamente da massificação do trabalho assalariado por conta de outrem. A partir de então passou a haver um horário de trabalho, situação que não existia para a generalidade dos indivíduos que antes da revolução industrial se dedicavam a tarefas agrícolas ou artesanais, em que o horário de trabalho e a vinculação contratual eram praticamente inexistentes (Roberts, 1983).

Considerando que existia um horário de trabalho, por muito brutal que este fosse, em particular em meados do século XVIII, e durante praticamente todo o século XIX, a verdade é que existia um tempo que não era de trabalho. Não sendo de trabalho, teria de ser de outra coisa qualquer. Convencionou-se, então, chamar ao tempo de não trabalho tempo livre.

O tempo livre é isso mesmo, livre. Não está reservado a nenhuma atividade em particular. Está descomprometido, liberto, solto. É um conceito que respeita ao tempo de que os indivíduos dispõem para realizarem atividades que não estão relacionadas com o trabalho ou outras obrigações. É um tempo que pode ser despendido na realização de atividades que proporcionam prazer e realização pessoal. É um tempo que pode ser ocupado com atividades de lazer. É, de alguma forma, uma conquista do movimento operário, que reivindicou o direito a desfrutar de um tempo que servia para o desenvolvimento de atividades lúdicas (Groppo, 2016). Como refere Elias (2019), o lazer deve proporcionar excitação, no sentido de ser algo prazeroso, estimulante, sem prejudicar terceiros e sem que se torne algo rotineiro e aborrecido. Algo que Elias encontra no desporto.

As atividades de lazer podem ajudar a promover o bem-estar mental e físico e assumir muitas formas diferentes, dependendo dos interesses, preferências e recursos disponíveis de um indivíduo. Alguns exemplos incluem a leitura, o cinema, a prática desportiva, passear, cuidar do jardim, ou outras atividades de carácter recreativo.

Apesar de conceitualmente haver uma separação quase inconciliável entre o que se entende por lazer e por trabalho, a verdade é que, nas sociedades complexas, por vezes esses dois mundos acabam por se cruzar e, como tal, a separação entre trabalho e lazer acaba por ser algo mais difuso. Isso mesmo nos diz Pais:

o trabalho já invade a esfera dos lazeres, sendo vivido como uma aventura, assim acontecendo nos simuladores de voo das companhias aéreas virtuais. Será que a ética tradicional de trabalho que o vê como obrigação puritana poderá, no futuro, dar lugar a uma nova ética que o tome como aventura? (2016, p. 17)

A este respeito, Gama (2008, p.109) refere que, dado o esforço, o tempo de prática e as regras que estão subjacentes à prática desportiva, “a fronteira entre ócio e trabalho se atenua”. Como tal, o lazer e o trabalho podem vir a configurar-se como variáveis da mesma equação. Para Adorno (2001, p. 194), “Free time then does not merely stand in opposition to labour. In a system where full employment itself has become the ideal, free time is nothing more than a shadowy continuation of labour.” O autor faz questão de mencionar que “there is no hard and fast opposition between my work itself and what I do apart from it.” (Adorno, 2001, p. 189).

De alguma forma esta realidade é transponível para o que se passa no desporto federado. Se é um facto que os jovens iniciam a prática desportiva como uma forma de recreação e de lazer, a verdade é que muitas vezes passam a olhar para o desporto como uma futura profissão, sendo que o período de formação desportiva se equipara ao que ocorre na educação, como fase de aquisição de competências que mais tarde serão mobilizadas para o exercício de uma atividade profissional. No que respeita ao desporto, Adorno (2001, p. 189)

entende que a prática desportiva não pode ser completamente desligada do trabalho, até porque, segundo ele, “The accepted reason for playing sport is that it makes believe that fitness itself is the sole, independent end of sport: whereas fitness for work is certainly one of the covert ends of sport.” Nesta lógica, a prática desportiva, de uma forma nem sempre evidente, tem subjacente a melhoria da *performance* no trabalho, como resultado da melhor condição física dos indivíduos. O desporto passa a ser um instrumento ao serviço do trabalho. Como meio que favorece a produtividade.

Pais (2016) refere que é no tempo destinado ao lazer que muitas atividades que podemos rotular de “marginais” são realizadas. Os delitos praticados pelos jovens encontram no tempo de lazer uma oportunidade que não existe quando esse tempo é ocupado, por exemplo, com atividades como o desporto, sendo que este pode funcionar como uma espécie de refúgio protetor dos jovens. Isso mesmo é destacado pela Comissão Europeia no Livro Branco Sobre o Desporto, ao referir que “o desporto apresenta igualmente actividades atractivas para o empenho e participação dos jovens na sociedade e pode contribuir para evitar que estes resvalam para a delinquência” (CE, 2007, p. 13). Contudo, podemos questionar: se a escola não desempenha este papel protetor, pelo menos não para todos os jovens, por que motivo o desporto será mais eficaz? O desporto pode ter um papel ressocializador, um lugar para os jovens, que Pais (2005) apelida de “desenquadrados” encontrarem novas vias para conduzirem a sua vida.

De alguma forma, a existência de desvios, que se materializam em comportamentos delinquentes, reflete o fracasso das instituições que têm a seu cargo a socialização dos jovens, como a família e a escola, comportamentos que são gerados muitas vezes em grupos informais em que os jovens se integram e que escapam à supervisão dos adultos, em particular dos pais (Garcia, 2000).

As atividades de lazer são importantes para o desenvolvimento dos jovens, para o seu crescimento e bem-estar. Essas atividades oferecem oportunidades para a aquisição de novas competências sociais, desenvolvimento de interesses e interação com outros indivíduos. Como já referimos, o desporto enquadra-se nessas atividades, permitindo promover o trabalho em equipa, a partilha e a tomada de consciência sobre as regras e normas inerentes à prática desportiva, em particular quando esta é institucionalizada, federada.

De acordo com Pais (1990b, p. 591), “é no domínio do lazer que as culturas juvenis adquirem uma maior visibilidade e expressão.” É aí que encontram o seu espaço e tempo para se desenvolverem enquanto marcas identitárias.

Os indivíduos não são completamente livres na construção da sua identidade, sendo condicionados pelas estruturas sociais existentes, como a classe social a que pertencem e as

condições económicas e culturais daí resultantes. Essas estruturas moldam e influenciam as opções e escolhas dos indivíduos, incluindo dos jovens.

É importante lembrar, como já foi mencionado, que a juventude não é algo homogêneo, pelo que a cultura juvenil é, tal como a própria juventude, influenciada pelas diferenças de classe, cultura, género, etnia e outras características que constituem a identidade dos indivíduos. Isso não significa que os jovens não sejam dotados da capacidade de agência e não possam resistir ou subverter essas estruturas. Contudo, a cultura juvenil não é um fenómeno isolado do contexto social, faz parte integrante da cultura mais ampla da sociedade em que está inserida.

Além disso, a cultura juvenil, ou melhor as culturas juvenis também são influenciadas por outros fatores, como as experiências pessoais dos indivíduos, as suas relações sociais, as suas aspirações e desejos, e até mesmo por questões políticas e ideológicas. Ou, como chamam a atenção Guerreiro et. al. (2007), a juventude, e a cultura por esta produzida, é apresentada como um produto que todos querem comprar. Como algo que é manipulado por interesses comerciais e a que os próprios jovens são alheios e acabam por ser apanhados na teia e enredados por ela:

as culturas juvenis surgem, hoje, sem uma parte do seu potencial disruptivo, profundamente mediatizadas, globalizadas, comercializadas e mesmo folclorizadas, como um produto de máquinas audiovisuais sofisticadas, que penetra fortemente no imaginário colectivo global, em grande medida, para estimular a necessidade de uma vasta gama de outros produtos. (Guerreiro et. al., 2007, p. 242).

No caso do desporto, especialmente o futebol, a hegemonia económica e social desta modalidade pode influenciar a cultura desportiva e, consequentemente, a cultura dos jovens que o praticam. Como tal, a cultura juvenil do futebol pode refletir essas tendências e valores, e até mesmo reforçá-los, em vez de ser uma expressão autêntica e livre da juventude, condicionando, igualmente, a opção em termos de modalidade desportiva que os jovens pretendem praticar. Há, neste contexto, como que uma visão monocromática, monopolista do que é o desporto.

Bourdieu (1978, p. 820) coloca uma questão central para se perceber como o gosto e a escolha de uma determinada modalidade desportiva são construções sociais, ao perguntar: “How is the demand for ‘sports products’ produced, how do people acquire the ‘taste’ for sport, and for one sport rather than another, whether as an activity or as a spectacle? Bourdieu demonstra que a procura de modalidades desportivas é socialmente produzida, sendo o gosto pelo desporto menos um ato individual do que o resultado de mecanismos de legitimação simbólica. Ou seja, a visibilidade e a valorização de determinadas modalidades funcionam

como imposição simbólica das estruturas dominantes, condicionando a forma como os indivíduos percecionam e escolhem as práticas desportivas.

Grosso (2016, p. 51) salienta que a juventude, nas sociedades pós-industriais, tende para trilhar caminhos que podem variar “entre a integração social e a rutura”, sendo que a sociedade enquadra diversas tipologias de grupos constituídos por jovens, aqueles que são geridos e “controlados” pelos adultos, como as escolas, as instituições de acolhimento de jovens, o escotismo, a igreja, os partidos, e nós acrescentamos as organizações desportivas, em particular os clubes.

Os jovens que integram estes grupos são socializados tendo por base os valores, normas e regras socialmente validados pelos adultos. O facto de partilharem a mesma realidade, de viverem juntos e de partilharem as mesmas experiências, contribui para que tenham visões similares do mundo e, assim, se possa dizer que formam uma cultura juvenil algo homogénea. Apesar disso, como salienta Grosso (2016), é no seio destes grupos “controlados” pelos adultos que podem nascer outros, de carácter muitas vezes informal, e que se constituem numa espécie de contracultura juvenil, que gera uma consciência coletiva própria.

De alguma forma, a cultura juvenil nasce desta dinâmica entre a pertença a grupos institucionalizados e a possibilidade de criar grupos contracorrente. Pelo que, embora a classe social e a cultura dominantes possam ter uma forte influência sobre a cultura juvenil, os jovens não deixam de ter a capacidade de agir e construir a sua identidade cultural própria. Uns mais do que outros.

O desporto é frequentemente identificado como uma característica matricial das culturas juvenis, uma vez que muitos jovens se envolvem em atividades desportivas como forma de socialização, competição ou mera diversão. Além disso, a cultura desportiva pode ser um meio importante de construção da identidade e de capital social, bem como de pertença para os jovens que se identificam com um determinado desporto, clube ou equipa.

É exatamente neste “novo” tempo de lazer que o desporto encontrou espaço para o seu desenvolvimento e para a sua expansão à escala global (Bourdieu, 1978; Brhom, 1982; Marivoet, 2002a; Constantino, 2009; Elias & Dunning, 2019).

Mas será que o desporto se configura como uma das principais atividades praticadas pelos jovens em tempo de lazer? De acordo com Rowland (2017), com base no Eurobarómetro 79.2, abril-maio 2013, a prática de exercício físico e de desporto é a atividade cultural e de lazer mais praticada em Portugal, sendo que esta prática é mais frequente nos escalões etários entre os 15 e os 34 anos. É ainda importante salientar que as práticas culturais e de lazer são influenciadas por variáveis como a escolaridade e rendimentos, pelo que “os jovens que apresentam valores mais baixos para todas as atividades culturais e de lazer são aqueles com maiores dificuldades económicas, o que vem evidenciar o peso dos constrangimentos económicos no acesso às práticas de lazer” (Rowland, 2017, p. 105), neste

caso, prática desportiva. A própria escolha da modalidade está, muitas vezes, condicionada aos custos que lhes estão associados.

O desporto é praticado, sobretudo, durante a fase da vida em que os indivíduos são considerados “jovens”. Os dados estatísticos confirmam esta tendência, evidenciando uma diminuição progressiva da prática desportiva com o avançar da idade, sendo os jovens o grupo etário mais ativo. É também essa a leitura de Bourdieu:

The most important property of the 'popular sports' is the fact that they are tacitly associated with youth, which is spontaneously and implicitly credited with a sort of provisional licence expressed, among other ways, in the squandering of an excess of physical (and sexual) energy, and are abandoned very early (usually at the moment of entry into adult life, marked by marriage). (Bourdieu, 1978, p. 837)

No entanto, existem diferenças significativas entre países e entre géneros, revelando padrões de participação desportiva profundamente desiguais e associados a fatores culturais, socioeconómicos e institucionais ⁵.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: ONDE FICA O DESPORTO?

É após 25 de abril de 1974 que a juventude merece atenção especial por parte do estado português, desde logo com a inscrição, no artigo 70º. da Constituição, dos direitos dos jovens e das políticas a eles dirigidas (Lei Constitucional, 2005). De forma sintética, o artigo 70º. da Constituição estabelece a proteção especial dos jovens como forma de assegurar os seus direitos económicos, sociais e culturais, incluindo o acesso à educação, formação profissional, cultura, emprego, segurança social, habitação, educação física, desporto e tempos livres. Enfatiza, igualmente, a importância da política da juventude para o desenvolvimento da personalidade dos jovens, integração na vida ativa, criação livre e sentimento de serviço à comunidade. O Estado, em colaboração com outras entidades, é responsável por fomentar e apoiar organizações juvenis, bem como o intercâmbio internacional de jovens. Foi, assim, criada a matriz que serve de referência para a prossecução das políticas públicas de juventude.

É, igualmente, este o entendimento que Ferreira et. al. (2019) têm sobre esta temática, ao referirem que, apesar de depois de 1974 a juventude ter passado a ser uma preocupação política, apenas em meados da década de 1980 surgiram as instituições estatais responsáveis pela operacionalização das políticas públicas para a juventude, designadamente, a respetiva Secretaria de Estado e o Instituto da Juventude. Uma das medidas mais emblemáticas, da década de 1980 foi a criação do Cartão Jovem.

⁵ Ver Eurobarómetro file:///C:/Users/11207/Downloads/eb525_factsheet_pt_pt.pdf

No âmbito das medidas de política pública de juventude, deve destacar-se a Lei 8/2009, de 18 de fevereiro, que define o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude e que tem como objetivo promover a participação dos jovens nas políticas públicas municipais, através da criação de conselhos municipais de juventude em cada município. Esses conselhos têm a função de acompanhar, avaliar e propor medidas para as políticas públicas dirigidas aos jovens nas áreas da educação, cultura, desporto, emprego, habitação, entre outras. Da referida lei, destacam-se os seguintes aspetos:

- Os objetivos, as competências e a composição desses conselhos, que devem ser compostos por representantes de diversas entidades, tais como associações juvenis, escolas, entidades empregadoras, etc.
- Definição das regras para o funcionamento e realização das reuniões dos conselhos, incluindo a periodicidade das reuniões, as regras de quórum e a forma de deliberação.
- Funções e competências do conselho, que incluem, designadamente, a participação na elaboração do plano municipal para a juventude, a avaliação das políticas públicas municipais, a promoção da participação dos jovens na vida política e cívica do município.

Esta legislação olha para a juventude não apenas como alvo, recetor meramente passivo de políticas públicas, mas igualmente como parte ativa na construção e avaliação dessas políticas. Contudo, muitos municípios, aproximadamente um terço dos que responderam ao inquérito por questionário levado a cabo no âmbito de estudo coordenado por Vieira e Ferreira (2019), não criaram conselhos municipais da juventude, sendo que os que declaram não dispor deste órgão defendem a sua opção por questões de prioridade política (Marinho, 2019). Como tal, a eficácia dos conselhos municipais de juventude parece estar posta em causa num número expressivo de municípios. Outro aspeto destacado pelo referido estudo prende-se com o facto de apenas uma pequena percentagem dos municípios ter referido possuir planos municipais para a juventude, ou seja, a esmagadora maioria dos municípios não considera a existência destes planos como uma prioridade política, o que pode indiciar que as políticas de juventude, nesses municípios, não são promovidas de uma forma articulada, mas sim respondendo de forma avulsa e pouco estruturada às solicitações e necessidades que vão surgindo (Marinho, 2019).

Um outro instrumento importante para a definição de orientações políticas dirigidas aos jovens é *O Livro Branco da Juventude*, que resultou da compilação de contributos promovidos por diversos atores sociais, desde associações de jovens até à academia. No caso desta última deve destacar-se a participação de investigadores com experiência comprovada no

âmbito das temáticas da juventude, designadamente, através da realização de diversas mesas redondas, que deram origem ao relatório organizado por Vieira et. al. (2013). O *Livro Branco da Juventude* teve como consequência a publicação da resolução de conselho de ministros nº. 11, de 2013, que estabeleceu um conjunto de orientações estratégicas de intervenção em diversas áreas.

O desporto é um dos temas identificados em diversas áreas de intervenção, desde o desporto escolar, com ênfase para a vertente adaptada, passando pela promoção da saúde mental, até ao papel que este pode ter na integração social dos jovens, em termos gerais, e em particular daqueles com deficiência (Resolução do Conselho de Ministros, 2013).

Portugal dispõe, desde 2018, de um Plano Nacional para a Juventude (PNJ) (Resolução do Conselho de Ministros, 114a/2018). Este plano, que vigorou na sua primeira versão entre 2018 e 2021, visava a gestão integrada das políticas públicas respeitantes à juventude. A avaliação positiva que o governo fez desta iniciativa conduziu à aprovação do II PNJ (Resolução de Conselho de Ministros, 2022), que vigora entre 2022 e 2024. O II PNJ está interligado com a Estratégia Europeia para a Juventude (EEJ), uma vez que ambos visam promover o desenvolvimento integral dos jovens e garantir a sua integração e participação na sociedade.

Este alinhamento tem por base os mesmos objetivos e princípios, através do estabelecimento de medidas específicas para a promoção do acesso à educação, à formação, ao emprego, ao empreendedorismo, à saúde, ao desporto, à cultura, à igualdade de género e à cidadania ativa dos jovens. Assim, a EEJ é como que um quadro de referência para a elaboração de políticas nacionais, como é o caso do II PNJ. Além disso, o II PNJ também prevê, tal como ocorria com a sua primeira versão, a articulação com medidas de política promovidas por outras instituições internacionais, para além das da UE.

No contexto das medidas implementadas pela União Europeia, destacamos, como supramencionado, a EEJ (Jornal Oficial, 2018), que se consubstancia como um conjunto de ações e iniciativas que visam assegurar que os jovens europeus possam desenvolver-se plenamente e ter acesso a oportunidades iguais, independentemente da sua origem social. A estratégia atual respeita ao período de 2018 a 2027 e tem três objetivos principais:

1. Promover a participação dos jovens na vida democrática e na tomada de decisão a todos os níveis, desde o local até ao europeu, incentivando o diálogo com os jovens, a promoção da igualdade de oportunidades e a integração dos jovens na sociedade.
2. Melhorar as condições para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, garantindo acesso à educação, emprego e formação de qualidade. Também incentiva a promoção

de um estilo de vida saudável, a prevenção de doenças mentais e o combate ao *bullying* e violência.

3. Promover a integração social e a diversidade, garantindo que todos os jovens têm acesso a oportunidades iguais e possam participar plenamente na sociedade, combatendo, desta forma, a discriminação, o racismo e a xenofobia.

Para alcançar esses objetivos, a estratégia prevê ações específicas em áreas como educação, emprego, saúde e formação, em colaboração com os estados-membros e a sociedade civil.

A palavra desporto apenas surge mencionada uma vez na EEJ, sendo essa referência efetuada em nota de rodapé e como menção ao facto de existir um programa europeu, Erasmus, que dinamiza ações no âmbito do ensino, formação, juventude e desporto (Jornal Oficial, 2018, p. C 456/8). Isto é, o desporto surge nesta estratégia de forma marginal. Apesar da pouca relevância que o desporto tem na EEJ, a verdade é que este é reconhecido, pelas instituições da União Europeia, designadamente pela Comissão, como um fator importante para a promoção da saúde e integração social dos jovens.

A União Europeia tem investido em programas de desporto e juventude que têm como objetivo promover a participação ativa dos jovens em atividades desportivas e educativas, bem como incentivar a prática de desporto ao longo da vida. O desporto tem, assim, um peso significativo no contexto das atividades que se podem enquadrar enquanto culturas juvenis, tanto na União Europeia como nos respetivos estados-membros.

A nível europeu é ainda de destacar, em 2022, a realização do Ano Europeu da Juventude⁶, iniciativa da Comissão Europeia que foi aprovada pelo Parlamento Europeu e Conselho da UE. Esta iniciativa tem por base o combate às consequências negativas decorrentes da pandemia Covid 19 e o facto de os jovens terem sido dos grupos sociais mais afetados. Teve como principais objetivos:

1. Capacitar os jovens para a transição digital, garantindo que estes possuem as habilidades (*skills*) e competências necessárias para participarem plenamente na economia digital e na sociedade em geral, através, designadamente, da promoção da literacia digital, do desenvolvimento de competências digitais, da inclusão digital e da proteção dos direitos dos jovens no mundo digital.
2. Envolver os jovens na transição para uma economia verde e sustentável, garantindo que estes têm voz e contribuem para a construção de um futuro mais justo e sustentável, nomeadamente, através da promoção de estilos de vida sustentáveis, do desenvolvimento de competências ligadas à economia verde, pela participação em

⁶ Ver <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-year-youth/>

atividades de voluntariado e cidadania ativa relacionadas com a sustentabilidade e a defesa da ação climática e da proteção do meio ambiente.

Todas estas iniciativas que tivemos oportunidade de elencar, tanto no contexto internacional, em particular europeu, como a nível nacional, demonstram que a juventude é reconhecida como uma categoria social relevante e que os indivíduos que a constituem têm características específicas, necessidades e potencialidades próprias.

Apesar de todas estas medidas dirigidas aos jovens, as políticas de juventude, em Portugal, têm sido pouco consistentes, não constituindo um sistema coerente e integrado, visando muitas vezes, de forma mais ou menos avulsa, satisfazer solicitações impostas pela União Europeia (Ferreira et. al., 2019). Uma das evidências desta falta de consistência é o facto de apenas em 2018 ter sido criado um Plano Nacional da Juventude (PNJ) que visava, precisamente, abordar estas políticas de uma forma mais estruturada. A investigação coordenada por Vieira e Ferreira (2019), que já citámos por diversas vezes, foi um dos contributos para a elaboração do PNJ. O referido estudo foi suportado por um inquérito por questionário efetuado aos 308 municípios e por análise documental, designadamente, de regulamentos e normativos, respeitantes aos apoios disponibilizados por esses municípios no âmbito das políticas de juventude.

Um dos aspetos que nos interessa realçar, dos dados obtidos pelo estudo supra-referenciado, é o facto de o desporto se posicionar como uma das atividades em que as autarquias, neste caso os municípios, mais intervêm e apoiam, constituindo-se como uma das prioridades de intervenção. Na área do desporto deve destacar-se a disponibilização de equipamentos desportivos, o apoio ao desporto escolar e o apoio financeiro à formação e prática desportiva, bem como ao desporto adaptado (Gouveia, 2019). Como tal, os municípios são atores essenciais para que o desporto possa ser utilizado como ferramenta de integração social dos jovens.

2.4. A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS DESPORTISTAS

Se o desporto é um agente socializador relevante para os jovens, importa definir o que se entende por socialização e de que forma esta é alcançada através de mecanismos de comunicação e de interação, designadamente, face a face. Socialização e integração são conceitos interdependentes. Um não faz sentido sem o outro. Somos seres sociais porque nos socializamos, e só através da socialização se alcança a integração. Isso mesmo diz Pires (1999) ao mencionar que um conceito que subjaz ao de integração social é o de socialização enquanto processo que permite aos indivíduos interiorizarem valores, normas e regras sociais, como, aliás, tivemos oportunidade de observar no primeiro capítulo desta tese.

A comunicação é uma característica fundamental do ser humano enquanto ser social, distinguindo-o de forma significativa das restantes espécies animais. Esta diferença reside, sobretudo, na capacidade humana de desenvolver um sistema linguístico complexo. Tal como afirmam Britti e Zani (1997, p. 83), “a comunicação entre seres humanos apresenta muitas analogias com a comunicação animal; mas distingue-se, acima de tudo, pela linguagem”. Assim, embora constitua um traço distintivo e definidor da humanidade, a comunicação só adquire pleno significado no contexto de uma vida em sociedade, já que pressupõe a existência de grupos sociais e a interação entre indivíduos. Tanto a comunicação como a socialização requerem uma comunidade, alguém que ouça, que responda, alguém com quem nos possamos identificar.

Desde sempre, a necessidade de partilhar experiências, de estabelecer laços afetivos e de depender dos outros tem sido uma característica inerente à espécie humana. Dias (2007) salienta que, à semelhança dos animais que vivem em grupo para assegurar a sua proteção, os seres humanos tendem a sentir-se vulneráveis e a enfrentar sentimentos de medo ou pânico quando se encontram afastados do coletivo.

Bourdieu (2020) destaca que os sistemas simbólicos, incluindo a linguagem, são estruturas estruturantes fundamentais nos processos de comunicação e de transmissão do conhecimento. É por meio dos símbolos que se promove a integração social, sendo que, como o autor salienta, os símbolos também constituem uma fonte de poder e dominação.

A linguagem, além de possuir um poder simbólico que viabiliza a comunicação, é igualmente o meio através do qual se disseminam conteúdos essenciais, como a cultura, as formas de pensamento e as representações do mundo.

Enquanto seres comunicacionais por natureza, somos também seres sociais, cuja existência depende da interação com os outros. Marx (2011, p. 55) observa que o ser humano é “não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade”. Durkheim (2007, p. 57) reforça essa ideia ao afirmar que “o homem, com efeito, só é um homem porque vive em sociedade”. Para que essa convivência seja possível, é necessário passar pelo processo de socialização.

A temática da socialização, tal como a da integração, vem desde os primórdios da sociologia. Durkheim foi um dos pioneiros a teorizar sobre a socialização, dando-lhe uma conotação muito próxima à de educação. Para Durkheim:

A educação é a acção exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente. (Durkheim, 2007)

O autor entende a educação como um mecanismo de socialização dos indivíduos mais jovens, que é conduzido pelas gerações mais velhas e que “consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente” (2007, p. 53). Diz ainda que “a educação consiste numa socialização metódica da jovem geração” (Durkheim, 2007, p. 53).

Esta proposta de conceptualização olha para a educação/socialização como um meio privilegiado de assegurar a passagem para as gerações mais novas dos valores morais que enformam a sociedade e permitem preservar a consciência coletiva, garantindo-se por esta via a coesão social.

Parsons, por seu lado, entende a socialização como “the whole complex of processes by which persons become members of the societal community and maintain the status” (1966, p. 12). Para se ser membro da sociedade, de acordo com o pensamento parsoniano, é necessário que os indivíduos interiorizem os valores e as normas dominantes na sociedade, como forma de manter um certo consenso social e, conseqüentemente, a estabilidade do sistema.

A sociologia contemporânea tem-se demarcado das visões funcionalistas e estruturalistas do conceito de socialização, conferindo-lhe uma roupagem mais consentânea com as perspectivas de uma sociologia em que a agência e a reflexividade ganham preponderância e em que o número de agentes socializadores é cada vez mais diversificado (Abrantes, 2011; Caetano, 2011, 2013, 2016).

Ao falarmos de socialização estamos a referir-nos a um processo contínuo e incessante desde que os indivíduos nascem até à sua morte. Referimo-nos a um processo pelo qual, como refere Lahire, um ser biológico se transforma em ser social (2015). Na mesma linha de raciocínio, Collins refere que a socialização não é um “produto” acabado, “socialization once laid down does not endure forever; emotional energies and symbolic meanings fade if they are not renewed” (2004, pp. 44-45). Como tal, a socialização é um processo e não um momento. Os indivíduos adquirem valores e crenças, mas essas formas de pensar, sentir e agir, essas disposições, têm de ser “regadas” e “refrescadas” constantemente. Até porque as disposições podem perder a sua “validade” ou ser “destruídas por um trabalho sistemático de contra socialização” (Lahire, 2005, p. 17). O mesmo diz-nos Abrantes (2011, p.122) ao mencionar que “partimos da premissa de que todas as experiências do indivíduo, ao longo da vida, contribuem para o processo de socialização, ou seja, para a construção de disposições internas que permitem (e orientam) a participação na vida social.”

A socialização, que era encarada como a interiorização do mundo exterior por parte dos indivíduos, de uma forma passiva e enquanto mero mecanismo de reprodução social, passa a constituir-se como um processo dinâmico e dialético entre o indivíduo e o mundo que o

rodeia. O indivíduo é visto como agente ativo na construção do seu processo de socialização, recorrendo a mecanismos cognitivos que permitem o debate interior, através do que Archer (2003) chama de “conversas internas”, que se constituem como “instrumentos” de reflexividade que suportam a tomada de decisão, depois de o indivíduo “negociar” consigo próprio. Sobre as “conversas internas”, Caetano (2013, p. 76) diz-nos que estas:

consistem nos diálogos em que, interiormente, as pessoas definem e clarificam crenças, atitudes e objectivos, avaliam as suas circunstâncias sociais e definem projectos com base nas suas preocupações centrais. E fazem-no colocando questões a si mesmas e respondendo, num diálogo alternado entre sujeito e objecto.

Sendo a socialização um processo incessante com o qual os indivíduos convivem durante toda a sua vida, Berger e Luckmann (2004) dividem-na em duas etapas. A primária e a secundária. A socialização primária desenvolve-se desde que o indivíduo nasce e durante os primeiros anos de vida, durante a infância, e é através dela que nos tornamos membros de uma sociedade. Durante esta fase, como metaforicamente refere Cicourel (2007), apropriando-se de um conceito de Goffman, as crianças vivem, regra geral, como que numa instituição total que é a casa da família.

A socialização secundária coincide, geralmente, com a entrada dos indivíduos para o sistema de ensino, com a sua introdução e apresentação a novos contextos sociais e a novos agentes socializadores. É nesta fase que a rede de relações dos indivíduos se alarga de forma significativa. Esta fase do processo de socialização é cada vez mais antecipada, sendo que os indivíduos são precocemente postos em contacto com o mundo institucionalizado que ultrapassa a mera vivência familiar. Para além da entrada dos indivíduos no sistema de ensino, é no início da segunda fase do processo de socialização que se dá a sua entrada noutros universos, como, por exemplo, o desportivo.

Berger e Luckmann (2004) salientam a relevância da primeira fase do processo de socialização. É neste primeiro momento que muitas das disposições que o indivíduo adquire se formam e se sedimentam, tais como a linguagem, estrutura essencial para os processos de integração, de comunicação e de interação com o mundo. O mesmo posicionamento tem Ana Caetano (2016) ao considerar que a primeira fase da socialização, muito marcada pelo contexto familiar, é responsável pelo desenvolvimento de capacidades individuais, como a do indivíduo se representar a si próprio e de desenvolver competências de reflexividade e de tomada de consciência sobre o seu posicionamento no contexto social.

Pierre Bourdieu (2010), com o seu conceito de *habitus*, enquanto sistema disposicional estruturado e estruturante, que tem como função organizar e dar coerência às práticas dos indivíduos, contribui para o entendimento da socialização como um processo ao longo do qual

os indivíduos interiorizam o social e constroem a sua identidade, alicerçados nos estilos de vida particulares do seu grupo social de pertença, da sua classe social.

É com base na constituição do *habitus* que se definem, na ótica do autor, os gostos, as práticas culturais, desportivas e outras. Cada grupo social, muito condicionado pelas questões decorrentes da classe social em que os indivíduos se inscrevem, tem uma forma própria de ver o mundo, de o representar. Temos, pois, o *habitus* como um sistema de categorização, de perceções, de pensamento, de reflexão, de ação, que faz com que duas pessoas face à mesma situação tenham visões díspares, construam a realidade de forma diferente. Como tal, o *habitus* é o produto da incorporação da realidade objetiva e que reflete as diferenças sociais, decorrentes, designadamente, da pertença dos indivíduos a determinadas classes sociais.

Assim sendo, o *habitus* é uma marca distintiva e identitária dos indivíduos e dos respetivos grupos sociais. Tal como diz o autor, “a ordem social inscreve-se progressivamente na mente das pessoas. As divisões sociais tornam-se princípios de divisão que organizam a visão do mundo social” (Bourdieu, 2010, p. 686). O *habitus* constitui-se como um conjunto de disposições que os indivíduos acionam de forma inconsciente no contexto das suas interações sociais. Funciona como uma espécie de sistema operativo social.

Esta visão pode ser entendida como algo determinista. Pode sugerir, em determinadas leituras, uma forte orientação das práticas pelas condições sociais de origem, aproximando-se de uma lógica de reprodução que tende a atenuar a variabilidade das trajetórias individuais. Como sinaliza Caetano (2013, p. 39), “a mente humana é entendida como um mero reflexo das condições sociais de existência”. Os indivíduos agem condicionados pelo grupo social de pertença e pelo correspondente *habitus*, enquanto matriz, que condiciona e permite a ação.

A perspetiva de Lahire, com o seu *Homem Plural*, permite constatar que os indivíduos são um repositório de disposições nem sempre coerentes, sendo muitas vezes diversas, heterogéneas, e até contraditórias, resultado de várias experiências e de vários contextos em que se processou a socialização (Lopes, 2007; Caetano, 2013). Desta forma, em contexto de socialização, não podemos considerar que os indivíduos apenas desenvolvem disposições próprias do seu grupo social de pertença. A socialização é produzida pela interação dos indivíduos em diversos contextos e com indivíduos de realidades sociais distintas. Ninguém vive, sempre, fechado no *habitat* social próprio do seu grupo de pertença.

No caso da prática desportiva, sendo ela, eminentemente, uma componente da socialização secundária, não pode ser completamente desligada da socialização primária. A motivação para a prática desportiva (ou a não motivação) pode ser algo que foi sendo construído ao longo do processo de socialização primária, pelo facto de os pais, ou outros elementos do grupo social mais próximo da criança, valorizarem ou, pelo contrário,

desvalorizarem a prática desportiva. Os gostos por esta ou aquela atividade são, de alguma forma, produto da socialização primária.

De acordo com Aníbal Ponce (1979), nas comunidades primitivas, a educação ocorria de forma espontânea, resultante da interação quotidiana entre os indivíduos. Não havia regras formais ou um grupo específico encarregado de educar as crianças. Com o desenvolvimento e a maior complexidade das regras sociais, a educação passou por um processo de institucionalização, culminando no surgimento do sistema de ensino. Esta mesma lógica pode aplicar-se ao desporto, até porque a sua massificação, designadamente em Inglaterra, começou nas escolas (Bourdieu, 1978; Marivoet, 2002b; Elias e Dunning, 2019).

Como sublinha Patriksson (1995), sendo o desporto uma instituição social de grande relevância e um fenómeno à escala global, é inevitável que exerça efeitos significativos nos processos de socialização dos indivíduos. Ainda segundo o mesmo autor é, igualmente, expetável que o desporto reflita os valores e as normas prevalecente numa determinada sociedade, para além de permitir a aquisição de competências, normas e valores próprios do desporto (Patriksson, 1995). Algo similar diz Bourdieu (1978) ao referir que as práticas desportivas vão além de simples exercícios físicos, constituindo-se como fenómenos sociais repletos de significados. A sua distribuição pelas diferentes classes sociais resulta, por um lado, das condições objetivas de acesso, como a existência de infraestruturas, recursos económicos e equipamentos disponíveis, e, por outro, dos *habitus* adquiridos, que moldam gostos e preferências culturais.

O desporto é um território fértil, em particular, para a interação face a face e para as trocas simbólicas daí resultantes. É uma atividade social em que os rituais se constroem e reconstroem em cada momento. É, por isso, um agente de socialização e um veículo de integração através da partilha de valores e de símbolos, e principalmente pelos sentimentos de pertença e de identidade de grupo que fomenta nos praticantes e nos indivíduos em geral. Nesta lógica, Pinto e Amorim (2002) destacam a importância do desporto enquanto agente socializador dos mais jovens, sublinhando a relevância da prática desportiva como forma de os jovens se confrontarem com regras e valores sociais.

A propósito da relevância do desporto na socialização dos jovens, Abrantes (2011, p. 126) destaca que:

O envolvimento intenso e regular dos indivíduos em certas práticas desportivas vai permitindo uma modulação do corpo e do espírito, não apenas no sentido da incorporação das regras, mas também da produção de formas criativas (progressivamente mais sofisticadas) de utilizar essas regras a seu favor, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias dos outros jogadores e, eventualmente, (re)negociação das próprias regras.

Esta “modelação do corpo e do espírito”, a que se refere Pedro Abrantes ou, se preferirmos, a aquisição de disposições, é algo que leva tempo, como tal, para que o desporto seja uma atividade com importância na socialização dos jovens, a isso não deve ser alheio o tempo de prática. Só com tempo é que se podem “alterar os quadros mentais ou corporais dos indivíduos” (Abrantes, 2011, p. 127). Se preferirmos a lógica bourdesiana, podemos referir que só com o tempo podemos incorporar as disposições constituintes do *habitus* próprio do campo desportivo.

O tempo de prática desportiva é um aspeto central, tendo em conta o contexto concreto e as especificidades da cultura desportiva, pelo que é fundamental evitar que os praticantes menos competentes do ponto de vista das habilidades, aqueles que detêm menos capital desportivo, sejam excluídos prematuramente da prática do desporto. Sempre que tal ocorre, o desporto deixa de poder ter um papel relevante no processo de socialização e de integração desses jovens.

Sobre o abandono da prática desportiva, Fonseca (2004) destaca o facto de haver poucos estudos, pelo que as razões inerentes a este fenómeno são pouco conhecidas, sendo que os estudos existentes apontam razões que nem sempre são coincidentes.

Apesar desta falta de informação consolidada, o autor sinaliza alguns dos motivos mais frequentes, tais como “falta de prazer, perceção de (in)competência, excessiva ênfase na competição ou as lesões” (Fonseca, 2004, p. 38).

Coelho (2004) destaca a relevância dos treinadores como agentes que podem, muitas vezes condicionados por critérios definidos superiormente quanto à política de recrutamento de praticantes, não dar aos menos hábeis a possibilidade de participarem no projeto desportivo dos clubes. Isto é, “os menos hábeis, porque ainda não são “suficientemente bons”, são considerados “intrusos” que atrapalham e consomem tempo e atenção ao treinador em detrimento dos mais hábeis que, pressupostamente, “fazem” os resultados ou serão os atletas/campeões do futuro” (Coelho, 2004, p. 65). Isto ocorre, em particular, quando os projetos desportivos ao nível da formação privilegiam os resultados em detrimento de outros valores. Coelho (2004, p. 65) enfatiza, ainda, o facto de:

rejeitar candidatos a praticantes desportivos numa determinada modalidade, porque não são ainda “suficientemente bons”, é promover a sua reprovação antecipada contribuindo para o consequente engrossar do contingente de jovens alvo de eliminação desportiva precoce sobretudo no caso de não haver alternativas de prática.

Como tal, deve destacar-se a relevância da formação desportiva, não apenas para os praticantes que são bem-sucedidos e que dispõem das competências físicas, fisiológicas e das habilidades necessárias para serem praticantes de sucesso, mas também para todos os

outros que podem vivenciar o desporto de outra forma, como espetadores, como árbitros, dirigentes, jornalistas (Pinto e Amorim, 2002; Constantino, 1999).

A convivência e o estabelecimento de laços afetivos daí decorrentes remetem-nos para a temática das emoções que é uma área em desenvolvimento na sociologia e traz para a ciência sociológica contributos de outras disciplinas, como a psicologia e as neurociências. Como refere Pedro Abrantes (2011), o desenvolvimento de emoções positivas é visível em contextos como o desporto. De acordo com o relatório SIVSCE, os praticantes de desporto, em particular em clubes, nos países alvo do estudo, criam laços de amizade por essa via, sendo o desporto promovido pelos clubes uma fonte importante de socialização e de envolvimento emocional (van der Roast et. al, 2017).

O século XXI inaugurou novas formas de sociabilidade, de comunicação e de comunidades. O advento da Internet, no final do século XX, funda uma nova era comunicacional. Como refere Manuel Castells, a transição da era industrial para a da sociedade da informação não se faz de forma instantânea. Tal como não foi automática a transição da sociedade agrária para a sociedade que emergiu da revolução industrial. Contudo, as sementes da mudança há muito foram lançadas, temos apenas de esperar que façam o seu caminho (Cardoso et. al., 2015). As comunidades *online* rompem com a lógica da relação face a face e da espacialidade. Deixa de ser necessário estarmos fisicamente com os outros para continuarmos a produzir socialização, para transmitir afetos, conhecimento, opiniões políticas. No fundo, podemos ser seres sociais sem estar na presença material do outro.

A proliferação de plataformas digitais, tais como as redes sociais, os videojogos e outros recursos, não esquecendo a inteligência artificial, que cada vez mais se constituem como agentes socializadores, colocam desafios aos sistemas sociais “tradicionais”, que desempenham um papel central na socialização dos jovens, como as famílias e o sistema de ensino. Desafios que já tinham sido colocados, anteriormente, pela rádio e, em particular, pela televisão, embora com intensidades diferentes. Também devido a estas novas formas de socialização, o desporto configura-se como agente socializador relevante para a manutenção das relações face a face e para o estabelecimento de laços de solidariedade e interdependência entre os indivíduos. A socialização que os jovens do passado construíam através das brincadeiras e dos jogos, que tinham a rua como palco, foi substituída por outras práticas, muitas vezes transpostas para ambientes fechados, mediadas por ecrãs de computadores ou de consolas de jogos. Daí ser necessário preservar formas de sociabilidade face a face que continuam a ser asseguradas, designadamente, pelo desporto e pelos clubes desportivos. É importante que não nos esqueçamos que somos seres físicos e não virtuais. Como sublinha Marques (2004. p. 9), “As crianças jogam e brincam cada vez menos na rua e nos pátios. O que é mau para as crianças e para o próprio desporto”.

2.5. O FAIR PLAY E A ÉTICA COMO FARÓIS DA SOCIALIZAÇÃO

O desporto pode ser um instrumento relevante no processo educativo e, logo, socializador dos mais jovens - sem esconder os problemas com que este se defronta, em particular o de alto rendimento, reflexo do que se passa na sociedade num contexto mais lato -, como meio de gerir conflitos e controlar a violência, no respeito pelo adversário, na importância da vitória e da derrota e na forma como ambas devem ser entendidas (Costa, 2002).

Contudo, importa ter consciência de que o desporto não é o único contexto social em que os indivíduos se socializam. Como tal, será certamente descabido pensar que este é o único a assumir um papel de relevo no processo de socialização dos indivíduos, neste caso dos jovens. A integração, num contexto social alargado, depende de múltiplos fatores, de diversos sistemas e agentes socializadores, como discutimos no capítulo anterior. A sedimentação das diversas formas de pensar, sentir e agir, adquiridas em diversos contextos, sob a forma de disposições, contribuem para a construção da identidade dos indivíduos, e constituem-se enquanto matrizes, que, como refere Lahire (2005, p. 13), “retêm no corpo de cada indivíduo o produto das experiências passadas”, contribuindo, dessa forma, para o processo de socialização e de integração.

O desporto moderno caracteriza-se por ser uma estrutura perfeitamente institucionalizada, em que imperam as normas e as regras subjacentes à prática das diversas modalidades. É a partir desse conjunto de normas e de regras que se pode falar de espírito desportivo (*fair play*). O espírito desportivo deriva da existência de normas e de regras e, mais propriamente, do seu cumprimento. Como sublinha Pais, as normas não devem ser entendidas apenas como algo que se faz com regularidade, são sobretudo o que se deve fazer, “neste sentido, uma norma é uma regra à qual se deve obedecer e subjacente à qual estão implicadas *sanções*”. (Pais, 2015, p. 123) Contudo, o espírito desportivo deve extravasar aquilo que são meramente as normas e as regras inerentes a cada modalidade desportiva, ao que está prescrito nos livros de regras. O espírito desportivo deve igualmente inspirar-se nos mais altos valores sociais, como a solidariedade, cooperação, tolerância, igualdade e respeito pelo próximo, que são universalmente aceites e que constituem uma espécie de moral secular (Marivoet, 2006; Santos, 2006; Sérgio, 2019; Conselho da Europa, 2021).

Verifica-se que existe como que uma adaptação das regras sociais ao desporto. Uma moral regional que adapta à realidade desportiva os valores, as normas e as regras reconhecidas socialmente como válidas e que devem servir como mecanismos de socialização, em particular, dos jovens. Como refere Bourdieu (1988), o desporto é, ao mesmo tempo, um mundo social relativamente autónomo, com as suas próprias instituições e regras específicas, e um microcosmo que reflete as tensões e estruturas do mundo social mais

amplo. Contudo, é cada vez mais constatável que em contexto de desporto de alta competição, em particular no futebol, o *fair play* é menos visível, mas é importante preservá-lo, em particular no âmbito da formação desportiva de jovens praticantes.

Pierre Bourdieu entende que:

'Fair play' is the way of playing the game characteristic of those who do not get so carried away by the game as to forget that it is a game, those who maintain the 'role distance', as Goffman puts it, that is implied in all the roles designated for the future leaders (1978, p. 824).

Diz ainda que:

sport is conceived as a training in courage and manliness, 'forming the character' and inculcating the 'will to win' which is the mark of the true leader, but a will to win within the rules. This is 'fair play', conceived as an aristocratic disposition utterly opposed to the plebeian pursuit of victory at all costs (1978, pp. 824-825).

Esta visão do *fair play*, que Bourdieu apresenta, resulta da forma como este entende o processo que conduz ao surgimento do desporto moderno, alavancado pelos ideais e valores aristocratas e burgueses, entendendo o desporto, os seus ideais como reflexo do *habitus* de classe, como mecanismo de promoção dos valores e da visão do mundo próprios das classes dominantes.

O *fair play*, e de forma mais alargada a ética desportiva, é entender que o desporto não deve ser um jogo de soma nula em que para um ganhar outro terá forçosamente de perder. O importante é perceber que perder é um dos condicionalismos do desporto. Perder é algo que quem pratica desporto tem de interiorizar como sendo uma possibilidade. Perder significa que encarámos essa possibilidade quando decidimos competir. Perder não deve ser sinónimo de derrota. Desta forma, podemos dizer que o acesso à prática desportiva permite que os indivíduos se socializem tendo como referências valores, normas e regras. Mas será que esses valores, normas e regras são respeitados e passados aos jovens praticantes em contexto de desporto de formação? E será que esses valores são entendidos como relevantes por parte dos jovens desportistas? Estarão de acordo com a visão do mundo que estes têm? Os jovens reconhecem-se nesses valores?

Como refere Queirós (2004), a propósito das diferenças entre a sociedade moderna, marcada pela estabilidade, e a pós-moderna, caracterizada pela volatilidade, os valores de uma e de outra sociedade não são coincidentes. Novos valores emergem, como a urgência do prazer e do individualismo, de um certo hedonismo, fundados numa maior pluralidade e num relativismo axiológico. Os valores deixaram de representar "verdades" absolutas. Mas, como sublinha a autora, a pluralidade de valores e a sua relatividade podem ser sinónimo de

insegurança, “especialmente entre aqueles que necessitam mais fortemente de uma bússola axiológica, como é o caso dos jovens.” (Queirós, 2004, p. 189).

Mas afinal o que são valores? Podemos considerar os valores como princípios e crenças que são considerados relevantes numa sociedade ou grupo social específico. São faróis que guiam o comportamento, a ação, dos indivíduos e funcionam como “grelhas” de avaliação de comportamentos, atitudes e normas sociais. Os valores não são imutáveis e alteram-se, ajustam-se às novas determinantes sociais. Contudo, como refere Pais (1998), o conceito de valores é algo ambíguo. Por vezes são entendidos como crenças, outras como normas, e outras como modelos de conduta. Estão igualmente dependentes de diversas variáveis como a cultura, a religião, a classe social, a etnia. Quase se pode referir que valores há muitos e cada sociedade tem os seus, pelo que estes não têm em si um valor absoluto.

Os valores estão presentes quando falamos de espírito desportivo, e também, diríamos que sobretudo, quando se fala de ética e moral. A ética e a moral são objetos de estudo da sociologia desde que esta se constituiu enquanto ciência. Autores como Durkheim e Weber dedicaram parte da sua obra a este tema. Na sua obra mais conhecida, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber (2005) tenta demonstrar como o puritanismo ascético protestante foi transportado das celas dos mosteiros para a sociedade e se transformou no novo “farol” da ética e da moral, e de que forma esta nova matriz do comportamento humano teve relevância na construção de um mundo dominado pela tecnologia e economia, assumindo-se como uma espécie de novo paradigma que conduziu ao capitalismo moderno. Capitalismo que muito contribuiu para o desenvolvimento do desporto.

Durkheim tem como preocupação central a forma como as sociedades modernas encontram novas tipologias de solidariedade num mundo em que a religião, e a moral que lhe está subjacente, perde centralidade e em que os valores do coletivo, representados pela ideia de consciência coletiva, se vão diluindo e são substituídos pelos valores do individualismo, que contribuem para a emergência da consciência individual. Esta preocupação de Durkheim está expressa em obras como *A Divisão do Trabalho Social* (1999), em que a divisão do trabalho surge como uma nova via para a solidariedade própria das sociedades modernas. Para alguns autores, como Elias e Dunning (2019) ou Manuel Sérgio (2019), o desporto emerge como uma nova forma de religiosidade que substitui em muitos aspetos o papel tradicional da religião e, como tal, constitui-se como um mecanismo de solidariedade.

Sobre a ética, Adorno (1993) diz-nos, de uma forma simples, que se trata da ciência do comportamento que aborda tanto as questões relacionadas com o comportamento individual, bem como o de carácter social, o que resulta da interação entre os indivíduos. Como tal, também o desporto, enquanto prática social, é um campo em que faz sentido falar de ética.

A Carta Europeia do Desporto, do Conselho da Europa (2021, p. 5), define ética desportiva:

as a way of thinking and not just a way of acting. It underpins sports integrity, equality, honesty, excellence, commitment, courage, team spirit, respect for rules and laws, respect for the environment, respect for self and others and a spirit of community, tolerance, and solidarity. It also includes respect for human rights and sustainability.

A ética no desporto é um aspeto fundamental para a socialização e integração social dos jovens praticantes. Este tema tem sido, exclusivamente ou quase, estudado, numa perspetiva sociológica, em Portugal, por Salomé Marivoet (1992, 2006, 2007, 2010, 2011, 2012a, 2012b, 2014d, 2016c, 2019).

Marivoet faz notar que apesar do interesse madrugador protagonizado pelos clássicos da sociologia na temática da ética e moral, a verdade é que o tema tem sido abordado de forma fragmentária e pouco consistente, facto que contribui negativamente para a investigação do tema (Marivoet, 2010).

Uma das preocupações de Marivoet (2010) é perceber como os princípios que enformam a ética condicionam a prática dos atores sociais e, desta forma, pretende a autora contribuir para a compreensão de como convivem os princípios da ética num contexto de desporto de alta competição, em que coexistem interesses conflitantes.

A exigência característica do desporto de alto rendimento, em particular o futebol, conduz a que os organismos responsáveis pela sua gestão tendam a afrouxar a vigilância a regras e princípios, como forma de conciliar interesses incompatíveis. São exemplos da tensão constante entre valores éticos e práticas sociais contrárias a estes a violência no desporto, o racismo, a xenofobia, a corrupção, o *match-fixing* e o *doping*. Isto é, a total subversão do *fair play* (Marivoet, 2010). A autora chama, igualmente, a atenção para o facto de o desporto ser entendido como uma realidade à parte do contexto social alargado, como que um microcosmo ou micro sociedade. Apesar disso, não deixa de ser verdade que o sistema social afeta o sistema desportivo. Se os valores são adulterados e reconfigurados na vida social, obviamente que o desporto será afetado enquanto parte integrante da mesma, apesar das suas especificidades (Marivoet, 2006). Reforça-se aqui o que Bourdieu (1988) disse a respeito do mundo desportivo. É um mundo social relativamente autónomo, não separado da sociedade.

Como noutros sistemas sociais, também o desporto, ou melhor, o sistema desportivo, em particular no que concerne ao desporto de competição, dispõe dos seus mecanismos de controlo social e de sanções. Mecanismos que se consubstanciam nas estruturas, nomeadamente federativas e/ou associativas, que têm a seu cargo a gestão dos aspetos relacionados com o cumprimento das “leis” desportivas, das suas normas e regras, tais como

os conselhos de disciplina, sem esquecer, obviamente, aqueles que estão diretamente envolvidos, numa primeira instância, na tarefa de assegurar o cumprimento das regras das diversas modalidades, os árbitros.

Como tal, o sistema desportivo possui um corpo administrativo burocrático, mais ou menos complexo, que tem como função assegurar que os princípios que constituem a ética desportiva, plasmados nos regulamentos, são cumpridos. Importa ter presente que estes mecanismos de salvaguarda do cumprimento das regras e das normas desportivas não devem retirar aos atores, aos atletas, a possibilidade de serem criativos, devendo, como refere Marivoet (2006), recorrendo ao pensamento de Dunning, utilizar a variância permitida pelas regras, não as violando, mas levando-as ao limite do admissível. Limite que separa o *fair play* da perversão dos valores desportivos.

Esta formalização e institucionalização da ética desportiva, marca distintiva do desporto moderno, contrasta com o informalismo e a quase inexistência de regras característicos da atividade desportiva na Antiguidade Clássica, ou mesmo durante toda a Idade Média. A civilização da sociedade, acompanha, de acordo com Elias e Dunning (2019), a civilização do desporto. O Recurso à violência, muitas vezes extrema, deixou de ser tolerado.

Weiss (2006, p. 57) recorre a um modelo de Dunning para demonstrar as principais diferenças estruturais entre os desportos modernos e os praticados, em particular, antes do século XIX.

Quadro 2.1 – Desporto tradicional vs desporto moderno (tolerância da violência)

Tradicional	Moderno
Alto nível de violência física tolerada	Baixo nível de violência física tolerada
Emoções espontâneas	Grande controlo de emoções
Pouca moderação	Grande moderação
Geração de espírito combativo aberto	Geração sublimada e intensamente controlada de espírito combativo muito tenso
Ênfase na violência e força	Ênfase na perícia e destreza

Apesar destas diferenças substanciais entre o desporto moderno e o praticado em épocas mais recuadas, a verdade é que a ética plasmada nos princípios do *fair play* e da cooperação entre os atores desportivos, valores fundadores do desporto, sofreram no último quartel do século XX uma corrosão decorrente da perda de relevância do desporto amador e da ascensão do desporto de alta competição, em particular em modalidades como o futebol. O objetivo central passou a ser a obtenção de resultados, sendo que resultados desportivos e financeiros passaram, em muitos casos, a ser variáveis da mesma equação e com isso foram

subvertidos valores e estabelecidas práticas, muitas vezes ilícitas, como forma de alcançar resultados (Marivoet, 2010; Gonçalves, 2006).

A perda de alguma centralidade do desporto associativo amador e dinamizado por voluntários é uma das preocupações que a Comissão Europeia expressa no *Livro Branco do Desporto*, ao referir, designadamente, que “o surgimento de novas partes interessadas (participantes fora das disciplinas organizadas, clubes desportivos profissionais, etc.) está a levantar novos desafios à governança, à democracia e à representação de interesses no movimento desportivo.” (CE, 2007, p. 24).

Como tal, todos estes valores que devem constituir a ética desportiva estão no contexto social atual colocados em causa. Como referiu Pierre Bourdieu (2008a, p. 7), “a ciência está em perigo e por isso torna-se perigosa”, a respeito dos interesses económicos e da sua influência funesta na ética científica; o mesmo se poderá dizer relativamente ao desporto e à sua continua industrialização e subjugação a interesses externos ao fenómeno desportivo, designadamente financeiros e políticos, que ao mesmo tempo o condicionam e lhe permitem ir sobrevivendo.

Se os princípios éticos fundadores do desporto moderno e inspirados nos princípios do olimpismo estão em causa, como garantir que estes são preservados e recuperados, para serem transmitidos, em particular, às novas gerações de praticantes? A escola pode ter um papel relevante, bem como os clubes desportivos, pelo que, como refere Santos (2006, p. 88):

o desenvolvimento moral, bem como o Espírito Desportivo, não são processos que nascem de forma mágica nas pessoas, como muitos acreditam, mas sim necessitam de ações planeadas e apoiadas em referências filosóficas, sociais e científicas, na organização de ações para sensibilização do Espírito Desportivo, através da inclusão de conteúdos nos currículos escolares e na organização de campanhas públicas voltadas para a valorização das condutas éticas e morais no contexto do desporto.

Este aspeto é particularmente relevante quando se fala de desporto de formação, mesmo que este esteja enquadrado num modelo de competição ou, particularmente, neste caso. Mas não deixa de ser difícil que tal se concretize, quando o palco mediático, através, nomeadamente, dos muitos programas televisivos de debate desportivo(?), em que invariavelmente se confunde desporto com futebol ou, melhor dizendo, se discute o pior que o futebol representa fora das quatro linhas, entra diariamente pelas casas de todos nós e em que os seus intervenientes passam horas a construir uma imagem extremamente negativa sobre o futebol nacional. Como tal, os meios à disposição de quem quer preservar os valores da ética desportiva não são comparáveis com os que são utilizados por aqueles que os destroem de forma sistemática e recorrente. A situação é ainda mais preocupante pelo facto, como é mencionado por Gonçalves (2006, p. 94), de “o desporto espetáculo ter passado a

“modelar” crescentemente não só a organização, mas as práticas de todos os intervenientes no desporto infanto-juvenil”. Até porque, como refere Costa, deveríamos ter em atenção que:

Os jogos desportivos, sobretudo aqueles que empenham totalmente o homem, na sua dimensão corporal e espiritual, sendo realizados através de práticas bem disciplinadas e regulamentadas, são considerados óptimos meios de educação e uma verdadeira escola de formação moral, onde se transmitem importantes valores para a vida, como a lealdade, a generosidade, a solidariedade, a amizade, a compreensão recíproca, etc. (Costa, 1989, p. 65)

Apesar desta realidade difícil de contrariar, importa salientar algumas iniciativas produzidas a nível europeu e não só que visam contribuir para a preservação dos valores da ética do desporto, tais como o *Livro Branco Sobre o Desporto* (CE, 2007), *Code of Sports Ethics* (Conselho da Europa, 2010)⁷, *International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport* (UNESCO, 2015), *A Carta Olímpica* (IOC, 2020), *Revised European Sports Charter* (Conselho da Europa, 2022)⁸, que identificam como uma das preocupações centrais as questões relacionadas com a ética e o *fair play*. No caso particular do *Livro Branco Sobre o Desporto*, gostaríamos de destacar medidas como a luta contra o *doping*, através da implementação de estratégias que permitam, designadamente, uma maior articulação entre diversos organismos internacionais com a Agência Mundial Antidopagem (AMA), o Conselho da Europa e a UNESCO. Outra medida relevante é o combate e a prevenção da violência, da xenofobia e do racismo.

A Carta Europeia do Desporto foi revista várias vezes desde a sua versão inicial de 1992. Em 2001, foram introduzidos aspetos como a prevenção do racismo e da xenofobia; em 2003, foram lançadas iniciativas visando a melhoria das condições para a prática da educação física para crianças e jovens em países europeus; em 2005, foram introduzidos os princípios da boa governação no desporto. Em 2010, houve uma alteração no código de ética desportiva; em 2011, os princípios de autonomia do desporto na Europa foram revistos, e foram implementadas medidas para prevenir a manipulação de resultados desportivos. Em 2012, foram criadas medidas para prevenir a imigração ilegal de crianças e jovens atletas. Em 2015, foram tomadas medidas relativas à igualdade de género; em 2018, houve promoção da boa gestão desportiva. Finalmente, em 2021, foram introduzidas medidas referentes à prática de artes marciais e desportos de combate extremos (Conselho da Europa, 2021).

Em termos nacionais, é de destacar o *Plano Nacional de Ética no Desporto*, que contempla diversas iniciativas. Uma delas é a criação do Código de Ética desportiva que foi

⁷ A versão original é de 1992.

⁸ A versão original é de 1992.

elaborado como forma de adequar à realidade nacional as orientações e recomendações inscritas no *Código de Ética Desportiva do Conselho Europeu*, de 1992 (IPDJ, 2014). Destacamos, ainda, iniciativas como o Ano Europeu da Educação pelo Desporto, que se realizou em 2004, bem como ações de âmbito nacional desenvolvidas por autarquias, Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), Comité Olímpico e federações desportivas. Isto mesmo é destacado por Gonçalves (2006).

Apesar de todas as iniciativas que possam ser tomadas no contexto internacional ou em cada um dos estados, em particular da UE, a ética e os valores do *fair play* têm de ser diariamente valorizados e cultivados nos espaços habitados pelos jovens, como a escola e os clubes desportivos. Quando se fala de educação e socialização dos jovens através da prática desportiva, é indispensável ter presente o papel determinante dos treinadores (nos clubes) e dos professores de educação física (nas escolas). São estes os agentes desportivos mais próximos dos jovens e que mais tempo passam com eles. São eles os “pivôs” na promoção da ética e do *fair play*.

Como nos chama a atenção Marivoet (2006), a sociedade está em mutação e, como tal, os valores também acompanham essa mudança. Uma mudança cuja direção, muitas vezes, ainda não é perceptível. Assim, também a ética se irá reconfigurar, tal como ocorreu no passado.

PARTE II – CONTEXTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DA PRÁTICA DESPORTIVA

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DESPORTIVAS E HÁBITOS DESPORTIVOS

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS

De acordo com Correia (2009), as políticas públicas de financiamento do desporto emergem, em termos europeus, como uma construção recente, articulando-se com a lógica redistributiva e de bem-estar característica do Estado-providência.

Em Portugal, o percurso seguiu um processo semelhante, embora diferido no tempo, condicionado por um contexto político autoritário que perdurou quase cinquenta anos. Durante o Estado Novo, o sistema desportivo refletia as limitações e constrangimentos sentidos pela sociedade no seu conjunto. A reposição da democracia em abril de 1974 trouxe consigo uma nova perspetiva e esperança para o movimento desportivo, em especial para os clubes. O Estado iniciou então o financiamento da atividade desportiva, ainda que, como referem Malveiro e Marivoet (2002), sem um enquadramento legislativo que permitisse avaliar de forma sistemática a aplicação dos recursos públicos. A partir do ordenamento constitucional de 1976, o Estado assumiu a prática desportiva como um direito dos cidadãos. Apesar deste facto, não foram desenhadas medidas de política pública desportiva que permitissem que, efetivamente, esse direito se pudesse concretizar de forma mais visível e abrangente (Marivoet, 2002a).

Na década de 1980, as regras de relacionamento entre o Estado e o movimento associativo começaram a ser mais claras e a delimitar o papel de cada uma das partes. O estado liberta-se de alguns resquícios do Estado Novo e do modelo corporativista, e o associativismo desportivo torna-se autónomo na gestão do seu futuro (Malveiro e Marivoet, 2002; Marivoet, 2016c).

A década de 1990 traz com ela a primeira Lei de Bases do Sistema Desportivo e, desta forma, fica definido o papel do Estado em matéria de política desportiva (Marivoet, 2016c).

Como já foi mencionado, a Constituição de 1976, que consagra a terceira república, inscreve o desporto como um direito dos cidadãos. A Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional, 2005) identifica no artigo 70º., referente à juventude, enquadrado no Capítulo II, respeitante aos direitos e deveres sociais, o direito à prática da educação física e desporto. A mesma Lei Constitucional, no artigo 79º., igualmente no capítulo II, refere que a cultura física e o desporto são um direito a que todos devem aceder, cabendo ao Estado, em articulação com instituições da sociedade civil, como as escolas e as associações desportivas, promover, incentivar, orientar e assegurar a prática desportiva, bem como prevenir a violência no desporto.

Em 2004, é aprovada a Lei de Bases do Desporto (Lei 30, 2004) e é revogada a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei 1, 1990). A Lei de Bases do Sistema Desportivo era mais

limitada em relação ao âmbito de aplicação, tendo a Lei de Bases do Desporto ampliado esse âmbito para incluir o desporto escolar, o desporto universitário e o desporto para pessoas com deficiência. A Lei de Bases do Sistema Desportivo estabelecia a existência do Conselho Nacional do Desporto como o principal órgão consultivo do governo em questões relacionadas com o desporto. A Lei de Bases do Desporto manteve o Conselho Nacional do Desporto e criou a Autoridade Antidopagem de Portugal e a Fundação do Desporto. A Lei 30/2004 veio trazer um maior destaque à relevância da formação desportiva e estabeleceu diretrizes para a formação de atletas e técnicos. Por outro lado, aperfeiçoou o regime jurídico das associações desportivas, ao definir regras mais claras para a constituição, gestão e funcionamento dessas estruturas.

Em 2007, é aprovada a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei 5, 2007), que vem substituir a Lei de Bases do Desporto (Lei 30, 2004), e que prevê, no artigo 2º., que todos devem ter acesso à atividade física e desportiva, “independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (Lei nº. 5, 2007, p. 356). A mesma Lei, no artigo 9º., prevê a criação de uma carta desportiva nacional, que permita a monitorização e o acompanhamento, designadamente, dos hábitos desportivos da população.

Este novo regime jurídico veio acrescentar ao anterior aspetos como a promoção da atividade física e o incentivo à prática desportiva em todas as faixas etárias da população, enquanto a Lei de Bases do Desporto se concentrava principalmente na organização e no desenvolvimento do sistema desportivo. A nova lei atribui aos municípios competências no âmbito da atividade física e do desporto, incluindo a promoção de hábitos saudáveis, a criação e gestão de espaços públicos adequados para a prática desportiva e a cooperação com outras entidades públicas e privadas para o desenvolvimento da atividade física. Destaca-se, ainda, a orientação para a promoção da prática desportiva em benefício da saúde.

Finalmente, a nova lei reconhece a importância de uma abordagem multidisciplinar na promoção da atividade física e estabelece a necessidade de uma coordenação efetiva entre as várias áreas governamentais.

Devemos, ainda, destacar o Programa Nacional Desporto para Todos, da responsabilidade do IPDJ, que visa a generalização da prática desportiva e prevê a atribuição de apoios financeiros a vários agentes, tais como clubes desportivos, que apresentem candidaturas que prevejam, designadamente, ações que visem a integração no desporto de determinadas faixas da população. Contudo, este programa está vedado à prática desportiva federada, o que deixa de fora todos os praticantes que estejam inscritos em clubes, cuja prática seja regulada e enquadrada por federações desportivas, o que acontece na maioria

dos clubes desportivos⁹. Ou seja, este programa acaba por excluir, por não serem elegíveis, um número significativo de clubes desportivos e, consequentemente, de jovens praticantes.

Tal como noutras áreas das políticas públicas, a adesão à então CEE teve influência nas políticas nacionais no âmbito do desporto e de juventude, nomeadamente com a transposição para o ordenamento jurídico português de normas europeias.

Em termos europeus é de destacar, nomeadamente, no ano de 1992, a Carta Europeia do Desporto do Conselho da Europa, que tem como um dos objetivos permitir que todos os indivíduos possam praticar desporto (Conselho da Europa, 1992).

Em 2007, antes do Tratado de Lisboa inscrever, no Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, como competência da União Europeia a política desportiva (Silveira, 2009), a Comissão Europeia lançou o *Livro Branco do Desporto* (CE, 2007), que prevê objetivos que pretendem contribuir para valorizar a função social do desporto e a promoção da atividade desportiva. O Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, na versão assinada em Lisboa, em 2009, institui, pela primeira vez, no artigo 6º., o desporto como uma área em que a União Europeia tem competências para desenvolver ações que visam apoiar, coordenar ou complementar a intervenção dos respetivos estados-membros (Silveira, 2009). O mesmo Tratado, no artigo 165º., refere que a União pretende promover o desporto, respeitando as suas especificidades e a sua matriz baseada no voluntariado, reconhecendo a sua função social e educativa.

O Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto, respeitante ao quadriénio 2021-2024, teve como um dos objetivos dinamizar e promover a atividade física que seja benéfica para a saúde e potencie um estilo de vida ativo (Resolução do Conselho, 2020).

Como se pode constatar, existem múltiplos suportes legais, de âmbito nacional e europeu, que reconhecem a importância da promoção de hábitos e de práticas desportivas. Para além das referências supramencionadas, há que destacar as diversas iniciativas que são promovidas a nível europeu, nacional e local, como o ano europeu do desporto, a semana europeia do desporto, bem como as muitas iniciativas levadas a cabo pelas autarquias, com destaque para as câmaras municipais, sem esquecer a atividade diária promovida pelos clubes. Deve destacar-se que as autarquias e, em particular, os municípios têm vindo, cada vez mais, a reconhecer a relevância do desporto, facto que fica claro, designadamente, por ser crescente o número de municípios que têm estruturas destinadas à gestão do desporto, sendo a existência de eleitos para pelouros do desporto igualmente uma tendência crescente (Constantino, 1999).

No que respeita aos municípios, segundo o INE, estes disponibilizaram, no ano de 2023, um apoio financeiro, referente a equipamentos e prática desportiva, de 426,5 milhões de

⁹ Sobre este assunto, ver <https://ipdj.gov.pt/programa-nacional-de-desporto-para-todos>.

euros, o que representa um aumento de 16.4% face ao ano anterior. O apoio ao desporto representa 3.3% do total de despesas dos municípios (INE, Desporto em Números, 2025).

Quadro 3.1 – Despesas totais dos municípios em atividades desportivas

Em milhões de €	2023	2022	2021	2020	2019
Total	426.500	367.700	323.347	301.008	320.287
Despesa por habitante (em €)	40.0	35.2	31.2	29.2	31.1
% no total da despesa dos Municípios	3.6	3.5	3.3	3.4	3.7

Fonte: INE: Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais.

Entre 2019 e 2023, as despesas municipais em atividades desportivas registaram uma tendência de crescimento significativo. Depois de uma ligeira quebra em 2020, ano marcado pelo impacto da pandemia da COVID-19, o investimento voltou a aumentar, alcançando em 2023 o valor mais elevado do período em análise: € 426,5 milhões, o que representa um crescimento de cerca de um terço face a 2019. Em termos per capita, observa-se igualmente um aumento, passando de € 29,2 por habitante em 2020 para € 40 em 2023.

Apesar desta trajetória ascendente em termos absolutos, o peso relativo das despesas com o desporto no conjunto das despesas municipais manteve-se estável, oscilando entre 3,3% e 3,7%. Isto sugere que, embora o investimento no desporto tenha crescido, este limitou-se acompanhar a expansão global das despesas municipais, não ganhando maior centralidade no orçamento autárquico.

Assim, os dados revelam um reforço do esforço financeiro dos municípios no domínio do desporto, mas também a persistência de uma lógica de estabilidade relativa, em que o desporto continua a representar apenas uma pequena parcela da despesa total.

Quadro 3.2 - Financiamento do IPDJ às Federações

(Em milhões de €)	2023	2022	2021	2020	2019
Total	44.500	44.100	40.981	42.269	45.045

Fonte: Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude

No que respeita ao financiamento do Estado central às federações desportivas, via IPDJ, entre 2019 e 2023, o financiamento apresentou oscilações, mas manteve-se globalmente estável em torno dos 40 a 45 milhões de euros anuais. Em 2019, o valor atribuído foi de € 45.045 milhões, registando depois uma ligeira descida para € 42.269 milhões em 2020. No ano seguinte, em 2021, o financiamento atingiu o ponto mais baixo do período, com € 40,981 milhões de euros, voltando a crescer de forma consistente em 2022 (€ 44,1 milhões) e em 2023 (€ 44,5 milhões).

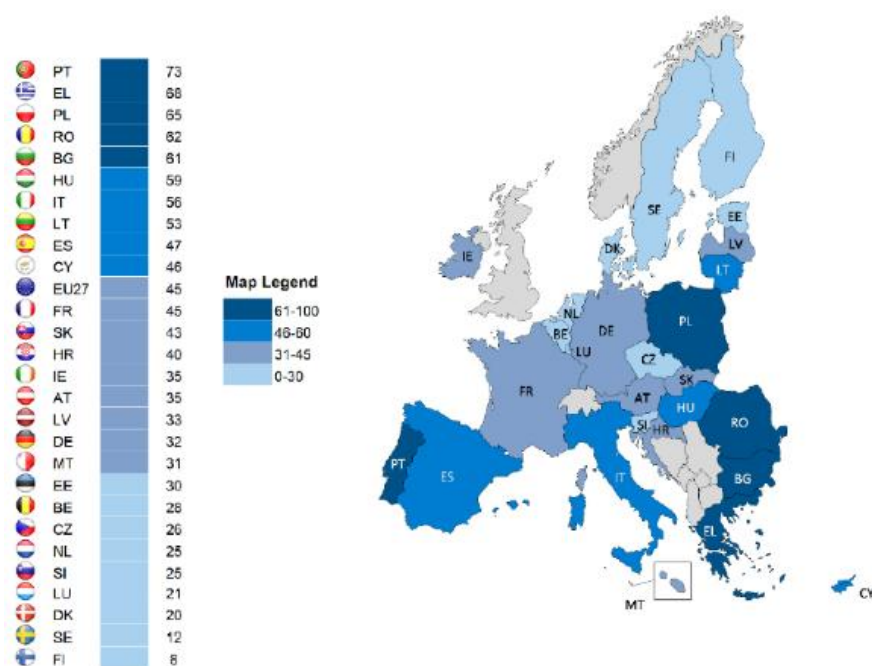
A análise destes números mostra que, apesar das variações, o apoio público às federações desportivas tem mantido uma linha de continuidade orçamental, sem que se verifiquem aumentos estruturais de grande escala. O financiamento apresenta-se, assim, como uma política de estabilidade relativa, assegurando às federações uma base de recursos previsível, mas limitada em termos de expansão, sobretudo quando comparada com o crescimento mais expressivo do financiamento municipal no mesmo período.

Estes dados são de alguma forma contraditórios com as intenções dos vários governos em fomentar a prática desportiva, nomeadamente os objetivos previstos no programa do governo, como por nós é mencionado no ponto seguinte. Fica a nota que em 2019 a despesa pública, em atividades desportivas, per capita, na Europa (média da UE), era de € 119 e em Portugal de € 69 (PWC, 2021). Por outro lado, como é destacado no estudo elaborado pela PWC (2021) para o Comité Olímpico de Portugal, Comité Paralímpico de Portugal e Confederação de Desporto de Portugal, o desporto apenas é referenciado marginalmente em projetos com relevância estratégica, como a Agenda Estratégica Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência.

3.2. HÁBITOS E PRÁTICA DESPORTIVA

A existência de suporte legislativo, apoios financeiros, e de todas as iniciativas que se vão desenvolvendo um pouco por todo o país, determinam que a prática desportiva seja significativa em Portugal e que estejamos bem posicionados em termos europeus?

De acordo com o relatório do INE, o *Desporto em Números*, referente a dados de 2019, cerca de 2/3 da população portuguesa, com idade igual ou superior a 15 anos, não praticou qualquer atividade desportiva nesse ano (INE, 2021). Estes dados estão em linha com os resultados obtidos pelo Eurobarómetro. Os resultados do Eurobarómetro 525, referente ao desporto e atividade física, publicado em 2022, refletem que a prática desportiva em Portugal é uma realidade muito diferente da de outros países da UE.



Fonte: Eurobarómetro Especial 525: Desporto e Atividade Física

Figura 3.1 – Inquiridos que responderam nunca ou raramente praticar desporto ou fazer exercício físico (%)

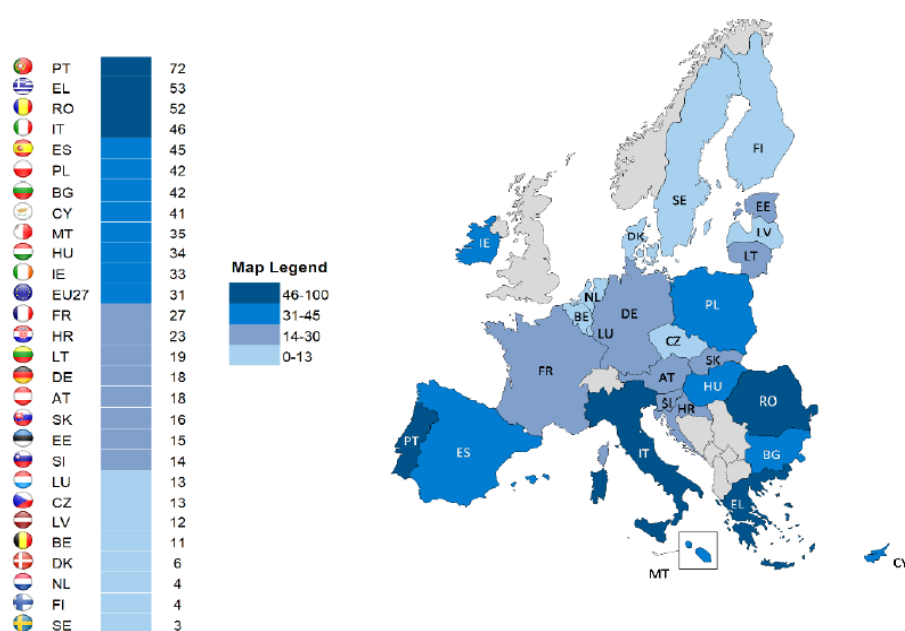
Quadro 3.3 – Inquiridos que responderam nunca ou raramente praticar desporto ou fazer exercício físico, por sexo, escalão etário e categoria socioprofissional (%)

'Nunca ou raramente'	UE27	PT
Sexo		
Masculino	57	75
Feminino	65	80
Género e idade		
Masculino 15-24	27	36
Masculino 25-39	46	62
Masculino 40-54	60	81
Masculino 55+	73	91
Feminino 15-24	42	37
Feminino 25-39	59	79
Feminino 40-54	64	80
Feminino 55+	75	91
Categoria socioprofissional		
Trabalhadores por conta própria	58	72
Gestores	47	59
Outros cargos administrativos	57	78
Trabalhadores manuais	65	84
Responsáveis pelo cuidado da casa	80	89
Desempregados	68	87
Reformados	74	92
Estudantes	30	27

Fonte: Eurobarómetro Especial 525: Desporto e Atividade Física

Estes resultados demonstram que Portugal continua a estar muito abaixo da média comunitária em termos de prática desportiva. Não só está abaixo da média comunitária, como é o país com os piores resultados deste barómetro: “over half of respondents in eight countries say they never exercise or play sport, with the highest levels in Portugal (73%), Greece (68%) and Poland (65%)” (CE, 2022, p. 9).

Quando a questão se centra em atividade física não relacionada com o desporto, como andar de bicicleta como meio de os indivíduos se deslocarem, dançar, promover atividades de jardinagem, os resultados são idênticos. Portugal ocupa, igualmente, o último lugar da tabela.



Fonte: Eurobarómetro Especial 525: Desporto e Atividade Física

Figura 3.2 – Inquiridos que responderam nunca efetuar exercício físico (%)

Se compararmos estes dados com os obtidos em 2017, também através do Eurobarómetro, verificamos que Portugal piorou os seus resultados, tanto no que respeita à prática de atividade física relacionada com o desporto, como na prática de atividade física em geral. Em 2017, 68% dos inquiridos responderam nunca fazer exercício físico ou desporto, valor que subiu para 73% em 2022. Sete países pioraram os resultados relativamente a 2017. Portugal foi o terceiro pior, ficando apenas à frente da Polónia e Hungria. Quanto aos indivíduos que não praticam outro tipo de atividade física, em 2017 representavam 64% dos inquiridos e em 2022 representam 72% (CE, 2022). Neste indicador, apenas quatro países pioraram os resultados comparativamente a 2017. Portugal foi o pior, a par da Grécia. Podemos concluir, tendo por base estes resultados, que a pandemia Covid 19 não teve um

impacto significativo na atividade física e desportiva na generalidade dos países que constituem este barómetro.

Outro aspeto importante destacado pelo Eurobarómetro é que, em média, nos países da União Europeia, os indivíduos detentores de níveis habilitacionais mais elevados, bem como os pertencentes a grupos profissionais mais qualificados, tendem a praticar mais desporto. Estes resultados estão em consonância com os dados apresentados por Marivoet, relativamente à população portuguesa (2001, 2002d). Os dados do Eurobarómetro revelam, ainda, que as mulheres têm uma taxa de participação desportiva inferior à dos homens (CE, 2022).

Que motivos podem ser adiantados para justificar este mau desempenho de Portugal? Sendo Portugal menos desenvolvido, em diversas dimensões, do que a média dos países da UE, a prática desportiva pode estar a refletir essa realidade. Por outro lado, países que apresentam índices de desenvolvimento abaixo dos portugueses, como alguns do leste europeu, têm um passado relevante no que respeita a políticas de desenvolvimento desportivo, ponto que é justamente destacado por Almeida (2009, p. 138) ao referir que “o desporto [nesses países] teve uma função de orientação ideológica dirigida pelo Estado”, pelo que os dados atuais podem ainda refletir esse legado, esse tipo de orientações culturais, que contrastam, designadamente, com o que era prática em Portugal, em particular no período do Estado Novo.

No sentido de alterar os maus resultados que Portugal tem, em termos de prática de atividade física e desporto, o XXIII Governo inscreveu no seu programa, referente à legislatura 2022-2026, um objetivo que visava colocar Portugal entre os 15 países com os índices mais elevados de prática de atividade física e desportiva na próxima década (Programa do Governo, 2022). O atual governo, o XXV, no seu programa (Programa do Governo, 2025), nada refere relativamente a metas de prática desportiva ou de exercício físico, apenas refere, de forma genérica, a necessidade de aumentar a prática. Se nos detivermos apenas nos objetivos que foram traçados pelo XXIII Governo, qual a possibilidade de se concretizar este objetivo político? Portugal tem um diferencial de 33% relativamente ao país que presentemente ocupa a 15ª posição, a Croácia. Para que tal fosse concretizável, no início da próxima década, Portugal teria de crescer cerca de 4% ao ano, sendo que os restantes países teriam de manter ou diminuir os seus indicadores.

Se analisarmos os dados obtidos por um inquérito realizado na época desportiva de 1998-99, a uma amostra representativa da população portuguesa, com idades entre os 15 e os 74 anos, verificamos que 23% dos indivíduos responderam praticar desporto com regularidade (Marivoet, 2001). Ou seja, valores muito próximos dos que foram obtidos no Eurobarómetro de 2022. Estes dados contribuem para criar algum ceticismo sobre a possibilidade de Portugal se aproximar da média europeia em termos de prática desportiva e de exercício físico. Este

ceticismo é de alguma forma partilhado por Carvalho (2022), embora este autor tenha como referência o Eurobarómetro de 2017, que, por sinal, apresenta valores mais favoráveis para Portugal.

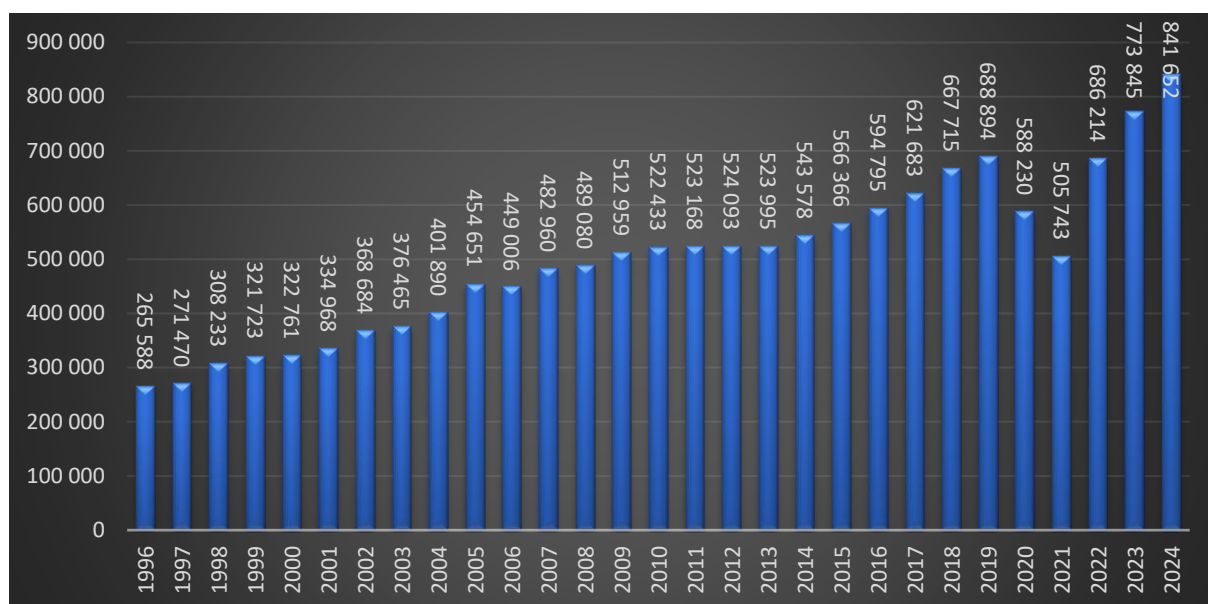
Mais importante do que definir objetivos é perceber como eles se podem concretizar. O atual governo, bem como outros que o antecederam, apresenta um conjunto de iniciativas que permanecem por operacionalizar, tais como o estreitamento da relação entre o sistema educativo e o movimento desportivo, em particular com os clubes (Programa do Governo, 2025).

Uma das vias para este estreitamento de relações entre a “escola” e o movimento desportivo associativo é o desporto escolar. O Programa Estratégico do Desporto Escolar, respeitante ao período 2021-2025, pretendia criar uma dinâmica que previsse a abertura da escola à sociedade civil. O desporto escolar deve sair do espaço escolar e este deve abrir-se ao movimento desportivo com particular relevo para os clubes (Direção-Geral da Educação, 2021).

Esta nova visão do desporto escolar, que prevê, inclusive, que as atividades desportivas deixem de ser dinamizadas em exclusivo pelos professores de Educação Física, podendo intervir neste processo os treinadores dos clubes desportivos, é uma iniciativa que poderá ter sucesso e possibilitar a tão desejada cooperação entre a escola e os clubes desportivos, como forma de fazer chegar o desporto a todos, e, assim, promover a integração dos jovens no contexto desportivo

Regressando aos dados que constam do Eurobarómetro Especial 525 de 2022, importa referir que os mesmos respeitam à prática de exercício físico e desporto, abrangendo praticantes federados e não federados. Para a nossa investigação importa o desporto praticado de forma regular, enquadrado em competições, sujeito a regras e normas, e desenvolvido por clubes desportivos. Isto é, desporto federado.

No que respeita ao desporto federado, tem-se verificado, em Portugal, uma evolução sustentada do número de praticantes. Isso mesmo é refletido no gráfico abaixo.



Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 3.3 – Total de praticantes federados (1996-2024)

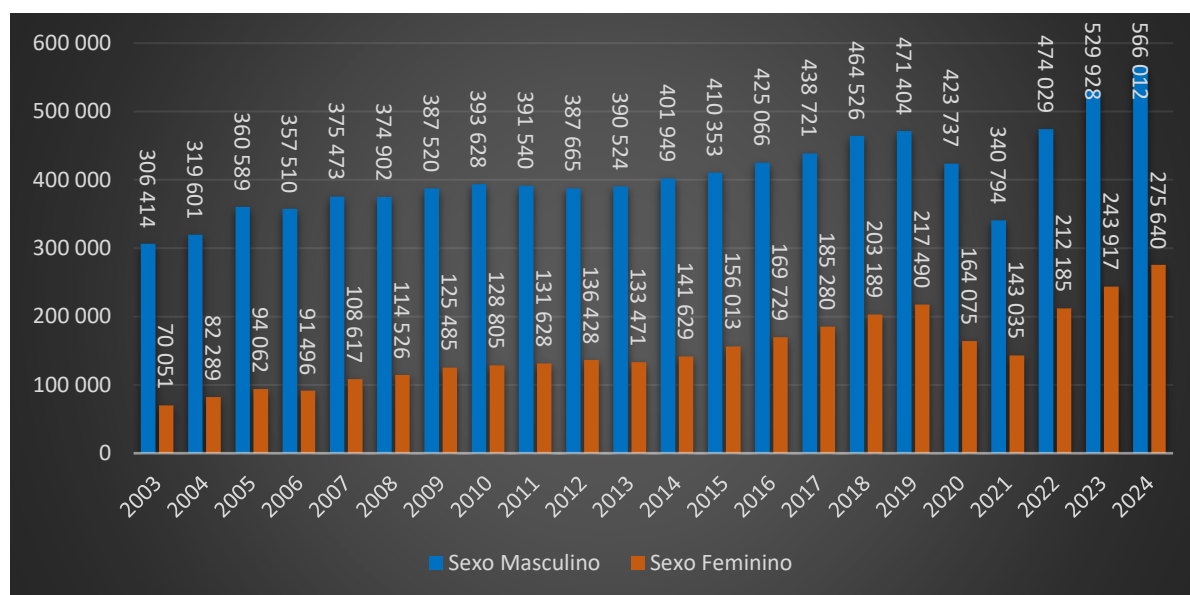
Entre 1996 (265.588) e 2019 (688.894) registou-se um aumento de 423.306 no número de praticantes federados, o que representa um crescimento de 260%. Entre 2019 e 2021, verificou-se um decréscimo, bastante significativo, sendo que a pandemia Covid 19 será a principal explicação para a redução do número de atletas federados, ficando o total de praticantes em 2021 (505.743) próximo do registado em 2009 (512.959).

Se excecionarmos da análise os valores referentes ao período de 2020 e 2021, os dados parecem demonstrar que a tendência que se observa na prática de exercício físico e desporto, em geral, não segue a tendência do desporto federado. Se no primeiro caso verificamos uma certa estabilização, ou mesmo uma tendência para a diminuição da prática, no caso do desporto federado a tendência é inversa. Esta mesma tendência já tinha sido observada por Marivoet (2002d) e Marques (2004).

Ainda sobre a prática de desporto federado, em 1996, por cada 1000 habitantes, havia 26 praticantes federados, tendo esse valor subido para 67 em 2019. Importa salientar a recuperação do número de praticantes no período pós pandemia, sendo que em 2022 (686.214) os valores se aproximam aos de 2019 (688.894). Nos anos seguintes, (2023 e 2024), são atingidos os valores mais elevados de sempre em termos de atletas federados, 773.845 (2023) e 841.652 (2024), respetivamente.

A distribuição dos praticantes por sexo reflete, de forma inequívoca, a predominância dos indivíduos do sexo masculino. Contudo, o crescimento do número de praticantes do sexo feminino segue a tendência dos do sexo masculino, ou seja, verifica-se que há um crescimento constante, apenas interrompido nos anos da pandemia. Em 2024, ano em que se verificou o número mais elevado de praticantes de ambos os sexos, 841.652, os indivíduos

do sexo masculino eram 566.012 e do sexo feminino 275.540. Os praticantes femininos representavam 32.7% do total. A recuperação pós pandemia segue a mesma tendência.



Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 3.4 – Total de praticantes federados por sexo (1996-2024)

Estes indicadores, em particular os apresentados pelo Eurobarómetro, levam-nos a colocar a seguinte questão: se a prática desportiva revela níveis tão baixos na população em geral, como pode o desporto constituir-se como um agente relevante de socialização e integração dos jovens, em particular, daqueles que pertencem a estratos sociais menos favorecidos?

Os hábitos e as práticas desportivas são indicadores essenciais quando se pretende estudar a relevância e o papel do desporto em aspetos relacionados com os processos de socialização e de integração. Em Portugal, Salomé Marivoet (1992, 1993a, 1993b, 1994, 1996, 2001, 2002c, 2002d, 2005, 2016¹⁰, 2016a) tem trabalhado estes dois temas (os hábitos e as práticas desportivas), que estão interligados. Cláudia Pinheiro e Cláudia Ferreira (2002), bem como Guilherme Nunes (2017), produziram igualmente trabalho, sociológico, neste âmbito.

Numa comunicação proferida por Cláudia Pinheiro e Cláudia Ferreira no IV Congresso Português de Sociologia, realizado em 2002, é abordada a temática da prática desportiva por parte de jovens em idade escolar e de que forma constrangimentos como a falta de infraestruturas, apoios financeiros e carência de políticas públicas, podem ser algumas das causas para que Portugal continue a ser um mau aluno quando comparado com os restantes

¹⁰ Trabalho elaborado em parceria com Diogo Cipriano.

países da União Europeia. As autoras pretenderam conhecer o tempo que os jovens, no caso na cidade de Coimbra, dedicam à prática desportiva, tendo, para esse efeito, aplicado questionários a jovens de ambos os sexos.

Apesar de já terem passado mais de 20 anos sobre a data de realização do estudo, e o mesmo respeitar apenas ao contexto da cidade de Coimbra, a verdade é que fica evidenciada a falta de hábitos desportivos. Os indivíduos do sexo feminino apresentam taxas de participação desportiva ainda mais baixas do que a população masculina, o que é constatado por outros estudos, bem como por resultados de inquéritos de entidades oficiais, tanto de âmbito nacional como internacional, que já tivemos oportunidade de referenciar.

Para além das razões atrás invocadas e que funcionam como entrave à maior participação dos jovens na prática desportiva, e que remetem para questões que competem primeiramente ao estado central e local resolverem, outros aspetos, como a falta de competências (habilidades) físicas, o pouco apoio por parte dos familiares e amigos, experiências negativas, em particular na escola, são, igualmente, motivos para a não adesão dos jovens à prática desportiva.

A estes motivos gostaríamos de adicionar mais um, que respeita a questões económico-financeiras, fator sinalizado como um dos mais relevantes no Inquérito aos Hábitos Desportivos da População Escolar Portuguesa (DGEEC, 2020), bem como nos dados apresentados pelo INE na publicação Desporto em Números (2025), e que é igualmente mencionado no Eurobarómetro de 2022, neste último caso não apenas como um entrave à prática desportiva por parte dos jovens, mas de toda a população.

O papel da família é igualmente destacado pelas autoras como elemento decisivo no sucesso e na continuidade da prática desportiva por parte dos jovens. O tempo dedicado aos treinos, o facto de os jovens dependerem dos seus familiares mais próximos, em particular dos pais, para se deslocarem para os treinos e para as competições, faz com que o suporte e a persistência familiar sejam fatores condicionadores e determinantes para o sucesso dos jovens e para que a prática desportiva seja prolongada, condição essencial para que o desporto se possa constituir como estruturante no processo de socialização e de integração.

Se socialização pressupõe tempo, o suporte que os pais prestam aos jovens exige, igualmente, disponibilidade financeira (Pinto e Amorim, 2002).

As autoras constataram, ainda, que os níveis escolares dos pais, e as categorias socioprofissionais a que pertencem, influenciam a forma como o desporto é percecionado. As famílias de estratos mais baixos apresentam expectativas menos favoráveis quanto à prática desportiva, por parte dos seus filhos, referindo que os mesmos devem preocupar-se em trabalhar após deixarem a escola e não devem perder tempo com atividades desportivas.

No que respeita às famílias de baixos rendimentos, foi efetuado, no Canadá, um estudo que pretendeu saber como os jovens e as suas famílias percecionam a importância e os

benefícios da prática desportiva, bem como perceber se os pais tinham consciência dos obstáculos que teriam de superar para poderem proporcionar aos seus filhos oportunidades de prática desportiva (Holt, et al., 2011).

Uma das primeiras constatações dos autores é que são necessárias mais investigações que demonstrem a importância e os benefícios que o desporto pode ter para jovens pertencentes a famílias de baixos rendimentos, e como a prática desportiva pode refletir-se na sua vida futura. Ou, dito de outra maneira, de que forma o desporto é um agente de socialização relevante no processo de integração e de construção do seu futuro.

Os autores sublinham que muitos estudos, tal como inquéritos realizados sobre a prática desportiva, evidenciam que “financial barriers were a major factor that restricted sport participation among children from the low-income families. Furthermore, children and adolescents from low-income neighborhoods have restricted access to sport/leisure facilities” (Holt, et al., 2011, p. 490). A questão do acesso a instituições desportivas ou de lazer, por parte de famílias economicamente mais desfavorecidas, é igualmente abordado por Giddens como forma de demonstrar que os indivíduos provenientes destas famílias estão sujeitos a diversas formas de exclusão social (Giddens, 2007).

Estes resultados parecem demonstrar que há uma barreira no acesso à prática desportiva determinada pela classe social de pertença, que acaba por limitar, igualmente, o acesso a equipamentos desportivos que não estão tão disponíveis nas áreas residenciais habitadas por indivíduos de classes sociais mais baixas. Os autores constataam, igualmente, que o Estado federal canadiano concentra a maioria do seu apoio financeiro no desporto de alta competição, sendo que o financiamento da prática desportiva dos jovens de famílias carenciadas é escasso.

O estudo envolveu famílias de baixos rendimentos que beneficiavam de apoio financeiro, disponibilizado por entidades sem fins lucrativos, o que permitia que os filhos praticassem desporto. Apesar do apoio financeiro de que beneficiavam, outras barreiras emergiam, tais como a menor disponibilidade dos pais em acompanhar os filhos aos treinos e às competições por trabalharem em mais do que um emprego, dificuldade de acesso aos equipamentos desportivos devido à distância a que estes se situam das áreas de residência e, igualmente, o facto de nem todas as despesas inerentes à prática desportiva estarem cobertas pelo apoio financeiro que lhes tinha sido atribuído. É também importante salientar que o estudo não abrangeu famílias de baixos rendimentos que não beneficiavam de apoios financeiros, pelo que a representação de umas e de outras, relativamente à prática desportiva, pode ser diferente. Deve ainda destacar-se, no estudo em apreço, que, apesar de todas as barreiras que se erguem à participação desportiva de jovens de famílias de baixos rendimentos, tanto os pais, como os próprios jovens, reconhecem os benefícios dessa prática, por permitir,

nomeadamente, a aquisição de competências sociais e pessoais, a pertença a um grupo, a convivência com jovens de outras realidades sociais, a criação de laços de interdependência e de amizade, trazer benefícios para a saúde e bem-estar, reforçar a autoconfiança, e evitar a “sedução” dos jovens por atividades socialmente reprovadas, como o consumo de drogas ou a pertença a *gangs*. A prática desportiva revela-se um mecanismo protetor, de socialização e de integração, com impacto positivo na vida dos jovens que extravasa o mero âmbito desportivo.

Face a esta realidade, que demonstra que a prática desportiva pode ser condicionada por fatores socioeconómicos, qual o papel da escola? Sobre o papel da escola, Marivoet, no seu livro *Aspectos Sociológicos do Desporto*, começa por fazer uma viagem histórica até à Inglaterra do século XIX, isto é, ao espaço e ao tempo em que o desporto se institucionalizou – e em que as escolas tiveram um papel determinante para que tal ocorresse –, e contrapõe a realidade inglesa ao que se passou em Portugal no período do Estado Novo, em particular nas primeiras décadas, em que o desporto era visto de forma negativa.

Para a autora, a escola enquanto instituição deve questionar para que serve a disciplina de Educação Física. Deve esta disciplina ser similar às demais componentes letivas em que a vertente avaliativa deve estar presente, ou deve ser encarada de uma forma lúdica e recreativa? A disciplina de Educação Física deve servir para aumentar a performance e assim poder contribuir para a inibição dos menos competentes, ou para motivar a prática desportiva sem preocupações competitivas? Estas são algumas interrogações que se configuram como contributos importantes da autora para a definição do papel da escola no contexto do desporto (Marivoet, 2002b). A verdade é que passaram mais de duas décadas sobre a data da publicação desta obra e as questões permanecem por responder.

Podemos referir, em jeito de síntese, que os hábitos e a prática desportiva são elementos relevantes no processo de socialização e de integração dos jovens, sendo que Portugal apresenta índices de prática desportiva muito abaixo da média dos países da UE, ocupando o último lugar. Por outro lado, a condição social das famílias condiciona o acesso dos jovens ao desporto, verificando-se, tanto a nível nacional como internacional, que os jovens oriundos de famílias de baixos rendimentos enfrentam diversas barreiras no acesso e na manutenção da prática desportiva.

CAPÍTULO IV

OS CLUBES DESPORTIVOS E O ANDEBOL

4.1. OS CLUBES DESPORTIVOS NA EUROPA E EM PORTUGAL

Na primeira parte desta tese referimos a relevância que os clubes desportivos podem ter nos processos de integração social, em particular dos jovens. Neste ponto, discutimos outros aspetos, como a natureza dos clubes, a sua relevância no contexto nacional e europeu, e os desafios que lhes são colocados. Iremos centrar-nos, em particular, nos clubes que disponibilizam, a nível nacional, a modalidade de andebol, já que é da prática juvenil deste desporto que tratamos.

Os clubes desportivos são um produto do associativismo, sendo que este é uma forma de os indivíduos se agregarem em torno de interesses comuns para desenvolverem atividades que permitam alcançar determinados objetivos. Como bem constatou Tocqueville (2004), no caso particular dos Estados Unidos da América do século XIX, que este apelidava de maior democracia do mundo, é nas democracias que o associativismo é particularmente dinâmico, até porque é nestes contextos políticos que o Estado tem um papel essencialmente de regulador e não tanto de interventor, cabendo aos indivíduos, à sociedade civil, associarem-se livremente em prol dos seus ideais e interesses, sejam estes religiosos, políticos, económicos, culturais, sociais ou, neste caso, desportivos. O associativismo, é, pois, uma forma de ação coletiva, uma maneira de constituir redes sociais e com elas gerar capital social. Como destaca Pais (2011, p. 249), “não haveria sociedade se não existissem afiliações sociais entre as pessoas, quer na forma de grupos, associações, organizações ou agregados sociais.”

Na ótica de Durkheim (1999), nas sociedades modernas, há atividades relevantes na criação de cimento social que se constitui como elo psicoafetivo entre os indivíduos. Nós sinalizamos, como exemplo, os clubes desportivos. É importante, contudo, destacar que Durkheim defendia, essencialmente, o associativismo na vertente corporativista ligado a questões profissionais. Isso mesmo é destacado por Viegas (1986). Para Durkheim, o individualismo próprio das sociedades de tipo superior, como ele se refere às sociedades industriais, caracterizado por uma solidariedade orgânica, implica que os indivíduos se juntem, associem, por forma a conseguirem alcançar objetivos que não poderiam ser atingidos de forma individual. O associativismo constitui-se, nesta perspetiva, como um mecanismo de solidariedade social (Durkheim, 1999).

De entre um conjunto alargado de iniciativas, tendo em vista a constituição de diversas tipologias de associações de cariz voluntário, protagonizadas por diversos setores da sociedade europeia, e também portuguesa, designadamente o movimento operário, nos finais

do século XIX e início do século XX, destacamos o surgimento dos clubes de instrução e recreio, que, em particular na primeira década do século XX, começam a integrar nas suas atividades a prática desportiva (Pereira, 2020). Como refere Pereira, “as primeiras associações desportivas, entre as camadas populares, são sociedades de instrução e recreio que adotam o desporto como um dos seus fins.” (2020, p. 125)

Pereira sublinha, igualmente, o facto de diversos estudos, de cariz histórico, destacarem “que o desporto constitui um modo de integração privilegiado, assegurando e consolidando um sentimento de pertença do indivíduo a um grupo ou localidades específicos” (2020, p. 125). Por seu lado, como saliente Viegas (1986, p. 104), “a própria denominação das colectividades incluindo o nome da terra - cidade, vila ou lugar/bairro -, tem um carácter emblemático”, simbólico e tem como um dos objetivos vincular os praticantes e associados dos clubes à sua “geografia” e a tudo aquilo que esta representa.

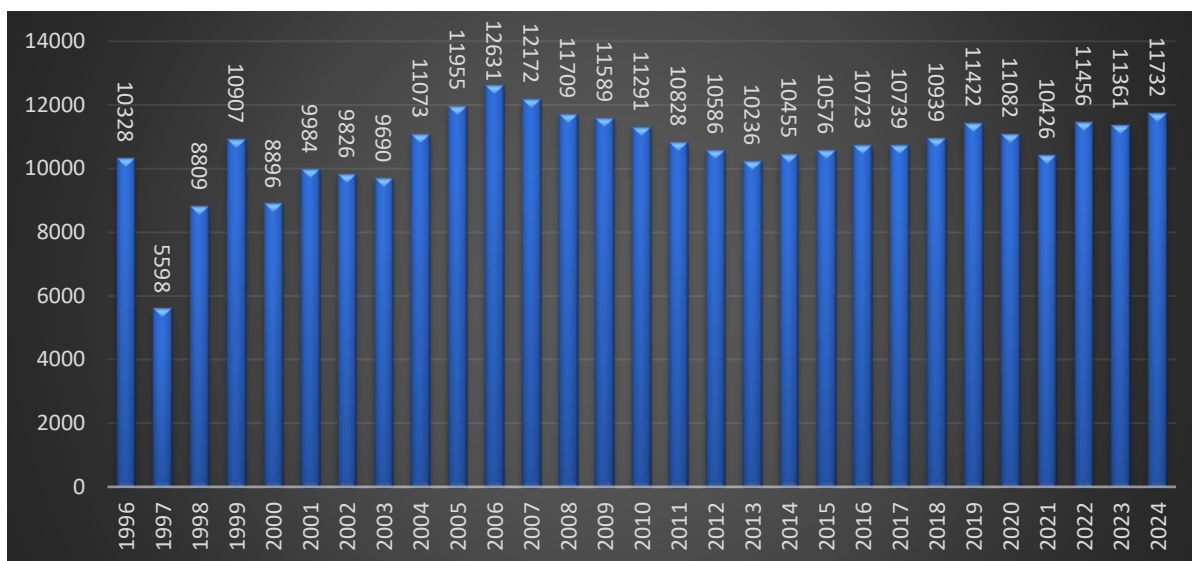
Se os clubes de desporto eram marcadamente elitistas e fator de distinção social durante o século XIX, rapidamente as classes trabalhadoras foram-se apropriando desse território e criaram os seus próprios clubes. Exemplo dessa apropriação é a criação de diversos clubes que tinham como referência modalidades como o ciclismo, o boxe e, mais tarde, o futebol (Pereira, 2020; Bourdieu 1978).

Mas afinal o que se entende por clubes desportivos? Para Constantino (1999), os clubes desportivos são entidades de direito privado que propiciam aos seus associados um conjunto de serviços, entre os quais a prática desportiva, seja esta de carácter meramente recreativo, de manutenção ou de competição. Nós acrescentamos que a prática desportiva não é uma oferta que os clubes façam em exclusivo aos seus associados, já que nem todos exigem que os praticantes sejam seus “sócios”, embora seja essa a regra.

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto define os clubes como “pessoas colectivas de direito privado, constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tenham como escopo o fomento e a prática directa de modalidades desportivas.” (Lei 5, 2007, p. 360).

Estima-se que, a nível europeu, existam 700.000 clubes desportivos, sendo que estes movimentam aproximadamente 60 milhões de pessoas, entre praticantes, dirigentes, treinadores e outro pessoal (CE, 2007; Seippel, *et. al.*, 2023). Apesar das diferentes configurações que os clubes têm em função de especificidades nacionais, estes são na sua maioria de pequena dimensão e disponibilizam uma só modalidade desportiva (Breur, *et. al.*, 2015, van der Roest, *et. al.*, 2017).

No caso português, segundo o IPDJ, existiam, em 2024, 11.732 clubes desportivos. Tal como no número de praticantes, também o número de clubes foi certamente afetado pela pandemia Covid 19, o que se constata pelo gráfico abaixo (figura 4.1).



Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.1 – Total de clubes desportivos registados, em Portugal (em pelo menos uma federação) (1996-2024)

Verifica-se uma quase estagnação na criação de novos clubes desportivos, ou pelo menos nos que estão registados em federações das várias modalidades. Destaca-se o facto de, em 2021, o número de clubes baixar a fasquia dos 11.000, aproximando-se dos valores de 1999. Esta diminuição parece ter sido meramente conjuntural, sendo que os números de 2022 e seguintes apontam para uma recuperação e mesmo superação dos números referentes a anos anteriores aos da pandemia Covid 19.

A situação atual contrasta com a grande expansão dos clubes em Portugal, que se verificou no pós 25 de Abril de 1974. Como refere Gomes (2011, p. 112), “se em 32 anos (1942-1974) tinham sido criados 1923 clubes, entre 1977 e o primeiro semestre de 1978 formaram-se 942. Em quase 12 anos (de Novembro de 1974 a Abril de 1986), nasceriam 4288 novos clubes”.

Os clubes desportivos são o local privilegiado para a prática desportiva e constituem-se como um subsistema do sistema desportivo. Estão agregados a associações, normalmente de carácter distrital ou regional, que por sua vez estão integradas em federações nacionais, estando estas filiadas em federações ou confederações internacionais (Marivoet, 2016c). Desta forma, constitui-se como que uma configuração desportiva, no sentido que Elias dá ao conceito, com interdependências entre as diversas partes que a compõem.

Historicamente, o modelo desportivo europeu é constituído por clubes que resultam do associativismo de tipo voluntário e sem fins lucrativos (CE, 2007; Vos et. al., 2013; Breur et. al., 2015; Corthouts et. al., 2020). A empresarialização do desporto é algo que tem contribuído para uma menor relevância dos clubes e para o decréscimo do voluntariado (Corthouts et. al.,

2020; Seippel *et. al.*, 2023), sendo isso mesmo destacado no *Livro Branco Sobre o Desporto*, em que a Comissão Europeia sublinha a necessidade de a organização do desporto dever “ser feita com base em clubes sem fins lucrativos e no voluntariado” (CE, 2007, p. 13).

A Comissão Europeia destaca, ainda, a tendência crescente, em particular por parte dos jovens, para a prática de desportos individuais, de forma não organizada e fora do contexto dos clubes desportivos, o que contribui para o declínio do modelo voluntário e associativo (CE, 2007). Esta constatação é igualmente comprovada pelos dados do Eurobarómetro Especial 525, que indicam um menor número de indivíduos membros de clubes. Dos inquiridos, 28% referem ser membros de clubes, o que representa menos 5% relativamente a 2017 (CE, 2022). Marivoet, sinaliza que um dos motivos para a menor relevância dos clubes desportivos, e para a perda de alguns praticantes, resulta da:

Concorrência que as novas práticas exercem levando ao abandono dos jovens atletas inseridos em práticas de competição, pois a ênfase lúdica e informal contrapõe-se a um esforço rígido e formal das primeiras, que destoa da lógica dos consumos culturais presentes na sociedade para os jovens de hoje. (Marivoet, 2002a, p. 31)

Ou, como refere Queirós (2004, p. 192), “há uma ânsia de liberdade nas actividades dos indivíduos, de fazer desporto como querem, quando querem, sem estarem limitados a certos lugares, a uma disciplina rígida e coletiva imposta do exterior”. Há um crescente predomínio do individual sobre o coletivo, colocando-se em causa as regras e as normas que determinam e condicionam a prática desportiva organizada, que, por definição, tem uma normatividade vinculada que estrutura essa atividade desportiva

Como referem Seippel *et. Al* (2023, p. 204), “we regularly hear that sports clubs are, if not in crisis, at least in troubled water. Clubs are struggling to recruit and retain their members because a growing number of people prefer commercial fitness locations or exercise by themselves”. Ou, como destacam Breur *et. al.* (2015, p. 431), “in the last decades commercial suppliers have successfully penetrated the sport market. Especially those that focus on body and health, like fitness centres, and less to competition”.

No desporto português e europeu, nos clubes desportivos, domina o modelo competitivo. No que concerne, designadamente, às modalidades coletivas, não há outra forma, com algumas exceções, de promover a sua prática, pelo menos através dos clubes, que não seja pela vertente formativa com vista à competição. Há mesmo quem defenda que apenas se pode falar de desporto quando a componente competitiva está presente, sendo que esta forma de prática desportiva reflete, em alguma medida, o modelo capitalista de produção e da sociedade que dele emerge (Brohm, 1982; Marivoet, 2002a; Constantino, 2003; Correia, 2009; Sérgio, 2019). Competição para atingir melhores *performances* económicas entre os

indivíduos nas empresas *versus* competição entre os indivíduos para alcançar melhores *performances* desportivas nos respetivos clubes. Um subsistema social é o reflexo do outro.

Como tal, um dos motivos para a perda de relevância dos clubes está relacionado com o modelo desportivo dominante. A esmagadora maioria dos clubes promove desporto que tem por base a competição, o que não ocorre com outras estruturas, designadamente de tipo empresarial, onde se pratica desporto de uma forma mais recreativa. Este aspeto é destacado por Breur et. al., quando mencionam que:

Another reason is that individualism in society is also recognisable in sports. People are less motivated to commit themselves for a long period to a sport club (training and competition on fixed times), making recruiting and retaining of members harder. (Breur et. al., 2015 p. 431).

Esta tendência, a acentuar-se nos próximos anos, pode representar mais um entrave no acesso à prática desportiva, em particular, por parte de jovens de familiares com menores recursos, uma vez que a empresarialização do desporto parece estar a ganhar terreno. Importa não esquecer que uma das barreiras à prática desportiva são as questões económicas, como já tivemos oportunidade de referir.

É importante frisar que esta realidade respeitante ao menor relevo dos clubes desportivos foi, igualmente, constatada por Putman (2000), no início dos anos 2000, nos Estados Unidos da América, em que, particularmente os jovens, substituíram práticas desportivas mais tradicionais, as modalidades tipicamente americanas, como o futebol americano, *softball* ou o beisebol, por desportos eminentemente individuais, como a patinagem (patins em linha) ou o *fitness*. Isto é, também nos Estados Unidos da América, os desportos coletivos e associativos estão a dar lugar a práticas desportivas mais individuais, menos formais e mais libertas de regras e normas rígidas.

Apesar de estes resultados apontarem para uma certa perda de relevância, designadamente, a nível europeu, do desporto associativo proporcionado pelos clubes, a verdade é que estes continuam a ser o espaço mais relevante quando se fala de desporto organizado e federado. Isso mesmo destacam Nagel et. al. (2020, p.13), ao sublinharem que “sports clubs significantly developed over the twentieth century and remain the main promoters of mass sports and elite sports in many European countries”, ou Breur et. al. quando mencionam que “in most European countries sport clubs are traditionally the main suppliers for organised sport” (2015, p. 431).

Sendo os clubes desportivos elementos essenciais do sistema desportivo, estes não podem substituir o papel que compete ao Estado de assegurar a prática desportiva de forma universalizada, nos termos definidos, desde logo, na Constituição. É ao Estado, através do

sistema de ensino, que compete essa função. Tal como destaca Constantino (1999), é na escola que estão todos os jovens e não nos clubes. Nos clubes apenas estão aqueles que, por diversos motivos, tais como a tradição ou interesse familiar, condições económicas, ou por deterem capital desportivo, conseguem lá chegar (Constantino, 1999).

Uma forma de assegurar que um número mais significativo de jovens possa praticar, regulamente desporto seria, de acordo com Constantino (1999), através de uma articulação eficaz entre o sistema de ensino e os clubes. Ambos os sistemas, desporto e educação, deveriam trabalhar de forma articulada e complementar. Como já vimos, esta é igualmente uma das propostas que o governo, o atual e os anteriores, defende no seu programa (Programa do Governo, 2025). Como tal, parece que “apenas” falta colocar as intenções em prática. A nova regulamentação do desporto escolar, a que já aludimos, pode ser um caminho.

4.2. O ANDEBOL EM PORTUGAL

É particularmente relevante centrarmo-nos no andebol, uma vez que é esta a modalidade que serve de pano de fundo a esta tese.

O andebol é um desporto coletivo cuja origem se perde no tempo, sem que haja, tal como ocorre com a maioria das demais modalidades desportivas mais populares, uma identificação precisa da sua origem. Há fontes que apontam para a existência, na Época Clássica, em Atenas e Roma, de um jogo em que era utilizada uma bola e era jogado com as mãos (Gonçalves, 2003; FAP). Elias e Dunning referem que há documentação abundante que prova a prática de desportos “por pessoas comuns na Europa Medieval, como as formas ancestrais de futebol e andebol” (2019, p. 311).

Foi durante o século XIX que a modalidade, que hoje conhecemos como andebol, se começou a definir. Para isso contribuíram, particularmente, três países; a Alemanha, a Dinamarca e a Suécia. Curiosamente, na Dinamarca, um professor de educação física, Ordrup Hoger Nielsen, preconizou que a modalidade que se chamava, naquele país, *handbold*, deveria ser praticada *indoor*, num piso com dimensões de 40 metros por 20 metros, com duas balizas e equipas constituídas por 7 elementos. Precisamente as características que presentemente tem o andebol jogado em pavilhão (andebol de sete) (Gonçalves, 2003). Apesar desta versão do andebol ser aquela que é atualmente praticada em todo o mundo, a verdade é que só muito mais tarde, em meados do século XX, o andebol de sete se impôs.

Foi após a Primeira Guerra Mundial, e pela ação determinante de Carl Diem, na Alemanha, que foi possível o reconhecimento oficial de uma modalidade que se passaria a chamar andebol (Gonçalves, 2003). Também os uruguaiois reivindicaram para si a criação do andebol, uma vez que estes tinham desenvolvido uma modalidade a que chamavam *balon* e que tinha muita semelhança com o andebol (Gomes, 2011).

Depois de 1920, a modalidade foi paulatinamente ganhando espaço no contexto desportivo através da sua vertente de onze jogadores, que era praticada em campos de futebol pelados, em que, normalmente, os jogos antecederiam as partidas de futebol. O andebol surge como modalidade olímpica em 1936, nos jogos de Berlim (Gonçalves, 2003).

Em Portugal, a modalidade chegou em finais da década de 1920 e foi introduzida por um alemão, Armando Tschoop (Gonçalves, 2011; Gomes, 2011; FAP). Estando Portugal a iniciar o período que seria conhecido como Estado Novo, todos os desportos que eram “importados” da Alemanha rapidamente ganhavam notoriedade em terras lusitanas.

No início da década de 1930, foram fundadas as Associações de Andebol de Lisboa e do Porto, e em 1939 a Federação Portuguesa de Andebol¹¹ (Gonçalves, 2003, Gomes, 2011, FAP). A data de fundação da federação sinaliza, igualmente, a criação do primeiro campeonato nacional, que iria ditar o primeiro campeão, cabendo esse título ao Futebol Clube do Porto (Gonçalves, 2003).

Em 1949, pela mão de outro alemão, Henrique Feist, é introduzido em Portugal a vertente de sete jogadores, sendo que as regras do jogo foram traduzidas para português pela Mocidade Portuguesa (Gonçalves, 2003; Gomes, 2011). As décadas que se seguiram foram de coexistência destas duas vertentes do andebol, a de onze e a de sete. Foi apenas na década de 1970 que a vertente de onze deixou de ser praticada em Portugal, tendo-se imposto, definitivamente, a versão de sete.

Na época de 1950/51, o Sporting Clube de Portugal vence o primeiro campeonato nacional de andebol de sete (Gonçalves, 2003; Gomes, 2011).

A partir da década de 1970, e em particular após a revolução de abril de 1974, o andebol expande-se a nível nacional e constitui-se como uma das principais modalidades desportivas em Portugal (Gonçalves, 2003; Gomes, 2011). É, também, com abril de 1974, e com um atraso de cerca de quatro décadas relativamente às competições masculinas, que se desenvolve, com particular pujança, a vertente feminina do andebol. É na época de 1975/76 que se disputa a primeira competição nacional, a Taça de Portugal, conquistada pelo Clube de Futebol os Belenenses (Gonçalves, 2003; Gomes, 2011). Com exceção de alguns torneios particulares e de um campeonato regional em Lisboa, em 1974/75, nada mais havia sido realizado em termos de competição destinada ao sexo feminino.

As décadas que se sucedem são de expansão da modalidade em Portugal, de organização de grandes eventos, como o primeiro campeonato da Europa em 1994 e o campeonato do mundo em 2003. Equipas como o Académico Basquete Clube (ABC), de Braga, dão cartas na Europa e a seleção nacional participa em diversos eventos internacionais (Gonçalves, 2003; Gomes, 2011). Outro aspeto determinante para a evolução

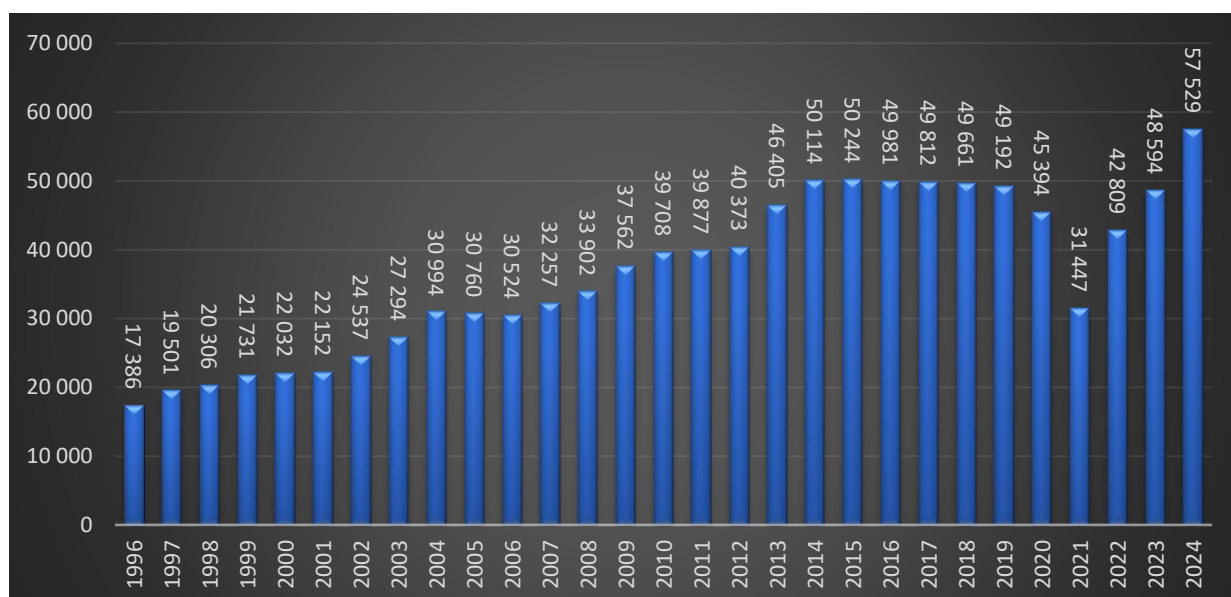
¹¹ Atual Federação de Andebol de Portugal.

da modalidade foi a melhoria das condições de treino e de jogo, com a construção de muitos pavilhões um pouco por todo o país (Gomes, 2011). Contudo, depois de uma forte expansão da modalidade, verifica-se uma certa crise de crescimento no início da década de 2000. Muitos dos problemas foram determinados pelos graves diferendos entre a federação e a recém-criada Liga Profissional de Andebol. Diferendos que apenas foram resolvidos perto do final da década e que criaram feridas difíceis de sarar (Gomes, 2011). Em meados da década de 2010, o andebol retoma o processo de crescimento, a seleção nacional sénior, masculina, volta a participar regularmente nas grandes competições internacionais e o andebol é a primeira modalidade coletiva, para além do futebol, apurada para os Jogos Olímpicos, no caso os de Tóquio, em 2021. A seleção nacional de andebol apura-se afastando uma potência mundial da modalidade, a Croácia, após obter uma vitória épica sobre a França, conseguindo superar o trauma da morte trágica e inesperada do então “dono” da baliza nacional, Alfredo Quintana. Em 2025, no campeonato do mundo, Portugal alcança o seu melhor resultado de sempre, o 4º. Lugar.

Os clubes mais representativos do andebol nacional conseguem importantes vitórias além-fronteiras, merecendo destaque as vitórias do Sporting CP e do ABC de Braga, na Taça *Challenge*, a medalha de bronze conquistada pelo FC do Porto na extinta Taça EHF (atual Liga Europeia de Andebol), e a vitória do Sport Lisboa e Benfica na Liga Europeia. Deve, ainda, destacar-se os excelentes resultados obtidos por seleções jovens, em campeonatos do mundo e da Europa, realçando-se o segundo lugar obtido pela seleção de Sub 21 no campeonato do mundo realizado em 2025. Estes resultados são alcançados na vertente masculina da modalidade, sendo que a vertente feminina continua a ter muito menos visibilidade.

4.3. O ANDEBOL EM NÚMEROS

A expansão do andebol é particularmente visível no que respeita ao número de praticantes. Se em 1958 havia 1900 andebolistas federados, em 1988 eram 10.000, e em 1993, 15.013 (Gomes, 2011), em 2024, ano em que se atinge o número mais elevado de praticantes, estavam registados na Federação de Andebol de Portugal (FAP) 57.529 andebolistas.

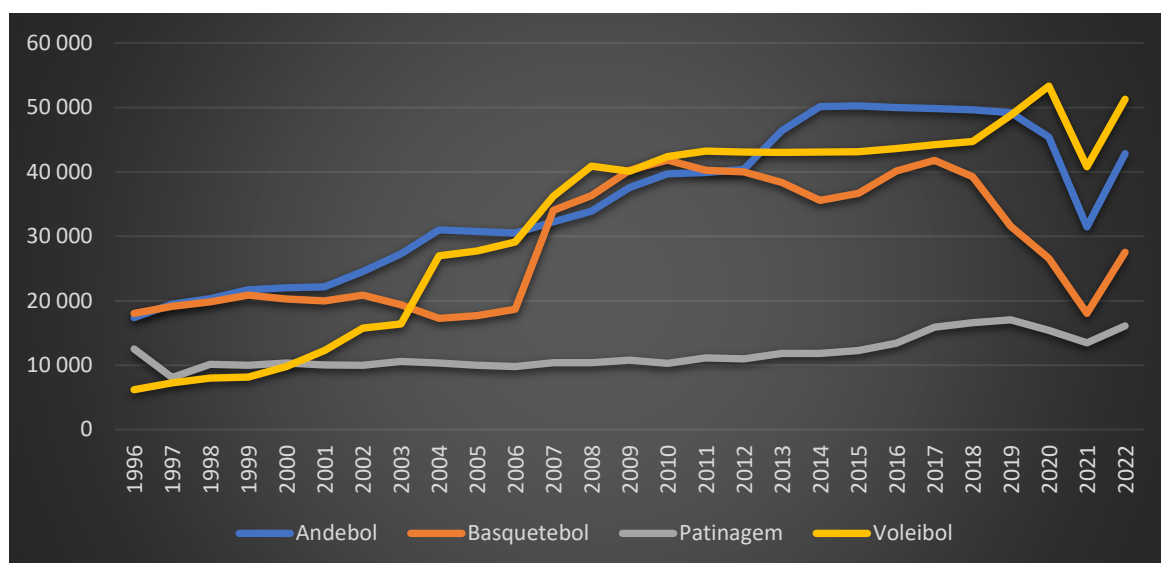


Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.2 – Praticantes de andebol inscritos na FAP (1996-2024)

Os dados acima refletidos demonstram que, com exceção dos anos da pandemia, em que se verifica uma diminuição bastante significativa do número de praticantes (2020 e 2021), o que é comum à generalidade das outras modalidades, há um aumento constante dos andebolistas federados desde 1996. Em 2022 estavam registados 42.809 praticantes, verificando-se uma recuperação bastante acentuada em comparação a 2021, apesar de os números ainda ficarem aquém dos de 2020. O andebol só superou os números pré-pandemia em 2024, ano em que, como já mencionámos, registou o número de praticantes mais elevado de sempre até à data (57.529).

Se considerarmos apenas os dados até 2019, pré-pandemia, verificamos que o andebol era a principal modalidade coletiva de pavilhão em número de praticantes (49.192), sendo, em Portugal, a segunda modalidade coletiva a seguir ao futebol.



Fonte: IPDJ¹²

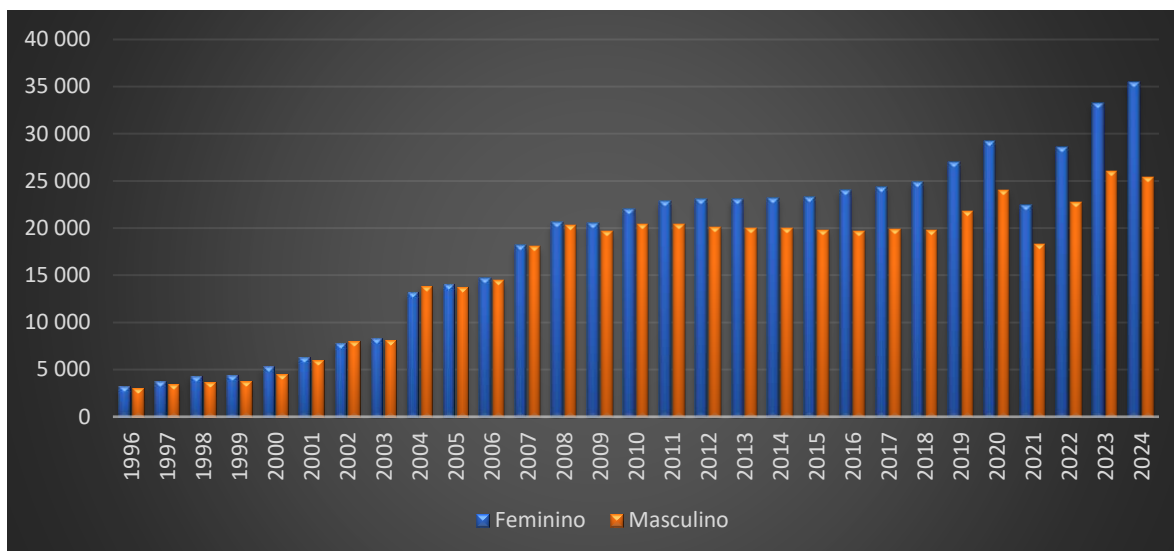
Figura 4.3 – Praticantes de modalidades coletivas de pavilhão inscritos nas respetivas federações (1996-2022)

Os dados mais recentes, publicados pelo IPDJ, demonstram que, entretanto, o voleibol superou o número de praticantes de andebol. Em 2024, estavam registados 57.529 praticantes de andebol e 60.901 de voleibol.

O facto de o andebol ser um desporto de contacto poderá ser uma das razões para esta troca de posição com o voleibol, enquanto modalidade coletiva mais representativa em número de praticantes, a seguir ao futebol. Durante a pandemia, muitos indivíduos passaram a preferir atividades com menor risco de transmissão de doenças, o que pode ter levado a uma maior procura por desportos com pouco ou nenhum contacto físico direto.

É interessante verificar que o voleibol é a única modalidade coletiva em que há mais praticantes do sexo feminino do que do masculino.

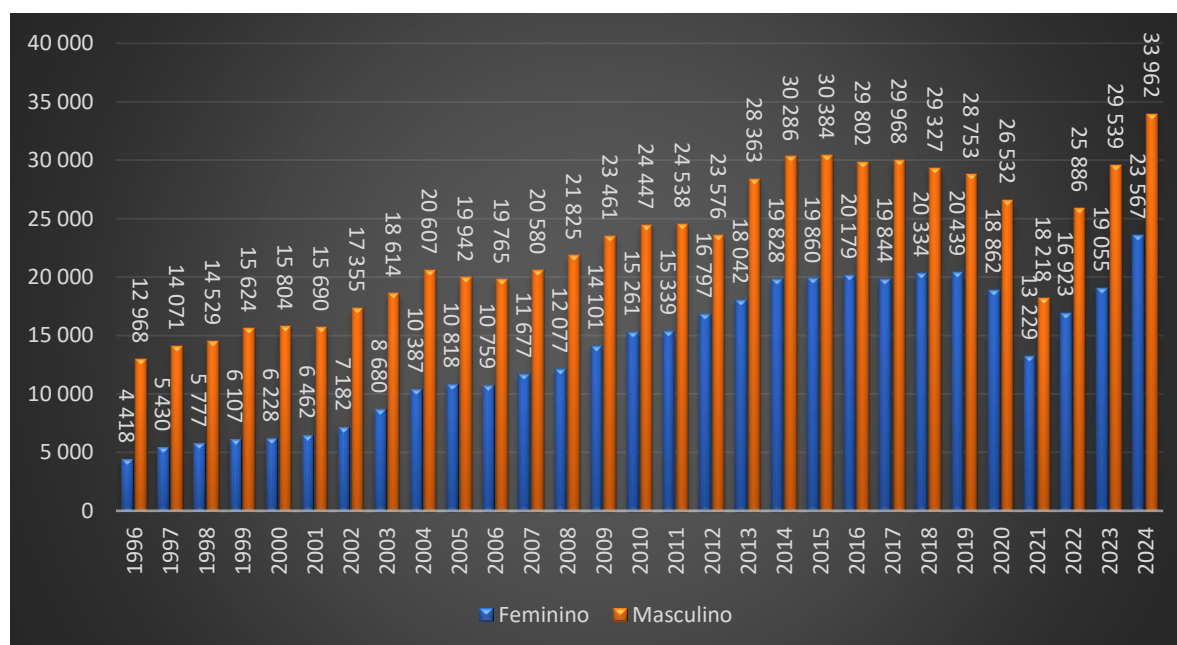
¹² Os dados referentes aos praticantes de futsal estão incluídos no total de praticantes de futebol, não havendo dados publicados autonomizados. Os dados que são apresentados, relativos à Federação de Patinagem, incluem, para além do hóquei em patins, outras modalidades, como a patinagem artística.



Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.4 – Praticantes de voleibol por sexo (1996-2024)

A distribuição dos praticantes de andebol, por sexo, ao longo de vários anos, é a que abaixo se apresenta.

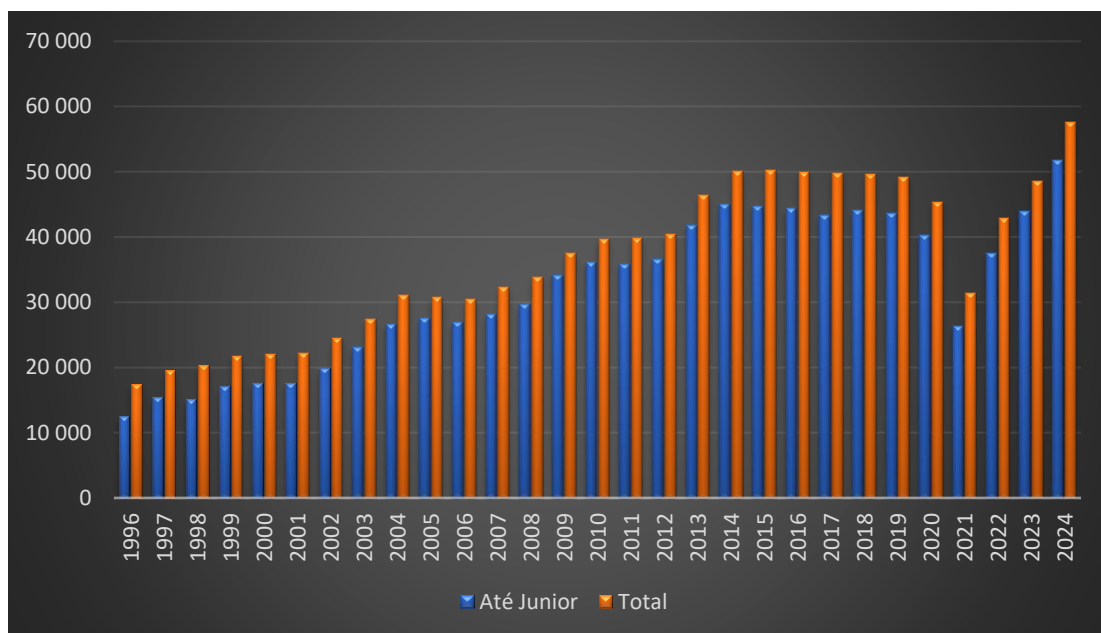


Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.5 - Praticantes de andebol, por sexo, inscritos na FAP (1996-2024)

A evolução do número de praticantes segue a mesma tendência em ambos os sexos, sendo que os indivíduos do sexo masculino continuam a ter um peso mais relevante no total, representando, em 2024, 69,3%. Esta realidade é similar ao que já tínhamos constatado para

a generalidade das modalidades. Dos praticantes de andebol, interessam-nos, particularmente, os que estão integrados em escalões etários até júnior.



Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.6 - Total de praticantes de andebol federados vs praticantes de andebol federados até ao escalão júnior (inclusive) (1996-2024)

O número de praticantes até ao escalão júnior representa, em média, tendo por referência os anos em análise, 87% do total de praticantes de andebol.

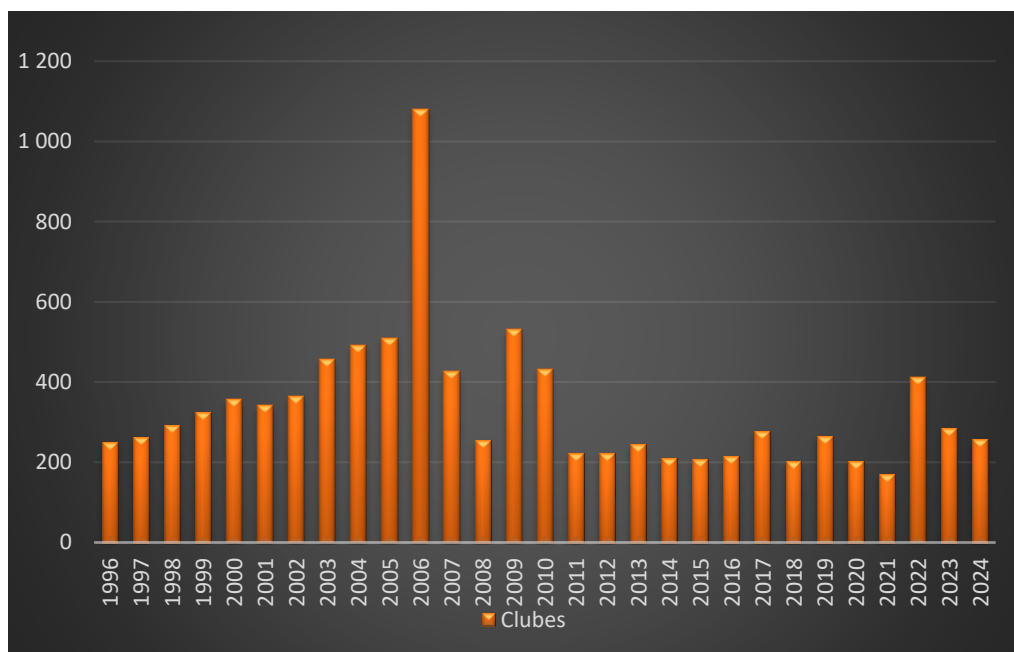


Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.7 - Praticantes federados de andebol, seniores + veteranos vs até juniores (inclusive), face ao total (1996-2024) (%)

Estes resultados evidenciam que o andebol é predominantemente uma modalidade voltada para a formação, com os escalões de base a representarem a maioria esmagadora do total de praticantes.

Relativamente ao número de clubes inscritos na Federação de Andebol de Portugal (FAP), verificou-se, tal como no número de atletas, uma redução durante o período da pandemia. No entanto, enquanto o número de praticantes registou uma tendência de crescimento constante entre 1996 e 2019, o número de clubes não seguiu o mesmo padrão. Neste caso, observam-se oscilações, com períodos de aumento e diminuição ao longo dos anos. Destaca-se, neste contexto, o ano de 2006 com um valor atípico, apresentando um número significativamente superior ao observado nos restantes anos. Esta discrepância poderá resultar de uma anomalia estatística, nomeadamente erro de registo, ou, em alternativa, de um fenómeno conjuntural específico que não é possível, com a informação disponível, identificar ou sustentar empiricamente.



Fonte: IPDJ (dados referentes a 2024 são provisórios)

Figura 4.8 – Clubes desportivos registados na FAP (1996-2024)

Em 2021, registou-se o valor mais baixo de clubes inscritos na FAP, com apenas 169 clubes, o menor número desde que há dados publicados.

Este decréscimo significativo pode ser atribuído, em grande parte, à pandemia de Covid 19, que impactou fortemente a atividade desportiva em geral. Em contrapartida, os dados de 2022 mostram uma recuperação notável, com o número de clubes a mais do que duplicar em relação a 2021, tornando 2022 o ano com o maior registo de clubes na FAP desde 2010.

O número de clubes que promovem a modalidade é um indicador particularmente relevante, dado que os clubes são os principais dinamizadores do andebol. A prática desta modalidade, especialmente na fase de formação, depende quase exclusivamente dos clubes, com algumas exceções, como o caso de escolas que, através do desporto escolar ou das atividades de enriquecimento curricular, oferecem aos alunos a possibilidade da prática do andebol.

4.5. ALGUMAS CONCLUSÕES

Para concluir este capítulo, importa sublinhar que, apesar de os clubes desportivos terem perdido algum fulgor, tanto em Portugal como a nível internacional, em favor de outras entidades, especialmente de matriz empresarial, que promovem práticas desportivas mais individualizadas e menos formais, continuam a desempenhar um papel central no desporto federado. Estas entidades alternativas, ao responderem a tendências que apelam ao individualismo e ao "faça você mesmo", permitem aos indivíduos praticar desporto, ou em muitos casos meramente atividade física, sem a necessidade de se vincularem a rituais diários de treino e competição, muitas vezes associados a uma disciplina rígida. Contudo, os clubes permanecem essenciais para a formação desportiva estruturada, particularmente no âmbito das modalidades coletivas.

A diminuição da oferta desportiva por parte dos clubes, caso esta tendência se intensifique, pode ter consequências significativas a médio prazo, ao fechar mais uma porta para aqueles que desejam praticar desporto, mas não têm condições financeiras para o fazer. Este aspeto é especialmente preocupante no desporto de formação para jovens, considerando que, segundo dados recentes, cerca de um terço dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Portugal são jovens com menos de 18 anos (GEP, 2024), o que reflete a vulnerabilidade social das suas famílias. Como já referido, as questões socioeconómicas constituem um obstáculo importante no acesso à prática desportiva, tornando os clubes desportivos uma peça-chave na garantia de oportunidades para os jovens de contextos menos favorecidos.

Acresce, porém, um elemento adicional: embora os clubes desempenhem um papel decisivo na criação de oportunidades para jovens de contextos menos favorecidos, nem sempre dispõem das condições materiais, humanas ou institucionais necessárias para garantir esse acesso de forma efetiva e universal. Assim, a relevância dos clubes na integração social dos jovens convive com fragilidades estruturais que, paradoxalmente, podem reproduzir as desigualdades que procuram mitigar.

PARTE III – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

CAPÍTULO V

O MODELO DE ANÁLISE

Neste capítulo apresentamos o modelo de análise que guia a investigação, abordando os conceitos centrais e a forma como serão operacionalizados.

Previamente à operacionalização dos conceitos desta tese, apresentamos os objetivos que pretendemos alcançar e as perguntas de investigação que contribuem para esse propósito.

5.1. OBJETIVOS E PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Realizámos a nossa investigação no âmbito de uma modalidade de desporto coletivo de pavilhão, o andebol. Optámos, assim, por fugir à hegemonia do futebol no panorama desportivo português. O andebol é a segunda modalidade de desporto coletivo, praticado em pavilhão, com mais praticantes, sendo a primeira na vertente masculina.

A nossa opção pelo desporto federado prende-se com o facto de ser esta a via de acesso à prática do andebol nos clubes desportivos, por permitir uma prática mais regular, de forma institucionalizada e sujeita a regras bem definidas. Por outro lado, o desporto federado possibilita o acesso a dados administrativos que permitem conhecer, designadamente, o número de praticantes e algumas das suas características sociodemográficas.

Geograficamente, o estudo circunscreve-se a seis concelhos pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (AML): Almada, Lisboa, Oeiras, Setúbal, Seixal e Sintra.

Propusemo-nos estudar quinze clubes desportivos que têm entre a sua oferta desportiva a modalidade de andebol, designadamente nalguns escalões de formação.¹³

Partimos para esta investigação com a pretensão de:

Objetivo 1

Compreender de que forma o desporto promovido pelos clubes, num contexto federado, favorece a integração social dos jovens, com especial enfoque naqueles que pertencem a classes sociais com menores recursos.

Objetivo 2

Analisar de que modo os clubes desportivos, sozinhos ou em articulação com outras instituições, desenvolvem estratégias de recrutamento e integração de jovens de classe

¹³ A maioria destes 15 clubes assegura atividade andebolística nos escalões de formação e no escalão sénior, tanto no género masculino como no feminino. Contudo, essa oferta é desigual: nem todos os clubes apresentam equipas em todos os escalões de formação e/ou no escalão sénior nos dois géneros e, num dos casos, não existe equipa sénior em qualquer dos géneros.

sociais de menores recursos, com base em políticas públicas de apoio ao desporto desenhadas pelo Estado, tanto a nível central como local.

Para alcançar estes objetivos, formulámos várias perguntas de investigação:

- a) Qual a origem social dos jovens praticantes de andebol nos clubes desportivos estudados?
- b) Os jovens estabelecem laços afetivos e identificam-se com os clubes?
- c) Qual a importância do desporto para os jovens?
- d) Qual o envolvimento dos pais na prática desportiva dos filhos?
- e) Quais as estratégias desenvolvidas pelos clubes nas ações de recrutamento dos jovens praticantes?
- f) Essas estratégias têm em consideração a origem socioeconómica dos jovens?
- g) Os projetos desportivos dos clubes favorecem lógicas de integração social, ou privilegiam outros aspetos?
- h) Os clubes desportivos têm capacidade para intervir junto de instituições de cariz social ou outras, com vista ao estabelecimento de parcerias que privilegiem a integração dos jovens no desporto?
- i) Os clubes desportivos têm recursos humanos qualificados para desenvolverem as ações necessárias ao recrutamento dos jovens e procederem ao seu acompanhamento?
- j) Qual o papel das entidades federativas e associativas no apoio ao trabalho desenvolvido, neste âmbito, pelos clubes?
- k) As entidades federativas e associativas têm estratégias próprias que visem a integração dos jovens carenciados no desporto?
- l) Os jovens praticam desporto de forma gratuita, ou as suas famílias têm de financiar essa prática?
- m) Como é que os clubes financiam as suas atividades e, em particular, as que visam integrar jovens carenciados?
- n) Que tipo de apoios são disponibilizados, pelo Estado central e/ou local, aos clubes?
- o) As políticas públicas desportivas estão desenhadas para apoiar os clubes na integração social dos jovens carenciados, estão alinhadas nas suas dimensões de Estado central e local?

p) Existe articulação interinstitucional entre os diversos atores envolvidos no fenómeno desportivo, designadamente clubes, autarquias, associações distritais ou regionais, federação e Estado central?

5.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE INTEGRAÇÃO

No primeiro capítulo, fizemos uma abordagem aprofundada ao conceito de integração nas vertentes social e sistémica. Analisámos o conceito com base na lente sociológica de autores centrais da sociologia e tivemos em consideração o seu entendimento plural do conceito em função da escola sociológica a que pertencem. Agora, importa apresentar o conceito que consideramos responder de forma adequada aos nossos objetivos e perguntas de investigação. Como refere Caetano (2013, p. 97), na sua tese de doutoramento, “a prossecução da pesquisa implica, num segundo momento, compreender de que modos esses contributos podem ser articulados com os objetivos concretos desta investigação”.

Sobre a falta de consenso relativamente ao conceito de integração, aspeto que já discutimos, Landecker (1951, p. 332) questiona se não fará mais sentido perguntar “Sob quais condições a integração social aumenta? Sob quais condições ela diminui? Quais são as consequências de um alto grau de integração? Quais são as consequências de um baixo grau de integração?”, em vez de questionarmos o que é a integração. O autor preocupa-se, essencialmente, com os aspetos operativos do conceito, ou seja, como medir a integração em termos empíricos. Esta é uma questão pertinente. Mais do que discutir concetualmente o que se entende por integração, é importante, tendo em consideração a necessidade de confrontar o conceito com a empiria, perceber que dimensões, categorias e indicadores podem ser extraídos do mesmo.

No âmbito desportivo, mais propriamente na temática sobre a integração no e pelo desporto, Elling et al. (2001) desenvolveram um conceito de integração que tem sido utilizado por diversos autores no contexto de investigações empíricas (Török, 2018; Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et al., 2020; Nagel, Elmoose-Østerlund, Ibsen et al., 2020).

O estudo desenvolvido por Elling et al. (2001), a partir do qual emergiu o conceito de integração social que nos interessa abordar, visava criticar analiticamente o significado que os dirigentes políticos atribuem ao desporto enquanto mecanismo de integração social e meio para solucionar diversos problemas sociais. Segundo os autores, os políticos consideram que um dos problemas centrais de muitas sociedades ocidentais é a falta de cimento social que assegure a existência de sociedades suficientemente integradas, daí a relevância de estruturas como o desporto, que potenciem o desenvolvimento de processos de integração social.

Os autores constatarem que, nos Países Baixos, a participação desportiva tem crescido ao longo dos anos, em parte devido à implementação de medidas de política pública como os programas de desporto para todos, o que reflete uma maior democratização no acesso ao mesmo. Apesar dessa maior democratização, questionam se a integração no desporto e o aumento do número de praticantes de diversos grupos sociais têm implicações positivas na integração dos indivíduos num contexto social alargado. Referem que não existe sempre uma relação ou causalidade entre a maior democratização no acesso à prática desportiva e a integração social. Salientam, igualmente, o facto de a integração social ter um carácter multidimensional. Elling et al. (2001) centram a sua análise em quatro grupos sociais minoritários: minorias étnicas, idosos, pessoas com deficiência, *gays* e *lésbicas*.

No estudo, é dada particular relevância ao desporto competitivo porque "club sport has the largest tradition and remains at the center of Dutch sport culture" (2001, p. 417). É no desporto competitivo, organizado pelos clubes, que se concentra a maioria dos praticantes.

O conceito desenvolvido por estes autores subdivide-se em três dimensões: integração estrutural, que respeita à desigual adesão e representatividade de um grupo social minoritário num determinado contexto, por exemplo, num clube desportivo, quando comparado com o grupo social maioritário. A dimensão sociocultural refere-se à forma como os valores socialmente dominantes convivem com situações de multiculturalismo e como são aceites. Finalmente, a terceira dimensão, integração socioafetiva, consubstancia-se na forma como os indivíduos interagem e as experiências daí resultantes, tais como o estabelecimento de amizades.

Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et al. (2020) subdividiram a dimensão da integração socioafetiva, tal como foi definida por Elling et al. (2001), em duas sub-dimensões. A primeira, designada de interação, respeita ao relacionamento que se estabelece entre os membros dos clubes desportivos e à criação de redes sociais. A segunda, nomeada de identificação, refere-se ao grau de envolvimento emocional que os indivíduos têm com o clube e com os restantes membros. Este contributo enriqueceu o trabalho produzido por Elling et al. (2001) e parece-nos útil para a nossa investigação.

Os autores referem que as três dimensões desenvolvidas para o conceito de integração social são interdependentes e complementares. A interdependência e complementaridade das dimensões de integração podem ser contraditórias. Elling et. al (2001) argumentam que a coexistência de indivíduos de diferentes origens sociais, culturais e étnicas, embora possa ser um indicador de integração, não determina que estes estabeleçam relações de amizade e solidariedade. Pode-se assistir a processos de discriminação e exclusão. Como tal, nesta linha de pensamento, a participação de indivíduos de realidades sociais heterogéneas não é suficiente para se falar de integração.

Tendo por base a nossa investigação, julgamos ser relevante acrescentar a dimensão sistémica, que analisa de que forma as diversas partes se articulam, para se perceber se há coerência entre as medidas de política desportiva desenvolvidas pelo Estado central e local e de que forma elas vão ao encontro do trabalho desenvolvido pelos clubes, no âmbito da integração de jovens de estratos sociais menos favorecidos.

Assim, consideramos que o conceito de integração que comanda o nosso trabalho empírico deve desdobrar-se nas dimensões de análise sintetizadas no quadro abaixo.¹⁴

Quadro 5.1 – Dimensões de análise – integração

Dimensão	Sub-dimensão
Integração Estrutural	Mínima
	Direta
	Inversa
Integração Sociocultural	Relacionamento multicultural
Integração Socioafetiva	Interação
	Identificação
Integração Sistémica	Articulação interinstitucional

Aos diversos níveis de integração estrutural, definidos pelos autores, a que podemos chamar sub-dimensões, correspondem as situações abaixo descritas.

Quadro 5.2 – Diferentes níveis de integração estrutural

Nível de Integração	Descritivo
1. Mínima	Representação homogénea. Clubes em que participam indivíduos, maioritariamente, do mesmo grupo social. ¹⁵
2. Competitiva	Clubos que competem entre si e que respeitam a realidades sociais diversas.
3. Organizacional	Clubos que têm secções/departamentos específicos para integrar indivíduos com características diferentes (ex: pessoas com deficiência)
4. Direta	Representação heterogénea. Clubos em que participam indivíduos de diferentes grupos sociais
5. Inversa	Clubos em que participam, de forma minoritária, indivíduos pertencentes a grupos socialmente dominantes.

¹⁴ Não utilizamos as sub-dimensões: competitiva e organizacional, por não se adequarem ao contexto da nossa tese.

¹⁵ No âmbito desta tese, por razões de operacionalização empírica, considera-se integração mínima quando a prática ocorre em contextos com predominância de praticantes de classes sociais privilegiadas, refletindo baixa heterogeneidade social e fracas oportunidades de interação interclasses.

5.3. OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

Igualmente relevante para a presente investigação é a operacionalização do conceito de classe social, na medida em que apenas através dessa tradução empírica se torna possível mapear a pertença social dos jovens praticantes de andebol. A análise das classes sociais constitui um dos eixos estruturantes da perspetiva sociológica, sendo fundamental para a compreensão das dinâmicas de desigualdade das sociedades contemporâneas.

A classe social, para além de uma forma de caracterizar socialmente os indivíduos, constitui “uma das coisas fundamentais que faz de nós quem somos” (Angers, 2008, p. 99), na medida em que estrutura, de forma duradoura, as oportunidades, os percursos e as disposições individuais. Neste sentido, as classes sociais podem ser entendidas como categorias analíticas que refletem diferenças significativas no acesso, posse e mobilização de recursos económicos, educacionais, culturais e simbólicos, condicionando as trajetórias de vida e os modos de participação social.

A posição ocupada pelos indivíduos na estrutura de classes é crucial para explicar a distribuição de recursos e processos de reprodução e de mobilidade social, bem como padrões de comportamento. As classes sociais permitem não apenas compreender as disparidades socioeconómicas, mas também identificar os mecanismos subjacentes que perpetuam essas desigualdades ao longo do tempo.

Os contributos clássicos de Karl Marx e Max Weber e o contributo contemporâneo de Pierre Bourdieu, entre outros, são fundamentais para a compreensão desta problemática. Marx enfatiza a centralidade das relações de produção e da posição dos indivíduos face ao sistema económico, enquanto Weber introduz uma perspetiva multidimensional, ao integrar as dimensões económicas com as de status e poder. Bourdieu, por sua vez, aprofunda esta leitura ao conceptualizar diferentes formas de capital — económico, cultural, social e simbólico — evidenciando como a sua distribuição desigual estrutura os campos sociais e condiciona os percursos individuais.

Com efeito, a dimensão económico-financeira continua a assumir uma centralidade incontornável. A posição dos indivíduos face ao sistema produtivo, bem como os rendimentos do trabalho, constituem indicadores fundamentais das condições de vida. Como assinala Weber, “o dinheiro compra progressivamente tudo — pelo menos na sucessão de gerações” (Weber, 2022, p. 391), sublinhando o papel estruturante dos recursos económicos, ainda que não exclusivos, na diferenciação social.

Todavia, a análise da pertença de classe não se esgota nesta dimensão. O tipo de profissão, nível de escolaridade, o capital cultural, bem como as redes de sociabilidade e de apoio, são igualmente determinantes. É precisamente na articulação entre estas diferentes

formas de capital que se tornam visíveis os mecanismos de reprodução social, tal como evidenciado pela tradição bourdieusiana.

Importa, ainda assim, reconhecer que a pertença de classe não se traduz de forma linear nem determinista nas práticas sociais dos indivíduos. Como sublinha Lahire (2005), os indivíduos são portadores de disposições plurais, construídas em contextos de socialização diferenciados, o que implica considerar a heterogeneidade das trajetórias e a coexistência de múltiplas lógicas de ação.

No domínio das práticas culturais e desportivas, esta relação entre estrutura e ação revela-se particularmente evidente. Como demonstrado por Bourdieu (2010), as práticas culturais estão socialmente diferenciadas e funcionam como marcadores de distinção. O desporto, longe de constituir um espaço neutro, inscreve-se neste processo, refletindo e, em certa medida, reproduzindo desigualdades sociais. A investigação na área da sociologia do desporto tem evidenciado, como já mencionámos ao longo desta tese, que o acesso e a participação em práticas desportivas organizadas permanecem socialmente estruturados, sendo influenciados por fatores como o capital económico, o capital cultural e o envolvimento familiar.

Não obstante a relevância deste enquadramento teórico, importa sublinhar que o objetivo da presente investigação não consiste em desenvolver uma análise aprofundada das classes sociais enquanto objeto autónomo de estudo. A centralidade desta investigação reside, antes, na compreensão da prática desportiva federada, concretamente no andebol, enquanto espaço de socialização e de integração social, analisando de que forma o acesso, a permanência e o envolvimento dos jovens nessa prática são condicionados por diferentes fatores estruturais e contextuais.

Neste sentido, o recurso ao conceito de classe social assume uma função eminentemente instrumental e analítica, sendo mobilizado como uma variável explicativa que permite compreender as desigualdades no acesso à prática desportiva. Mais do que um fim em si mesmo, a análise da origem social dos praticantes constitui um meio para identificar padrões de seletividade social e para avaliar em que medida o desporto federado se configura como um espaço de integração ou, pelo contrário, de reprodução de desigualdades.

A operacionalização do conceito de classe social é, assim, orientada para o objeto empírico da investigação, procurando captar, de forma consistente e empiricamente observável, a posição social dos jovens praticantes de andebol. Esta opção metodológica permite integrar a dimensão estrutural da desigualdade na análise da prática desportiva, sem, contudo, deslocar o foco da investigação para uma problematização autónoma das classes sociais.

Deste modo, a análise da origem social dos praticantes é entendida como uma dimensão constitutiva da compreensão dos processos de integração no desporto, permitindo evidenciar em que medida a participação desportiva é socialmente condicionada. Ao invés de assumir o desporto como um espaço neutro ou universalmente acessível, esta abordagem permite problematizar as condições concretas de acesso e participação, situando-as na intersecção entre dinâmicas de socialização, recursos disponíveis e estruturas de desigualdade.

Deste modo, a análise da origem social dos praticantes não pretende estabelecer classificações rígidas ou definitivas, mas antes identificar tendências e padrões de distribuição social no acesso ao andebol federado. Tal abordagem permite evidenciar, de forma empiricamente sustentada, em que medida a prática desportiva se encontra socialmente estruturada, contribuindo para a compreensão das relações entre desporto, desigualdade e integração social.

A partir dos contributos, em particular, de Marx, Weber e Bourdieu, a sociologia contemporânea tem procurado desenvolver modelos de operacionalização empírica das classes sociais, permitindo traduzir conceitos abstratos em indicadores observáveis.

De acordo com Roldão (2008), em Portugal são utilizados pelo menos três modelos operatórios de classes sociais: a tipologia ACM, a matriz das localizações de classe de Wright e o esquema de classes de J. Goldthorpe. Estes três modelos partem de contributos teóricos, em particular de Marx e Weber, e têm tanto semelhanças quanto diferenças, sendo estas últimas muito visíveis entre o modelo proposto por Wright e os restantes. Verifica-se uma proximidade bastante acentuada entre a tipologia ACM e o esquema de classe de Goldthorpe (adaptado por Manuel Villaverde Cabral) (Roldão, 2008).

Contudo, enquanto a tipologia ACM opta pela utilização dos diversos grupos profissionais da CNP94¹⁶, e mais tarde da CPP2010¹⁷, na construção dos indicadores de classe social (socioprofissional), sem excluir nenhum subgrupo de profissões de cada um dos grupos, mantendo dessa forma a integridade das classificações de profissões (CNP94 e CPP2010), a proposta de Goldthorpe, adaptada por Cabral, implica que em cada grupo profissional da classificação de profissões seja necessário retirar alguns subgrupos e criar uma estrutura de grupos profissionais própria, o que torna o processo mais complexo e, como tal, menos linear (Roldão, 2008).

Dos modelos identificados, optámos por utilizar a tipologia ACM, por ser a que melhor se adapta ao contexto nacional e ao nosso estudo, baseando-se, essencialmente, em variáveis como profissão e situação na profissão, sem alterar a estrutura das classificações de profissões (CNP94 e CPP2010). A partir destas variáveis, podemos definir o lugar de classe,

¹⁶ Classificação Nacional de Profissões, versão de 1994.

¹⁷ Classificação Portuguesa de Profissões, versão de 2010.

tanto individual como familiar. Como refere Nunes (2008, p. 10), a tipologia ACM “utiliza o indicador socioprofissional (profissão e situação na profissão) para a construção de uma estrutura das classes sociais em Portugal”. Por outro lado, a ACM tem sido utilizada intensivamente em estudos realizados a nível nacional e é referenciada em diversos artigos internacionais (Costa & Mauritti, 2018).

Embora a ACM tenha sido apresentada pela primeira vez a propósito da origem social dos estudantes universitários, o modelo visava a sua aplicação alargada, como veio a suceder. Contudo, julgamos que é aceitável utilizarmos a primeira pergunta de investigação usada pelos autores da tipologia ACM, para fazer a transição para a que julgamos ser pertinente para esta investigação. A primeira questão colocada pelos autores da ACM é a seguinte: “Qual é a origem social dos estudantes universitários, atualmente, em Portugal?” (Almeida, et. al., 1988, p.11). Esta pergunta pode ser facilmente adaptada ao contexto da nossa investigação, passando esta a ser: qual a origem social dos jovens praticantes de andebol dos clubes desportivos que nos propusemos estudar?

É importante salientar que as respostas de base que permitem identificar a pertença social dos praticantes de andebol foram dadas pelos próprios jovens por nós inquiridos e são respeitantes aos seus pais, por isso, a utilização de um modelo que envolva uma maior complexidade na determinação da classe social seria menos adequada, uma vez que dificilmente seria possível obter respostas a perguntas mais complexas, tais como as previstas no modelo de Wright, que requer mais variáveis para determinar a classe social dos indivíduos, tais como, se estes desempenham funções de gestão, de supervisão, qual o grau de autonomia no trabalho (Roldão, 2008). A tipologia ACM obtém as respostas, que o modelo de Wright requer, de forma indireta, através da estratificação que está presente, de forma implícita, na estrutura da CNP94 ou da CPP2010. Isto é, a estruturação destas classificações de profissões, tem subjacente que os grupos profissionais com números mais baixos, designadamente 1, 2 e 3, respeitam a profissões mais qualificadas, com mais exigências em termos de qualificações escolares, com maior grau de autonomia e de responsabilidade e com mais prestígio social. À medida que se vai “subindo” na ordem numérica dos grupos profissionais, vamos “descendo” em termos da escala social.

O modelo tem sofrido adaptações e melhorias ao longo dos anos. No nosso caso optámos por utilizar a ACM com as adaptações introduzidas por Costa e Mauriti (2018) e que utiliza a CPP2010, em vez da CNP94, que deixou de ser utilizada em 2010, designadamente pelo INE e IEFP¹⁸. Esta versão da ACM compactou os sete lugares de classe, que estavam originalmente presentes neste modelo, em cinco, sendo que a categoria dos assalariados

¹⁸ Instituto Nacional de Estatística e Instituto do Emprego e Formação Profissional.

agrícolas (AA), foi integrada na dos Operários (O) e a dos Agricultores Independentes (AI), na dos Trabalhadores Independentes (TI).

A CPP2010 apresenta uma estrutura similar à CNP94, contemplando uma maior desagregação do grupo profissional 9 (trabalhadores não qualificados). Assim, a matriz que utilizámos é a que está apresentada no quadro abaixo (Quadro 5.3).

Quadro 5.3 – Tipologia ACM de lugares de classe

Grupos de profissão (CPP2010)	Situação na Profissão		
	Patrões	TPCP	TPCO
1. Representantes dos poderes legislativo e executivo, diretores e gestores executivos	EDL	EDL	EDL
2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas	EDL	PTE	PTE
3. Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	PTE	PTE
4. Pessoal administrativo	EDL	TI	EE
5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	EDL	TI	EE
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	EDL	TI	O
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	EDL	TI	O
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	O
9. Trabalhadores Não Qualificados:			
9.1 Pessoal de limpeza	EDL	TI	EE
9.2 Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	EDL	TI	EE
9.3 Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	EDL	TI	O
9.4 Assistentes na preparação de refeições	EDL	TI	EE
9.5 Vendedores ambulantes (exceto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	EDL	TI	EE
9.6 Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	EDL	TI	EE

Legenda: CPP – Classificação Portuguesa de Profissões. TPCP – Trabalhadores por Conta Própria. TPCO – Trabalhadores por Conta de Outrem. EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais. PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento. TI – Trabalhadores Independentes. EE – Empregados Executantes. O – Operários.

Para calcular o indicador familiar de classe utilizámos a matriz desenvolvida por Machado, et al. (2003). À matriz original retirámos as categorias Assalariados Agrícolas (AA) e Agricultores Independentes (AI), tendo estas sido integradas nas categorias Operários (O) e Trabalhadores Independentes (TI), respetivamente.

Quadro 5.4 – Matriz de construção do indicador familiar de classe

Mulher	Homem				
	EDL	PTE	TI	EE	O
EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL
PTE	EDL	PTE	PTE	PTE	PTE
TI	EDL	PTE	TI	Tlpl	Tlpl
EE	EDL	PTE	Tlpl	EE	AEpl
O	EDL	PTE	Tlpl	AEpl	O

5.4. OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDE

Como tivemos oportunidade de analisar no capítulo teórico desta tese dedicado à temática da juventude, esta categoria social é complexa e não se esgota na simples aferição da idade dos indivíduos e na sua “catalogação” como jovens. Não há uma juventude única, há juventudes diversas. Contudo, no âmbito desta tese, interessa-nos, em particular, a dimensão demográfica do conceito, ou seja, a contabilização dos anos de vida dos indivíduos que foram inquiridos e que são praticantes de andebol.

Assim, focámo-nos nos jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, de ambos os sexos. Esta faixa etária foi escolhida por representar um período crucial no desenvolvimento tanto pessoal como desportivo, em que os indivíduos em causa estão a transitar da adolescência para a idade adulta.

Optámos por incluir jovens com, pelo menos, 14 anos, para facilitar a obtenção das respostas ao questionário, o que mais dificilmente poderia ocorrer com indivíduos de idades mais baixas, e, por outro lado, por considerarmos importante inquirir atletas que tenham, previsivelmente, alguns anos de prática andebolística, para ser possível perceber como a prática do andebol é um elemento das suas rotinas diárias e tem relevância para o seu processo de socialização e de integração social, condições que são menos prováveis de reunir em indivíduos de menor idade.

Os 15 anos é a idade que vários autores e instituições, como a ONU e a OCDE, identificam como o início da juventude, do começo do processo de transição entre a infância e a idade adulta. Contudo, optámos pelos 14 anos por ser a idade de entrada no escalão de Sub 16 e, assim, podermos assegurar que a inquirição abrangia atletas de todas as idades dentro de cada escalão. Os 20 anos correspondem ao fim do processo de formação desportiva e à entrada no contexto competitivo, à transição para as equipas seniores¹⁹.

¹⁹ A organização da formação por escalões garante que os jovens competem com pares de condições físicas, motoras, psicológicas e desportivas semelhantes, promovendo justiça e *fair play*. Contudo, os atletas podem integrar escalões etários superiores; por exemplo, muitos sub-18 jogam em equipas seniores.

Ao centrar a nossa operacionalização do conceito de juventude, e subsequente análise, na dimensão demográfica, pretendemos obter uma visão clara sobre as características dos jovens praticantes de andebol, permitindo uma compreensão mais detalhada e contextualizada dos dados recolhidos.

Capítulo VI

METODOLOGIA DE PESQUISA EMPÍRICA

6.1. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Os desafios colocados pela investigação que nos propusemos realizar implicam a escolha de uma metodologia capaz de responder eficazmente aos objetivos e às perguntas de investigação formuladas. Atendendo à complexidade do fenómeno estudado, considerámos que uma abordagem de métodos mistos, que alia uma componente quantitativa a uma qualitativa, constitui a opção mais ajustada. É hoje consensual, como refere Lalande (1998), reconhecer a importância de uma abordagem plurimetodológica como estratégia eficaz na clarificação dos fenómenos sociais, tanto na sua extensão como no seu significado. Para compreender a realidade social, as metodologias quantitativas e qualitativas não se opõem, antes se complementam.

Os métodos mistos permitem uma compreensão mais completa e aprofundada da realidade, combinando a análise de dados quantitativos, que oferecem uma visão ampla e generalizável, com dados qualitativos, que proporcionam uma leitura mais contextualizada, aprofundada e interpretativa. Nesta investigação, a dimensão quantitativa foi concretizada através da aplicação de um questionário a 540 jovens praticantes, enquanto a dimensão qualitativa se baseou em entrevistas semiestruturadas a dirigentes de clubes, a responsáveis municipais, associativos e federativos, bem como ao representante do Estado central. A combinação destas abordagens assenta numa lógica de triangulação, em que a informação obtida por um método é corroborada ou enriquecida pelos resultados alcançados através do outro, aumentando a validade e a credibilidade das conclusões. Os dados quantitativos permitem identificar padrões e tendências gerais, enquanto os dados qualitativos possibilitam compreender os significados, motivações e dinâmicas subjacentes a esses padrões.

Apesar de exigirem maior investimento em tempo e recursos, os métodos mistos constituem uma abordagem flexível e robusta, especialmente adequada ao estudo de fenómenos sociais complexos como o desporto, onde interagem dimensões individuais, institucionais e comunitárias. Esta opção metodológica permitiu construir uma visão abrangente e rigorosa da problemática, conciliando a objetividade dos dados com a profundidade interpretativa necessária à compreensão sociológica do fenómeno.

6.2. JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Como refere Isabel Guerra (2006), nos estudos com abordagem qualitativa não se deve falar de representatividade estatística, mas sim de representatividade social, entendida como a

capacidade de refletir a diversidade de posições e experiências sociais relevantes para o fenómeno em análise.

Embora esta tese adote uma abordagem metodológica mista, a componente qualitativa assume particular relevo, sendo através dela que se obtêm as respostas mais aprofundadas às principais perguntas de investigação. A componente quantitativa, por sua vez, visa sobretudo identificar a origem social dos praticantes de andebol e avaliar até que ponto os clubes podem ser considerados veículos de integração social, em função da diversidade de grupos sociais representados.

Na investigação sociológica, a seleção da amostra constitui uma etapa determinante, que influencia significativamente os resultados e a validade do estudo. No caso de amostragens não aleatórias, como a presente, a justificação da escolha dos participantes torna-se essencial. A amostragem por escolha direta (ou intencional) é particularmente adequada em contextos exploratórios e quando o objetivo é compreender em profundidade realidades sociais específicas. Este tipo de amostragem permite selecionar participantes que possuam características consideradas centrais para o objeto de estudo, assegurando a pertinência e a diversidade social dos casos analisados (Guerra, 2006).

O primeiro passo neste processo consistiu em definir critérios de seleção claros, alinhados com os objetivos da investigação.

Foram selecionados clubes desportivos que:

- estão geograficamente integrados na Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente na Grande Lisboa e Península de Setúbal;
- oferecem a modalidade de andebol na sua vertente federada;
- possuem escalões de formação ativos.

Embora existam outros clubes de andebol nos concelhos abrangidos, foram incluídos aqueles com maior número de atletas federados nos escalões de formação e/ou localizados em territórios com maior tradição na prática da modalidade. Foram também considerados clubes com características sociodemográficas específicas, nomeadamente a presença significativa de jovens provenientes de contextos sociais desfavorecidos, de minorias étnicas ou de sexo feminino, grupos geralmente menos representados na prática desportiva.

No que respeita aos municípios, foram incluídos aqueles onde os clubes estudados desenvolvem a sua atividade, assegurando uma correspondência territorial entre entidades desportivas e poder local.

As Associações de Andebol de Lisboa e de Setúbal foram integradas por constituírem os órgãos intermédios de enquadramento da modalidade na região, desempenhando um papel relevante na articulação entre clubes e federação.

O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) foi incluído enquanto entidade responsável pela execução das políticas públicas nacionais de desporto, e a Federação de Andebol de Portugal (FAP), como estrutura federativa que tutela o andebol nacional e define as orientações estratégicas da modalidade.

Todas as entidades foram contactadas previamente por correio eletrónico, tendo sido informadas sobre os objetivos do estudo e as condições de participação, em conformidade com os princípios éticos da investigação científica.

6.3. AS ENTREVISTAS

Consideramos que a técnica mais apropriada para a componente qualitativa desta tese é a entrevista semiestruturada, orientada por um guião temático (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Como refere Pedro Araújo (2008, p. 73), “(...) é através das palavras que o investigador terá acesso ao mundo dos outros e será com base nelas que dará existência a esse mundo.”

Foram desenhados cinco guiões de entrevista, ajustados aos objetivos específicos da investigação e à diversidade dos atores envolvidos: dirigentes de clubes, responsáveis municipais pela política desportiva, representante do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), dirigentes das associações regionais e o presidente da Federação de Andebol de Portugal (ver Anexos 1 a 5).

A opção pela modalidade de realização da entrevista foi deixada ao critério dos entrevistados, procurando respeitar as suas preferências e disponibilidades. Em vários casos, a realização por videoconferência decorreu de constrangimentos associados às responsabilidades profissionais dos participantes, que dificultavam a marcação de encontros presenciais. Noutras situações, em particular nas entrevistas aos dirigentes dos clubes e sobretudo no contexto de alguns clubes desportivos, a inexistência de instalações com condições adequadas de privacidade e tranquilidade levou à opção pelo formato à distância, de modo a garantir melhores condições para a realização da entrevista.

Os guiões aplicados aos clubes e aos responsáveis municipais foram enriquecidos com contributos provenientes de quatro entrevistas exploratórias, três a ex-dirigentes de clubes e uma a um ex-vereador com responsabilidade na política desportiva, que permitiram refinar o enfoque e a pertinência das questões.

Embora as entrevistas seguissem uma estrutura comum, garantindo comparabilidade, o formato semiestruturado possibilitou liberdade discursiva, permitindo aos entrevistados desenvolver temas não previstos, mas relevantes para a compreensão do fenómeno estudado.

O processo de transcrição foi realizado com o apoio do aplicativo *TurboScribe*. As entrevistas foram posteriormente importadas para o software *MAXQDA* (versão 2024),

utilizado exclusivamente para a leitura, organização e gestão dos dados, uma vez que a codificação e análise foram realizadas manualmente, com base nas categorias temáticas definidas no âmbito da investigação e resultantes da dinâmica das entrevistas.

O intervalo temporal de aproximadamente um ano entre a recolha e a análise revelou-se vantajoso, pois permitiu um distanciamento analítico que reduziu a influência de perceções imediatas, favorecendo uma leitura mais crítica, comparativa e teoricamente informada dos discursos²⁰.

A análise das entrevistas teve como objetivo explorar as perspetivas de diferentes atores diretamente envolvidos no andebol e nas políticas públicas de desporto, permitindo compreender as práticas de integração social, as dinâmicas institucionais e o papel das políticas públicas, tanto ao nível local como central.

A abordagem adotada assenta numa lógica de construção temática, articulando as dimensões emergentes das entrevistas com os objetivos da investigação. O foco não está na frequência das respostas, mas na interpretação dos sentidos atribuídos pelos entrevistados às suas experiências, práticas e representações.

Assim, a análise qualitativa procura articular as narrativas recolhidas com os objetivos centrais da tese, oferecendo uma leitura coerente, crítica e informada sobre o papel do desporto, e, em particular, do andebol federado, na integração social dos jovens.

Os capítulos destinados à apresentação dos dados das entrevistas encontram-se estruturados por categorias temáticas, cruzando, sempre que tal se justifica, os discursos dos diferentes grupos de entrevistados. A exposição inicia-se com a análise das entrevistas aos dirigentes dos clubes, segue com as das associações regionais e da Federação de Andebol de Portugal, e conclui com as entrevistas aos representantes das políticas desportivas do Estado local e central.

6.3.1. REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas entre 23 de novembro de 2023 e 20 maio de 2024, de acordo com a informação que consta dos quadros abaixo (Quadros 6.1 a 6.3).²¹

Quadro 6.1 – Síntese do processo de realização das entrevistas (clubes)

Clubes	Concelhos	Modo de Realização da Entrevista	Data	Duração da Entrevista	Entrevistado (Cargo)	Idade (anos)	Habilitações	Sexo
Almada Atlético Clube	Almada	Via Teams	02.05.2024	46:34	Vice-Presidente da Direção	39	11º. ano	F
Associação de Solidariedade	Oeiras	Via Teams	24.11.2023	01:27:21	Diretor Desportivo	41	Mestrado	M

²⁰ Com exceção da entrevista efetuada ao presidente da FAP.

²¹ Apenas foi possível realizar a entrevista ao Presidente da FAP em março de 2025.

Social Assomada								
Atlético Clube Cacém,	Sintra	Via Teams	05.02.2024	01:24:31	Coordenador Desportivo	49	12º. ano	M
Boa Hora Futebol Clube	Lisboa	Via Teams	12.01.2024	01:14:18	Diretor Desportivo	40	Licenciatura	M
Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho	Seixal	Presencial	13.02.2024	37:24	Vice-Presidente da Direção	52	12º. Ano	F
Centro de Solidariedade Social Pinhal de Frades	Seixal	Via Teams	25.02.2024	44:35	Presidente da Direção	41	Licenciatura	M
Clube de Futebol os Belenenses	Lisboa	Via Teams	03.02.2024	01:55:12	Coordenador Desportivo	47	Licenciatura	M
Clube Naval Setubalense	Setúbal	Via Teams	07.02.2024	44:22	Coordenador Desportivo	49	Licenciatura	M
Esfera Andebol Clube	Lisboa	Via Teams	23.11.2023	01:48:03	Presidente da Direção	51	Licenciatura	M
Ginásio Clube do Sul	Almada	Presencial	17.01.2024	48:53	Vice-Presidente da Direção	69	12º. ano	M
Grupo Musical 1º de Dezembro	Oeiras	Via Teams	12.02.2024	01:25:18	Coordenador Desportivo	52	Licenciatura	M
Núcleo de Antigos Alunos do Liceu Passos Manuel	Lisboa	Via Teams	12.12.2023	01:36:04	Diretor Desportivo	60	Licenciatura	M
Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo	Oeiras	Via Teams	01.12.2023	01:36:50	Coordenador Desportivo	59	12º. ano	M
Sport Lisboa e Benfica	Lisboa	Via Teams	03.05.2024	01:29:02	Coordenador Desportivo	46	12º. ano	M
Vitória Futebol Clube	Setúbal	Via Teams	12.04.2024	01:09:21	Coordenador Desportivo	48	Licenciatura	M

Quadro 6.2 – Síntese do processo de realização das entrevistas (municípios)

Municípios	Concelho	Modo de Realização da Entrevista	Data	Duração da Entrevista	Entrevistado (Cargo)	Idade (anos)	Habilitações	Sexo
Câmara Municipal de Almada	Almada	Presencial	06.12.2023	02:07:28	Diretor de Departamento de Desporto e Juventude	50	Licenciatura	M
Câmara Municipal de Lisboa	Lisboa	Via Teams	09.01.2024	57:25	Diretor de Departamento de Atividade Física e Desporto	51	Licenciatura	M
Câmara Municipal de Oeiras	Oeiras	Via Teams	15.12.2023	01:27:11	Chefe de Divisão de Desporto	52	Mestrado	M
Câmara Municipal do Seixal	Seixal	Não realizada ²²						

²² Não foi possível realizar a entrevista ao responsável da Câmara Municipal do Seixal pelas políticas municipais de apoio ao desporto, por indisponibilidade reiterada do mesmo.

Câmara Municipal de Setúbal	Setúbal	Via Teams	21.02.2024	01:03:32	Diretor de Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude	63	Mestrado	M
Câmara Municipal de Sintra	Sintra	Via Teams	20.05.2024	51:07	Vice-Presidente, Educação, Juventude e Desporto	42	12º. ano	M

Quadro 6.3 – Síntese do processo de realização das entrevistas (outras organizações)

Outras Organizações	Concelho	Modo de Realização da Entrevista	Data	Duração da Entrevista	Entrevistado (Cargo)	Idade (anos)	Habilitações	Sexo
Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	Lisboa	Via Teams	12.01.2024	01:13:49	Diretora do Departamento de Desporto	42	Mestrado	F
Associação de Andebol de Lisboa	Lisboa	Via Teams	08.04.2024	46:19	Presidente da Direção	77	9º.ano	F
Associação de Andebol de Setúbal	Setúbal	Via Teams	02.04.2024	59:25	Presidente da Direção	69	11º. ano	M
Federação de Andebol de Portugal	Lisboa	Via Teams	23.03.2025	02:16:48	Presidente da Direção	59	Licenciatura	M

6.3.2. A ANÁLISE DE CONTEÚDO

A técnica utilizada para a análise do *corpus* empírico, constituído pelas entrevistas realizadas aos diversos participantes, enquadra-se no âmbito da análise de conteúdo, mais concretamente na sua vertente categorial. Esta opção não é arbitrária, pois, como se sabe, o termo “análise de conteúdo” abrange um conjunto diversificado de abordagens e procedimentos metodológicos.

A análise categorial foi a forma escolhida por se tratar de uma das modalidades mais clássicas e consolidadas desta técnica, permitindo a identificação, organização e interpretação de categorias de sentido a partir do material discursivo. Esta abordagem possibilita tanto a análise de conteúdos manifestos como de significados latentes, garantindo uma leitura sistemática e rigorosa das narrativas.

Como refere Jorge Vala (2007, p. 111), “a construção de um sistema de categorias pode ser feita *a priori*, *a posteriori*, ou por uma combinação de ambos os processos.” Assim, optámos por combinar as duas estratégias: a maioria das categorias foi definida *a priori*, com base no referencial teórico, nas perguntas de investigação e nos objetivos do estudo, enquanto outras emergiram do próprio discurso dos entrevistados, revelando dimensões não antecipadas na fase inicial.

Esta combinação metodológica permitiu uma análise mais flexível e indutiva, capaz de captar tanto as regularidades como as singularidades discursivas, articulando as dimensões teóricas previamente delineadas com os significados produzidos no terreno.

6.4. O QUESTIONÁRIO

A utilização de questionários na investigação sociológica constitui uma técnica fundamental de recolha de dados, especialmente adequada quando se pretende obter informação sistematizada e quantificável sobre um conjunto alargado de indivíduos (Quivy & Campenhoudt, 2008). Esta técnica permite recolher dados de forma eficiente, estruturada e comparável, proporcionando uma visão abrangente sobre comportamentos, atitudes, opiniões e características sociodemográficas.

Entre as suas principais vantagens destaca-se a eficiência na recolha e tratamento de informação, já que possibilita a obtenção de dados de um número elevado de participantes num curto espaço de tempo. Esta uniformidade na aplicação das perguntas garante a comparabilidade das respostas, reforçando a fiabilidade e validade dos resultados obtidos. Além disso, a estrutura padronizada do questionário permite a utilização de técnicas estatísticas de análise, facilitando a identificação de padrões e correlações entre variáveis relevantes para o estudo (Quivy & Campenhoudt, 2008).

O desenho de um questionário sociológico requer, contudo, um cuidado metodológico rigoroso: as perguntas devem ser claras, concisas e diretamente relacionadas com os objetivos da investigação, evitando formulações ambíguas ou enviesadas que possam condicionar as respostas.

No caso desta tese, o questionário foi aplicado a 540 jovens praticantes de andebol federado, integrados em clubes da Área Metropolitana de Lisboa, com o objetivo de caracterizar a origem social dos praticantes e de avaliar em que medida os clubes funcionam como espaços de integração social. Ainda que os dados obtidos não tenham representatividade estatística nacional, refletem uma realidade social significativa dentro do contexto regional estudado.

Em síntese, a utilização do questionário neste estudo permitiu quantificar tendências e padrões sociais relacionados com a prática desportiva e o perfil dos atletas, complementando a análise qualitativa das entrevistas. Assim, esta técnica contribuiu para uma compreensão mais completa e articulada do fenómeno, reforçando a robustez da abordagem mista adotada.

6.4.1. RECOLHA DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

Os dados foram recolhidos entre 6 de fevereiro e 10 de abril de 2024, tendo os atletas sido inquiridos individualmente, diretamente por nós. Foram inquiridos todos os atletas presentes

nas sessões de treino, referenciadas no quadro abaixo (Quadro 6.4), com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, num total de 540.

O questionário foi elaborado em *word* (anexo 6) e foi posteriormente transposto para *Google Forms*²³ para agilizar o processo de recolha de informação, permitindo, igualmente, a exportação dos respetivos resultados para *excel*, o que facilita o trabalho de análise de dados. Os dados foram, posteriormente, exportados para *SPSS*, onde foram devidamente codificados e tratados.

Os atletas menores de idade foram inquiridos após os respetivos pais/encarregados de educação terem dado o seu consentimento. O pedido de consentimento foi solicitado pelos clubes, tendo sido disponibilizado por nós um documento que foi entregue aos pais/encarregados de educação dos atletas menores, onde eram identificados os objetivos do estudo e o seu contexto (anexo 7). Os atletas maiores de idade foram questionados diretamente por nós sobre a sua disponibilidade para participação no estudo. No quadro 6.4 apresenta-se uma síntese com informação sobre o processo de recolha de dados do questionário, designadamente, clube, local, data e número de atletas inquiridos.

Quadro 6.4 – Síntese do processo de recolha de dados do questionário

Clubes	Concelho	Local de Recolha de Dados	Data e Hora da Recolha dos Dados (2024)	Atletas Inquiridos	Total Atletas Inquiridos
Almada Atlético Clube	Almada	Pav. Adelino Moura, Almada	4 de março, 19h00 – 21h00	18	40
			26 de março, 20h00 – 20h30	20	
			27 de março, 20h00 – 21h30	12	
Associação de Solidariedade Social Assomada	Oeiras	Pav. Carlos Queiroz, Oeiras	28 de fevereiro, 19h30 – 21h00	18	18
Atlético Clube Cacém	Sintra	Pav. António Sérgio, Cacém	19 de fevereiro, 21h00 – 22h30	14	32
			1 de março, 19h00 – 21h00	18	
Boa Hora Futebol Clube	Lisboa	Pav. Fernando Tavares, Lisboa	8 de março, 18h00 – 21h00	28	38
			25 de março, 18h30 – 19h00	3	

²³

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSct7VC1tcM28YewxU6UOc0NiWBgVrIEghKAsLZM6GoVHGh_6Q/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0&pli=1

		Pav. Desportivo da Ajuda, Lisboa	25 de março, 20h00 – 20h30	7	
Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho	Seixal	Pav. Municipal do Alto do Moinho, Corroios	20 de fevereiro, 19h30 – 21h30	24	37
			7 de março, 19h30 – 20h30	13	
Centro de Solidariedade Social Pinhal de Frades	Seixal	Pav. CSS Pinhal de Frades, Pinhal de Frades	18 de março, 18h30 – 21h00	31	44
			21 de março, 18h30 – 21h00	13	
Clube de Futebol os Belenenses	Lisboa	Pav. Escola Secundária Fonseca de Benevides, Lisboa	12 de março, 19h30 – 22h00	25	41
		Pav. Escola Secundária de Miraflores, Miraflores	18 de março, 21h00 – 22h30	16	
Clube Naval Setubalense	Setúbal	Pav. do Naval Setubalense, Setúbal	05 de abril, 19h00 – 22h00	22	22
Esfera Andebol Masters	Lisboa	Pav. Desportivo da Ajuda, Lisboa	7 de fevereiro, 18h00 – 20h30	22	38
			9 de fevereiro, 19h00 – 19h30	7	
			14 de fevereiro, 19h00 – 20h30	9	
Ginásio Clube do Sul	Almada	Pav. do Ginásio Clube do Sul, Almada	21 de fevereiro, 18h30 – 21h00	16	27
			6 de março, 18h30 – 19h30	11	
Grupo Musical 1º de Dezembro	Oeiras	Pav. Escola Secundária Noronha Feio, Queijas	16 de fevereiro, 18h30 – 23h00	31	50
			26 de fevereiro, 19h30 – 21h30	19	
Núcleo de Antigos Alunos do Liceu Passos Manuel	Lisboa	Pav. da Lapa, Lisboa	27 de fevereiro, 19h30 – 21h30	16	26
			5 de março, 19h00 – 20h00	10	

Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo	Oeiras	Pav. da Escola Aquilino Ribeiro, Porto Salvo	6 de fevereiro, 19h30 – 21h00	15	27
			8 de fevereiro, 19h30 – 20h30	12	
Sport Lisboa e Benfica	Lisboa	Pav. nº. 2 da Luz, Lisboa	19 de março, 21h30 – 23h00	16	63
		Pav. Escola Quinta de Marrocos, Lisboa	16 de março, 10h00 – 11h30	18	
			10 de abril, 19h00 – 21h00	29	
Vitória Futebol Clube	Setúbal	Pav. Antoine Velge, Setúbal	11 de março, 20h00 – 21h30	14	37
			15 de março, 19h00 – 21h30	23	
Total					540

O quadro 6.5 permite comparar o total de atletas inscritos em cada clube analisado com aqueles que estão integrados nos escalões até aos 20 anos de idade.

Quadro 6.5 – Total de atletas inscritos por clube, escalões e sexo

Clubes	Total de Atletas Inscritos (Todos os Escalões)			Total de Atletas Inscritos (Até aos 20 anos)		
	M	F	M+F	M	F	M+F
Almada Atlético Clube	130	22	152	71	13	84
Associação de Solidariedade Social Assomada	1	55	56	1	38	39
Atlético Clube Cacém,	100	55	155	55	41	96
Boa Hora Futebol Clube	97	43	140	53	43	96
Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho	146	1	147	124	1	125
Centro de Solidariedade Social Pinhal de Frades	159	42	201	148	42	190
Clube de Futebol os Belenenses	123	0	123	80	0	80
Clube Naval Setubalense	70	30	100	52	30	82
Esfera Andebol Masters	113	30	143	62	30	92
Ginásio Clube do Sul	0	53	53	0	53	53
Grupo Musical 1º de Dezembro	114	44	158	95	44	139
Núcleo de Antigos Alunos do Liceu Passos Manuel	59	78	137	59	64	123
Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo	3	121	124	3	101	110
Sport Lisboa e Benfica	61	62	123	46	47	93
Vitória Futebol Clube	199	29	138	96	29	125

O quadro abaixo (Quadro 6.6) espelha o total de jovens praticantes, por clube, escalão de formação e sexo, bem como os que foram por nós inquiridos. É igualmente possível verificar a taxa de cobertura de atletas inquiridos face ao total de praticantes. Os escalões de

formação abrangidos são Sub-16, atletas com idades entre os 14 e 15 anos; Sub-18, atletas com idades entre os 16 e 17 anos; e Sub-20, atletas com idades entre os 18 e os 19 anos.²⁴

Quadro 6.6 – Total de atletas inscritos nos escalões sub. 16 a sub. 20 vs total de atletas inquiridos²⁵

Clube	Escalão	Atletas M			Atletas F			% Cobertura (M+F)
		Inscritos	Inquiridos	% Cobertura	Inscritos	Inquiridos	% Cobertura	
Almada Atlético Clube	Sub. 16	18	11	61	0	0	0	65
	Sub. 18	21	17	81	0	0	0	
	Sub. 20	14	9	64	9	3	33	
Associação de Solidariedade Social Assomada	Sub. 16	0	0	0	6	5	83	86
	Sub. 18	0	0	0	12	10	83	
	Sub. 20	0	0	0	3	3	100	
Atlético Clube Cacém	Sub. 16	11	10	91	9	4	44	53
	Sub. 18	13	6	46	9	4	44	
	Sub. 20	10	8	80	7	0	0	
Boa Hora Futebol Clube	Sub. 16	9	6	67	8	4	50	58
	Sub. 18	13	12	92	13	6	46	
	Sub. 20	22	10	45	0	0	0	
Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho	Sub. 16	24	16	67	0	0	0	58
	Sub. 18	28	17	61	0	0	0	
	Sub. 20	12	4	33	0	0	0	
Centro de Solidariedade Social Pinhal de Frades	Sub. 16	26	14	54	13	10	77	65
	Sub. 18	16	11	69	1	1	100	
	Sub. 20	12	8	67	0	0	0	
Clube de Futebol os Belenenses	Sub. 16	17	11	65	0	0	0	61
	Sub. 18	33	22	67	0	0	0	
	Sub. 20	17	8	47	0	0	0	
Clube Naval Setubalense	Sub. 16	18	13	77	6	6	100	81
	Sub. 18	1	1	100	0	0	0	
	Sub. 20	2	2	100	0	0	0	
Esfera Andebol Masters	Sub. 16	19	17	89	10	7	70	79
	Sub. 18	16	11	69	2	2	100	
	Sub. 20	1	1	100	0	0	0	
Ginásio Clube do Sul	Sub. 16	0	0	0	25	18	72	75
	Sub. 18	0	0	0	11	9	82	
	Sub. 20	0	0	0	0	0	0	
Grupo Musical 1º de Dezembro	Sub. 16	11	5	45	12	8	67	68
	Sub. 18	23	17	74	7	7	100	
	Sub. 20	20	13	65	0	0	0	
Núcleo de Antigos Alunos do Liceu Passos Manuel	Sub. 16	0	0	0	10	8	80	72
	Sub. 18	0	0	0	16	13	81	
	Sub. 20	0	0	0	10	5	50	
Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo	Sub. 16	0	0	0	23	20	87	69
	Sub. 18	0	0	0	10	6	60	
	Sub. 20	0	0	0	6	1	17	
Sport Lisboa e Benfica	Sub. 16	16	13	81	24	21	88	72
	Sub. 18	20	16	80	13	8	62	
	Sub. 20	8	5	63	6	0	0	
Vitória Futebol Clube	Sub. 16	10	8	80	7	5	71	63
	Sub. 18	20	14	70	9	3	33	
	Sub. 20	11	7	63	0	0	0	
Total		512	343	67	297	197	66	67

²⁴ A idade dos atletas é aferida no início da época desportiva, pelo que alguns podem, durante a época, ultrapassar a idade limite estipulada para cada escalão (ex: jovens do escalão de Sub. 20 completarem 20 anos no decurso da época).

²⁵ Foram inquiridos 540 atletas, 343 do sexo masculino e 197 do sexo feminino, o que representa 67% do total de inscritos nos escalões acima referenciados.

PARTE IV
NÚMEROS E NARRATIVAS: UMA ANÁLISE MISTA DO PERFIL E PARTICIPAÇÃO DOS
JOVENS NA PRÁTICA DE ANDEBOL

Capítulo VII

INDICADORES QUANTITATIVOS DE DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO

7.1. ENQUADRAMENTO ANALÍTICO E METODOLÓGICO DOS DADOS DO INQUÉRITO

Este capítulo inscreve-se no esforço central desta investigação: apreender, com base em evidência empírica, de que modo o desporto federado, tal como é promovido pelos clubes, se configura como um espaço potencial de integração social dos jovens, particularmente daqueles oriundos de contextos socialmente menos favorecidos. Mais do que uma simples descrição de práticas, trata-se de interrogar as dinâmicas sociais que atravessam esses espaços: quem são estes jovens, de onde vêm e que relações constroem no interior dos clubes?

É neste quadro que se convocam algumas das questões orientadoras desta análise: qual a origem social dos praticantes de andebol nos clubes em estudo? Em que medida desenvolvem vínculos afetivos e sentidos de pertença relativamente às instituições desportivas que frequentam? Que lugar ocupa o desporto nas suas trajetórias quotidianas? E, não menos relevante, qual o grau e a natureza do envolvimento parental neste processo?

Antes de avançarmos para a análise dos resultados, importa explicitar, ainda que de forma sintética, as opções metodológicas subjacentes à construção de alguns dos indicadores mobilizados. Esta etapa constitui um momento essencial de clarificação analítica, na medida em que os modos de operacionalização condicionam, em larga medida, a leitura sociológica subsequente. Seguir-se-á, então, a apresentação e discussão dos resultados, culminando numa síntese interpretativa dos principais resultados.

No plano da recolha de dados, importa assinalar uma limitação específica, embora pouco expressiva, relativa à identificação da profissão dos pais e das mães dos atletas. Em 6,8% dos casos, não foi possível proceder a essa identificação, correspondendo a 2,2% no caso das mães e a 4,6% no caso dos pais. Nestas situações, não foi possível calcular o indicador de classe individual. Refira-se, contudo, que apenas num caso se verificou a impossibilidade simultânea de identificar a profissão de ambos os progenitores, o que inviabilizou, nessa situação particular, a determinação quer do lugar de classe individual, quer do lugar de classe familiar.

7.2. ORIGEM SOCIAL E DESIGUALDADES DE ACESSO

A compreensão da origem social dos jovens praticantes constitui um eixo analítico decisivo para responder às questões que estruturam esta investigação. Para esse efeito, recorreremos a um conjunto de indicadores de caracterização sociodemográfica e sociológica — classe social, sexo, escolaridade, etnia e nacionalidade — que, articulados, permitem situar os

indivíduos no espaço social e apreender as condições que moldam as suas trajetórias desportivas.

No que respeita à classe social, adotou-se a tipologia ACM, em coerência com o modelo de análise delineado. Entre os diferentes níveis possíveis de observação, privilegiou-se o indicador de classe familiar, por se entender que é no seio da família que se concentram e distribuem os recursos — económicos, culturais e simbólicos — que estruturam o processo de socialização dos jovens. É neste espaço que se definem, em larga medida, horizontes de possibilidade, disposições face ao desporto e condições materiais de acesso e permanência na prática.

Importa, contudo, explicitar um efeito inerente a esta tipologia: o indicador de classe familiar tende a operar uma lógica de “absorção ascendente”, na medida em que, perante disparidades entre os dois indicadores individuais (pai e mãe), prevalece aquele que traduz um maior volume de recursos. Este mecanismo conduz, inevitavelmente, a uma sobrerrepresentação relativa das classes mais elevadas, nomeadamente Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e Profissionais Técnicos de Enquadramento (PTE), quando comparadas com os valores observados ao nível das classificações individuais.

Acresce ainda uma opção metodológica relevante no caso de jovens com pais separados. Na ausência de informação qualitativa mais fina sobre a configuração concreta dessas relações familiares, considerou-se ambos os progenitores na determinação da classe. Parte-se aqui do pressuposto de que, mesmo em contextos de separação ou divórcio, a influência parental tende a manter-se, quer ao nível dos recursos disponibilizados, quer no plano das referências normativas e culturais que orientam os percursos juvenis.

A análise da etnia exigiu, por sua vez, um enquadramento conceptual mais cuidadoso. Enquanto categoria sociológica, a etnia remete para formas de pertença ancoradas em referências culturais partilhadas, língua, religião, costumes, origem geográfica, distinguindo-se do conceito de raça, amplamente reconhecido como uma construção social historicamente mobilizada para legitimar hierarquias e desigualdades (Lévi-Strauss, 1975; Vala et al., 1999; Giddens, 2007). Ainda que desprovido de fundamento biológico, o conceito de raça persiste no contexto social, funcionando como um dispositivo simbólico que continua a informar processos de categorização e diferenciação.

Como sublinha Giddens, as distinções raciais não se limitam a descrever diferenças: participam ativamente na reprodução de relações de poder e de desigualdade. Esta persistência, muitas vezes difusa e não explicitada, traduz-se na associação entre características físicas e atributos sociais ou culturais, com efeitos concretos no acesso a recursos e oportunidades, entre os quais o desporto.

No contexto desta investigação, tornou-se, assim, pertinente introduzir um critério que permitisse explorar eventuais desigualdades na participação desportiva associadas a estas

dimensões. Para além da classe social ou do género, a nacionalidade e a etnia emergem como variáveis potencialmente estruturantes. Todavia, reconhecendo a sensibilidade destas matérias, optou-se por não recorrer à autodeclaração direta dos participantes. Em alternativa, construiu-se um indicador baseado na observação de características físicas visíveis, organizando os jovens em três categorias: europeia, africana e asiática.

Esta opção, embora metodologicamente pragmática, não está isenta de limitações. Desde logo, a ausência de autodefinição pode introduzir classificações imprecisas e, em certo sentido, contraria a natureza subjetiva e relacional dos próprios conceitos de etnia e raça. Ainda assim, considerou-se que este procedimento permitiria aceder a uma leitura exploratória da composição étnico-racial dos clubes e identificar padrões diferenciados de participação.

A articulação entre etnia e nacionalidade ganha particular relevo num contexto marcado pelo crescimento recente dos fluxos migratórios em Portugal. A diversificação das origens dos imigrantes tem contribuído para a recomposição do tecido social, introduzindo novas dinâmicas culturais e reconfigurando os termos do debate público. Como antecipava Machado (1992), a imigração, relativamente pouco relevante na sociedade portuguesa dos anos 1990, tenderia a assumir, no futuro, maior centralidade, potencialmente associada a tensões sociais e políticas.

Neste quadro, importa interrogar em que medida os filhos de imigrantes acedem ao desporto em condições comparáveis às dos jovens de origem portuguesa, ou daqueles cuja integração se processa já ao longo de várias gerações. Se o desporto pode constituir um espaço privilegiado de integração social, pode igualmente refletir, e, por vezes, reproduzir, desigualdades estruturais, sobretudo quando se considera que muitos percursos migratórios estão associados a posições de maior vulnerabilidade socioeconómica (Machado, 1992).

A análise que se segue procura, precisamente, captar estas tensões: perceber se os clubes funcionam como espaços de abertura e democratização do acesso, ou se, pelo contrário, espelham padrões mais amplos de desigualdade social.

A análise da distribuição das classes sociais, indicador que, à luz dos objetivos desta investigação, assume centralidade analítica, revela, desde logo, uma presença transversal de todas as categorias sociais nos clubes estudados. Esta diversidade, porém, não deve ocultar uma assimetria estrutural clara: a prática do andebol, no contexto federado, tende a concentrar-se em segmentos socialmente mais favorecidos.

Com efeito, 25,3% dos jovens inquiridos pertencem a famílias de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e 43,0% a famílias de Profissionais Técnicos de Enquadramento (PTE). No seu conjunto, estas duas classes, caracterizadas por elevados volumes de capital económico, cultural e social, representam 68,3% da amostra, configurando

um padrão de sobrerepresentação que não pode ser dissociado das condições de acesso e permanência na prática desportiva (Quadro 7.1).

Num segundo plano, embora com expressão mais reduzida, surgem os jovens oriundos de famílias de Empregados Executantes (EE), com 10%, e de Assalariados Executantes Pluriativos (AEpl), com 14,8%. Já os jovens provenientes de famílias operárias representam apenas 2,4% do total, o que sugere uma presença residual das frações mais desfavorecidas da “classe trabalhadora” neste universo desportivo.

A leitura destes dados ganha maior densidade quando enquadrada nas transformações estruturais do mercado de trabalho. Como sublinham Costa e Mauritti (2018), as últimas décadas têm sido marcadas por processos de desindustrialização e de crescente terciarização da economia europeia, que conduziram a uma recomposição da estrutura de classes. Neste contexto, os Empregados Executantes (EE) tendem a ganhar peso relativo em detrimento das classes operárias tradicionais, refletindo a expansão de atividades ligadas aos serviços, ao comércio e às funções administrativas.

Esta recomposição não é apenas quantitativa, mas também qualitativa. Um dos traços distintivos da classe dos EE reside na sua forte feminização, em contraste com o operariado, historicamente marcado por uma predominância masculina, padrão que os dados recolhidos neste estudo igualmente evidenciam (Quadro 7.2). Tal diferenciação remete para dinâmicas mais amplas de segmentação do mercado de trabalho, onde género e posição de classe se entrecruzam na definição de trajetórias profissionais e condições socioeconómicas.

Apesar destas diferenças, importa não perder de vista os elementos de continuidade entre as classes dos EE e dos Operários (O). Ambas são compostas, maioritariamente, por trabalhadores assalariados que ocupam posições subalternas na estrutura produtiva, desempenhando funções de execução e apresentando, em geral, níveis de escolaridade mais baixos. Partilham, por isso, condições de vida frequentemente marcadas pela instabilidade laboral, pela vulnerabilidade económica e por processos de proletarização. É neste sentido que autores como Wright propõem a sua leitura integrada enquanto segmentos de uma mesma classe trabalhadora alargada (Costa e Mauritti, 2018).

Todavia, uma análise mais fina da classe dos Empregados Executantes, com base na tipologia ACM e na Classificação Portuguesa de Profissões (CPP), revela uma heterogeneidade interna significativa que importa sublinhar. Esta categoria engloba profissões pertencentes a diferentes grupos ocupacionais, nomeadamente os grupos 4 e 5 (empregados administrativos, trabalhadores dos serviços e vendas) e o grupo 9 (ocupações não qualificadas, como trabalhadores de limpeza).

Esta diversidade traduz-se em desigualdades relevantes ao nível dos recursos económicos, das qualificações escolares e do estatuto social associado às diferentes ocupações. Enquanto algumas profissões administrativas ou de serviços podem assegurar

níveis de rendimento relativamente mais elevados e maior reconhecimento social, as ocupações não qualificadas tendem a estar associadas a condições mais precárias e a menor prestígio. Assim, embora os EE partilhem traços estruturais comuns, como a execução de tarefas rotineiras, a subordinação hierárquica e a exposição à precariedade, o seu posicionamento no espaço social revela-se algo heterogéneo, evidenciando diferenças que complexificam a sua leitura enquanto categoria analítica.

Quadro 7.1 – Lugares de classe – indicador familiar (tipologia ACM)

Classes Sociais - Indicador Familiar - (Pai e Mãe)	%
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	25,3%
Profissionais técnicos e de enquadramento	43,0%
Trabalhadores independentes	0,9%
Trabalhadores independentes pluriativos	3,5%
Empregados executantes	10,0%
Operários	2,4%
Assalariados executantes pluriativos	14,8%
Total	100,0%

Quadro 7.2 – Lugares de classe – indicador individual (tipologia ACM)

Classes Sociais por Sexo - Indicador Individual	%		
	HM	H	M
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	15,52	18,99	12,12
Profissionais técnicos e de enquadramento	39,46	37,21	41,67
Trabalhadores independentes	3,26	4,07	2,46
Empregados executantes	29,31	17,44	40,91
Operários	12,45	22,29	2,84
Total	100,00	100,00	100,00

Com o intuito de conferir maior consistência interpretativa aos resultados anteriormente apresentados, procurámos situá-los num quadro comparativo mais alargado. Não dispondo, contudo, de dados de âmbito nacional ou regional que permitam caracterizar a população segundo a tipologia ACM, o que inviabilizaria uma comparação direta com a composição de classe dos jovens, optou-se por uma via indireta: a análise da estrutura profissional da população empregada em Portugal, em confronto com a dos pais dos jovens inquiridos (Quadro 7.3).

Para esse efeito, recorreremos aos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos ao mais recente recenseamento da população, que permitem uma desagregação por sexo e por grupos profissionais, com base na Classificação Portuguesa de Profissões (CPP) ao nível dos quatro dígitos. Esta estratégia, embora não isenta de

limitações, possibilita uma aproximação empiricamente fundada às diferenças de posicionamento social entre a população em geral e o universo específico em análise.

Os resultados evidenciam desvios significativos, particularmente em dois segmentos ocupacionais. Desde logo, no grupo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas, observa-se uma diferença expressiva entre a população empregada em geral (18%) e os pais dos jovens inquiridos (31%), sugerindo uma sobrerrepresentação clara deste segmento mais qualificado no contexto dos clubes analisados. Em sentido inverso, o grupo dos trabalhadores não qualificados apresenta uma sub-representação acentuada entre os pais dos jovens: enquanto 15% da população empregada em Portugal se insere neste grupo profissional, apenas 5% dos pais dos jovens ocupam posições desta natureza.

Quando o mesmo exercício comparativo é realizado à escala regional, considerando os concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, onde se desenvolveu o trabalho de campo, o padrão geral mantém-se, ainda que com menor intensidade. Nesta região, a proporção de indivíduos empregados em profissões qualificadas, nomeadamente no grupo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas, atinge os 23%, valor já superior à média nacional (Quadro 7.4). Ainda assim, a diferença face aos dados relativos aos pais dos jovens permanece evidente, confirmando a tendência de concentração de praticantes oriundos de contextos socialmente mais favorecidos, mesmo quando controlada a variável territorial.

Quadro 7.3 – População empregada por grande grupo da CPP (2021) vs pais dos jovens inquiridos por grande grupo da CPP

Profissão	População empregada*	Pais dos Jovens
Profissões das Forças Armadas	1%	1%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	6%	7%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	18%	31%
Técnicos e profissões de nível intermédio	11%	14%
Pessoal administrativo	10%	12%
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	18%	17%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2%	1%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	14%	8%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5%	5%
Trabalhadores não qualificados	15%	5%
	100%	100%

*Fonte: INE, recenseamento da população e habitação

Quadro 7.4 - População empregada, residente na Área da Grande Lisboa e Península de Setúbal (2021) vs pais dos jovens inquiridos, por grande grupo da CPP

Profissão	População Empregada*	Pais do Jovens
Profissões das Forças Armadas	1%	1%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	7%	7%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	23%	31%
Técnicos e profissões de nível intermédio	13%	14%
Pessoal administrativo	11%	12%
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	19%	17%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	1%	1%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	8%	8%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	3%	5%
Trabalhadores não qualificados	12%	5%
	100%	100%

*Fonte: INE, recenseamento da população e habitação

No que concerne aos indicadores de escolaridade, os dados apresentados no quadro seguinte (Quadro 7.5) permitem evidenciar, de forma particularmente elucidativa, a capacidade da tipologia ACM para captar, ainda que de forma indireta, dimensões centrais do capital escolar. Com efeito, embora esta tipologia não integre explicitamente a variável escolaridade, ela encontra-se inscrita na própria estrutura dos grupos profissionais, neste caso, definidos a partir da Classificação Portuguesa de Profissões (CPP), que lhe servem de base analítica.

A leitura dos dados revela um padrão claro de estratificação educativa, fortemente alinhado com a hierarquia das classes sociais. As categorias de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e, de forma ainda mais acentuada, de Profissionais Técnicos de Enquadramento (PTE), apresentam uma elevada concentração de indivíduos com habilitações de nível superior, 66% e 77,9%, respetivamente. Este predomínio traduz não apenas o acesso diferencial a percursos escolares longos, mas também a acumulação de recursos culturais que tendem a reforçar posições de vantagem no espaço social.

À medida que se desce na escala social, observa-se um declínio progressivo destes níveis de qualificação. Nas classes operárias, por exemplo, a presença de indivíduos com formação superior assume um carácter residual (0,8%), ilustrando de forma particularmente expressiva a desigual distribuição do capital escolar.

Este padrão não constitui, aliás, uma especificidade do presente estudo. Como demonstraram Costa et al. (2007), numa investigação de natureza transnacional sobre classes sociais e recursos educativos, são precisamente as classes EDL e PTE, com especial incidência nesta última, que concentram maiores volumes de recursos educativos. Como diria Bourdieu, são estas classes que detêm, de forma mais consistente, capital escolar e cultural, reforçando assim mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Quadro 7.5 – Lugar individual de classe vs escolaridade (tipologia ACM) (% em coluna)

Indicadores de Classe e de Educação		Classes Sociais por Sexo - Lugar Individual de Classe															Total
		Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais			Profissionais Técnicos e de Enquadramento			Trabalhadores Independentes			Empregados Executantes			Operários			
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
		15,5	19,0	12,1	39,5	37,2	41,7	3,3	4,1	2,5	29,3	17,4	40,9	12,5	22,3	2,8	
Escolaridade por ciclos	Nenhum	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,9	0,8	0,9	0,0	0,3
	Básico	9,3	15,3	0,0	4,4	8,9	0,5	50,0	61,9	30,8	34,3	32,2	35,2	58,5	60,9	40,0	22,1
	Secundário	24,7	29,6	17,2	17,7	27,1	9,5	35,3	33,3	38,5	53,3	55,6	52,3	40,0	37,4	60,0	32,6
	Superior	66,0	55,1	82,8	77,9	64,1	90,0	17,7	4,8	30,8	11,8	12,2	11,6	0,8	0,9	0,0	45,0
		100,00	100,00	100,00	100,00	100,10	100,00	103,00	100,00	100,10	100,10	100,00	100,00	100,10	100,10	100,00	100,00

Para situar os níveis de escolaridade dos pais dos jovens inquiridos num quadro comparativo mais amplo, tornou-se necessário mobilizar dados que permitissem uma leitura à escala nacional e, de forma mais fina, ao nível da região da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, território onde se concentra a maioria das famílias dos jovens inquiridos²⁶.

A comparação revela, de forma consistente, um diferencial favorável aos pais dos jovens praticantes, evidenciando níveis de escolaridade globalmente mais elevados do que os observados na população da mesma faixa etária. Este desfaseamento é particularmente expressivo no que respeita ao ensino superior: 45% dos pais dos jovens possuem habilitações deste nível, contrastando com 24,6% na população nacional e 35,5% na região da Grande Lisboa e Península de Setúbal.

Em sentido inverso, a incidência de níveis de escolaridade mais baixos apresenta uma redução significativa no universo em análise. Entre a população geral com idades compreendidas entre os 40 e os 65 anos, 49% possuem apenas o ensino básico, valor que desce para 34,6% na região em estudo, enquanto entre os pais dos jovens inquiridos essa proporção se fixa nos 22,1%. Este dado reforça a ideia de que os contextos familiares dos praticantes tendem a concentrar maiores volumes de capital escolar.

Já ao nível do ensino secundário, observa-se uma maior convergência entre os diferentes universos considerados. Os valores registados, 24,5% a nível nacional, 30,0% na região da Grande Lisboa e Península de Setúbal e 32,6% entre os pais dos jovens, sugerem uma zona intermédia de relativa proximidade, ainda que, mesmo aqui, se mantenha uma ligeira sobre-representação no grupo em análise.

²⁶ A idade dos pais dos jovens inquiridos foi presumida entre os 40 e os 65 anos, tendo por base a idade dos jovens que varia entre os 14 e os 20 anos.

No seu conjunto, estes resultados corroboram a tendência anteriormente identificada: a prática do andebol em contexto federado surge associada a famílias com níveis de escolaridade mais elevados, reforçando a leitura de que o acesso a este universo desportivo não é socialmente neutro, antes refletindo, e, em certa medida, reproduzindo, desigualdades estruturais no acesso a recursos educativos.

Quadro 7.6 – Taxa de escolaridade por ciclos de ensino, sexo, escalão etário e região (% em coluna)

Indivíduos com idades entre os 40 e os 65 anos		Portugal (%)	Grande Lisboa e Península de Setúbal (%)	Pais do Jovens (%)
Escolaridade por ciclos de ensino completos	Nenhum	2,0	X	0,3
	Básico	49,0	34,6	22,1
	Secundário	24,5	30,0	32,6
	Superior	24,6	35,5	45,0
		100,0	100,0	100,0

Fonte: INE – Inquérito ao Emprego (dados referentes a Portugal, Grande Lisboa e Península de Setúbal (2023))

Apesar de as famílias pertencentes às classes de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e de Profissionais Técnicos de Enquadramento (PTE) constituírem uma maioria expressiva — 68,3% dos agregados dos jovens inquiridos —, a análise ficaria incompleta se desconsiderasse os restantes 31,7%. É precisamente neste segmento que se colocam questões analiticamente relevantes: estaremos perante trajetórias oriundas de posições intermédias ou, pelo contrário, perante contextos marcados por maior vulnerabilidade?

Para explorar esta dimensão, optou-se por isolar analiticamente os indivíduos que não pertencem às classes EDL e PTE, construindo um subuniverso que permite uma leitura mais granular das suas características socioprofissionais. Neste exercício, procurou-se ir além da classificação de classe, introduzindo um nível adicional de granularidade através da criação de um indicador profissional familiar.

Este indicador, construído a partir das profissões individuais dos membros do agregado, assenta numa lógica hierárquica inspirada na Classificação Portuguesa de Profissões (CPP): em cada família, prevalece o grupo profissional mais elevado, absorvendo os restantes, à semelhança do que ocorre no indicador de classe familiar anteriormente utilizado. Em paralelo, foram também considerados os grupos profissionais dos progenitores dos jovens tomados individualmente, permitindo uma leitura mais multifacetada das posições ocupadas.

A análise integrada destes posicionamentos, considerando as classes de Trabalhadores Independentes (TI), Trabalhadores Independentes Pluriativos (TIpl), Empregados Executantes (EE), Operários (O) e Assalariados Executantes Pluriativos (AEpl) como um conjunto, evidencia uma forte concentração nos grupos intermédios da estrutura ocupacional. Com efeito, 74,3% dos indivíduos situam-se nos grupos 4 e 5 da CPP, correspondendo, respetivamente, a 31% e 43,3%. Este dado sugere que a maioria destas famílias dispõe de pelo menos um elemento, pai ou mãe, inserido em atividades administrativas, comerciais ou de prestação de serviços.

Para além destes, apenas o grupo profissional 7, associado a trabalhadores qualificados da indústria, apresenta uma expressão quantitativa relevante (13,5%). Os restantes grupos profissionais surgem com valores residuais, o que reforça a ideia de que, mesmo fora das classes mais favorecidas, a base social dos jovens praticantes tende a situar-se em segmentos intermédios, mais próximos das lógicas de estabilidade ocupacional do que de contextos de maior precariedade estrutural.

Quadro 7.7 – Indicador profissional familiar, por grupo profissional da CPP²⁷

Grupo Profissional	%	% acumulada
4 – Pessoal administrativo	31,0	31,0
5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança	43,3	74,3
6 – Agricultores e trabalhadores qualificados...	2,3	76,6
7 – Trabalhadores qualificados da indústria, ...	13,5	90,1
8 – Operadores de instalações e máquinas ...	5,8	95,9
9 – Trabalhadores não qualificados	4,1	100,0

No quadro 7.8, destacamos as profissões mais representadas, considerados os grupos profissionais com maior peso no indicador profissional familiar²⁸:

Quadro 7.8 – Profissões mais representativas nos grupos 4 e 5 da CPP

Grupo Profissional	Profissão	Descritivo	%
4 – Pessoal administrativo	41100	Empregado de Escritório	29,4
	42110	Caixa Bancário	5,5
	42210	Empregado de Agência Viagem	3,7
	42220	Empregado de Centros de Chamadas	3,7
	42260	Rececionista	3,7
5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança	53110	Auxiliar de Crianças	15,6
	52210	Comerciante de Loja	11,9
	52230	Vendedor em Loja	11,0

²⁷ Apenas são apresentados os grupos profissionais em que estão representadas as classes TI, EE, TIpl, O e AEpl.

²⁸ São apresentadas as 5 profissões com mais peso em cada grupo profissional.

	51200	Cozinheiro	9,2
	53210	Auxiliar de Saúde	6,4

As profissões com maior expressão nos grupos profissionais anteriormente identificados (Quadro 7.8) concentram, no seu conjunto, 33,7% do total das ocupações que integram o indicador profissional familiar. Este dado sugere não apenas a existência de um núcleo ocupacional relativamente homogêneo, mas também a centralidade de determinados segmentos profissionais na estrutura social das famílias analisadas.

Quando se desloca o foco de análise para os indivíduos considerados isoladamente, emergem padrões de distribuição marcadamente diferenciados em função do sexo, revelando a persistência de uma segmentação de género no mercado de trabalho. Nos grupos 4, 5 e 9, verifica-se uma predominância feminina, com valores de 27,8%, 43,2% e 23,5%, respetivamente. Estes grupos, associados sobretudo a funções administrativas, de serviços e a ocupações não qualificadas, refletem áreas tradicionalmente mais feminilizadas, muitas vezes marcadas por menores níveis de remuneração e reconhecimento social.

Em contrapartida, os indivíduos do sexo masculino apresentam uma maior concentração nos grupos 7, 5 e 8, com 37,3%, 21,7% e 19,3%, respetivamente. Estes grupos incluem, em particular, profissões ligadas à indústria, construção e atividades técnicas, historicamente associadas a uma maior presença masculina. Esta distribuição evidencia, assim, a continuidade de padrões estruturais de divisão sexual do trabalho, nos quais homens e mulheres tendem a ocupar segmentos diferenciados do sistema ocupacional, com implicações ao nível das trajetórias profissionais.

Quadro 7.9 – Grupos profissionais 4 a 9 da CPP, por pai e mãe

Grupo Profissional	Mãe		Pai		Pai + Mãe	
	%	% acumulada	%	% Acumulada	%	% acumulada
4 – Pessoal administrativo	27,8	27,8	12,4	12,4	20,1	20,1
5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança	43,2	71,0	21,7	34,2	32,5	52,6
6 – Agricultores e trabalhadores qualificados...	0,0	71,0	5,0	39,1	2,5	55,1
7 – Trabalhadores qualificados da indústria, ...	1,2	72,2	37,3	76,4	19,2	74,3
8 – Operadores de instalações e máquinas ...	4,3	76,5	19,3	95,7	11,8	86,1
9 – Trabalhadores não qualificados	23,5	100,0	4,3	100,0	13,9	100,0

Os dados apresentados no Quadro 7.9 evidenciam um padrão particularmente consistente: a grande maioria das famílias dos jovens andebolistas pertencentes às classes menos dotadas de recursos concentra-se nos grupos profissionais 4, 5 e 7, que, no seu conjunto, representam 87,8% do total dessas famílias. Esta concentração reflete uma presença predominante em segmentos ocupacionais intermédios da estrutura social.

Importa sublinhar que são precisamente estes grupos profissionais que, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, onde se situam os concelhos de residência dos inquiridos, apresentam níveis médios de rendimento líquido relativamente mais elevados no interior das classes menos favorecidas. Tal evidência, corroborada pelos dados constantes do Quadro 7.10, relativos ao salário médio líquido por grupo profissional em Portugal, sugere que o acesso à prática federada de andebol, mesmo entre famílias com menores recursos, tende a estar associado a posições ocupacionais que, não sendo dominantes em termos de capital, asseguram ainda assim algum grau de estabilidade económica.

Deste modo, mais do que remeter para os segmentos mais desfavorecidos da estrutura social, a base de recrutamento destes jovens parece estruturar-se em frações que, embora situadas fora das classes mais privilegiadas, dispõem de condições que tornam viável o investimento na prática desportiva. Esta constatação reforça a ideia de que o acesso ao desporto federado permanece condicionado por recursos materiais, ainda que em graus diferenciados, contribuindo para uma participação socialmente seletiva.

Quadro 7.10 – Indicador profissional familiar, por grupo profissional da CPP e salário médio líquido, em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa (% em coluna)

Grupo Profissional	%	Salário Médio Líquido - Portugal	Salário Médio Líquido – Área Metropolitana de Lisboa ²⁹
4 – Pessoal administrativo	31,0	952 €	995 €
5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança	43,3	861 €	896 €
6 – Agricultores e trabalhadores qualificados...	2,3	853 €	794 €
7 – Trabalhadores qualificados da indústria, ...	13,5	943 €	1064 €
8 – Operadores de instalações e máquinas ...	5,8	981 €	1019 €
9 – Trabalhadores não qualificados	4,1	689 €	680 €

Fonte: INE: Salário médio, líquido, em Portugal e na área Metropolitana de Lisboa (dados atualizados em agosto de 2024).

Para além de concentrarem, no interior das classes com menores recursos, os níveis médios de rendimento líquido mais elevados, estes grupos profissionais distinguem-se também por apresentarem, ainda que sem diferenças muito acentuadas face aos restantes,

²⁹ O INE não disponibiliza esta informação para a região da Grande Lisboa e Península de Setúbal.

maiores níveis de estabilidade no emprego, particularmente no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (Quadro 7.11).

Este dado introduz um elemento adicional de compreensão: não é apenas o nível de rendimento que importa na viabilização da prática desportiva, mas também a previsibilidade e continuidade desses rendimentos. A estabilidade laboral, mesmo que relativa, tende a reduzir a incerteza associada à gestão do orçamento familiar, criando condições mais favoráveis ao investimento em atividades como o desporto federado, que implicam custos regulares e prolongados no tempo.

Deste modo, a presença dominante destes grupos profissionais entre as famílias analisadas sugere que o acesso ao andebol não depende exclusivamente de níveis elevados de capital económico, mas antes de uma combinação entre rendimento e estabilidade, ainda que situados em patamares intermédios. Trata-se, assim, de uma base social que, não sendo privilegiada, se encontra relativamente protegida face às formas mais intensas de precariedade, o que contribui para explicar a sua maior representação neste universo desportivo.

Quadro 7.11 – Tipo de contrato de trabalho, por grupo da CPP

Grupo Profissional	Portugal		Área metropolitana de Lisboa	
	Contrato a Termo %	Contrato Sem Termo %	Contrato a Termo %	Contrato Sem Termo %
4 – Pessoal administrativo	14,3	84,0	15,8	82,2
5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança	16,9	80,5	19,5	77,2
6 – Agricultores e trabalhadores qualificados...	15,8	77,9	21,7	71,7
7 – Trabalhadores qualificados da indústria, ...	13,7	84,2	15,1	79,7
8 – Operadores de instalações e máquinas ...	13,5	85,0	17,3	79,1
9 – Trabalhadores não qualificados	19,2	73,7	18,8	72,8

Fonte: INE Inquérito ao Emprego³⁰

Os dados analisados apontam para um padrão socialmente seletivo na participação desportiva: entre os jovens oriundos de famílias com menores recursos, são aqueles cujos pais ocupam posições intermédias, caracterizadas por níveis salariais relativamente mais elevados e maior estabilidade laboral, que surgem mais representados nos clubes estudados e, por conseguinte, na prática do andebol.

³⁰ O somatório das percentagens não corresponde a 100% uma vez que não estão contemplados os dados referentes a outra tipologia de contrato. Os dados não são apresentados porque não estão disponíveis para a região da AML.

Este resultado sugere a existência de um limiar socioeconómico implícito, a partir do qual a participação se torna mais viável. Inversamente, os jovens provenientes de famílias inseridas em segmentos ocupacionais menos valorizados ou marcados por maior precariedade tendem a apresentar uma presença mais reduzida, o que poderá refletir a persistência de barreiras estruturais no acesso ao desporto federado (Pinto & Amorim, 2002; Comissão Europeia, 2007; Holt et al., 2011; Coakley e Pike, 2014; Marivoet, 2014a, 2014c, 2016b; Török, 2018; DGEEC, 2020; Nagel, Elmoose-Østerlund, Ibsen et al., 2020).

Neste sentido, a menor expressão de jovens oriundos de famílias com profissões de reduzida valorização económica não deve ser interpretada como um fenómeno contingente, mas antes como a manifestação de constrangimentos estruturais mais amplos. Mesmo em modalidades desportivas coletivas, frequentemente associadas a funções de socialização e integração, o acesso não se revela plenamente democrático, sendo condicionado por desigualdades pré-existentes no plano socioeconómico.

Contudo, as desigualdades observadas não se esgotam na dimensão estritamente socioeconómica. A participação desportiva é igualmente atravessada por outras clivagens sociais, entre as quais se destacam as relacionadas com a etnia e a nacionalidade, cuja análise permite aprofundar a compreensão dos mecanismos de diferenciação presentes no acesso ao desporto federado.

A análise da relação entre etnia e participação desportiva em Portugal confronta-se, desde logo, com uma limitação estrutural: a quase inexistência de dados administrativos que permitam caracterizar a população com base na pertença étnica. Esta lacuna dificulta a construção de referenciais comparativos entre a composição étnico-racial dos clubes desportivos, e, em particular, dos jovens andebolistas aqui analisados e a sociedade portuguesa no seu conjunto.

Um avanço relevante neste domínio foi dado pelo Instituto Nacional de Estatística com a realização, em 2023, do Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente. Este estudo teve como objetivo “caracterizar a diversidade da população residente em Portugal, com enfoque na sua pertença/identificação étnica (...)”. (INE, 2023a, p. 2), articulando essa informação com variáveis como a naturalidade, a ascendência e os percursos migratórios. A recolha baseou-se na autodeclaração dos indivíduos, abrangendo a população entre os 18 e os 74 anos.

Os resultados apontam para uma predominância muito significativa do grupo étnico branco (6,4 milhões de indivíduos), seguido, a larga distância, pelos grupos negro (169,2 mil) e asiático (56,6 mil). Quando se observa especificamente o escalão etário mais jovem considerado no inquérito (18–34 anos), verifica-se que 94,7% dos indivíduos se identificam com a etnia europeia, 4,1% com a africana e 1,4% com a asiática (INE, 2023a). Estes valores.

Se nos focarmos apenas nos dados referentes ao escalão etário mais baixo do questionário³¹, que abrange indivíduos dos 18 aos 34 anos, verificamos que 94,7% se identificam com a etnia europeia, 4,1% com a africana e 1,4% com a asiática. Estes indicadores são meras referências para podermos ter um fator de comparabilidade com os dados por nós obtidos sobre os jovens andebolistas.

Com efeito, os dados recolhidos junto dos jovens andebolistas revelam que 83,9% se identificam como pertencentes à etnia europeia, 16% à etnia africana e 0,2% à etnia asiática. A discrepância mais significativa verifica-se na sobrerrepresentação de jovens de origem africana nos clubes estudados, quando comparada com a sua expressão na população em geral.

Apesar das limitações inerentes ao indicador utilizado, nomeadamente a ausência de autodeclaração, estes resultados sugerem que os clubes analisados apresentam, em termos globais, um grau de diversidade étnico-racial superior ao observado na sociedade portuguesa. Ainda que a etnia europeia permaneça dominante, apenas um dos clubes é composto exclusivamente por jovens desse grupo³². Nos restantes, observa-se uma presença variável de outras etnias: em dois clubes, essa presença ultrapassa os 5%; em dois, atinge ou supera os 10%; em cinco, excede os 20%; e, num caso, ultrapassa os 30% (Figura 7.1).

Neste panorama, o clube Assomada destaca-se como um caso singular. Com 83,3% de jovens de origem africana, aproximando-se do que é definido por Elling et. al. (2001) enquanto integração estrutural inversa. Ou seja, um grupo social minoritário está representado de forma majoritária no clube. Esta especificidade está diretamente articulada com a génese e missão do clube, que assume um perfil de intervenção social. Enquanto instituição com estatuto de IPSS, foi criado com o propósito explícito de promover a integração de jovens de origem africana, maioritariamente do sexo feminino e provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos, com particular incidência em comunidades cabo-verdianas.

Para além deste caso, outros clubes, como o SIMPS, o AC Cacém, o Boa Hora FC, o SL Benfica, a Naval Setubalense e o Pinhal de Frades, apresentam igualmente proporções significativas de jovens de origem africana, superiores a 20%. Já a presença de jovens de origem asiática é residual, sendo identificada apenas num dos clubes analisados (Naval Setubalense).

Os dados sugerem que, embora o acesso ao desporto federado permaneça socialmente condicionado, como evidenciado na análise das classes sociais, os clubes podem constituir

³¹ Os escalões etários dos indivíduos inquiridos pelo INE não coincidem com os dos jovens inquiridos no âmbito desta tese, pelo que utilizamos como fator de comparação, com os dados por nós obtidos, apenas o escalão etário mais baixo do questionário do INE.

³² Importa notar que nos estamos apenas a referir aos jovens inquiridos, podendo os clubes ter uma maior representatividade étnica, designadamente em escalões etários que não foram por nós considerados.

espaços de relativa abertura no plano étnico-racial, acolhendo uma diversidade superior à observada na sociedade em geral. Esta aparente abertura, contudo, deve ser interpretada com cautela, à luz das limitações metodológicas e das dinâmicas específicas de cada contexto associativo.

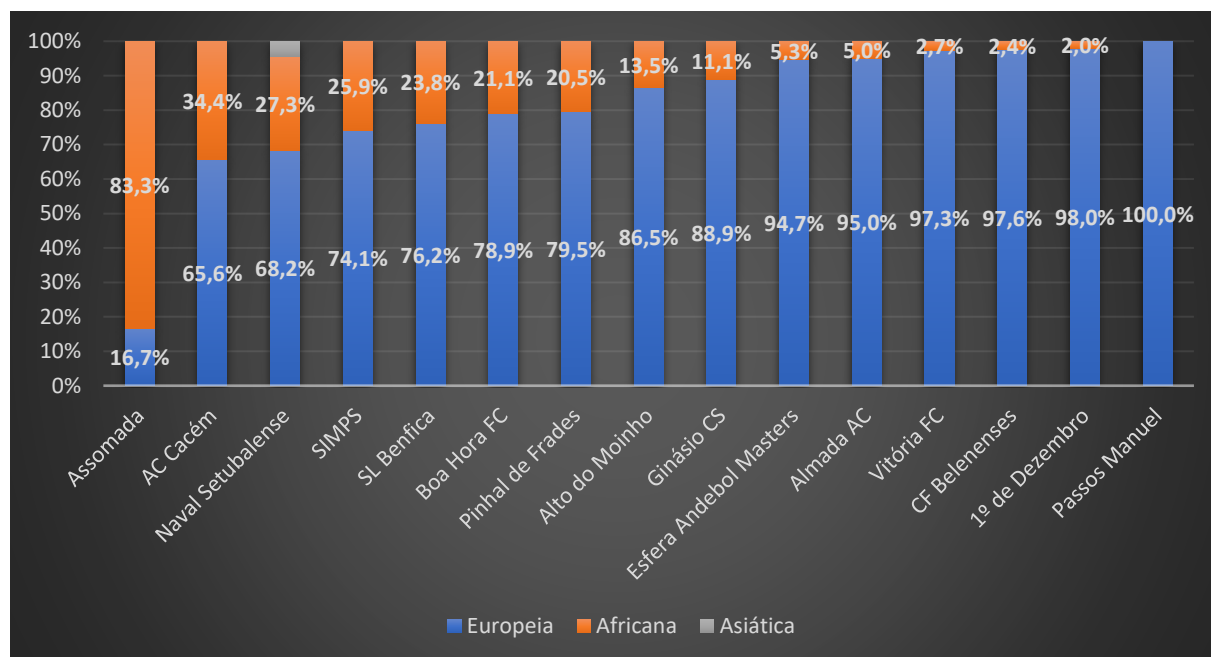


Figura 7.1 – Grupos étnicos por clube

O cruzamento entre a etnia dos jovens inquiridos e os lugares de classe das respetivas famílias revela padrões de distribuição social que remetem para desigualdades estruturais persistentes. No caso dos indivíduos de etnia africana, observa-se uma concentração significativa em classes de menores recursos, que representam cerca de 68,7% do total.

Embora se registe a presença de 22% destas famílias na classe dos Profissionais Técnicos de Enquadramento (PTE), e uma proporção conjunta de 31,3% nas classes EDL e PTE, o padrão dominante aponta para uma inserção mais frequente em posições socialmente menos favorecidas. Este resultado sugere que, apesar de existirem trajetórias de mobilidade ou de integração em segmentos mais qualificados, subsistem constrangimentos estruturais que limitam o acesso destas famílias a posições de maior acumulação de recursos.

Por sua vez, a etnia asiática, com uma expressão residual no universo em análise, encontra-se representada exclusivamente na classe dos Trabalhadores Independentes (TI).

Em contraste, a etnia europeia, claramente dominante na amostra, evidencia uma forte concentração nas classes mais favorecidas. As famílias inseridas nas categorias EDL (28%) e PTE (47,9%) totalizam 75,9%, traduzindo uma elevada acumulação de recursos económicos, culturais e sociais. As classes de menores recursos representam, neste grupo, apenas 24,1%, o que reforça a assimetria observada.

No seu conjunto, estes dados evidenciam que a variável étnica, articulada com a posição de classe, continua a desempenhar um papel relevante na estruturação das oportunidades sociais. Ainda que o desporto possa constituir um espaço de contacto e potencial integração, os padrões observados sugerem que ele não escapa, de forma significativa, às desigualdades que atravessam a sociedade em geral.

Quadro 7.12 – Distribuição étnica pelas diferentes classes sociais (% em coluna)

Etnia	Lugar de Classe Familiar							Total
	EDL	PTE	TI	Tipl	EE	O	Aepl	
Europeia	28,0	47,9	0,8	3,0	7,8	1,5	11,0	100,0
Africana	9,3	22,0	0,0	5,9	20,9	6,9	35,0	100,0
Asiática	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Se analisarmos a distribuição das famílias das três etnias pelos diferentes grupos profissionais (Quadro 7.13), torna-se evidente a existência de uma estrutura fortemente segmentada, onde etnia e posição ocupacional se articulam de forma sistemática.

Desde logo, destaca-se a predominância clara de indivíduos de etnia europeia nos grupos profissionais de maior prestígio, aqueles associados a funções de direção, poder organizacional e especialização técnico-científica. Nestes segmentos, a presença de indivíduos de etnia africana é residual, o que reforça a leitura anteriormente avançada. Ou seja, as classes socialmente mais favorecidas continuam a ser maioritariamente compostas por indivíduos de etnia europeia.

Em sentido inverso, os indivíduos de etnia africana concentram-se sobretudo em ocupações de menor valorização económica e social. A sua presença é particularmente significativa em grupos como os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança (33%), os trabalhadores qualificados da indústria (18,6%) e, ainda que em menor grau, os trabalhadores não qualificados (5,8%). Este padrão confirma a inserção dominante destas famílias em segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho, frequentemente associados a menores rendimentos, maior instabilidade e menor reconhecimento social.

A etnia asiática, por sua vez, apresenta uma expressão residual no conjunto dos grupos profissionais, surgindo praticamente ausente na maioria deles, com exceção do grupo 5 (serviços pessoais, proteção e segurança). A reduzida dimensão deste subgrupo no universo em análise recomenda prudência interpretativa, ainda que a sua distribuição sugira uma inserção também periférica na estrutura ocupacional.

Nos grupos intermédios, designadamente o pessoal administrativo e os técnicos e profissionais de nível intermédio, observa-se uma diversidade étnica relativamente maior, ainda que a etnia europeia mantenha uma posição dominante. No caso do pessoal

administrativo, os indivíduos de etnia europeia representam 12,0%, face a 8,1% de etnia africana; entre os técnicos e profissionais de nível intermédio, os valores situam-se em 15,2% e 10,4%, respetivamente. Estes segmentos parecem, assim, configurar espaços de alguma abertura relativa, ainda que insuficiente para alterar o padrão global de desigualdade.

No seu conjunto, esta segmentação entre etnia e estrutura profissional evidencia a persistência de barreiras estruturais à mobilidade social dos indivíduos de etnias não europeias. Mais do que uma simples distribuição desigual, trata-se de um padrão que traduz mecanismos de reprodução das desigualdades, nos quais o acesso a posições mais valorizadas permanece diferencialmente condicionado.

Estas dinâmicas têm implicações que extravasam o campo laboral, projetando-se também no acesso a outras esferas da vida social, incluindo o desporto. Assim, as desigualdades observadas no plano socioeconómico tendem a refletir-se nas oportunidades de participação desportiva, contribuindo para a reprodução de diferenças sociais preexistentes.

Quadro 7.13 – Distribuição étnica pelos diferentes grupos profissionais (% em coluna)

Etnia	Grupos Profissionais Familiares									Total
	Representantes do Poder Legislativo e Executivo, Diretores e Gestores Executivos	Especialistas de Atividades Intelectuais e Científicas	Técnicos e Prof. de Nível Intermédio	Pessoal administrativo	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança	Agricultores e trabalhadores qualificados...	Trabalhadores qualificados da indústria, ...	Operadores de instalações e máquinas ...	Trabalhadores não qualificados	
Europeia	12,6	44,0	15,2	12,0	12,1	0,6	1,5	1,5	0,5	100,0
Africana	3,4	15,1	10,4	8,1	33,0	1,0	18,6	4,6	5,8	100,0
Asiática	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

O mesmo padrão de desigualdade observa-se ao nível do capital escolar. Os pais de etnia africana representam apenas 7,8% do total de indivíduos com formação superior, evidenciando uma presença claramente minoritária nos segmentos mais qualificados. Este dado reforça a leitura anterior, segundo a qual a distribuição desigual de recursos, neste caso, educativos, acompanha e reproduz clivagens de natureza étnica e social.

A análise da nacionalidade permite acrescentar uma outra camada interpretativa. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, relativos aos Censos de 2021³³, residiam na região da Grande Lisboa e da Península de Setúbal 410.741 indivíduos com idades compreendidas entre os 10 e os 24 anos, dos quais 48.330 eram de nacionalidade estrangeira, correspondendo a 11,8% do total³⁴.

³³ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012294&contexto=bd&selTab=tab2 , dados atualizados em março de 2024.

³⁴ O INE não disponibilizou informação com base em escalões etários correspondentes aos dos jovens por nós inquiridos.

Quando confrontados com os dados recolhidos no âmbito deste estudo, estes valores revelam um desfasamento significativo. Nos clubes analisados, apenas 5,4% dos jovens praticantes de andebol possuem nacionalidade estrangeira³⁵, ou seja, menos de metade da proporção observada na população residente da mesma faixa etária. Entre estes, destacam-se os jovens oriundos de países africanos (3,3%) e do Brasil (1,3%), sendo residual a presença de indivíduos de outras origens (0,8%), nomeadamente europeias e asiáticas. Refira-se ainda que a maioria destes jovens reside em Portugal há mais de cinco anos, o que sugere trajetórias de relativa estabilização no país de acolhimento.

Este desfasamento aponta para uma sub-representação dos jovens estrangeiros no universo do andebol federado, particularmente relevante num contexto regional marcado por uma significativa diversidade populacional. Por outro lado, o cruzamento entre etnia e nacionalidade revela que estas dimensões não se sobrepõem de forma linear: a esmagadora maioria dos jovens, independentemente da sua pertença étnica, possui nacionalidade portuguesa.

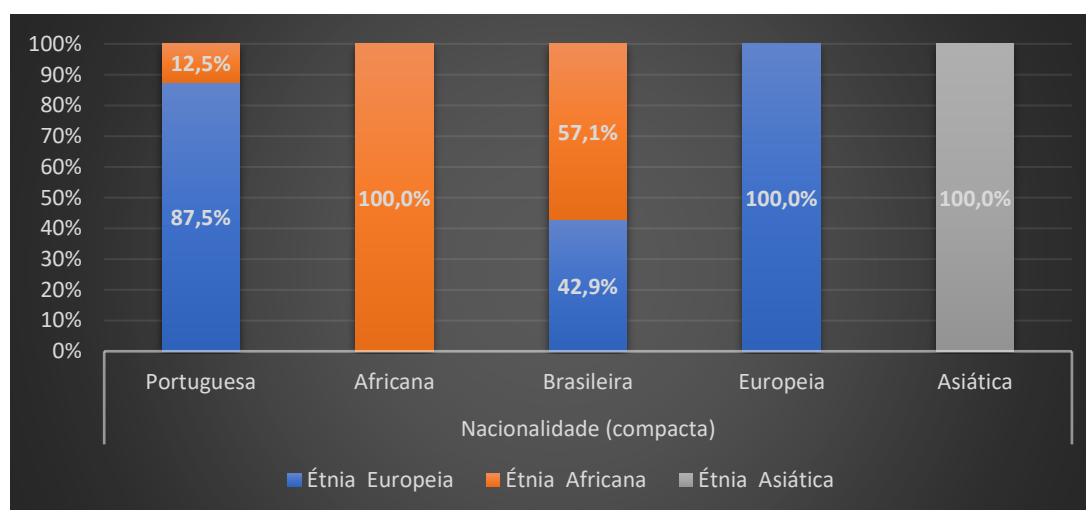


Figura 7.2 – Nacionalidade dos jovens vs grupo étnico

Os resultados permitem, assim, delinear uma conclusão com alguma consistência: enquanto a diversidade étnica observada nos clubes de andebol tende a superar a verificada na sociedade em geral, o mesmo não se verifica no que respeita à nacionalidade, onde se identifica uma sub-representação de jovens estrangeiros.

Estes resultados confirmam o que vários autores constataram. Como sublinham Walseth (2006) e Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et al. (2020), a participação de imigrantes em atividades desportivas tende a ser inferior à da população em geral, particularmente no caso

³⁵ A nacionalidade dos jovens foi recolhida tendo por referência o seu país de origem, contudo, para uma análise mais geral as nacionalidades foram compactadas nas seguintes categorias: portuguesa, europeia, africana, brasileira e asiática.

dos indivíduos de primeira geração. Os dados recolhidos neste estudo estão alinhados com estas evidências, sugerindo que o desporto federado, apesar do seu potencial integrador, não escapa a dinâmicas de exclusão ou de menor acessibilidade para determinados grupos.

Por outro lado, a análise evidencia a não coincidência entre etnia e nacionalidade enquanto categorias analíticas. A ausência de uma relação direta entre ambas confirma a sua natureza distinta: indivíduos com a mesma nacionalidade podem inscrever-se em diferentes pertenças étnicas, tal como indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico podem apresentar nacionalidades diversas.

Esta dissociação reforça a necessidade de uma abordagem multidimensional na análise dos processos de integração social, evitando leituras simplificadoras e permitindo captar a complexidade das trajetórias individuais e familiares no interior do campo desportivo.

Para além das desigualdades associadas à classe social, à etnia e à nacionalidade, os dados evidenciam igualmente a persistência de assimetrias relevantes no que respeita ao género. Como tem vindo a ser assinalado ao longo desta tese, a participação feminina no desporto permanece marcada por desigualdades estruturais persistentes, quer no contexto nacional, quer no plano internacional (Elling et al., 2001; Coakley & Pike, 2014; Török, 2018; Elmoose-Østerlund et al., 2019).

Os dados globais sobre prática desportiva apontam, de forma consistente, para uma predominância masculina, tendência que os resultados do presente estudo confirmam de forma inequívoca: entre os jovens inquiridos, 36,5% são do sexo feminino, face a 63,5% do sexo masculino.

Este padrão revela-se em linha com os dados divulgados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) para o ano de 2024, relativos ao universo de praticantes de andebol, onde as mulheres representam 31% e os homens 69%. Ainda assim, os resultados aqui obtidos mostram-se ligeiramente menos favoráveis à participação feminina quando comparados com os dados globais de todas as modalidades desportivas, nos quais a proporção de mulheres atinge os 33%.

Embora a maioria dos clubes analisados apresente uma composição mista, com presença de praticantes de ambos os sexos, subsistem situações de segregação total: alguns clubes são exclusivamente femininos, enquanto outros são exclusivamente masculinos. Nos contextos mistos, a predominância masculina mantém-se como traço dominante, sendo os rapazes maioritários em todos os casos observados.

A única exceção relevante a este padrão é o Sport Lisboa e Benfica, onde a diferença entre sexos é relativamente reduzida, cerca de 8%, ainda assim favorável aos indivíduos do sexo masculino. Não dispondo de evidência empírica direta que permita explicar esta particularidade, é possível, contudo, avançar algumas hipóteses interpretativas: a maior capacidade de atração do clube, a disponibilidade de infraestruturas que permitem uma oferta

mais equilibrada, a robustez financeira que facilita o recrutamento alargado, incluindo a captação de atletas de outras regiões ou do estrangeiro, e, não menos importante, a eventual existência de uma estratégia institucional deliberada de promoção do andebol feminino.

No seu conjunto, estes dados reforçam a ideia de que, apesar de avanços registados nas últimas décadas, a participação desportiva continua a refletir desigualdades de género estruturais, cuja superação depende não apenas de dinâmicas internas ao campo desportivo, mas também de transformações sociais mais amplas.

Quadro 7.14 – Distribuição dos praticantes por sexo e por clube

Clubes	Sexo	
	Feminino	Masculino
1º de Dezembro	30,0%	70,0%
AC Cacém	25,0%	75,0%
Almada AC	7,5%	92,5%
Alto do Moinho	0,0%	100,0%
Assomada	100,0%	0,0%
Boa Hora FC	26,3%	73,7%
CF Belenenses	0,00%	100,0%
Esfera Andebol Masters	23,7%	76,3%
Ginásio CS	100,0%	0,0%
Naval Setubalense	27,3%	72,7%
Passos Manuel ³⁶	100,0%	0,0%
Pinhal de Frades	25,0%	75,0%
SIMPS	100,0%	0,0%
SL Benfica	46,0%	54,0%
Vitória FC	21,6%	78,4%

7.3. INTEGRAÇÃO SÓCIO CULTURAL E AFETIVA

Para além da caracterização da origem e do perfil social dos jovens, assente, sobretudo, na classe social, no capital escolar das famílias e em variáveis como etnia, nacionalidade e sexo, o questionário permitiu aceder a outras dimensões relevantes para a compreensão dos processos de integração. Importa agora explorar indicadores que permitam apreender não apenas as condições de acesso ao desporto, mas também os modos como os jovens se relacionam com os clubes e com os outros praticantes. Neste sentido, procurou-se

³⁶ O clube Passos Manuel tem praticantes de ambos os sexos apenas até ao escalão de sub-14. O facto de não terem sido inquiridos indivíduos do sexo masculino — decorrente da opção metodológica de estabelecer a idade mínima de 14 anos para os jovens inquiridos e da inexistência de equipas masculinas no clube a partir dos escalões etários superiores — poderá introduzir algum viés na análise da composição social e étnico-racial dos praticantes deste clube.

igualmente analisar a influência dos contextos familiares na relação dos jovens com o desporto, nomeadamente através da identificação de práticas desportivas entre familiares, atuais ou passadas, e do grau de envolvimento parental. Esta dimensão permite explorar, de forma mais granular, os mecanismos de reprodução social que atravessam o campo desportivo, designadamente na orientação das escolhas e na continuidade das trajetórias.

O enquadramento analítico mobilizado apoia-se no modelo de Elling et al. (2001), já detalhado anteriormente, que distingue várias dimensões da integração dos jovens no desporto. Para além da integração estrutural, operacionalizada através dos indicadores de classe familiar e escolaridade dos progenitores, os autores destacam as dimensões sociocultural e socioafetiva, que assumem aqui particular relevância.

A dimensão sociocultural foi analisada com base nos indicadores já discutidos, etnia, nacionalidade³⁷ e sexo, enquanto a dimensão socioafetiva foi operacionalizada através de um conjunto de variáveis que procuram captar a qualidade das relações estabelecidas no contexto desportivo. Entre estas incluem-se a formação de laços de amizade, a participação em atividades promovidas pelos clubes para além dos treinos e competições, a intenção de permanência no clube, o tempo de prática da modalidade e a intensidade da participação. Acrescem ainda indicadores relativos ao envolvimento dos pais, permitindo articular esta dimensão com os contextos familiares de origem.

Vários autores destacam o papel do desporto na construção de relações sociais significativas. Estudos como os de Elling et al. (2001), Abrantes (2011), van der Roest et al. (2017), Török (2018) ou Elmoose-Østerlund et al. (2019) destacam a centralidade das interações desenvolvidas em contexto desportivo na formação de laços de amizade e na integração social dos jovens.

No plano empírico, esta dinâmica encontra uma explicação plausível nas próprias características da prática desportiva. A regularidade dos treinos e competições, a partilha de objetivos comuns, a necessidade de cooperação e o envolvimento emocional associado à vitória, à derrota ou à superação de dificuldades constituem condições particularmente favoráveis à construção de vínculos interpessoais. Estes laços, muitas vezes, extravasam o espaço estritamente desportivo, adquirindo uma dimensão mais duradoura e significativa.

Num plano mais amplo, o desporto pode funcionar como um espaço de interseção entre diferentes universos sociais, promovendo o contacto entre jovens de distintas origens sociais, culturais e étnicas. Neste sentido, configura-se como uma potencial interface de integração, particularmente relevante em contextos marcados por crescente diversidade. Ainda assim, como alertam Elling et al. (2001), este potencial não é isento de ambivalências, podendo

³⁷ A nacionalidade dos jovens foi recolhida tendo por base a indicação do país de origem e, posteriormente, foi criado um indicador que agrupa as diversas nacionalidades em cinco categorias: portuguesa, europeia, brasileira, africana e asiática.

coexistir com dinâmicas de exclusão, nomeadamente através da reprodução de estereótipos, xenofobia ou racismo.

Os dados recolhidos permitem sustentar empiricamente a centralidade do desporto na formação de redes de sociabilidade juvenil. Para 50% dos jovens inquiridos, o desporto constitui o principal espaço de criação de amizades, superando a escola, que surge em segundo lugar (45%). Este resultado evidencia a relevância do contexto desportivo enquanto espaço relacional privilegiado.

Importa ainda sublinhar que estas redes de amizade não se circunscrevem ao clube de pertença. Entre os jovens que referem ter mais amizades no andebol do que noutros contextos, uma maioria significativa (60,6%) indica que esses laços são construídos não apenas no interior do clube, mas também em interação com atletas de outros clubes. Este dado sugere que a lógica competitiva inerente ao desporto não constitui, necessariamente, um obstáculo à construção de relações sociais, podendo, pelo contrário, coexistir com formas alargadas de sociabilidade que atravessam fronteiras institucionais.

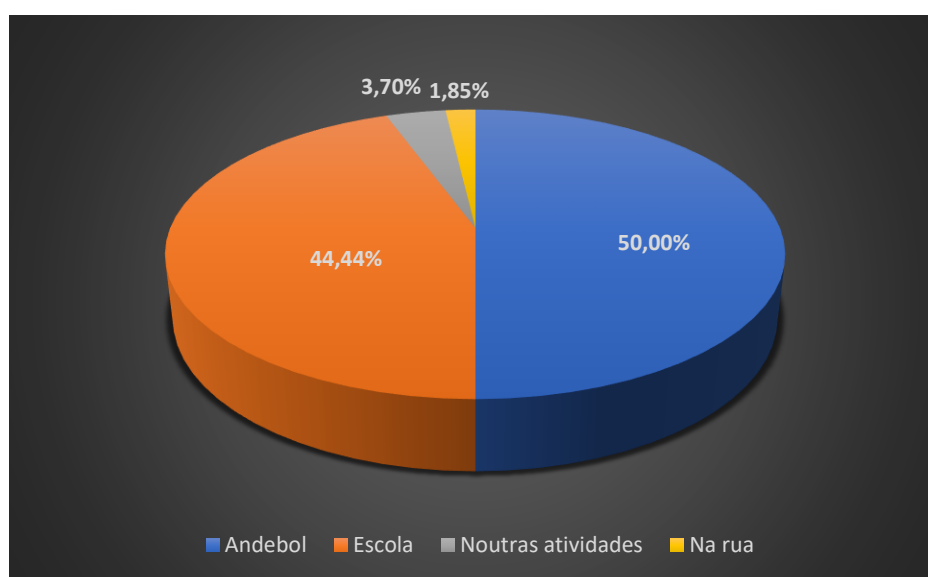


Figura 7.3 – Espaços de formação de laços de amizade

A participação dos jovens em atividades promovidas pelos clubes para além do treino e da competição constitui um indicador particularmente expressivo do seu grau de envolvimento socioafetivo. Estas práticas revelam uma relação que ultrapassa a dimensão estritamente desportiva, traduzindo uma ligação mais profunda ao clube enquanto espaço de pertença e sociabilidade.

Com efeito, este tipo de envolvimento cria oportunidades adicionais de interação entre atletas, treinadores, dirigentes e restantes membros da comunidade desportiva, reforçando vínculos interpessoais e consolidando um sentimento de integração. Mais do que momentos acessórios, estas atividades funcionam como dispositivos de coesão, contribuindo para a

construção de relações duradouras e para a inscrição dos jovens numa rede social alargada. Neste sentido, o clube afirma-se não apenas como um espaço de prática desportiva, mas como um contexto de socialização estruturante, onde se cruzam dimensões de desenvolvimento pessoal, relacional e cívico (Marivoet, 2016b; Ekholm, 2019; Török, 2018; Zwahlen et al., 2018).

Vários autores têm sublinhado que a participação nestas dinâmicas constitui uma via relevante de produção de capital social, com efeitos que extravasam o campo desportivo. Como referem Marivoet (2016b) e Russo (2019), estas experiências potenciam a aquisição de competências relacionais, o alargamento de redes de contacto e a interiorização de normas de cooperação, fatores que podem facilitar a integração dos jovens em outros contextos sociais. Os dados empíricos recolhidos corroboram esta leitura de forma inequívoca. A esmagadora maioria dos jovens inquiridos (93,3%) refere participar regularmente em atividades promovidas pelos clubes. Estas incluem um leque diversificado de funções e iniciativas: apoio ao treino de escalões mais jovens, colaboração durante jogos de outras equipas do clube, apoio aos treinos, desempenho de funções como oficiais de mesa ou árbitros em contextos informais, participação na organização de eventos e torneios, registo vídeo de jogos, bem como apoio logístico em espaços como o bar do clube.

Esta multiplicidade de envolvimento evidencia que os jovens não se posicionam apenas como praticantes, mas também como agentes ativos na vida do clube. Tal participação reforça o sentido de responsabilidade, promove a autonomia e consolida o sentimento de pertença a uma comunidade. No seu conjunto, estes resultados permitem afirmar que os clubes analisados se configuram como espaços relevantes de socialização, partilha e construção de vínculos afetivos. Para além do desenvolvimento desportivo, desempenham um papel relevante na formação de redes sociais e na aprendizagem de competências relacionais fundamentais, como o trabalho em equipa, a cooperação e a confiança — dimensões particularmente salientes num desporto coletivo como o andebol (Østerlund e Seippel, 2014).

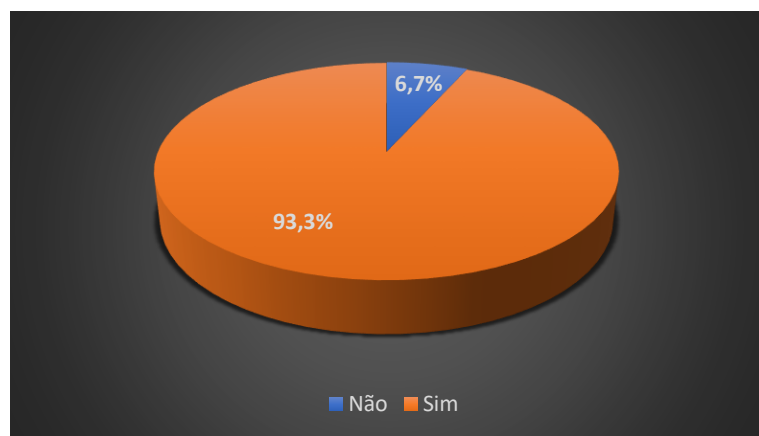


Figura 7.4 – Participação dos jovens em atividades promovidas pelos clubes

A formação de vínculos emocionais e afetivos com os clubes expressa a ideia de que estes são também locais onde os jovens constroem identidades e desenvolvem um forte sentimento de pertença. Estes vínculos resultam da combinação da partilha de valores e do estabelecimento de relações de proximidade (Østerlund e Seippel, 2014; Ekhol, 2019; Russo, 2019).

No contexto do nosso estudo, os dados recolhidos junto dos jovens inquiridos corroboram a relevância destes vínculos. A esmagadora maioria dos jovens (76%) referiu não querer mudar de clube, o que constitui um indicador claro da ligação emocional que desenvolveram com o clube que representam.

Este resultado reflete a perceção de que o clube é um local onde se sentem valorizados, integrados e apoiados. Além disso, o facto de os clubes serem um importante espaço de socialização e o lugar onde têm mais amigos são fatores que consideramos determinante para os resultados obtidos.

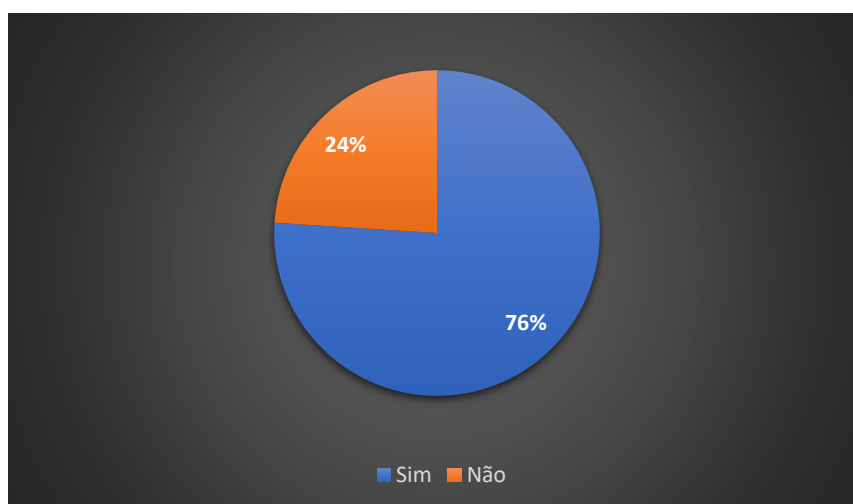


Figura 7.5 – Vontade dos jovens em permanecer no clube

No caso dos jovens, o potencial do desporto enquanto agente de socialização e integração não se manifesta de forma imediata, nem automática. Como sublinham diversos estudos (Holt et al., 2011; Elmoose-Østerlund et al., 2019; Nagel, Elmoose-Østerlund, Zwahlen et al., 2020), os seus efeitos tornam-se visíveis sobretudo quando a participação ocorre de forma consistente, continuada e prolongada no tempo.

É no quadro dessa continuidade que o espaço desportivo se transforma num contexto privilegiado de aprendizagem social. A interação regular em treinos, jogos e atividades paralelas, proporciona condições favoráveis ao desenvolvimento de competências relacionais e à consolidação de vínculos interpessoais. Contudo, estes processos não são instantâneos: resultam de uma acumulação progressiva de experiências, de práticas reiteradas e de rituais quotidianos que permitem aos jovens interiorizar valores como a cooperação, o respeito e a resiliência.

O tempo assume, assim, um papel estruturante. É através da permanência e da repetição que o desporto deixa de ser uma atividade episódica para se afirmar como um espaço de referência na vida dos jovens. Só neste quadro de continuidade é possível que a prática desportiva adquira uma densidade social e simbólica que ultrapassa a sua dimensão física, contribuindo para a construção de identidades e para a consolidação de pertenças.

A maioria dos jovens inquiridos (52,6%) apresenta mais de cinco anos de prática desportiva, um valor particularmente significativo tendo em conta que a idade dos participantes se situa entre os 14 e os 20 anos. Este dado sugere trajetórias de envolvimento relativamente estáveis e prolongadas, criando condições propícias à produção dos efeitos socializadores e integradores. Só assim o desporto se transforma em algo mais profundo do que uma simples atividade física.

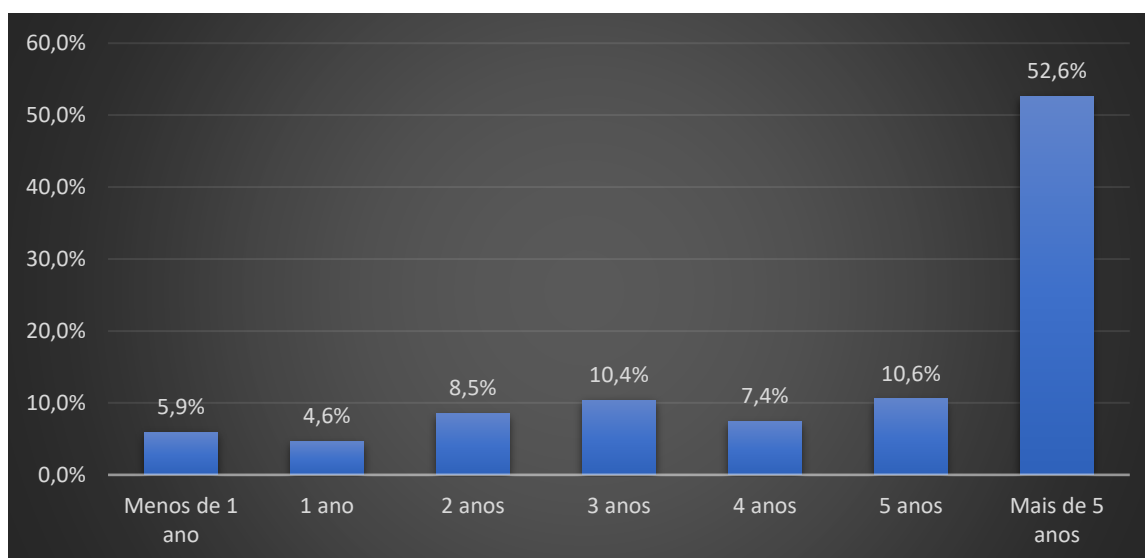


Figura 7.6 – Tempo de prática de andebol por parte dos jovens inquiridos

O Quadro 7.15, ao relacionar a idade dos atletas com o respetivo tempo de prática de andebol, permite aprofundar a análise da continuidade das trajetórias desportivas. Desde logo, destaca-se que uma proporção significativa de jovens com 14 anos — 25,4% — já acumula mais de cinco anos de prática, evidenciando uma entrada precoce na modalidade e uma permanência sustentada ao longo do tempo. Esta tendência acentua-se progressivamente com o aumento da idade, revelando percursos marcados por estabilidade e continuidade.

Estes dados assumem particular relevância sociológica, na medida em que não apenas traduzem o grau de compromisso dos jovens com a prática desportiva, mas também reforçam a centralidade do tempo enquanto fator estruturante dos processos de socialização e integração. A permanência prolongada no contexto desportivo potencia a consolidação de

rotinas, a interiorização de normas e a construção de vínculos duradouros, conferindo ao desporto um lugar significativo na organização das trajetórias juvenis.

Se a duração da prática constitui um indicador relevante, a sua regularidade, expressa na frequência semanal de treinos, jogos e outras atividades, surge igualmente como uma dimensão essencial. É através desta repetição sistemática que o clube se inscreve no quotidiano dos jovens, configurando-se como um espaço de ocupação regular do tempo e de investimento continuado.

Assim, a conjugação entre continuidade e regularidade permite distinguir o desporto federado de formas mais informais de prática. No contexto federado, a participação implica um compromisso estruturado, assente no cumprimento de horários, regras e objetivos coletivos. Os jovens não são apenas praticantes ocasionais, mas membros de uma equipa e de uma organização, o que pressupõe níveis acrescidos de responsabilidade, cooperação e dedicação. É precisamente esta densidade organizacional que contribui para reforçar o potencial socializador do desporto, transformando-o num espaço privilegiado de aprendizagem e integração.

Quadro 7.15 - Tempo de prática de andebol, por idade dos praticantes (% em linha)

Idade dos Atletas	Tempo de Prática de Andebol							Total
	Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Mais de 5 anos	
14 anos	13,6	10,2	15,3	14,4	13,6	7,6	25,3	100,0
15 anos	8,9	6,9	13,9	13,9	3	18,8	34,6	100,0
16 anos	3,8	1,9	5,7	9,4	9,4	11,3	58,5	100,0
17 anos	1,9	1,9	3,9	7,8	3,9	9,7	70,9	100,0
18 anos	0,0	1,6	1,6	9,5	6,3	11,1	69,9	100,0
19 anos	3,0	3,0	9,1	3,0	6,1	0,0	75,8	100,0
20 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	93,7	100,0
Total	5,9	4,6	8,5	10,4	7,4	10,6	52,6	100,0

Ao contrário do desporto recreativo, marcado por uma lógica mais espontânea e desprovida de compromissos formais, o desporto federado inscreve-se num quadro organizacional estruturado, assente em regras, horários e responsabilidades partilhadas. É precisamente esta estrutura que favorece não apenas a regularidade da prática, mas também a consolidação de vínculos interpessoais mais densos e duradouros.

A análise dos dados relativos à frequência semanal de treinos confirma a intensidade desse envolvimento: a larga maioria dos jovens (86,8%) treina entre três e quatro vezes por semana. Se a este volume de prática se acrescentar, de forma conservadora, a participação em pelo menos um jogo semanal, conclui-se que estes jovens mantêm contacto com o clube

em quatro a cinco dias por semana³⁸. Este valor não inclui, ainda, o tempo dedicado a atividades extracurriculares promovidas pelos clubes, o que reforça a ideia de uma presença quase quotidiana do contexto desportivo nas suas rotinas. O clube emerge, assim, como um espaço central de organização do tempo juvenil.

Neste quadro, o papel da família — e, em particular, dos pais — revela-se decisivo, quer no acesso inicial à prática desportiva, quer na sua continuidade ao longo do tempo. Diversos estudos têm vindo a sublinhar a crescente centralidade do envolvimento parental no desporto juvenil, associando-o a transformações mais amplas nos modelos de parentalidade. Stefansen et al. (2018) destacam, a este propósito, a emergência de formas de parentalidade mais intensivas, nas quais os pais assumem um papel ativo na organização, acompanhamento e supervisão das atividades extracurriculares dos filhos.

Todavia, este envolvimento não se distribui de forma homogênea. Como evidenciam esses estudos, ele encontra-se fortemente condicionado pela posição socioeconómica das famílias. A disponibilidade de recursos financeiros constitui um fator determinante, não apenas para suportar os custos diretos da prática — mensalidades, equipamentos, deslocações —, mas também para garantir condições indiretas, como a gestão do tempo, a estabilidade laboral e a capacidade de prestar apoio logístico e emocional. Neste sentido, o envolvimento parental assume um carácter multidimensional — afetivo, instrumental e diretivo —, como sublinham Teques e Serpa (2013), podendo produzir efeitos diferenciados consoante os contextos em que ocorre.

Os dados empíricos recolhidos ilustram de forma clara esta centralidade da família. A elevada proporção de jovens com familiares que praticaram ou praticam andebol (60,6%) ou outras modalidades (71,9%) sugere a existência de uma forte continuidade intergeracional, onde o desporto se afirma como elemento estruturante das dinâmicas familiares. Trata-se, em certa medida, de uma forma de reprodução simbólica e prática, uma “endogamia desportiva” que contribui para a transmissão de disposições favoráveis à prática³⁹.

Para além disso, o envolvimento parental manifesta-se de forma concreta no acompanhamento das atividades desportivas: 54,6% dos pais asseguram o transporte dos filhos para os jogos e 83% assistem regularmente às competições. Estes dados evidenciam não apenas um investimento logístico, mas também um forte apoio emocional, fundamental para a continuidade da prática.

³⁸ Não recolhemos informação sobre o número de jogos que os jovens efetuam por semana, contudo, vários atletas mencionaram jogar pelo menos 2 jogos, uma vez que participam em competições do seu escalão e do escalão etário superior.

³⁹ As percentagens apresentadas relativas a familiares que praticaram ou praticam andebol (60,6%) e a familiares que praticaram ou praticam outra modalidade (71,9%) não são mutuamente exclusivas, uma vez que os inquiridos puderam assinalar mais do que uma opção. Assim, o mesmo agregado familiar pode estar representado em ambas as categorias, o que explica que a soma ultrapasse os 100%.

Contudo, esta presença parental revela variações significativas quando analisada à luz da etnia e da classe social. No plano étnico, as diferenças são particularmente expressivas: entre as famílias de etnia europeia, 59,8% dos pais transportam os filhos para os jogos, enquanto entre as famílias de etnia africana esse valor se reduz para 27,9%. De igual modo, 87,5% das famílias europeias assistem regularmente aos jogos, face a 58,1% das famílias africanas.

Uma tendência semelhante emerge na análise por classe social. As famílias pertencentes às classes mais favorecidas — EDL e PTE — apresentam níveis mais elevados de envolvimento: 54,4% e 66,8%, respetivamente, asseguram o transporte, enquanto 85,3% e 90,1% assistem aos jogos. Em contraste, as famílias operárias registam os níveis mais baixos, com 38,5% a garantir o transporte e 61,6% a acompanhar regularmente as competições.

Estes padrões confirmam que o envolvimento familiar na prática desportiva não pode ser dissociado das condições estruturais em que se inscreve. Longe de ser uma variável meramente individual ou cultural, reflete desigualdades de recursos que condicionam, de forma direta e indireta, as oportunidades de participação e continuidade dos jovens no desporto federado.

Quadro 7.16 – Envolvimento dos pais na atividade desportiva dos filhos

Classe Social	Transporte para os Jogos %	Assistência aos Jogos %
EDL	54,4	85,3
PTE	66,8	90,1
O	38,5	61,6

Os dados analisados tornam visíveis desigualdades significativas no envolvimento familiar, claramente associadas a fatores económicos, sociais e culturais. As famílias pertencentes a classes mais favorecidas e de etnia europeia tendem a dispor de maiores recursos — financeiros, temporais e organizacionais — que lhes permitem acompanhar de forma mais próxima e consistente a prática desportiva dos jovens.

Em contraste, as famílias de etnia africana e inseridas em classes de menores recursos enfrentam, com maior probabilidade, constrangimentos estruturais que limitam esse envolvimento. Entre estes, destacam-se a menor flexibilidade dos horários de trabalho, a maior incidência de situações de precariedade laboral, as dificuldades económicas e a ausência de meios de transporte próprios. Estes fatores não apenas condicionam o acompanhamento direto, como podem influenciar, de forma mais ampla, a continuidade da prática desportiva.

Neste contexto, o envolvimento familiar emerge como um elemento central na compreensão das trajetórias desportivas dos jovens. Mais do que um fator acessório, ele constitui uma condição estruturante do acesso, da permanência e do sucesso no desporto federado. É neste sentido que, no discurso dos treinadores, surge frequentemente a noção de “treino invisível” — uma dimensão que remete para o conjunto de apoios, rotinas e enquadramentos proporcionados pela família fora do espaço formal de treino.

Vários autores sublinham que a ligação da família ao desporto desempenha um papel determinante, sobretudo em contextos competitivos que exigem regularidade, disciplina e investimento continuado (Pinto & Amorim, 2002; Teques & Serpa, 2013; Török, 2018; Stefansen et al., 2018). Assim, a presença e o suporte familiar, mesmo que muitas vezes não visíveis no terreno, constituem um recurso decisivo, contribuindo para a consolidação das trajetórias desportivas e, simultaneamente, para a reprodução das desigualdades sociais que atravessam este campo.

7.4. CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DOS CLUBES DESPORTIVOS

Antes de encerrar este capítulo com uma síntese dos principais resultados, importa introduzir um último plano de observação, centrado nas configurações sociais dos clubes estudados. Este exercício permite deslocar o olhar do plano mais agregado para uma leitura diferenciada dos contextos associativos, evidenciando variações internas que, de outro modo, tenderiam a permanecer diluídas.

No que respeita à distribuição das classes sociais, observa-se um padrão relativamente homogéneo na maioria dos clubes, marcado pela predominância de jovens oriundos de famílias pertencentes às classes de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e de Profissionais Técnicos de Enquadramento (PTE). Esta concentração reforça a tendência identificada ao longo do capítulo, confirmando a forte presença de segmentos socialmente favorecidos no andebol federado.

A exceção mais evidente a este padrão é o clube Assomada, onde as classes EDL e PTE, consideradas em conjunto, representam apenas 33,3% do total. Trata-se do único caso em que estas classes não atingem sequer metade da composição social dos praticantes, configurando, assim, uma configuração social claramente distinta dos restantes clubes analisados. Esta singularidade não é dissociável da natureza e missão do clube, já anteriormente discutidas, marcadas por uma forte orientação para a intervenção social.

Para facilitar a leitura comparativa, a Figura 7.7 apresenta as classes EDL e PTE de forma agregada, permitindo evidenciar o seu peso relativo em cada clube. A ordenação crescente dos valores reforça a visibilidade das diferenças existentes, destacando o posicionamento particular da Assomada face aos restantes contextos analisados.

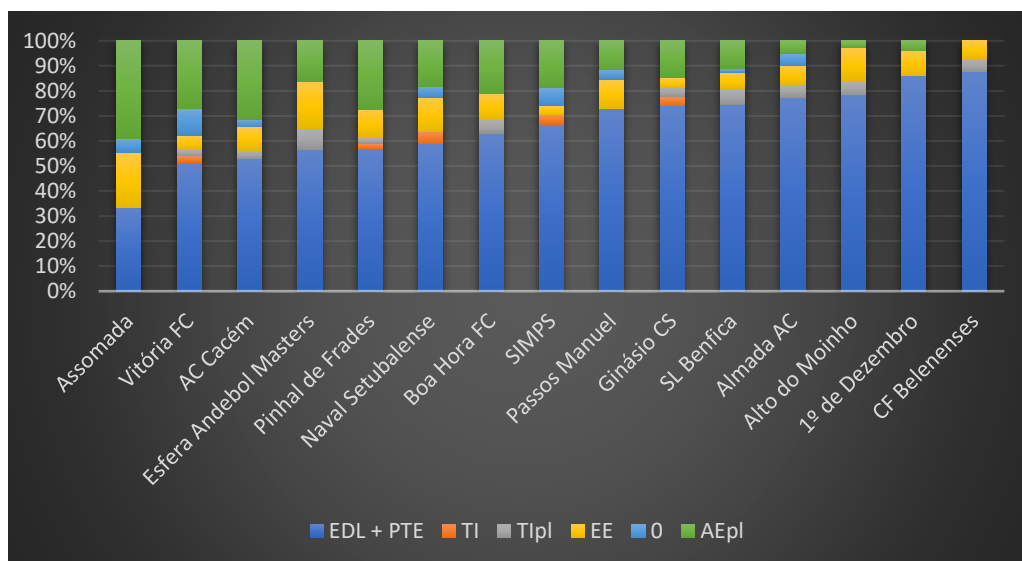


Figura 7.7 – Distribuição das classes sociais por clube

O gráfico de Análise de Correspondências (Figura 7.8) permite aprofundar a leitura da relação entre clubes e classes sociais, oferecendo uma representação espacial das associações e proximidades entre as diferentes categorias. Este tipo de análise revela-se particularmente útil para captar padrões estruturais que dificilmente seriam perceptíveis através de uma leitura meramente descritiva, permitindo compreender de que forma os clubes se organizam e diferenciam em função do perfil social dos seus praticantes.

A posição central das classes EDL e PTE no gráfico traduz a sua distribuição relativamente homogênea pelos diversos clubes, confirmando o seu carácter transversal no universo analisado. Esta centralidade não é neutra: ela reflete precisamente o facto de estas classes constituírem o núcleo dominante da prática do andebol federado, estando presentes, de forma consistente, na maioria dos contextos observados.

Em contraste, as classes dos Operários (O) e dos Trabalhadores Independentes (TI) surgem afastadas do conjunto dos clubes, evidenciando uma fraca associação com estes. Esta distância no espaço da análise de correspondências traduz, em termos sociológicos, a sua reduzida presença no universo estudado, reforçando a ideia de que os segmentos socialmente mais desfavorecidos ou periféricos se encontram sub-representados na prática federada.

Para além destas tendências mais evidentes, o gráfico permite ainda identificar padrões de associação relativa entre determinados clubes e categorias sociais, sugerindo a existência de configurações específicas que distinguem alguns contextos associativos. Assim, mais do que uma distribuição uniforme, o que emerge é uma estrutura relacional diferenciada, onde a composição social dos clubes se organiza em torno de núcleos dominantes e margens menos

representadas, refletindo, uma vez mais, as desigualdades que atravessam o acesso ao desporto.

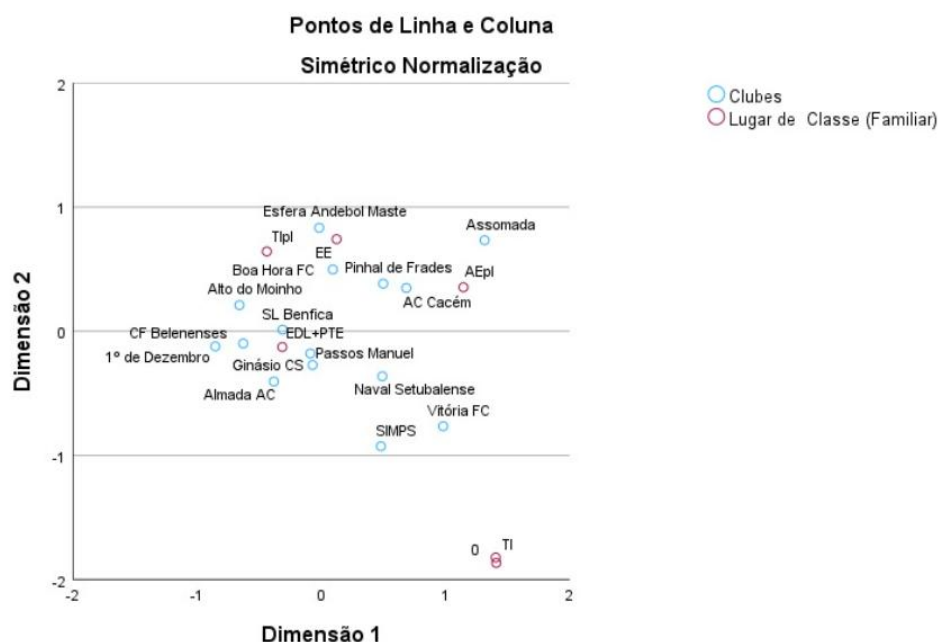


Figura 7.8 – Análise de correspondências clubes vs lugares de classe (familiar)

Apesar de, como anteriormente referido, apenas o Assomada apresentar uma proporção de praticantes oriundos de famílias EDL+PTE inferior a 50%, a análise mais fina dos dados revela que outros clubes evidenciam configurações sociais menos homogêneas, com uma presença relevante de jovens provenientes de classes intermédias ou menos dotadas de recursos. Estes casos permitem identificar perfis sociológicos distintivos no interior do universo analisado.

O Assomada constitui, de forma inequívoca, o caso mais singular. Com apenas 33,3% de praticantes oriundos de famílias EDL+PTE, destaca-se pela elevada presença de Empregados Executantes (22,2%) — a mais elevada entre todos os clubes — e, sobretudo, pela forte expressão dos Assalariados Executantes Pluriativos (38,9%). Este padrão confirma a sua especificidade enquanto espaço de maior diversidade classista, em linha com a sua vocação social.

O AC Cacém surge também como um caso relevante, apresentando a terceira menor proporção de EDL+PTE (53,1%) e uma das mais elevadas presenças de AEPI (31,3%). Este perfil sugere uma base social mais diversificada, com uma representação significativa de segmentos intermédios.

No caso do Esfera Andebol Masters, embora as classes EDL+PTE mantenham uma posição maioritária (56,8%), o clube distingue-se pela segunda maior proporção de

Empregados Executantes (18,9%) e por uma presença relevante de AEpl (16,2%), o que lhe confere igualmente um perfil atípico no conjunto dos clubes analisados.

O Naval Setubalense, com 59,1% de EDL+PTE, evidencia também uma composição relativamente diversificada, com 13,6% de EE e 18,2% de AEpl, sugerindo uma articulação entre segmentos mais favorecidos e classes intermédias.

O Vitória FC apresenta um perfil particularmente interessante: apesar de os EDL+PTE representarem 51,4% — o segundo valor mais baixo após o Assomada —, o clube distingue-se pela presença expressiva de AEpl (27,0%) e, sobretudo, pela maior proporção de operários (10,8%) entre todos os clubes analisados. Este dado confere-lhe uma posição singular no que respeita à representação das classes de menores recursos.

O Pinhal de Frades, com 56,8% de EDL+PTE, apresenta igualmente uma proporção relevante de AEpl (27,3%), reforçando a ideia de uma base social mais heterogénea do que a média.

Por fim, o SIMPS, embora evidencie uma forte presença das classes EDL+PTE (66,7%), destaca-se pelo peso dos AEpl (18,5%) e pela segunda maior proporção de operários (7,4%), o que o posiciona também como um caso de relativa diversidade social.

Ainda que a maioria dos clubes apresente uma clara predominância de jovens oriundos de famílias das classes EDL e PTE, variando entre um máximo de 87,8% no CF Belenenses e um mínimo de 33,3% no Assomada, é possível identificar contextos associativos que se afastam deste padrão dominante. Nestes casos, a maior presença de classes como os Empregados Executantes e os Assalariados Executantes Pluriativos sugere a existência de dinâmicas sociais diferenciadas, potencialmente relacionadas com os contextos territoriais de implantação dos clubes e com as suas estratégias e orientações no plano desportivo e social.

7.5. SÍNTESE INTERPRETATIVA

Importa, neste ponto, recentrar a análise nos objetivos que orientam a presente investigação: compreender em que medida o desporto promovido pelos clubes, em contexto federado, favorece a integração social dos jovens, em particular dos provenientes de estratos sociais menos favorecidos, e perceber de que modo os clubes desenvolvem estratégias de recrutamento e integração enquadradas por políticas públicas de apoio ao desporto.

Os dados analisados ao longo deste capítulo permitem concluir que os jovens praticantes de andebol inquiridos neste estudo estão longe de constituir um universo socialmente indiferenciado. Pelo contrário, a prática federada revela uma forte concentração de indivíduos oriundos de famílias dotadas de recursos económicos, escolares e culturais superiores à média nacional e regional. Com efeito, 68,3% das famílias pertencem às classes de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e de Profissionais Técnicos de

Enquadramento (PTE), precisamente aquelas que concentram maiores volumes de capital económico e cultural. Também ao nível das habilitações literárias se observa uma clara sobrerrepresentação de famílias altamente escolarizadas, com 66% dos progenitores EDL e 77,9% dos PTE a possuírem formação superior.

Mesmo entre os segmentos sociais de menores recursos, a participação desportiva tende a concentrar-se em famílias inseridas em posições intermédias da estrutura ocupacional, particularmente nos grupos 4 e 5 da Classificação Portuguesa de Profissões (CPP), associados a níveis relativamente mais elevados de estabilidade laboral e rendimento dentro destas classes. Tal constatação sugere que o acesso ao desporto federado depende não apenas da disponibilidade económica, mas também da previsibilidade dos recursos familiares e da capacidade de sustentação prolongada dos custos associados à prática.

Como sublinham Coakley e Pike (2014), a classe social continua a assumir um papel estruturante no campo desportivo, condicionando tanto o acesso à prática como as trajetórias nela desenvolvidas. A sobrerrepresentação de famílias socialmente favorecidas reforça, assim, a hipótese de que o desporto federado tende a funcionar mais como espaço de reprodução social do que como mecanismo efetivo de democratização das oportunidades.

Esta leitura encontra paralelo em investigações realizadas noutros contextos europeus, como o estudo desenvolvido por Török (2018) na Hungria, onde a participação desportiva surge igualmente associada às classes médias e superiores, permanecendo menos acessível aos grupos socialmente mais vulneráveis. Como a autora refere:

All of this indicates that sports have the potential to be regarded as a means to combat social exclusion. The problem, however, is that young people marginalized by social and economic barriers do not have access to sports: we can find, most of the time, young athletes from high-education middle class families – or from families with an even higher social status – in sports clubs in the Budapest and in the region around the capital of Hungary.” (Török, 2018, p. 148)

A mesma autora acrescenta ainda que:

Consequently, we can confirm the results of earlier researches which showed that sports rather tend to reinforce the position of privileged social groups (...), and therefore, contribute more to maintaining and reproducing than to reducing inequality and segregation.” (Török, 2018, p. 149)

No plano étnico, os clubes analisados apresentam níveis de diversidade superiores aos observados na sociedade portuguesa em geral, particularmente no que respeita à presença de jovens de origem africana. Contudo, esta diversidade não é socialmente indiferenciada. Os grupos étnicos minoritários encontram-se predominantemente inseridos em classes de

menores recursos e apresentam níveis mais reduzidos de capital escolar, evidenciando uma dupla vulnerabilidade social. Já no que respeita à nacionalidade, verifica-se uma sub-representação de jovens estrangeiros face ao seu peso na população residente, sugerindo a existência de barreiras adicionais no acesso ao desporto federado. Também a composição de género confirma tendências amplamente identificadas na bibliografia, mantendo-se a participação feminina significativamente inferior à masculina.

Apesar destas desigualdades no acesso, os dados revelam igualmente que, uma vez integrados no sistema desportivo, os jovens beneficiam de importantes processos de socialização e integração. A formação de redes de amizade, a participação em atividades promovidas pelos clubes, a continuidade da prática ao longo dos anos e o forte envolvimento quotidiano no contexto desportivo evidenciam que os clubes constituem espaços relevantes de construção de vínculos sociais, sentidos de pertença e capital relacional.

É precisamente neste plano que a noção de capital social adquire particular relevância. Na perspetiva de Putman, nas palavras de Almeida (2011), o capital social pode assumir uma dimensão inclusiva, baseada na criação de redes heterogéneas e socialmente diversificadas, ou uma dimensão exclusiva, assente na reprodução de relações entre indivíduos socialmente semelhantes. Os resultados obtidos sugerem que, embora o desporto produza efetivamente capital social, este tende frequentemente a assumir uma configuração predominantemente exclusiva, circunscrita a grupos com origens sociais relativamente próximas.

Deste modo, o principal problema sociológico identificado não parece situar-se na capacidade integradora do desporto para aqueles que já participam, mas antes nas barreiras que limitam o acesso de segmentos mais vulneráveis ao próprio sistema desportivo. As desigualdades económicas, culturais e estruturais condicionam fortemente as possibilidades de entrada e permanência na prática federada, contribuindo para a reprodução das clivagens sociais existentes.

Em síntese, os dados analisados apontam para uma tensão que atravessa o campo desportivo: embora o desporto federado possua um reconhecido potencial integrador, esse potencial permanece condicionado pelas desigualdades estruturais da sociedade em que se insere. A promoção de um acesso mais equitativo ao desporto emerge, assim, como condição indispensável para que os clubes possam afirmar-se não apenas como espaços de reprodução social, mas também como instrumentos efetivos de integração.

Será precisamente a partir desta tensão entre reprodução e integração que os capítulos seguintes procurarão analisar os discursos, estratégias e práticas institucionais desenvolvidos pelos clubes e restantes atores envolvidos no sistema desportivo.

Quadro 7.17 – Modelo de integração – indicadores de integração (síntese)

Dimensão	Síntese
Integração Estrutural	Os dados permitem constatar uma presença maioritária de indivíduos provenientes de famílias com níveis de capital socioeconómico e cultural acima da média, tanto em comparação com a população portuguesa em geral quanto com a população residente na área geográfica onde se encontra a maioria das famílias dos jovens inquiridos. Este facto permite concluir que, de forma geral, os clubes analisados apresentam, de acordo com o modelo de Elling et al., um nível de integração estrutural mínimo, ou seja, são predominantemente representados por jovens de contextos sociais favorecidos. Esta constatação não significa que nalguns clubes não se verifique uma predominância de integração direta, dada a presença de grupos sociais diversos. Merece ainda destaque a situação de um dos clubes analisados, onde se verifica um fenómeno de integração inversa, como a entendemos no contexto desta tese. Neste caso, a maioria dos jovens pertence a grupos sociais minoritários, definidos pela classe social, etnia, nacionalidade e sexo. Adicionalmente, noutros clubes, observa-se uma representatividade de género que também pode ser interpretada como um processo de integração inversa, dado que são compostos exclusivamente por jovens do sexo feminino.
Integração Sociocultural	Podemos afirmar que existe uma realidade étnica heterogénea na maioria dos clubes estudados. No entanto, verifica-se que a diversidade de nacionalidades não está representada de forma proporcional ao que ocorre no contexto social alargado, evidenciando uma sub-representação de jovens estrangeiros. Por outro lado, os dados revelam que a representatividade por sexo é largamente desfavorável aos indivíduos do sexo feminino, confirmando a tendência já identificada tanto em contexto nacional como internacional de a prática desportiva ser dominada por indivíduos do sexo masculino.
	Os dados recolhidos permitem concluir que os clubes desportivos são os espaços sociais preferenciais para a formação de laços de amizade entre os jovens inquiridos. Para além disso, verifica-se que a larga maioria dos

Integração Socioafetiva	Interação	jovens participa em atividades promovidas pelos clubes que vão além da mera prática desportiva. Esta participação reflete não apenas o seu envolvimento ativo, mas também o comprometimento emocional com os clubes que representam, reforçando o papel central destas instituições na vida social e no desenvolvimento pessoal dos jovens.
	Identificação	A grande maioria dos jovens declarou não pretender mudar de clube, o que reflete uma forte vinculação afetiva ao mesmo. Além disso, a maioria pratica andebol há vários anos e mantém um contacto quase diário com os clubes que representam, seja através de treinos, jogos ou outras atividades. Este envolvimento regular e prolongado permite concluir que existe um comprometimento efetivo por parte dos jovens, não apenas com o clube, mas também com a prática desportiva, neste caso, o andebol. Este comprometimento evidencia que os clubes desempenham um papel central na vida destes jovens, funcionando como espaços de socialização, desenvolvimento pessoal e integração social.

Capítulo VIII

DISCURSOS DOS CLUBES: PRÁTICAS, DESAFIOS E LIMITES DA INTEGRAÇÃO

8.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PERFIS DE CLUBES

A análise das entrevistas realizadas aos dirigentes dos clubes desportivos permite aceder a um conjunto de discursos e práticas que revelam, em simultâneo, o potencial e os limites da ação integradora destes. Apesar de não se constituírem como realidades homogêneas, os clubes operam num campo marcado por tensões entre diferentes lógicas institucionais, motivações e constrangimentos, oscilando entre uma missão formativa e social, por um lado, e as exigências de sustentabilidade económica e rendimento competitivo, por outro.

Neste capítulo, procede-se à sistematização das principais dimensões emergentes das entrevistas, que refletem tanto os aspetos estruturais do funcionamento dos clubes (modelo orçamental, recursos humanos, relações institucionais), como as estratégias adotadas para responder aos desafios da integração social de jovens oriundos de contextos socioeconómicos menos favorecidos.

Os testemunhos recolhidos revelam um campo associativo caracterizado por um elevado grau de voluntarismo, desigual acesso a recursos e fraca articulação com políticas públicas, o que condiciona fortemente a capacidade dos clubes para desempenharem, de forma sustentada, um papel ativo na promoção da equidade no acesso à prática desportiva.

A diversidade de trajetórias, contextos e modos de organização dos clubes permite identificar padrões recorrentes, contrastes significativos e formas diferenciadas, por vezes criativas, de resposta às dificuldades enfrentadas. Mais do que procurar generalizações simplificadoras, pretende-se evidenciar a complexidade e ambivalência do papel dos clubes enquanto mecanismos sociais de integração, inseridos num sistema desportivo onde coexistem lógicas de reprodução e de resistência às desigualdades.

É neste quadro que a análise comparativa das entrevistas possibilitou a identificação de quatro perfis de clubes, construídos a partir de um conjunto articulado de critérios de análise: as fontes e a estabilidade do financiamento; o grau de profissionalização e organização interna; a orientação do projeto desportivo (formativa, comunitária ou competitiva); a relação com o território e com as famílias; as estratégias de recrutamento e captação de jovens; e a existência, ou ausência, de práticas intencionais de integração social dirigidas a jovens provenientes de contextos socioeconomicamente menos favorecidos.

Neste sentido, a tipologia proposta aproxima-se de uma construção de tipos ideais, no sentido weberiano, funcionando como instrumento heurístico que organiza a diversidade empírica em configurações inteligíveis, sem pretender esgotar a complexidade das situações concretas. Os perfis não correspondem, portanto, a categorias empíricas puras, mas a

construções que resultam da sinalização de traços dominantes identificados no material resultante das entrevistas.

A definição destes perfis assentou na identificação de padrões recorrentes ao longo das entrevistas, através de um processo de comparação constante entre casos, que permitiu agrupar os clubes em função de semelhanças estruturais e estratégicas. Este processo implicou a articulação de várias dimensões de análise, não apenas definidas a priori, mas que emergiram, nalguns casos, da análise dos dados.

Entre essas dimensões destacam-se: (i) a estrutura e composição do financiamento, enquanto indicador das condições materiais de funcionamento; (ii) o grau de formalização e profissionalização organizacional; (iii) a orientação do projeto desportivo, entendida como a forma como os clubes hierarquizam objetivos formativos, competitivos e sociais; (iv) a relação com o território e com as famílias, enquanto expressão do enraizamento comunitário; (v) as estratégias de recrutamento e captação de praticantes; e (vi) o grau de intencionalidade e sistematização das práticas de integração social.

A relevância destas dimensões decorre do facto de traduzirem diferentes formas de posicionamento dos clubes no campo desportivo, entendido como um espaço social estruturado por relações de força e pela distribuição desigual de diferentes formas de capital, económico, social, cultural e simbólico, na aceção de Bourdieu. Assim, os perfis identificados refletem não apenas diferenças organizacionais, mas também distintas posições e modos de relação com esse campo, revelando estratégias diferenciadas de adaptação, reprodução ou resistência.

Importa sublinhar que esta tipologia não assenta numa lógica rígida ou exaustiva. Trata-se, pelo contrário, de uma tipologia aberta, que reconhece a existência de formas híbridas e trajetórias organizacionais dinâmicas. Muitos clubes situam-se em posições intermédias, podendo transitar entre perfis ao longo do tempo, em função de alterações nos recursos disponíveis, nas lideranças ou nas políticas públicas.

É neste contexto que emergem quatro perfis-tipo de clubes, que sintetizam diferentes formas de ação:

- ✓ **Perfil A – clubes de base comunitária** resulta da combinação de baixos níveis de capital económico com forte capital social local, traduzido em redes de proximidade e numa lógica associativa assente no voluntariado. A sua ação caracteriza-se por uma elevada dependência das famílias e dos apoios municipais, sendo a integração social predominantemente informal e contingente.
- ✓ **Perfil B – clubes de transição competitiva** corresponde a uma configuração intermédia, marcada por uma crescente diversificação de recursos e por uma orientação híbrida do projeto desportivo. Nestes clubes, a integração social coexiste

com objetivos competitivos, mas tende a ser subordinada a critérios de desempenho (capital desportivo dos praticantes) e sustentabilidade organizacional.

- ✓ O **Perfil C – clubes de missão social** emerge em contextos territoriais específicos, frequentemente associados a situações de vulnerabilidade social, nos quais os clubes assumem explicitamente uma função de intervenção social. A sua atuação revela um elevado grau de intencionalidade integradora, ainda que fortemente dependente de recursos externos, quase sempre municipais, e da iniciativa dos agentes locais.
- ✓ **Perfil D – clubes de elite ou de marca** traduz uma posição dominante no campo desportivo, sustentada por elevados níveis de capital económico e simbólico, bem como por estruturas organizacionais profissionalizadas. Nestes casos, a lógica de rendimento desportivo prevalece, sendo a integração social um efeito indireto ou secundário, frequentemente mediado por processos seletivos baseados no capital desportivo dos atletas.

Em termos analíticos, esta tipologia permite evidenciar que as práticas de integração social não são homogéneas nem linearmente distribuídas, sendo profundamente condicionadas pelas condições estruturais e pelas estratégias dos clubes. A integração resulta de um resultado contingente das relações entre recursos, orientações institucionais e contextos sociais.

Deste modo, os perfis de clubes constituem não apenas uma ferramenta descritiva, mas um instrumento interpretativo que permite compreender as desigualdades no acesso e na participação desportiva, bem como os limites e possibilidades do desporto federado enquanto mecanismo de integração social.

Quadro 8.1 – Perfis de clubes desportivos

Perfis de Clubes	Características principais	Integração social	Exemplos de práticas
A – Comunitários	Orçamentos limitados, forte dependência das famílias para suportarem as despesas e de apoios municipais; funcionamento baseado no voluntariado.	Integração limitada, dependente de mecanismos informais e da boa vontade dos dirigentes.	Descontos para famílias com mais do que um filho; flexibilização de pagamentos.
B – Clubes de Transição Competitiva	Orçamentos constituídos por fontes de financiamento diversificadas (rifas, bares, aluguer de espaços, patrocínios, academias de estudo).	Integração é reconhecida como importante, mas subordinada à lógica competitiva e orçamental.	Isenção do pagamento de mensalidades e de outros custos a um número limitado de jovens de contextos sociais desfavorecidos, em particular se estes tiverem capital desportivo.

Perfis de Clubes	Características principais	Integração social	Exemplos de práticas
C – Missão Social	Localizados em territórios socialmente vulneráveis; acolhem maior número de jovens de meios desfavorecidos; missão social explícita. Orçamentos suportados, em grande parte, por apoios municipais.	Integração assumida como parte do projeto desportivo.	Isenção, para a maioria dos praticantes, de mensalidades e de outros custos; projetos prioritariamente dirigidos a jovens de famílias migrantes ou com ascendentes migrantes (em particular cabo-verdianos), bem como a jovens institucionalizados (apoio parcial da instituição).
D – Elite/Marca	Orçamentos robustos, forte capital simbólico e económico; funcionamento profissionalizado; famílias não suportam quaisquer custos.	Prevalece a lógica de rendimento e de prestígio.	Contratos de formação com compensação financeira para atletas promissores (capital desportivo).

8.2. CLUBES, COMUNIDADES E INTEGRAÇÃO: OS DISCURSOS DOS DIRIGENTES

Entre a escassez e o compromisso associativo: o financiamento do desporto de base

As entrevistas aos dirigentes dos clubes analisados evidenciam uma estrutura de financiamento dominada por uma lógica de coprodução entre famílias, clubes e poder público local, frequentemente marcada por tensões entre a sustentabilidade económica, a expansão da atividade desportiva e a missão de integração social atribuída aos clubes.

Em termos gerais, a maioria dos clubes alicerça o seu orçamento em duas fontes principais: as mensalidades e outras despesas pagas pelas famílias dos jovens atletas e os apoios concedidos pelas câmaras municipais. Esta dependência tem implicações significativas ao nível da equidade no acesso à prática desportiva, já que o pagamento de mensalidades pode excluir jovens de contextos mais vulneráveis. Como referiu um dirigente: *“Portanto, para fazermos o orçamento, temos o apoio da Câmara, que é fundamental.”* (clube comunitário). De forma semelhante, outro entrevistado afirmou: *“As nossas principais fontes de receita são praticamente todas públicas, ou seja, não são todas públicas, todos os nossos atletas da formação pagam todos mensalidade.”* (clube comunitário)

As despesas mais recorrentes incidem sobre rubricas como transportes, arbitragens, seguros e inscrições federativas, que surgem como barreiras estruturais comuns à maioria dos clubes. Um dirigente sintetizou essa realidade: *“(…) O bolo que nós recebemos (…) é quase todo para estas despesas.”* (clube de missão social). Isto revela uma estrutura federativa que impõe encargos financeiros significativos, muitas vezes desajustados da

realidade económica dos clubes, transferindo para as estruturas locais a responsabilidade pela viabilidade do sistema.

A forma como os clubes procuram o equilíbrio orçamental varia segundo a sua dimensão e contexto. As estruturas de pequena ou média dimensão funcionam numa lógica de contenção, diversificando fontes de receita através de rifas, bares, organização de torneios ou aluguer de espaços. Esta dinâmica traduz uma forma de economia solidária do desporto, em que a sustentabilidade é partilhada entre atletas, famílias e dirigentes, mas também evidencia os limites de um sistema assente no voluntariado e na informalidade.

Um dirigente descreveu, a este propósito, a estratégia de integrar no clube uma academia de apoio ao estudo como forma de reforçar a sustentabilidade económica:

(...) As receitas, como é óbvio, têm de ser provenientes das mensalidades que pagam, inclusivamente os seniores que pagam, pelo menos, as suas inscrições e depois, grande parte do bolo, digamos assim, está interligado com a academia. (clube de transição competitiva)

Contudo, este caso constitui quase uma exceção, pois a maioria dos clubes não dispõe de condições para diversificar as fontes de financiamento. Em contraste, o clube de maior dimensão institucional da amostra apresenta um modelo orçamental profissionalizado, assente em quotas de associados e patrocínios empresariais, o que dispensa os atletas do pagamento de mensalidades:

Da parte a nível de receitas, daquilo que tenho conhecimento, é tudo valores, de alguma forma, do [do orçamento geral do clube]. Portanto, a nível de financiamento, propriamente dito é tudo do clube. Será via quotas, via... patrocínios. Portanto, é um orçamento geral do clube. Não é financiado, digamos assim, pelo pagamento de uma mensalidade pelos atletas. (clube de elite/marca)

Apesar da gratuidade da prática, esta não é acompanhada de uma lógica proativa de integração social, evidenciando antes um modelo de alto rendimento, mais distante das lógicas comunitárias. Trata-se de um caso paradigmático de como a marca desportiva pode substituir a missão social de um clube por objetivos de prestígio competitivo.

Alguns dirigentes salientaram o impacto da existência ou não de uma equipa sénior no equilíbrio orçamental, afirmando que a formação é autossustentável, mas os seniores representam apenas despesa: “O que é que só tem despesa aqui? Seniores.” (clube comunitário). Este dado confirma a centralidade dos escalões de formação enquanto suporte financeiro dos clubes de menor dimensão, invertendo a lógica desportiva tradicional. Como observou outro dirigente: “Porque a formação normalmente é sustentável (...) e agora com

isto do torneio e tudo, torna-se mesmo bastante sustentável e muitas vezes ajuda os próprios seniores com salários e outras coisas.” (clube de transição competitiva)

Esta inversão revela que os clubes estão estruturalmente dependentes das famílias e do esforço coletivo das bases associativas.

Como já referimos, o apoio público, sobretudo de origem municipal, constitui um dos recursos mais relevantes para o financiamento da maioria dos clubes, com as raras exceções em que a robustez orçamental e a profissionalização permitem dispensar esse suporte. Tal como refere Pereira (2009, 2012), a maioria dos clubes depende dos apoios promovidos pelas autarquias devido à escassez de recursos provenientes de patrocínios ou publicidade, patrocínios e publicidade que são um “bem” cada vez mais escasso, como ficou constatado em estudo realizado pela PWC (2021). No contexto europeu, o estudo desenvolvido por Vos et al. (2012) evidencia que, mesmo em países como a Alemanha e a Bélgica, que apresentam configurações organizacionais distintas do movimento associativo, os clubes desportivos dependem de forma significativa do financiamento público, em particular do apoio proveniente das estruturas locais do Estado. Paralelamente, nos países citados, o recurso a patrocínios e a apoios de entidades privadas assume também um papel relevante na composição das receitas dos clubes. Ainda assim, os autores demonstram que o apoio público local continua a ser o pilar central da sustentabilidade financeira do associativismo desportivo. Tal como se observa no caso português, o envolvimento do Estado na sua dimensão local revela-se, assim, um fator decisivo para a sobrevivência e continuidade dos clubes desportivos

Esta dependência manifesta-se de várias formas: financiamento direto à atividade regular, cedência de instalações desportivas, apoios logísticos (viaturas, transportes) ou contributos indiretos através de programas de intervenção comunitária. Como sintetizou um dirigente:

Portanto, todas as nossas fontes de financiamento, tirando um ou outro patrocínio pontual, que são pequenos, não são fáceis de arranjar, vêm de organismos públicos. Principalmente da Câmara Municipal. (clube comunitário)

Os municípios surgem, assim, como atores centrais no apoio ao desporto de formação, frequentemente através de contratos-programa ou matrizes de financiamento baseadas em critérios objetivos (número de atletas, escalões, género, deficiência, ou inserção territorial). Contudo, a lentidão administrativa, a rigidez dos regulamentos e o desfasamento entre valores atribuídos e custos reais constituem limitações estruturais. Dois dirigentes exemplificam bem essas dificuldades:

(...) Por exemplo, uma candidatura que foi apresentada por nós em dezembro de 2022 apenas foi aprovada na última sessão de Câmara de dezembro de 2023. Fica aquela sensação de ‘vamos lá ver o que é que há aí para aprovar e vamos libertar verbas e,

eventualmente, orçamento excedente ou liquidez que esteja disponível. (clube de transição competitiva)

(...) o técnico da Câmara que apresentou a sessão dizia a determinada altura: nós temos um problema sério, porque temos muito dinheiro para dar aos clubes, mas não conseguimos fazê-lo chegar aos clubes. Temos aqui um entrave administrativo, não conseguimos resolver o problema. (clube comunitário)

Outro entrevistado acrescenta: *“Há uma percentagem grande dessa verba [apoios do município] que não é distribuída a ninguém porque as coletividades não têm o remanescente da verba para aplicar.” (clube comunitário)*

Nos clubes de menor dimensão, as Juntas de Freguesia assumem um papel relevante, sobretudo nas questões logísticas (apoio com material, eventos ou pequenas obras), embora raramente com apoio financeiro estruturado.

Já o IPDJ, enquanto entidade estatal, é referido de forma crítica ou ausente, devido à complexidade dos processos de candidatura, à morosidade dos pagamentos e à falta de adequação dos programas à realidade do desporto federado:

O IPDJ é muito... aquilo está mal construído, está mal feito [Programa Desporto para Todos]. (...) Para teres uma ideia, é assim: tens as candidaturas até 15 de março. Fazes a candidatura. Depois, lá para agosto, enviam-me a dizer que a minha candidatura foi aprovada (...). Assinei o contrato há 3 semanas e o dinheiro há de vir em dezembro. Mas as despesas que nós apresentamos são deste ano. (clube comunitário)

Constata-se, assim, um modelo de apoio público fragmentado, assimétrico e insuficiente, que tende a beneficiar clubes com maior capacidade organizativa ou os que estão inseridos em territórios com autarquias mais dinâmicas.

Outro aspeto recorrente é a ausência de apoios específicos para jovens carenciados. Nenhum dos clubes referiu a existência de mecanismos institucionais para esse fim, sendo a integração assegurada, quando possível, pela flexibilidade interna e pela sensibilidade dos dirigentes:

Não. Não existe. Há ali uma linha que o apoio pode ser um bocadinho maior se o clube estiver inserido num bairro ou numa zona BIP-ZIP (...). Aí sim, não é o nosso caso e, portanto, não temos esse apoio. (clube comunitário)

Ou como refere outro dirigente: *“Não. É igual para todos. Aí não há nenhuma distinção da parte deles [apoios para jovens carenciados].” (clube comunitário)*

Em suma, o financiamento dos clubes revela um equilíbrio frágil entre dependência pública e esforço privado, sustentado por redes familiares, comunitárias e de voluntariado. A insuficiência dos apoios públicos e a ausência de políticas específicas para a integração de jovens de classes sociais mais vulneráveis tendem a reproduzir, no campo desportivo, as desigualdades sociais mais amplas da sociedade portuguesa.

O peso da participação no orçamento familiar

A maioria dos clubes sustenta uma parte relevante da sua atividade, como já referimos, nas contribuições regulares das famílias dos jovens praticantes, refletindo uma realidade estrutural onde o desporto de formação continua amplamente dependente do esforço financeiro das mesmas. A prática desportiva representa, assim, um encargo permanente para os agregados familiares, envolvendo mensalidades, inscrições federativas, seguros, exames médicos, deslocações e aquisição de equipamento desportivo. O peso financeiro colocado sobre as famílias pode condicionar a continuidade da prática desportiva dos jovens, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. A insuficiência dos apoios públicos para assegurar a gratuidade da prática desportiva limita de forma significativa a capacidade dos clubes para desempenharem um papel mais ativo na integração social. Importa, a este propósito, considerar as conclusões de diversos estudos, realizados tanto em Portugal como noutros contextos nacionais, que evidenciam o peso dos constrangimentos económicos enfrentados pelos jovens de famílias com menores recursos no acesso e na continuidade da prática desportiva, devido às dificuldades de ordem económico-financeira (Holt et al., 2011; Coakley & Pike, 2014; DGEEC, 2020; CE, 2022; INE, 2025).

Esta realidade traduz uma transferência significativa da responsabilidade financeira da prática desportiva para as famílias, que passam a ser encaradas como corresponsáveis pela sustentabilidade económica dos clubes, aprofundando, assim, as desigualdades no acesso ao desporto organizado.

Como se constata numa das entrevistas:

(...) a mensalidade é igual para todos (...) e pagam normalmente a sua inscrição e o seu seguro na federação. A inspeção médica, a inscrição e o seguro normalmente é pago pelos atletas. (clube comunitário)

As mensalidades são assumidas como obrigatórias em praticamente todos os clubes, com exceção de dois casos. Nesses dois casos adota-se um modelo de gratuidade total, não exigindo qualquer pagamento aos praticantes. São casos que representam exceções e revelam condições organizacionais muito particulares: no primeiro, existe uma orientação institucional focada na integração social; no segundo, um orçamento robusto e centralizado que suporta mais de 30 modalidades, e uma orientação que tem como objetivo central a

excelência, dispensam o contributo financeiros das famílias dos atletas: "(...) *os atletas não têm pagamento de uma mensalidade para a atividade que estão a desempenhar aqui.*" (Clube de elite/marca). Neste clube, inclusive, alguns atletas que revelam maior capital desportivo recebem uma compensação financeira: "*Alguns atletas estão identificados e têm um contrato de formação onde auferem algum apoio.*" (clube de elite/marca).

Nos restantes clubes, os dirigentes deparam-se com o facto de os encargos das famílias serem múltiplos e nem sempre proporcionais à sua capacidade financeira. As entrevistas revelam, no entanto, diversos mecanismos informais de compensação ou flexibilização dos pagamentos: descontos para famílias com mais do que um filho no clube, isenções temporárias, pagamento faseado ou substituição da contribuição monetária por trabalho no clube. A flexibilidade negocial surge como uma prática comum a muitos clubes e está dependente da sensibilidade dos dirigentes às dificuldades concretas das famílias. Como refere um dos entrevistados:

(...) mas eu digo sempre aos pais, quando houver algum problema, falem connosco, informem-nos (...) fiquei desempregada, não sei o quê... Depois, mais à frente, eu... tranquilo, não vamos tirar ninguém daqui por causa disso, desde que se fale. (clube comunitário)

É também notória a existência de lógicas meritocráticas em alguns clubes, que apenas concedem apoio a jovens considerados promissores, responsáveis ou empenhados, o que revela uma visão seletiva da solidariedade, condicionada pelo desempenho ou pela perceção de merecimento. Este tipo de abordagem, ainda que funcional do ponto de vista da gestão, pode reproduzir desigualdades, sobretudo nos casos em que os atletas de famílias economicamente vulneráveis não têm um capital desportivo distintivo.

Por outro lado, há clubes que revelam preocupações explícitas com a integração social, adotando práticas que procuram minimizar o impacto das desigualdades socioeconómicas. Alguns estabelecem parcerias com instituições sociais, outros aceitam documentação escolar para avaliar a situação económica dos atletas, como refere um dirigente:

Há uns que a instituição financia a totalidade [instituição em que os jovens estão institucionalizados]. Há uns que não financiam nada. E há outros, imagina, a mensalidade é 33 euros e as pessoas dizem, olha, nós só temos capacidade de pagar 10, e nós vamos arranjar o resto. (clube de missão social).

Estas estratégias articulam o clube com redes locais de solidariedade e revelam a sua função social alargada, para além da missão desportiva.

No plano das despesas indiretas, as deslocações representam um encargo recorrente, sendo frequentemente assumidas pelas próprias famílias dos jovens praticantes. Esta partilha de responsabilidades, ainda que seja estrutural na cultura associativa, não deixa de penalizar famílias com menor disponibilidade material ou logística, funcionando como um obstáculo concreto à continuidade da prática desportiva.

Em síntese, embora a maioria dos clubes demonstre sensibilidade às desigualdades socioeconómicas, a gestão da participação dos jovens em situação de maior carência económica é feita maioritariamente à margem de políticas públicas estruturadas, mas sim assente em redes de proximidade, práticas informais e estratégias pontuais. A ausência de um enquadramento sistemático e universal de apoio à gratuitidade do desporto de formação coloca em causa o princípio da igualdade de oportunidades e transforma os clubes em mecanismos de compensação social voluntaristas, cuja capacidade de resposta está condicionada pela sua própria estabilidade financeira e cultura institucional.

Objetivos e constrangimentos do projeto desportivo: entre a formação e o rendimento

É evidente a centralidade da formação no modelo organizativo e identitário destes clubes. Em todos os casos, a formação é descrita como o pilar fundamental da sua atividade, seja enquanto mecanismo de sustentabilidade do clube, seja como espaço de socialização e desenvolvimento pessoal dos jovens. Contudo, a concretização dessa missão formativa assume contornos diversos, refletindo diferenças ao nível da dimensão dos clubes, dos recursos disponíveis, das opções estratégicas e dos contextos sociais em que se inserem.

De forma transversal, observa-se a valorização da continuidade formativa, numa lógica de fidelização dos atletas desde os escalões de base até aos seniores. A equipa sénior, mesmo nos clubes onde o rendimento competitivo é secundarizado, funciona como referência simbólica, enquanto “farol” para os mais novos, legitimando o percurso desportivo e reforçando o sentimento de pertença. Como sublinha um entrevistado:

(...) o projeto assenta essencialmente na parte da formação, o que nos interessa neste momento é ter uma base sustentável a nível da quantidade, quer na vertente masculina, quer na vertente feminina e, sem dúvida alguma com a prata da casa (...)
(clube de transição competitiva)

A tensão entre integração e seleção constitui um dos elementos estruturantes do modelo formativo. A maioria dos clubes procura conciliar uma política de acesso aberto nos escalões iniciais com critérios meritocráticos nos níveis mais avançados. Este modelo híbrido permite acolher praticantes com diferentes ritmos de aprendizagem e motivações, mantendo o compromisso com a democratização do desporto, mas sem abdicar da ambição competitiva. Alguns clubes adotam práticas explícitas nesse sentido, como a constituição de equipas A e

B, ou a garantia de utilização obrigatória em jogo até determinados escalões: *“Até ao Sub16 todas as meninas convocadas jogam obrigatoriamente.”* (clube comunitário).

Apesar desta abertura, a especialização e o rendimento emergem como critérios estruturantes a partir dos escalões de Sub18, sendo assumido que o tempo de jogo e a permanência na prática desportiva passa a depender do capital desportivo individual. A distinção entre desporto para todos e desporto para alguns ganha aqui particular relevo, evidenciando a complexidade dos processos de transição entre a formação e a prática de alto rendimento.

É também notório o investimento crescente na qualificação técnica dos processos formativos. Vários clubes referem a existência de planos estruturados de desenvolvimento, com metas por escalão e orientação tática e estratégica comum aos treinadores. Este movimento de profissionalização, ainda que limitado por questões financeiras, revela uma tendência de formalização das práticas associativas e de alinhamento com lógicas organizacionais próprias do desporto federado.

A orientação estratégica de alguns clubes expressa ainda uma visão dupla do desporto: enquanto instrumento de integração e socialização, por um lado, e como via para a excelência competitiva, por outro. Esta dualidade não é vivida necessariamente como contradição, mas como um desafio de equilíbrio que obriga à gestão de expectativas, recursos e trajetórias:

Nós queremos é que os miúdos joguem andebol, sejam felizes acima de tudo. Em primeira instância, que sejam felizes e que se tornem bons homens e bons colaboradores de empresas, se for o caso. Mas, naturalmente, depois há a parte da vertente desportiva que também nos interessa. (clube de transição competitiva)

A dimensão de género é outra variável relevante na definição dos objetivos formativos. Vários clubes evidenciam uma aposta clara na formação feminina, assumindo a constituição de escalões femininos como prioridade estratégica, embora ainda sejam evidentes assimetrias ou fragilidades organizativas nesse domínio. A expansão do andebol feminino, em certos contextos, depende fortemente da iniciativa individual de técnicos ou dirigentes, o que revela a persistência de desigualdades estruturais na oferta desportiva para indivíduos do sexo feminino, expressas nos dados estatísticos, por nós já revelados ao longo desta tese, sobre a prática desportiva em função do género.

A análise das narrativas resultantes das entrevistas aos seus dirigentes evidencia que os clubes operam como dispositivos mistos de socialização, conciliando dimensões educativas, identitárias e competitivas. A sua ação inscreve-se num campo marcado por constrangimentos estruturais, escassez de recursos, competição desigual, invisibilidade pública, mas também por um capital simbólico relevante, enquanto espaços de pertença,

reconhecimento e mobilidade social. A formação desportiva, longe de se esgotar na dimensão técnica, surge como uma prática relacional e comunitária, onde se cruzam saberes, afetos, projetos de vida e políticas implícitas de integração ou exclusão.

Os testemunhos revelam, ainda, um conjunto consistente de constrangimentos estruturais, logísticos e sociais que condicionam a consolidação e expansão dos respetivos projetos desportivos. Estes constrangimentos assumem múltiplas formas, mas resumem-se a aspetos eminentemente estruturais, revelando limitações que vão para além da capacidade de ação individual dos clubes e que exigem respostas articuladas em termos de políticas públicas.

Um dos constrangimentos mais recorrentes prende-se com a escassez das infraestruturas desportivas disponíveis. Uma parte significativa dos clubes analisados não tem pavilhão próprio para a prática do andebol; por outro lado, a insuficiência dos espaços municipais e a rigidez na sua gestão são fatores críticos que limitam o crescimento da atividade. A impossibilidade de integrar escalões adicionais ou de promover a prática em ambos os sexos, resulta, frequentemente, da falta de espaço e de horários compatíveis com as rotinas familiares: *“Só temos masculinos, mas é mesmo por falta de espaço. Não temos como ter femininos”* (clube comunitário); *“(...) a opção de termos Sub14 como o escalão mais baixo que temos é justamente porque não temos mais espaços”* (clube de transição competitiva). Mesmo os clubes que possuem pavilhão próprio enfrentam dificuldades, uma vez que o horário dos treinos é sempre limitado, e por outro lado, porque a sustentabilidade económica da infraestrutura obriga à sua rentabilização através do aluguer a terceiros, reduzindo a autonomia sobre os horários e o uso exclusivo.

Outro obstáculo sistemático prende-se com os encargos financeiros associados à manutenção da atividade, nomeadamente custos com arbitragens e transportes, que são particularmente penalizadores nos escalões de formação e que podem limitar a constituição de novas equipas: *“(...) há muitos clubes, se calhar, que não têm mais escalões mesmo por isso, porque não querem pagar mais arbitragens”* (clube de transição competitiva). A fragilidade do apoio institucional, é frequentemente referida, nomeadamente no que respeita à atribuição de horários ou na ausência de investimento em equipamentos desportivos: *“(...) não temos que andar a fazer peditórios [...] fazemos peditórios há 60 anos”* (clube comunitário).

Por outro lado, surge um conjunto de constrangimentos associados à mobilidade dos atletas formados internamente, que são frequentemente captados por clubes de maior dimensão sem que exista qualquer mecanismo de compensação ou regulação. A frustração é visível em várias entrevistas: *“(...) os clubes grandes fazem um trabalho espetacular de formação [ironia], vêm buscar os atletas todos a todo o lado”* (clube comunitário). Esta dinâmica é percebida como uma lógica predatória e injusta, que reproduz desigualdades

entre clubes e desincentiva o investimento a longo prazo no desenvolvimento desportivo. Trata-se da transposição para o campo desportivo da lógica de concentração típica do capitalismo contemporâneo, onde os recursos, neste caso, os atletas com maior potencial desportivo, vão para clubes com maior capital económico e simbólico, marginalizando os clubes eminentemente de formação e que fazem um trabalho essencial para a continuidade da prática e da própria modalidade.

A este fenómeno associa-se ainda um sentimento de desproteção institucional, com os clubes a reclamarem por mecanismos de solidariedade e justiça desportiva:

Nós temos aqui uma formada de miúdos, e desculpa a expressão, de grande qualidade, vem um clube grande e levam cinco ou seis. E o que eu acho, por exemplo, nós devíamos ter aqui uma garantia, eu acho que a federação ou a associação devia arranjar aqui uma forma dos clubes beneficiarem com isso. (clube de transição competitiva)

Apesar de existir enquadramento legal para contratos de formação e compensações por direitos de formação, os entrevistados denunciam a sua inoperância prática, remetendo a escolha final para as famílias, frequentemente seduzidas pelas condições oferecidas pelos clubes com maior visibilidade, ou meramente pela sua marca com valor eminentemente simbólico.

Paralelamente, surgem constrangimentos de natureza sociocultural, como as transformações nas rotinas familiares, a perceção de insegurança urbana, a perceção de risco associada à mobilidade autónoma dos jovens ou as novas formas de socialização ligadas ao digital. Alguns clubes identificam, por exemplo, a dificuldade dos pais em compatibilizar horários laborais com os treinos ou o desinteresse crescente dos jovens pela prática desportiva, associado ao tempo de ecrã: " (...) *cada vez mais os jovens estão a ficar, e isto também talvez fruto do Covid, fruto das novas tecnologias, a questão do sedentarismo e etc, etc.*" (clube de transição competitiva). Estas transformações alteram os modos de adesão e permanência dos jovens nos clubes e exigem que estes se reinventem e se adaptem ao novo contexto social e familiar.

A escassez de referências internas, resultante da descontinuidade entre formação e seniores, é também apontada como um fator crítico para a perda de identidade e pertença:

Exatamente, não veem as suas referências [não haver seniores masculinos]. E isso é muito importante, isso é muito importante. Esse foi uma das questões que, quando nós decidimos não ter séniores masculinos, não estávamos a pensar em não ter juniores e depois, logo a seguir, também não ter juvenis. Mas isso foi o resultado prático dessa medida porque criou um deslaçamento, não é? (clube comunitário)

A ausência de equipas seniores, frequentemente determinada por limitações orçamentais ou logísticas, compromete a função do clube enquanto espaço de socialização e de integração dos jovens.

Em suma, os constrangimentos identificados não são meramente operacionais ou conjunturais. Pelo contrário, exprimem tensões estruturais entre a missão social e formativa dos clubes e os limites do modelo atual de apoio ao desporto de base em Portugal. Trata-se de constrangimentos que comprometem não apenas a expansão da prática desportiva, mas também a sua função de integração social, exigindo uma resposta que articule investimento público, regulação federativa e reconhecimento do papel dos clubes locais enquanto veículos essenciais de coesão territorial e comunitária.

Origem social dos praticantes: padrões de acesso e reproduções de desigualdade social

Os testemunhos dão conta de alguma homogeneidade na composição socioeconómica dos praticantes, apesar da existência de diferenças sensíveis entre clubes, que se revelam não apenas na origem social dos atletas, mas também nas estratégias, ou na sua ausência, de integração de jovens oriundos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos.

Entre os clubes implantados em territórios socialmente mais desfavorecidos, observa-se, em concordância, uma composição menos favorecida do ponto de vista socioeconómico. Ou seja, o território reflete, de forma particularmente expressiva, a própria estratificação social, como sublinha Bourdieu (2010) ao afirmar que o espaço geográfico está longe de ser socialmente neutro, sendo antes marcado pela distribuição desigual dos diferentes tipos de capital. Estes clubes assumem, implícita ou explicitamente, um papel compensatório face desfavorecimentos e ausências familiares, fragilidades institucionais ou insuficiências das políticas públicas. A presença de jovens institucionalizados, referida numa das entrevistas, é particularmente ilustrativa do papel substitutivo e socializador que o clube desempenha, funcionando como um espaço estruturante de sociabilidade e pertença. A integração de jovens em situação de maior carência económica tende a ser garantida por estratégias informais, como a isenção de mensalidades ou o acolhimento através de redes locais, sem que isso decorra de políticas públicas ou de programas específicos.

Por contraste, nos clubes localizados em zonas de maior capital económico, verifica-se uma predominância de praticantes oriundos de famílias socialmente favorecidas, sendo a presença de jovens carenciados residual. Nesses contextos, a prática desportiva federada continua a ser condicionada por barreiras económicas, que limitam o acesso dos jovens com menores recursos. A ausência de mecanismos sistematizados de captação ativa ou de acompanhamento prolongado das situações de vulnerabilidade contribui para a reprodução das desigualdades, mesmo em clubes que manifestam sensibilidade para o problema. Ou

seja, como já dissemos ao longo da tese, são mais evidentes lógicas de reprodução social do que de integração social. A expressão de naturalização desta seletividade surge, por vezes, de forma involuntária, como quando se afirma que “felizmente” não há muitos jovens carenciados, o que denota a dificuldade em conciliar a lógica meritocrática e competitiva com uma lógica de equidade social.

De forma intermédia, surgem clubes que integram praticantes de diferentes origens sociais, embora a maioria dos atletas provenha também aí de contextos relativamente favorecidos. Nestes casos, a presença de jovens carenciados é reconhecida e apoiada, ainda que de forma limitada e sem mecanismos de monitorização mais sistemáticos. A diversidade social é vista como um fator enriquecedor, mas a sua sustentabilidade depende da articulação entre o clube e instituições externas, bem como da disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

A função integradora do desporto depende de um conjunto de fatores como o contexto territorial, disponibilidade de apoios públicos, redes locais de cooperação, e não apenas da vontade ou vocação dos clubes. A integração social efetiva exige mais do que o acesso inicial à prática desportiva, requer continuidade, acompanhamento técnico e pedagógico, e condições que contrariem os efeitos de seleção social e económica que tendem a emergir ao longo do percurso desportivo. A presença de jovens oriundos de meios desfavorecidos nos escalões iniciais pode não se traduzir numa permanência sustentada ao longo do tempo, sugerindo a existência de mecanismos de filtragem socioeconómica.

Em suma, o perfil social dos praticantes nos clubes desportivos analisados é fortemente condicionado por fatores estruturais e contextuais. Enquanto alguns clubes conseguem integrar jovens em situação de vulnerabilidade como parte da sua missão formativa e social, outros reproduzem padrões de seletividade que limitam o potencial integrador do desporto. A ausência de políticas públicas robustas e direcionadas para este campo constitui um obstáculo à construção de um sistema desportivo mais equitativo e socialmente diversificado:

É muito complicado para nós. Já falámos com a Câmara sobre isso. Era bom que eles nos apoiassem para podermos ter aqui jovens isentos do pagamento da mensalidade. Claro que se tivermos um atleta nosso que não tem possibilidade de pagar por algum motivo, esse miúdo não deixa de jogar por isso. Agora, abrímos o leque para angariar crianças com essas dificuldades é muito complicado para o clube. Sem o apoio da Câmara é impensável. (clube comunitário)

Os resultados das entrevistas estão em linha com os dados do inquérito por questionário aos jovens praticantes e que apresentámos no capítulo anterior. Ou seja, os entrevistados

confirmam que os jovens presentes nos clubes são, maioritariamente, provenientes de contextos sociais favorecidos. Como refere um entrevistado:

Ao longo destes anos todos, tivemos, até hoje, 6 atletas, durante estes anos, desde 2019, tivemos 6 atletas que nos solicitaram a dizer que não têm condições para poder pagar uma mensalidade. (clube comunitário)

Recrutamento de jovens carenciados: acesso e desafios

A escola surge como o principal espaço de recrutamento de jovens atletas, destacando-se como uma via privilegiada para a captação inicial de praticantes. A intervenção no sistema educativo, nomeadamente no 1.º ciclo do ensino básico, é recorrente, muitas vezes facilitada pela existência de professores que acumulam funções enquanto treinadores dos clubes, ou pela proximidade territorial entre os clubes e os estabelecimentos de ensino. No entanto, apesar da sua centralidade, a relação com as escolas é frequentemente descrita como instável, marcada por resistências institucionais, falta de abertura dos docentes e ausência de políticas públicas de articulação entre desporto e educação. Esta fragilidade torna o acesso desigual e dependente de relações pessoais ou da boa vontade de determinados agentes.

Apesar da relevância do espaço escolar, poucos clubes conseguem garantir uma presença sistemática e continuada nas escolas. Em muitos casos, as ações assumem um carácter pontual, sobretudo durante períodos de férias ou eventos desportivos, como os torneios escolares. Estas iniciativas, embora úteis na promoção da modalidade, revelam um alcance limitado quando se pensa numa lógica de integração social mais estrutural e estruturada.

As estratégias de captação informal, como o “boca-a-boca” e o “amigo traz amigo”, são frequentemente valorizadas como ferramentas eficazes e espontâneas de recrutamento, especialmente em contextos de maior coesão comunitária. Estas práticas, baseadas em redes de sociabilidade juvenis, revelam a capacidade dos clubes para se posicionarem como polos de socialização e pertença.

No que se refere especificamente à integração de jovens carenciados, embora se verifiquem práticas dispersas e pontuais de aproximação a contextos vulneráveis, como a criação de polos em bairros sociais, a colaboração com instituições locais ou o acolhimento de jovens institucionalizados, elas são frequentemente condicionadas pela falta de continuidade, de recursos logísticos e de articulação interinstitucional. As exceções que emergem, mais organizadas e consistentes, confirmam a regra. Ou seja, são raros os casos em que os clubes desenvolvem um plano claro e sustentado de integração de jovens socialmente desfavorecidos.

Na generalidade dos casos, os entrevistados demonstram consciência da importância da missão social dos clubes e da necessidade de atuar junto de populações em risco de exclusão. No entanto, essa consciência não se traduz numa ação estruturada. O discurso revela, com frequência, uma espécie de “culpa reconhecida”, em que a vontade de intervir é travada por constrangimentos logísticos, falta de recursos humanos, falta de infraestruturas desportivas, ausência de apoios públicos e dificuldades de acesso aos contextos escolares e sociais mais desfavorecidos. Como consequência, a integração dos jovens mais vulneráveis é uma exceção, resultante da informalidade ou da boa vontade dos dirigentes, sem que existam políticas internas claras ou apoios externos consistentes. Esta realidade encontra-se em consonância com as conclusões do estudo de Nagel, Elmose-Østerlund, Ibsen et al. (2020), baseado nos dados recolhidos no âmbito do projeto SIVSCE, o qual demonstra que, na generalidade dos clubes dos dez países analisados, não existem estratégias deliberadas orientadas para a aproximação aos públicos menos representados no desporto, nomeadamente os jovens em situação de maior carência socioeconómica. Resultados semelhantes são igualmente evidenciados por Török (2018) no contexto do desporto húngaro, onde se observa a persistência de obstáculos estruturais à participação dos grupos socialmente mais vulneráveis.

Assim, a realidade por nós observada não se configura apenas como uma especificidade portuguesa ou do andebol em particular. Simultaneamente, nota-se a presença de um modelo alternativo, mais meritocrático, em que os clubes consideram que a ausência de custos ou a gratuitidade dos serviços prestados é, por si só, suficiente para garantir o acesso equitativo. Esta conceção ignora as múltiplas dimensões da desigualdade social, como a falta de capital social, o distanciamento cultural em relação à atividade desportiva organizada, bem como a falta de outros recursos que não é suprimida pela gratuitidade da prática. Em tais contextos, a lógica de seleção prevalece sobre a lógica de integração, e o capital desportivo torna-se o principal critério de acesso. Como refere uma entrevistada:

Não há um número avultado de atletas [carenciados]. Não pode haver, porque nós não temos suporte para isso. Serão sim os mais aptos, que o nosso treinador diga que é mais apto para estar no clube. (Clube de Transição Competitiva)

Um outro testemunho é ainda mais revelador:

(...) neste momento não estamos a conseguir fazer esse trabalho [captação de jovens carenciados], de todo, não estamos a conseguir. Anda aqui uma elite. É mesmo assim. Anda aqui uma elite. (Clube comunitário)

Esta constatação é um reconhecimento implícito de que os clubes não têm, em regra, iniciativas que visem o recrutamento de jovens de famílias menos favorecidas.

Assim, a ausência de uma política pública integrada e a fragilidade das redes de cooperação local acabam por reforçar a segmentação das oportunidades de prática desportiva, deixando à iniciativa dos clubes, e muitas vezes dos seus dirigentes enquanto indivíduos, a definição do seu grau de compromisso com a função social do desporto. Esta constatação impõe um desafio claro ao sistema desportivo: garantir que a prática desportiva não reproduz, mas antes combate, as desigualdades sociais na juventude.

Entre a casa e a causa: clubes desportivos como espaços de integração social

Os clubes desportivos, para além do seu papel na formação técnica e competitiva, funcionam como espaços privilegiados de integração social dos jovens que neles participam. Em muitos dos testemunhos, os clubes são descritos como “a primeira casa” dos jovens ou como “uma família muito grande”, sendo essa metáfora da “família” uma constante nos discursos dos dirigentes entrevistados. Esta imagem evidencia a centralidade simbólica e afetiva dos clubes na vida dos jovens, sobretudo dos que enfrentam trajetórias sociais marcadas por dificuldades económicas, instabilidade familiar ou desvalorização escolar.

A função de socialização dos clubes é particularmente evidente quando estes acolhem jovens em situação de vulnerabilidade. Um exemplo relevante foi relatado um dirigente:

(...) estamos a falar de crianças que chegaram a ir para o treino e levaram o bebé, com 12 anos, e levaram os bebés de um ano ou dois e um dos dirigentes tomou conta do bebé para que ela pudesse treinar e isto aconteceu com frequência há uns anos atrás. (clube comunitário)

Este tipo de atuação, embora informal e não sistematizada, demonstra a capacidade dos clubes de suprir lacunas deixadas por outras instituições sociais.

Noutra entrevista, um treinador partilha um momento particularmente marcante em que se apercebe do papel que desempenha na vida dos jovens:

Carlos, um momento para mim que foi, eu costumo dizer que foi o momento em que me enganaram de vez (...), foi, estou lá a dar um treino, eu sou um típico treinador de andebol pouco delicado, não primo pela delicadeza, e está uma das miúdas que pede-me qualquer coisa e eu digo ‘não te dou nada, não sou teu pai’, e a miúda vira-se para mim, ‘eu passo mais tempo contigo do que com ele, para mim és mais meu pai do que ele’, e este tipo de coisas, por muito que me deem um projeto mais competitivo, com mais recursos, eu acho que isto é que deve ser o âmago do que uma pessoa deve fazer. (Clube com missão social).

Estas experiências concretas exemplificam o que podemos designar por socialização secundária, ou mesmo contra-socialização, na medida em que os clubes se constituem como

espaços alternativos de construção de *habitus*, particularmente relevantes para jovens oriundos de contextos marcados pela exclusão. Um dirigente reforça esta ideia ao afirmar que

(...) muitas vezes o carinho que não têm na família ou no bairro, têm no clube, e isso muda os miúdos, portanto nós temos que pensar seriamente que nós somos um fator de transformação dos miúdos. (Clube de Transição Competitiva)

Nalguns contextos, esta função integradora é assumida de forma mais estruturada e com um claro sentido de missão social. Um exemplo paradigmático é o projeto desenvolvido por um clube que se dirige especificamente a jovens raparigas migrantes de origem africana:

(...) na comunidade cabo-verdiana, em particular, que é uma das grandes componentes da vida daquela comunidade, é os miúdos, os rapazes jogam futebol e as miúdas ficam em casa e aquilo foi uma maneira de se atingir um nicho que era muito importante, que era tirar as miúdas de casa (...) e é o grande objetivo deste projeto, é as miúdas aprenderem a ficarem independentes (clube com missão social)

Ainda assim, a generalidade dos clubes assume esta função de forma desestruturada e dependente da boa vontade dos dirigentes e das suas redes de proximidade. Muitos clubes desenvolvem mecanismos informais de apoio, como isenção de mensalidades, cedência de equipamento ou alimentação pontual. Como reconhece um dirigente: “*(...) eu nunca mandei ninguém embora porque não pode pagar*”, mas acrescenta de imediato a limitação estrutural dessa postura: “*se ninguém puder pagar, não há atividade*” (clube comunitário). Outro dirigente expressa a tensão permanente entre missão social e sustentabilidade económica:

(...) não está a ser devidamente apoiado, seja por quem tutela o desporto, IPDJ ou autarquias, ou uma verba proveniente do governo, porque é impensável, e no andebol, isto é mesmo assim, nós conseguimos estar na modalidade e estamos a suportar esse tipo de despesa, é impensável, não dá (...) (clube de transição competitiva)

De forma recorrente, a intervenção social dos clubes aparece como reativa e contingente, e não como parte de uma política pública articulada e sustentada. Os dirigentes sentem-se frequentemente abandonados pelo Estado e deixados à margem das políticas sociais, a sua ação é invisível, mesmo quando responde a falhas evidentes de proteção social. Em clubes de pequena e média dimensão, em especial, a fragilidade financeira é um obstáculo central à continuidade e expansão das práticas de integração.

Surge também uma tensão entre motivações altruístas e lógicas meritocráticas. Em algumas situações, os clubes mostram disponibilidade para apoiar jovens em dificuldades apenas quando estes demonstram talento desportivo. Como relata um entrevistado: “*(...) os clubes grandes viraram-se para alguns jovens carenciados como uma fonte de um bom atleta*

(...) (clube de transição competitiva). Esta postura evidencia uma certa instrumentalização do desporto como via de “salvação” apenas para quem possui capital desportivo, deixando de fora muitos outros jovens igualmente carenciados, mas sem o mesmo capital.

A diferenciação entre clubes de base e clubes de elite também se revela relevante nesta análise. Os primeiros tendem a estar mais enraizados nos territórios e próximos das comunidades, funcionando como espaços de proximidade e apoio. Já os segundos, mais centrados em resultados e rendimento, tendem a operar sob lógicas de exclusão, onde a vertente social é secundarizada:

Não, é assim, eu vou dizer não porquê, porque como o procedimento de contratação está baseado numa ótica de, digamos, quanto a mim, de alguma forma, não será o ideal, mas está baseado numa situação logo de rendimento e logo de capacidade e competência, os critérios para a seleção desses jogadores não é ir buscá-los ao A, B, C ou ao Bairro A, B ou C. É daquilo que se vê em contexto de jogo. (clube de elite/marca)

Apesar das limitações e desigualdades, os entrevistados partilham uma sensibilidade social que atravessa o universo associativo. Muitos dirigentes manifestam a convicção de que os clubes têm, também eles, uma “responsabilidade social”, comparável à das escolas ou das autarquias, ou mesmo das empresas.

Em síntese, os clubes desportivos constituem espaços relevantes de integração social, atuando frequentemente como última linha de apoio em territórios socialmente vulneráveis. Ou seja, em muitos casos estão e acabam sozinhos nesta tarefa. No entanto, esta atuação carece de suporte institucional, de financiamento adequado e de políticas públicas estruturadas que reconheçam e potenciem a sua função social. A persistência desta lacuna revela, por um lado, a força cívica e integradora do associativismo desportivo e, por outro, os seus limites quando deixado à margem da ação política estruturada.

Promoção de atividades: estratégias de retenção, de socialização e integração

Os testemunhos dos entrevistados revelam que os clubes desportivos analisados desenvolvem estratégias que vão além da simples prática desportiva, procurando integrar os jovens praticantes em dinâmicas internas que reforçam o seu sentimento de pertença, a sua responsabilidade social e o seu desenvolvimento pessoal. Este envolvimento é promovido enquanto os jovens ainda são atletas, funcionando como fator de retenção e de consolidação de laços com a instituição.

São diversos os exemplos de jovens que assumem funções paralelas como árbitros, oficiais de mesa ou cronometristas, como ilustrado pelo excerto: “*Temos algumas atletas que têm passado para árbitros (...) fizeram um curso de oficial de mesa e começaram a fazer*

cronómetros" (clube comunitário). Este tipo de envolvimento permite alargar os horizontes dos jovens no interior do clube, promovendo competências técnicas e relacionais que valorizam o seu percurso dentro e fora do desporto.

Estas práticas não apenas respondem a necessidades operacionais dos clubes, muitas vezes dependentes de trabalho voluntário para assegurar o funcionamento da coletividade, como também reforçam a socialização dos jovens em valores de entreatajuda, responsabilidade e compromisso coletivo. A integração em funções não estritamente de prática desportiva contribui para o reforço do capital social dos jovens e para a sua fidelização ao projeto associativo.

Embora também tenha sido referida a passagem de antigos atletas a dirigentes ou colaboradores do clube, é importante reconhecer que esta lógica de continuidade é muitas vezes iniciada ainda durante o percurso desportivo, como testemunhado numa das entrevistas: *"Aliás, eu acho que todos os treinadores do [clube] foram jogadores do [clube]. Eu acho que não há nenhum que não tenha sido jogador (...). Acho que foram todos."* (clube de transição competitiva). Se este testemunho serve para elucidar o envolvimento dos atletas no clube após o término da sua carreira, o próximo, do mesmo clube, demonstra que a participação noutras atividades faz-se durante o período de prática desportiva:

(...) nós, neste momento, temos jovens a tirar curso de treinador de primeiro grau. Temos jovens que estão a dar apoio a treinadores nas camadas mais jovens. Temos alguns que fazem como dirigentes...são, entre aspas, também ajudam na parte de dirigente de alguns escalões. (clube de transição competitiva)

Estas experiências são muitas vezes acompanhadas por momentos de convívio intergeracional e familiar, como festas de Natal ou eventos comunitários, que contribuem para a consolidação de um ambiente relacional de integração e informal. Tais práticas são demonstrativas de um modelo de integração que se fundamenta numa lógica de comunidade, em que os jovens são reconhecidos não apenas como atletas, mas como membros ativos de um projeto coletivo.

Este tipo de envolvimento evidencia o papel dos clubes enquanto espaços de socialização secundária, nos quais se promovem formas de cidadania ativa, cooperação e participação alargada. A construção de percursos paralelos à prática desportiva constitui, assim, uma dimensão essencial da missão integradora dos clubes, sobretudo num contexto em que os jovens provenientes de meios mais vulneráveis beneficiam de forma particular das redes de apoio e do reconhecimento institucional proporcionados. Estes resultados convergem com as respostas obtidas através do inquérito por questionário aos jovens na

aplicação dos questionários, nos quais uma larga maioria dos inquiridos declarou participar em atividades que ultrapassam a mera prática desportiva.

Abandono da prática desportiva: fatores estruturais, percursos juvenis e desigualdades sociais

O abandono da prática desportiva por parte dos jovens é um fenómeno multifacetado, marcado por uma complexa interação entre fatores individuais, estruturais e socioculturais. Como refere Fonseca (2004), há poucos estudos sobre este tema, sendo que os que existem nem sempre coincidem nos resultados obtidos. Embora alguns clubes relatem que os casos de desistência são pontuais e não configuram um problema sistémico, a maioria reconhece a existência de padrões recorrentes de abandono associados a momentos críticos do ciclo de vida dos jovens, nomeadamente as transições escolares, a entrada na vida adulta e a confrontação com exigências sociais, familiares e económicas.

A transição para o ensino superior emerge como uma das causas mais transversais de abandono, presente em diversos testemunhos. Este momento da trajetória juvenil é identificado como um ponto de rutura entre o investimento na prática desportiva e as exigências académicas e sociais que acompanham a entrada na idade adulta. Esta rutura é tanto mais marcada quanto maior for a exigência competitiva do clube, que entra em tensão com a necessidade de socialização, construção identitária e exploração de outras dimensões da vida juvenil, como o namoro ou as saídas com amigos (vida social). Tal como refere um dos entrevistados:

(...) contexto depois de namoradas, contexto da vida social e o facto de ter uma vida ligada ao desporto retira muito essa componente da vida social e depois aí há opções que alguns tomam (...) (clube de elite/marca)

Outro fator relevante prende-se com as dificuldades logísticas e organizacionais, como os horários tardios dos treinos ou a insuficiência de infraestruturas desportivas: *"Outra das grandes razões é que nós temos muita dificuldade de pavilhões e eles estão inseridos às vezes em locais em que o transporte não é o mais fácil."* (clube comunitário)

Estas condicionantes, que afetam sobretudo os mais novos, revelam a desarticulação entre os ritmos familiares, escolares e desportivos, evidenciando como a precariedade dos recursos públicos e a gestão deficiente dos espaços desportivos constituem obstáculos reais à prática regular. Em contextos urbanos marcados por trânsito intenso, escassez de transportes e saturação de pavilhões, a simples deslocação para os treinos pode ser um fator desencorajador para as famílias, particularmente para aquelas com menor disponibilidade de tempo ou recursos.

Embora menos frequente nas entrevistas, o fator económico é referido com clareza em alguns casos, designadamente através do peso das mensalidades como custo a evitar por

parte das famílias: *"A verdade é esta, no momento em que se começou a introduzir mensalidades (...) os pais olham para isto como um custo"* (clube comunitário). Um outro aspeto, que indiretamente pode estar relacionado com limitações financeiras, prende-se com a pressão que as famílias fazem para que os jovens interrompam a prática desportiva e optem pela entrada no mercado de trabalho: *"(...) quando chegam aos 18 ou 19 anos, é quando começam a ser pressionadas pela família para irem trabalhar e pronto, acabam por sair nesta altura (...)"* (clube comunitário). Esta afirmação encontra validação num estudo efetuado no Canadá em que se verifica que as famílias de menores recursos tendem a desvalorizar a prática desportiva, em particular quando percebem que esta não será uma forma de obter capital económico (Holt, et al., 2011).

A escassa referência a dificuldades financeiras como fator de abandono da prática desportiva não deverá ser interpretada como sinal da sua irrelevância. Pelo contrário, poderá refletir a baixa incidência do problema em contextos onde o perfil social dos praticantes é tendencialmente favorecido, ou resultar da inexistência, por parte dos clubes, de mecanismos sistemáticos de acompanhamento das condições socioeconómicas das famílias. Ainda assim, importa sublinhar que, embora minoritário nas entrevistas, o abandono motivado por razões financeiras assume um peso simbólico significativo, na medida em que representa a exclusão de uma atividade reconhecida como estruturante para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

A fragilidade do compromisso desportivo é também atribuída, por vários entrevistados, à menor resiliência e persistência dos jovens face à adversidade. Muitos dirigentes referem que os praticantes de hoje demonstram pouca capacidade de enfrentar as adversidades, ou que o facto de não serem utilizados nos jogos leva ao seu afastamento:

Ponto um, desmotivação, seja por baixa utilização, desmotivação seja por resultados menos adequados, desmotivação por infelicidade, por qualidade do trabalho e das equipas, diria que a primeira é clássica e padrão, não é? Eu não jogo ou não sou utilizado, vou jogar para quê? (clube de transição competitiva)

Esta leitura tende a responsabilizar os próprios jovens, ignorando que o sistema desportivo federado é, ele próprio, estruturado em torno de uma lógica de competição e exclusão meritocrática, que não garante tempo de jogo, pertença simbólica ou valorização dos atletas com menor rendimento. A frustração e o sentimento de não utilidade desportiva surgem, assim, como causas indiretas de abandono, refletindo uma tensão entre pertença formal ao clube e exclusão prática da competição.

Simultaneamente, alguns clubes procuram atenuar os efeitos do abandono através de estratégias alternativas de integração. Estas incluem a criação de equipas de recreação, a

reconversão de praticantes em árbitros, treinadores ou dirigentes, ou a valorização de formas de participação não competitiva. Estas práticas revelam uma abordagem mais formativa do desporto, reconhecendo que a vivência desportiva não se esgota na competição e pode continuar sob outras formas, contribuindo para a manutenção dos laços identitários e comunitários com o clube.

Por fim, importa destacar o papel da pandemia de COVID-19 como acelerador de fenómenos de desmobilização juvenil, promovendo hábitos sedentários e distanciamento em relação à atividade física. A fidelização dos jovens às tecnologias digitais e a desvalorização do desporto como rotina estruturante constituem desafios acrescidos à continuidade da prática, obrigando os clubes e as políticas públicas a reinventar as suas estratégias de captação e fidelização dos praticantes.

Em síntese, o abandono da prática desportiva não pode ser lido apenas como uma decisão individual ou como resultado de falta de empenho dos jovens. Pelo contrário, trata-se de um fenómeno social que envolve desigualdades económicas, desajustes logísticos, transições biográficas, tensões culturais e falhas nos modelos de gestão desportiva. As experiências recolhidas apontam para a necessidade de pensar o desporto não apenas como performance e competição, mas como um espaço de pertença, continuidade e integração, ajustado às realidades e às necessidades diversas dos jovens. A questão é que provavelmente o desporto federado não será o palco mais adequado para isso.

Impacto da pandemia Covid-19: efeitos na sustentabilidade dos clubes

A pandemia de Covid-19, cujos impactos se fizeram sentir de forma transversal em todos os domínios da vida social, constituiu igualmente um momento de rutura no campo do desporto federado. Tal como evidenciado pelo estudo da PWC (2021), no âmbito específico do setor desportivo, que assume particular relevância para esta investigação, a pandemia expôs e acentuou vulnerabilidades estruturais preexistentes nos clubes, bem como desigualdades na sua capacidade de resposta.

Embora com variações significativas entre contextos institucionais, os efeitos da crise pandémica manifestaram-se sobretudo em três dimensões interligadas: a redução do número de praticantes, a suspensão das rotinas associadas à prática desportiva, nomeadamente treinos e jogos, e desarticulação das redes de captação e recrutamento de novos atletas. Estes fatores comprometeram a continuidade da prática desportiva e agravaram as dificuldades dos clubes, em particular daqueles com menor capacidade organizativa e financeira. Vários clubes reportam perdas significativas de atletas durante o período pandémico, com especial incidência nos escalões de formação e entre os jovens com menor vinculação prévia ao clube. O receio das famílias, a ausência de condições para a prática regular e a retração coletiva face ao risco sanitário estiveram na origem destas quebras. O

testemunho de um clube que viu o pavilhão que utiliza transformado em centro de vacinação revela como a deslocalização temporária para espaços mais distantes, relativamente ao seu habitat social e desportivo habitual, agravou as desigualdades no acesso à prática, penalizando particularmente os jovens com menos recursos ou dependentes da proximidade física:

(...) a Junta [Junta de Freguesia] disse sim senhora, têm todo o nosso apoio, arranjam espaço de pavilhão, o pavilhão vai estar livre a partir do dia 1 de outubro, e não ficou livre a 1 de outubro, continuou como centro de vacinação, nós tivemos que ir, ficámos ali com o menino nas mãos. (clube comunitário)

A crise sanitária tornou, assim, mais visível o papel crucial das infraestruturas de proximidade na democratização do desporto. Contudo, a análise dos testemunhos revela também importantes contrastes na forma como os clubes reagiram à crise. Alguns assumem uma postura de clara resiliência, mantendo os treinos à distância, promovendo atividades lúdicas em ambiente digital ou intensificando a comunicação com os atletas:

(...) nós fizemos um trabalho que fazíamos treinos em casa, não é? Todos os dias estavam assinalados e nós através do Zoom fazíamos brincadeiras com eles, brincadeiras viradas para o treino, não é? Parte física, parte coordenação, o simples contacto de falar com eles, de ver jogos. (Clube comunitário)

Em certos casos, estas estratégias não apenas impediram o afastamento, como reforçaram a identidade coletiva, permitindo inclusive o aumento de praticantes durante o confinamento: " (...) nós fomos dos poucos, se não o único clube em Lisboa que aumentou o número de atletas na altura do Covid. Portanto, nós não perdemos atletas. Pelo contrário (...)" (clube comunitário). Este tipo de resposta proativa e criativa, alicerçada em laços afetivos e num forte capital social, demonstrou a capacidade de alguns clubes para transformar adversidade em oportunidade.

Por outro lado, há clubes que reconhecem fragilidades organizativas e dificuldade de adaptação ao contexto pandémico, perdendo atletas de forma prolongada e assumindo que a retoma foi lenta e parcial. A quebra de rotinas, a interrupção da intervenção nas escolas e a saída de elementos-chave na ligação à comunidade foram fatores que comprometeram seriamente os processos de fidelização, sobretudo entre os mais jovens. Em alguns casos, os entrevistados referem ainda a transferência de atletas para clubes mais robustos ou com melhor capacidade de resposta, sublinhando a dimensão competitiva interinstitucional, que a crise acentuou.

É igualmente relevante destacar as diferentes interpretações dos motivos de abandono durante o período pandémico. Enquanto alguns clubes assumem uma leitura crítica das

condições estruturais e da fragilidade do ecossistema desportivo, outros utilizam um discurso meritocrático e centrado na responsabilidade individual, como num caso em que é feita a distinção entre quem "gostava mesmo" e quem "não resistiu ao joystick": *"Perdemos algumas atletas, aquelas que passou a ser mais fácil usar os dedos apenas nos joysticks, porque se habituaram durante dois anos a não fazer outra coisa (...)"* (clube comunitário).

No plano simbólico, a pandemia revelou a centralidade que os clubes locais desempenham enquanto espaços de pertença, socialização e estruturação do tempo juvenil. A elevada taxa de retorno de atletas, referida em várias entrevistas, atesta a força dos vínculos construídos no seio das comunidades desportivas, mesmo em contextos de rutura. No entanto, os efeitos mais duradouros da pandemia podem não ser visíveis de imediato, nomeadamente ao nível da fidelização de novas gerações, da reconstrução de redes territoriais e da sustentabilidade do recrutamento. Diga-se, neste contexto, que os dados referentes à prática desportiva federada parecem indicar que a pandemia teve apenas impacto conjuntural e não teve consequências estruturais na prática desportiva.

Entre o voluntariado estrutural e a profissionalização desejada

Constata-se de forma clara que a gestão dos recursos humanos constitui um aspeto crítico na organização e funcionamento dos clubes desportivos, com um impacto direto na sua capacidade de atuação desportiva e social. A tendência dominante revela uma matriz associativa assente no voluntariado, na polivalência de funções e no comprometimento pessoal de dirigentes, treinadores e familiares de atletas, o que configura um modelo de funcionamento característico do associativismo desportivo em Portugal e na Europa, como já constatámos ao longo desta tese (Constantino, 1999; CE, 2007; Correia, 2009).

Em praticamente todos os clubes, o voluntariado configura-se como a base do sistema, com dirigentes e treinadores a acumularem múltiplas funções, quase sempre em conciliação com atividades profissionais ou académicas. Esta dependência de trabalho não remunerado e a ausência de recursos humanos com dedicação exclusiva limitam a possibilidade de os clubes desenvolverem estratégias proativas e sistemáticas de intervenção junto de jovens em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica. Como referiu um entrevistado, *"(...) os clubes fazem o que podem também porque não são profissionais e muitas vezes o horário é incompatível [com a vida profissional de técnicos e dirigentes] (...)"* (clube de transição competitiva), o que evidencia a dificuldade estrutural de ir além da prática desportiva estritamente definida e condicionada pelos calendários competitivos e responder a desafios sociais mais complexos.

Apesar disso, verifica-se uma consciência generalizada quanto à importância de uma maior profissionalização. Vários entrevistados assumem que a intervenção mais estruturada, o trabalho junto de escolas, a articulação com instituições e a fidelização de jovens exigiriam

recursos humanos especializados e remunerados. No entanto, o modelo ideal de profissionalização é, na maioria dos casos, entendido como inalcançável, sobretudo devido aos constrangimentos financeiros e à escassez de apoios públicos regulares. Como sintetiza um dirigente:

(...) os próprios clubes, se querem evoluir, acho que o caminho que têm que ter é mesmo o profissionalismo, não diga a 100%, a pessoa ser paga para estar ali, porque são custos muito elevados, e não é possível (...) (clube de transição competitiva)

Este reconhecimento revela uma tensão entre o que os clubes gostariam de fazer e o que efetivamente conseguem realizar, comprometendo a sua função social mais ampla.

Num dos poucos casos que contraria esta tendência, o de um clube com mais de trinta trabalhadores, vários dos quais afeto à secção de andebol, verifica-se a existência de recursos humanos estáveis e pagos, permitindo uma maior capacidade organizativa e planeamento:

(...) porque nós também temos recursos humanos. No andebol cada vez somos mais. Estamos a falar de pessoas que trabalham connosco a tempo inteiro e isso também é uma grande ajuda para o projeto em si. (clube de transição competitiva)

Contudo, a disponibilidade de recursos humanos não se traduz, necessariamente, na existência de uma estratégia estruturada de captação de jovens carenciados ou de promoção ativa da integração social, sugerindo que a profissionalização, por si só, não assegura maior sensibilidade nem uma efetiva predisposição para intervir nesses processos. Esta constatação é corroborada por um estudo realizado na Flandres (Bélgica), que demonstra que os clubes com maior dotação de recursos humanos não eram necessariamente aqueles que desenvolviam mais ações dirigidas à integração de jovens em situação de vulnerabilidade económica ou provenientes de grupos sociais minoritários. Pelo contrário, a intervenção tendia a orientar-se prioritariamente para os interesses de quem já pertence ao clube (Vandermeerschen et al., 2017). Ou seja, as barreiras à integração parecem residir mais na orientação cultural e no foco de atuação dos clubes do que propriamente na escassez de recursos humanos disponíveis.

O modelo organizativo dominante confirma o peso do capital social relacional e comunitário na sustentabilidade dos clubes de base. O envolvimento parental, a “carolice” dos dirigentes e a dedicação dos treinadores são pilares fundamentais, mas também fatores de fragilidade, uma vez que tornam os clubes vulneráveis à descontinuidade, à rotatividade de colaboradores e à impossibilidade de sistematizar práticas com impacto social duradouro.

Em síntese, o funcionamento dos clubes é caracterizado por um equilíbrio precário entre dedicação voluntária e escassez de meios, o que os torna organizações resilientes, mas estruturalmente frágeis. Embora a profissionalização surja como desejável, é limitada por um

contexto de desinvestimento público e ausência de políticas estruturadas de apoio ao desporto de formação. Neste quadro, os clubes acabam por concentrar-se na manutenção da prática desportiva regular, relegando para segundo plano a definição de estratégias sistemáticas de intervenção junto de jovens em situação de carência económica, ainda que reconheçam e verbalizem a importância dessa missão.

Clubes, escola e políticas públicas em desarticulação: entre o voluntarismo e o vazio estratégico

A articulação interinstitucional emerge das entrevistas como um dos principais pontos fracos da organização do sistema desportivo local e nacional. A perceção recorrente é a de que as entidades responsáveis, federação, associações regionais, municípios, IPDJ, atuam de forma desarticulada, com baixa capacidade de planeamento estratégico e reduzida presença no terreno. Um dos entrevistados resume essa crítica de forma elucidativa:

Aquilo que me parece é que efetivamente é tudo um bocadinho também atos isolados, não é nada assim altamente estruturado, não há uma estratégia, não há um encadeamento e as coisas acabam sendo um bocadinho encavalitadas, se é que eu posso utilizar esta palavra. As coisas, há coisas, as coisas são feitas, mas não parece que sejam numa perspetiva global. (clube de transição competitiva)

A expressão “ligado à máquina”, utilizada por um entrevistado, alude a uma estrutura institucional fragilizada, burocrática e pouco dinâmica, que atua mais por impulso do que por planeamento eficaz. Esta situação compromete o papel que estas instituições poderiam ter como parceiras ativas no desenvolvimento e sustentabilidade dos clubes, especialmente na vertente social e formativa da prática desportiva.

Do ponto de vista sociológico, estamos perante o que David Lockwood (1964) poderia denominar de falência da “integração sistémica”, ou seja, a incapacidade das instituições formais em articular os seus papéis e responsabilidades num sistema funcional coerente. A ausência de uma política desportiva coordenada e orientada para o território compromete não apenas o apoio a projetos com impacto comunitário, mas também o incentivo à prática entre os jovens, especialmente os mais vulneráveis.

Os testemunhos revelam que, na ótica dos clubes, a cooperação entre entidades revela um quadro de profunda desarticulação. Como afirma um dirigente:

(...) eu acho que o programar apenas os calendários desportivos, eu acho que é curto para a parte da associação e da federação. Acho que tem que haver um envolvimento maior, estávamos a falar há bocadinho de situações carenciadas, se calhar é uma das

coisas que quer a federação quer a associação têm que olhar cada vez mais. (clube de transição competitiva)

Esta crítica é reforçada por outro testemunho:

(...) não vejo qualquer apoio da Associação, começando pelo elemento mais próximo, o elemento da Associação, o que nos faz é organizar as provas, é cobrar o que tiver que cobrar e gerir (...) (clube de transição competitiva)

Ou seja, as associações e a federação são frequentemente percecionadas como meros prestadores de serviços, cuja função se resume à cobrança de taxas e à organização das provas, com escassa presença no terreno e ausência de apoio técnico, estratégico ou financeiro aos clubes. Esta lógica de tipo mercantilista, desprovida de corresponsabilidade institucional, impede que se estabeleça uma relação de cooperação verdadeira e eficaz.

No que respeita ao sistema de ensino, os clubes sentem que assumem um papel quase substitutivo da escola, garantindo a prática desportiva regular e continuada sem os recursos adequados. Como afirma um dos entrevistados:

Temos as escolas a acabar tardíssimo, os miúdos a saírem cansados de uma batalha campal que entram às oito da manhã e saem às seis e meia da tarde, enfiados num buraco, a ter aulas. A parte desportiva e a parte do contacto exterior é dada pelas AEC, mais nada. (Clube comunitário)

A metáfora dos “miúdos enfiados num buraco” denuncia não apenas a precariedade dos espaços físicos, mas também a secundarização da atividade física estruturada na formação escolar.

A relação entre clubes, escolas, câmaras municipais, IPDJ, associações regionais e federação desportiva é, na melhor das hipóteses, episódica e fragmentada, sem continuidade estratégica, sem canais de comunicação formalizados e sem objetivos partilhados. Esta fragmentação revela-se na ausência de uma lógica de política pública transversal, onde a integração social (realizada no quotidiano pelos clubes) não é acompanhada por uma integração sistémica robusta entre os subsistemas formais.

Como consequência, os clubes assumem, informalmente, papéis que deveriam ser pensados e operacionalizados no quadro de políticas públicas.

Outro aspeto recorrente nas entrevistas é a crítica à ausência de uma cultura desportiva sustentada, para além do futebol e do mediatismo episódico. Como referiu um dirigente:

(...) cultura desportiva a nível nacional é zero, além do futebol, não é? depois tudo o resto é os Jogos Olímpicos e agora temos tido uma visão até bastante engraçada do

andebol, porque temos tido bons resultados e houve grandes, tem havido grandes destaques na comunicação social ao andebol, mas são momentâneos (...) (Clube de Transição Competitiva)

Esta lógica de espetáculo contribui para a desvalorização do desporto como prática quotidiana de socialização, saúde e integração, agravando o desinvestimento nos clubes de base.

Em síntese, verifica-se uma separação, uma clivagem, entre o reconhecimento do valor social do desporto e a ausência de políticas públicas capazes de o sustentar. A desarticulação entre as instituições, a invisibilidade da prática desportiva regular no discurso político e a lógica não sistematizada de apoio tornam os clubes simultaneamente atores essenciais e estruturas abandonadas. A ausência de integração sistémica mina a coesão social, deixando os clubes sozinhos numa missão para a qual não foram dotados de meios.

A construção de uma verdadeira política pública para a promoção da prática desportiva, que articule de forma efetiva o desporto, a educação, a juventude e a saúde, continua a ser um desafio estrutural em Portugal. O reconhecimento formal do papel dos clubes na integração social, acompanhado de recursos e estruturas de cooperação, é condição essencial para transformar boas intenções em mudanças estruturais.

Boas práticas de integração: iniciativas, exemplos e invisibilidades

O conhecimento, por parte dos clubes analisados, e a circulação de boas práticas de integração social no campo desportivo são escassos, fragmentados e, por vezes, circunscritos a casos muito específicos e territoriais. Os projetos bem-sucedidos, como a Academia Johnson (Cova da Moura), o Assomada (Oeiras), ou o Clube de Atletismo das Galinheiras (Lisboa), são frequentemente apresentados como exceções, percebendo os clubes que não há uma rede articulada de clubes ou instituições com atuação consistente e sistemática na área da integração social.

Estes projetos destacam-se, sobretudo, por adotarem uma abordagem integrada, combinando prática desportiva com apoio educativo, social e comunitário. A existência de salas de estudo, atividades culturais, redes de apoio alimentar ou futebol de rua revela uma conceção do desporto como meio de transformação social e não apenas como fim competitivo. No entanto, tais práticas são frequentemente descritas como resultado do esforço voluntarista de dirigentes, treinadores ou agentes locais, operando à margem de uma política pública estruturada ou de um sistema desportivo institucional que valorize explicitamente a integração.

Neste sentido, o Assomada emerge como a referência mais frequentemente mencionada, no caso do andebol, apresentando-se como um exemplo paradigmático de clube com missão

social clara e enraizada no território. A sua atuação é reconhecida não apenas pelos clubes de menor dimensão, mas também por dirigentes de clubes maiores, que, mesmo dispondo de mais recursos, admitem não conhecer outras experiências comparáveis. Este reconhecimento, porém, tende a reforçar a percepção de que a atuação do Assomada é uma exceção isolada e não a expressão de uma tendência dominante no campo do desporto federado ou, no caso em análise, do andebol.

A ausência de referências a outras boas práticas no andebol, ou mesmo fora desta modalidade, evidencia uma limitação estrutural na partilha de experiências, na documentação de práticas inovadoras e na valorização institucional do papel integrador do desporto. Mesmo quando os clubes estão conscientes da relevância social do seu papel, como evidenciado noutras dimensões do discurso analisadas, este conhecimento não se traduz automaticamente num contacto sistemático com iniciativas exemplares nem numa aprendizagem coletiva.

Esta realidade revela um défice de integração sistémica no seio do sistema desportivo português, traduzido na ausência de mecanismos formais de difusão de boas práticas, de incentivo à replicação de projetos socialmente relevantes ou de formação contínua sobre o papel do desporto na integração. A lógica dominante permanece centrada no rendimento, na competição e na sobrevivência financeira dos clubes, relegando para segundo plano a missão social, a não ser em casos em que esta surge como parte da identidade fundadora do clube ou da necessidade urgente de responder a problemáticas muito localizadas.

Em suma, os clubes reconhecem o valor do desporto enquanto espaço potencial de integração social, mas a disseminação de práticas inspiradoras é frágil e desestruturada. A escassez de referências a projetos existentes e a centralidade excessiva de casos isolados, como o da Assomada, evidenciam um sistema que continua a funcionar de forma excessivamente isolada, sem meios que promovam a aprendizagem coletiva e a colaboração interinstitucional.

No plano sociológico, estas constatações levam-nos a uma leitura crítica das formas de integração e a uma evidenciação dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais nos contextos desportivos. A inexistência de uma estratégia articulada entre clubes, escolas e políticas públicas desportivas direcionadas para a juventude contribui para um modelo de atuação disperso, em que a integração social no desporto depende mais do voluntarismo local do que de uma visão sistémica e estruturada.

Podemos concluir que as entrevistas realizadas revelam que a maioria dos clubes não dispõe de estratégias estruturadas de integração social, operando sobretudo através de práticas intuitivas, pontuais e fortemente dependentes do voluntariado. Esta constatação encontra eco nas críticas de Coalter (2017), que sublinha a distância existente entre os

discursos políticos e as práticas concretas no terreno. Assim, a realidade observada no contexto português insere-se num quadro mais amplo de fragilidade na articulação entre as políticas públicas e a ação efetiva dos clubes, algo igualmente observável a nível europeu, como evidenciam as investigações desenvolvidas no âmbito do projeto SIVSCE (Nagel et al., 2020), que demonstram a debilidade das estratégias de captação e integração de jovens em situação de maior vulnerabilidade. Ou como revelado pela investigação levada a cabo por Török (2018) na Hungria.

Este quadro pode ainda ser compreendido à luz da noção de capacidade organizacional das instituições do setor voluntário, desenvolvida por Hall, et.al. (2003), segundo a qual a intervenção das organizações sem fins lucrativos é condicionada por múltiplas dimensões estruturais, nomeadamente os recursos humanos, os recursos financeiros, a capacidade organizacional e as redes de relação com o exterior. Os clubes analisados nesta tese evidenciam precisamente esse padrão, marcado pela escassez de meios humanos, pela instabilidade financeira, pela fragilidade organizacional e pela forte dependência de apoios externos, fatores que limitam a sustentabilidade dos seus projetos e a sua capacidade de intervenção sistemática no domínio da integração social.

Em Portugal, esta lacuna torna os clubes simultaneamente atores sociais de proximidade e estruturas frequentemente deixadas à sua sorte, cuja intervenção depende mais do voluntarismo local do que de um enquadramento sistémico capaz de promover um desporto verdadeiramente para todos. Esta realidade pode criar aquilo que Bourdieu (2008b, p. 165) designa por “efeito de clube”, para expressar a forma como indivíduos socialmente menos favorecidos, desprovidos de vários tipos de capital, económico, cultural, simbólico e social, se veem impedidos de aceder a determinadas instituições, que, por diferentes mecanismos, acabam por lhes vedar o acesso. No caso dos clubes desportivos analisados, esse acesso é dificultado, por um lado, pela incapacidade das famílias dos jovens em suportarem os custos inerentes à prática desportiva e, por outro, pela inação ou limitada capacidade de resposta dos próprios clubes. Deste modo, ao aplicarem regras uniformes a indivíduos marcados por profundas desigualdades de partida, estas instituições contribuem, ainda que de forma não intencional, para a reprodução das desigualdades sociais.

No entanto, é igualmente importante não perder de vista o objetivo estrutural dos clubes que promovem o desporto federado, cuja missão central reside na formação para a competição. Caso contrário, negariam os fundamentos da sua própria existência e transformar-se-iam em associações de carácter meramente recreativo, o que evidencia a tensão permanente entre os imperativos competitivos e as expectativas sociais de integração atribuídas aos clubes.

Quadro 8.2 – Síntese das entrevistas aos dirigentes dos clubes analisados

Dimensão Analisada	Principais Tendências	Contradições/Conflitos Visíveis
Orçamento e Sustentabilidade Financeira	Financiamento baseado em mensalidades e apoio municipal; tensões entre missão social e viabilidade financeira.	Equidade vs. sobrevivência; clubes assumem missão social sem meios.
Encargos das Famílias e Equidade no Acesso	Mensalidades assumidas como regra; apenas dois clubes têm gratuidade total; práticas informais de solidariedade.	Solidariedade seletiva vs. universalidade; meritocracia oculta desigualdades.
Apoios Públicos ao Desporto	Apoio municipal essencial, mas insuficiente; IPDJ pouco presente; sistema desigual e fragmentado.	Crítérios de justiça vs. insuficiência estrutural; clubes com menos recursos mais penalizados.
Objetivos e Constrangimentos do Projeto Desportivo	Formação valorizada; coexistência de lógicas de integração e seleção; constrangimentos de infraestruturas e captação de atletas.	Integração vs. rendimento; fidelização vs. seleção; base sustenta o topo.
Origem Social dos Praticantes	Clubes reproduzem desigualdades sociais; jovens carenciados presentes sobretudo em territórios desfavorecidos.	Integração informal vs. reprodução elitista; boas intenções sem políticas públicas.
Estratégias de Recrutamento de Jovens Carenciados	Ações pontuais de captação; ausência de estratégias sistemáticas; discurso de consciência social sem ação estruturada.	Consciência social vs. ausência de ação; mérito desportivo como filtro de acesso (mesmo para os carenciados).
Recursos Humanos e Modelo Organizativo	Predomínio do voluntariado; desejo de profissionalização travado por falta de apoios públicos e privados.	Voluntarismo como força e fraqueza; ideal de profissionalização inatingível.
Função Integradora dos Clubes	Clubes como espaços de acolhimento, mas atuação social informal, reativa e financeiramente limitada.	Clube como família vs. falta de apoio institucional; ação informal vs. necessidade estrutural.
Promoção de Atividades Internas	Jovens assumem funções internas (árbitros, treinadores, dirigentes); reforço da pertença e socialização.	Socialização ativa.
Articulação Interinstitucional	Forte desarticulação entre clubes, escola, associações/federação e políticas públicas; ausência de estratégia integrada.	Clube sobrecarregado vs. ausência de corresponsabilidade pública.

O quadro que sintetiza os aspetos mais relevantes das entrevistas aos dirigentes de clubes (quadro 8.2) evidencia uma estrutura marcada por tensões permanentes entre finalidades competitivas, limitações organizacionais e expectativas sociais atribuídas aos

clubes. Observa-se uma forte assimetria entre a centralidade simbólica do clube enquanto espaço de socialização e a fragilidade dos seus recursos materiais, humanos e institucionais, o que gera contradições recorrentes entre discursos, práticas e resultados. A transversalidade dos constrangimentos financeiros, a intermitência do apoio público e a sobrecarga do voluntariado configuram um modelo de funcionamento simultaneamente resiliente e vulnerável. Acresce que, na ausência de uma articulação interinstitucional consistente, os clubes tendem a operar em regime de isolamento relativo, acumulando funções sociais para as quais não dispõem de meios adequados. As entrevistas revelam, assim, não apenas debilidades operacionais, mas sobretudo um desfasamento entre as exigências sociais colocadas ao desporto e as condições reais em que os clubes desenvolvem a sua ação.

Capítulo IX

COMPROMISSOS, FRAGILIDADES E DESAFIOS: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS E DA FEDERAÇÃO DE ANDEBOL NA INTEGRAÇÃO SOCIAL

9.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise das entrevistas realizadas aos representantes das associações regionais e da Federação de Andebol de Portugal (FAP) permite compreender a arquitetura institucional e os mecanismos de regulação que estruturam o campo do andebol federado em Portugal. Este nível de governação desportiva, situado entre o poder central e os clubes, desempenha um papel crucial na mediação de recursos, na formação de treinadores e árbitros, na organização competitiva e na difusão territorial da modalidade.

As associações assumem-se, neste contexto, como estruturas de proximidade que garantem a operacionalização quotidiana das competências delegadas pela federação. A sua ação combina funções administrativas, como a calendarização de provas e a gestão da arbitragem, com funções de apoio técnico e logístico aos clubes. Contudo, a análise dos discursos dos entrevistados evidencia disparidades significativas na capacidade de intervenção destas estruturas, dependentes da densidade associativa e dos recursos humanos e financeiros disponíveis em cada região. A ação das associações é marcada por uma lógica relacional, de natureza informal, apoiada em redes de confiança e em relações pessoais com dirigentes e autarcas locais.

Por outro lado, a FAP surge como o vértice do sistema, responsável pela definição das orientações estratégicas e pela articulação com o Estado central, nomeadamente através do IPDJ. O seu discurso revela um duplo compromisso: por um lado, a consolidação do alto rendimento e das seleções nacionais; por outro, o reforço do andebol de base, em especial no contexto escolar e formativo.

Este capítulo organiza-se em duas secções. Na primeira, analisa-se o discurso dos dirigentes das associações, procurando compreender o modo como estas entidades interpretam o seu papel na promoção do andebol e na integração social dos jovens. Na segunda, examina-se a perspetiva da FAP, enquanto estrutura de enquadramento nacional, abordando as suas prioridades estratégicas, as suas políticas de apoio aos clubes e a visão que tem sobre a função social do desporto.

9.2. ESTRUTURAS INTERMÉDIAS DO ANDEBOL: DISCURSOS E PRÁTICAS DAS ASSOCIAÇÕES

As entrevistas realizadas às Associações de Andebol de Lisboa e de Setúbal permitem compreender o papel intermédio que estas estruturas desempenham no sistema desportivo federado e as limitações que condicionam a sua ação. Situadas entre a Federação de Andebol de Portugal (FAP) e os clubes, as associações operam como entidades de coordenação técnica e administrativa, mas com reduzida autonomia estratégica e financeira.

A análise que se segue permite identificar como estas entidades gerem os seus recursos, definem objetivos, apoiam os clubes e percecionam o papel social do desporto. Mais do que retratar diferenças territoriais, pretende-se compreender a lógica institucional que estrutura o seu funcionamento e que, apesar da proximidade aos contextos locais, raramente se traduz em políticas ativas de integração social.

Assim, esta secção analisa as dimensões orçamentais, organizacionais e simbólicas da ação das duas associações, procurando evidenciar as convergências, os limites e as contradições que caracterizam o seu posicionamento no campo desportivo.

Orçamento: fragilidade financeira e repercussões no campo associativo

A análise das entrevistas à AAL e à AAS evidencia um quadro de forte fragilidade financeira e dependência estrutural da Federação, que se traduz numa limitada capacidade de ação para além da mera gestão competitiva.

Em ambos os casos, as receitas assentam quase exclusivamente nas contribuições dos clubes, através de inscrições nas competições, taxas de filiação e de arbitragem, e em transferências fixas da FAP, de montante reduzido. Esta arquitetura orçamental, baseada numa lógica de autofinanciamento, reproduz uma situação de vulnerabilidade institucional: as associações dependem financeiramente dos clubes, que por sua vez enfrentam sérias restrições orçamentais. Um dos entrevistados foi particularmente claro ao reconhecer esta circularidade perversa: *"(...) gastamos, anda à volta de, 30, 40 mil euros gastamos por ano. Mas nós também temos uma coisa, temos muitas dívidas nos clubes, os clubes devem-nos bastante dinheiro"*. Esta cadeia de dependências enfraquece o sistema no seu conjunto.

Ambas as associações apresentam uma estrutura orçamental exígua o que implica constrangimentos semelhantes: a quase totalidade das despesas é absorvida pela arbitragem, não restando margem para formação, inovação ou apoio aos clubes: *"São os árbitros. O dinheiro quase todo é todo para eles."*

Em ambos os contextos, o discurso dos dirigentes evidencia uma gestão marcada pela sobrevivência e pela ausência de autonomia estratégica. As associações limitam-se a cumprir funções técnico-administrativas essenciais, sem recursos para investir em políticas de

integração social, programas de recrutamento ou iniciativas de desenvolvimento local. Esta limitação orçamental traduz, portanto, um modelo de gestão minimalista, suportado numa racionalidade funcional que prioriza a competição.

Em suma, tanto em Lisboa como em Setúbal, as associações operam sob uma lógica de manutenção, sem capacidade de planeamento estratégico ou de intervenção social estruturada. A escassez orçamental e a dependência hierárquica face à Federação de Andebol de Portugal configuram, assim, uma limitação sistémica que condiciona a realização do potencial integrador do desporto no plano regional.

Apoios públicos: invisibilidade e dependência de relações informais

Apenas a representante da AAL mencionou a existência de alguns apoios públicos, municipais ou do Estado central, a atividades realizadas pela associação. As entrevistas evidenciam uma realidade marcada pela ausência de apoio financeiro direto por parte das entidades públicas locais ou centrais. No caso da AAL, como referiu a entrevistada:

Não, o que nós temos feito, e a câmara tem... A câmara(...), nós, fazemos, fizemos agora o andebol de praia e realmente (...), as coisas realmente foram resolvidas, não houve verbas, mas tive lá o campo, estiveram lá funcionários da câmara, mas em termos financeiros, eu sei que a câmara ajuda os clubes aqui (...), financeiramente até. Isso eu sei e fico feliz por essa situação, agora, a Associação, não.

A ajuda pontual da autarquia limitou-se, portanto, ao apoio logístico e operacional, como a disponibilização de espaços e mobilização de recursos humanos, não representando qualquer reforço orçamental estruturado. A dirigente reconhece, contudo, a existência de apoios municipais aos clubes. As entidades do Estado local, em particular os municípios, não apoiam as associações porque apoiam os clubes; e o Estado central, via IPDJ, não apoia as associações porque estas recebem financiamento por via da federação, que por sua vez é diretamente financiada pelo IPDJ. Esta constatação reforça a ideia de que, no atual desenho das políticas públicas, as associações distritais/regionais ocupam um lugar periférico.

A posição marginal das associações no acesso a apoios públicos evidencia, portanto, a persistência de uma estrutura verticalizada e desigual dentro do sistema desportivo português, onde as associações continuam a desempenhar funções essenciais na gestão das competições e na regulação da prática desportiva, mas sem os recursos necessários para inovar, alargar públicos ou concretizar missões sociais.

Objetivos e constrangimentos: missões ambíguas e lacunas sistêmicas

A análise das entrevistas evidencia duas orientações distintas, mas complementares no modo como estas entidades concebem a sua missão institucional. A AAS adota uma lógica predominantemente técnico-operacional e competitiva, enquanto a AAL privilegia uma visão expansionista e territorial.

No caso da AAS, o dirigente entrevistado define os objetivos da associação em torno da gestão, das competições e da valorização desportiva regional, sublinhando o papel delegado pela FAP na organização dos escalões e torneios: “*a federação dá-nos a delegação de competências*”. Esta definição traduz uma subordinação funcional a um modelo piramidal, em que as associações assumem tarefas executivas e logísticas, permanecendo dependentes das orientações e recursos da estrutura central. Mesmo as iniciativas mais autónomas, como a criação de um centro de prospeção de talentos, reproduzem uma lógica meritocrática orientada para o desempenho e o rendimento, confirmando a primazia do capital desportivo sobre o capital social.

Já na AAL, o discurso revela um foco diferente, não tanto na competição, mas na expansão territorial da modalidade. A dirigente demonstra empenho em criar clubes em zonas ainda desportivamente “vazias” da Área Metropolitana de Lisboa, sinalizando um objetivo de difusão do andebol:

(...) eu tenho estado agora neste momento a reunir com as câmaras que não têm clubes, para nós tentarmos em cada zona da área metropolitana de Lisboa, pelo menos um clube em cada zona.

No entanto, esta visão não contempla estratégias de apoio aos clubes já existentes, que continuam a enfrentar graves constrangimentos estruturais. O silêncio sobre a consolidação da rede associativa e sobre as condições de sustentabilidade dos clubes traduz, assim, uma ausência discursiva significativa, que reflete a prioridade dada à criação de novos núcleos em detrimento da coesão e da continuidade.

Em ambas as entrevistas, nota-se a ausência de referências explícitas à integração social de jovens carenciados. A prioridade atribuída à gestão técnica, à expansão territorial e à performance competitiva confirma uma orientação alinhada com o *habitus* do campo desportivo, em particular, federado.

A ausência de uma estratégia comum entre associações e clubes impede a constituição de um verdadeiro campo de integração social estruturado pelo desporto, deixando à iniciativa individual de cada entidade a responsabilidade por eventuais práticas de integração.

Em síntese, tanto a AAL como a AAS operam dentro de molduras funcionais rígidas, que limitam a sua capacidade de inovação social, privilegiando-se a expansão da modalidade e o

rendimento competitivo, mas sem estratégias ou recursos para intervir de forma consistente nas desigualdades sociais que atravessam o desporto. O resultado é um sistema regionalmente atomizado, orientado para a manutenção da estrutura federativa mais do que para a democratização do acesso e da participação desportiva.

Apoio aos clubes: reatividade e delegação de responsabilidades

A análise das entrevistas revela um padrão comum de fragilidade institucional no apoio direto aos clubes, quer em termos financeiros, quer no que respeita à captação e recrutamento de novos praticantes. Ambas as associações assumem um papel essencialmente reativo e mediador, sem capacidade operacional para implementar programas próprios de apoio, o que reforça a sua dependência estrutural face à Federação e à iniciativa dos próprios clubes.

Os discursos evidenciam uma clara ausência de mecanismos estruturados de apoio, tanto financeiro como logístico. Um dos dirigentes é taxativo ao afirmar: “*isso não, isso não*”, quando questionado sobre apoios aos clubes. As ações descritas são pontuais e localizadas, como a articulação com a Câmara Municipal da zona onde se encontra a sede da associação:

A única coisa que estamos a fazer é aqui nesta zona onde estamos, onde está a associação, já tivemos uma reunião com a Câmara e com algumas pessoas que estão a trabalhar no campo dos miúdos com imensas dificuldades, sobre todos os aspetos, que é aqui nesta zona terrível que é onde nós estamos.

Contudo, estas iniciativas permanecem incipientes e não configuram uma estratégia consolidada. A associação mostra também uma postura passiva face à cooperação com os clubes: “*os clubes têm que dizer qual é a escola que querem ir e eu acompanho e faço isso. Agora, se não me disserem nada, eu não posso fazer nada*”. A dinâmica de atuação depende, assim, do impulso dos clubes, relegando a associação para um papel de facilitadora ocasional, sem iniciativa própria.

Um outro dirigente reconhece a importância de intervir nas escolas e destaca alguns esforços de mediação: “*conseguimos entrar em algumas escolas e depois indicar o clube para trabalhar diretamente com essas escolas e captar*”. No entanto, esta intervenção é fragmentada e dependente de variáveis externas, sobretudo da disponibilidade e interesse dos professores de Educação Física:

Costuma ser difícil. Costuma ser difícil. Tudo depende muito, é uma coisa que eu tenho notado há alguns anos, depende muito do professor de Educação Física gostar ou não da modalidade.

Esta dependência reforça a vulnerabilidade da estratégia de recrutamento, que se apoia mais em relações pessoais do que em políticas institucionais consistentes. Além disso, o dirigente em causa reconhece os limites operacionais e financeiros da associação, afirmando que *“nós não temos capacidade nenhuma para isso, é para irmos orientando para os clubes”*. Ambas as associações não dispõem de recursos para oferecer apoios financeiros diretos, assumindo que *“nada, nada, nada, não há [apoios financeiros por parte da associação]”*.

Em termos comparativos, tanto a AAL como a AAS reproduzem uma lógica de responsabilização descendente, em que os clubes são encarados como os principais agentes da dinamização local e da integração de novos praticantes. As associações funcionam, neste contexto, como instâncias intermediárias de gestão e mediação administrativa, sem meios para cumprir um papel estruturante no desenvolvimento do andebol regional. A articulação com as autarquias ou com a Federação é referida, mas sem materialização em programas concretos ou sustentáveis.

Esta realidade revela que as associações operam dentro de uma lógica própria, regulada por normas internas e constrangimentos estruturais, mas desprovidas de poder real para transformar as condições sociais de base.

Em suma, as duas associações regionais assumem uma função mais simbólica do que efetiva no apoio aos clubes. A escassez de recursos financeiros, a dependência das iniciativas locais e a ausência de políticas articuladas de recrutamento e integração social revelam a fragilidade do modelo seguido.

Recursos humanos: capital humano voluntário e (des)profissionalização

Tal como a insuficiência dos recursos financeiros condiciona a capacidade das associações para desenvolver ações de apoio aos clubes, a escassez de recursos humanos reforça e reproduz esse mesmo bloqueio estrutural. A falta de quadros técnicos e administrativos está na base de uma gestão assente na dedicação voluntária e no esforço individual, impedindo a consolidação de uma intervenção planificada, sistemática e socialmente orientada.

No caso da Associação de Andebol de Lisboa (AAL), a dirigente entrevistada reconhece que o número de pessoas ao serviço é extremamente reduzido, contando apenas com uma funcionária para assegurar tarefas administrativas. Para além da funcionária administrativa, a AAL conta apenas com o trabalho voluntário da presidente: *“E também sou eu [presidente] que estou cá o dia todo, mas que não, é pro bono, não recebo verba nenhuma.”*

Esta estrutura mínima impede a implementação de qualquer plano estratégico que vá além da manutenção da rotina competitiva. A entrevistada reconhece explicitamente que *“o número de clubes a ir às escolas é muito reduzido”* e que seria necessário *“ter pessoas que fossem às escolas para nós conseguirmos criar mais clubes”*. A associação depende, assim,

da boa vontade e disponibilidade de poucos indivíduos, sem uma base profissionalizada que assegure continuidade. Daí a proposta reiterada:

Mas eu acho que se a associação tivesse um apoio da federação para termos aqui pelo menos três ou quatro técnicos a trabalharem nas escolas, seria meio caminho andado e com certeza haveria muito mais miúdos a praticar a modalidade.

A ausência destes recursos humanos qualificados traduz-se diretamente na incapacidade de expandir a modalidade e de reforçar o seu papel social.

Na Associação de Andebol de Setúbal (AAS) a realidade é ainda mais marcada pela precariedade em termos de recursos humanos e institucional. O testemunho do dirigente é revelador: *“Na associação, só eu. Só eu que estou aqui, porque já estou reformado, estou aqui enfiado há 10 anos.”* Esta frase sintetiza o modelo de funcionamento assente na permanência de um dirigente reformado, cuja dedicação pessoal substitui aquilo que deveria ser uma estrutura de apoio técnico e organizacional.

A relação entre escassez de recursos humanos e de recursos financeiros revela-se, assim, profundamente interdependente. Isto é, a falta de verbas impede a contratação de técnicos e a falta de técnicos limita a capacidade de ação e de captação de novos praticantes.

Mais do que um problema de gestão, trata-se de uma questão estrutural de sustentabilidade institucional. Sem técnicos dedicados a tempo inteiro e sem pessoal administrativo estável, as associações regionais tornam-se espaços de manutenção do sistema competitivo, mas não de inovação social ou de desenvolvimento local. A falta de capital humano impede que assumam um papel relevante na integração de jovens carenciados ou na dinamização territorial da prática desportiva.

Origem social dos praticantes: cegueira estrutural e reproduções implícitas

A análise das entrevistas evidencia uma ausência quase total de conhecimento sistematizado sobre a origem social dos jovens praticantes de andebol nas duas associações. Tanto a AAL como a AAS reconhecem não dispor de dados empíricos que permitam caracterizar o perfil socioeconómico dos atletas que integram os clubes sob a sua jurisdição.

Um dos entrevistados admite que *“não tenho esses dados, não tenho esses dados”*, acrescentando apenas uma perceção geral de que *“podemos dizer que a maior parte é de classe média”*. Esta afirmação, ainda que intuitiva, traduz uma representação comum entre dirigentes desportivos, em que a classe média surge como o grupo social dominante na prática desportiva federada, reproduzindo o padrão já identificado na análise aos clubes. O dirigente acrescenta que a composição social *“depende de clube para clube, porque depende também das zonas onde o clube está inserido”*, reconhecendo implicitamente a existência de

especificidades territoriais que influenciam o perfil dos praticantes, mas sem qualquer levantamento ou tratamento sistemático dessa informação.

O outro dirigente responde de forma similar, ao confirmar o desconhecimento sobre esta dimensão: *“Não, é só mesmo por conhecimento, quando às vezes vemos os miúdos... Eu aqui não tenho esse conhecimento.”* A ausência de dados quantitativos ou qualitativos é total, ficando o conhecimento restrito a impressões subjetivas, dependentes do contacto ocasional com alguns jovens e da experiência pessoal. O entrevistado reforça: *“De resto, não temos conhecimento. Só se nos disserem alguma coisa.”*

Esta constatação é sociologicamente relevante e converge com o que foi observado nas entrevistas aos restantes agentes desportivos e representantes do Estado, tanto a nível central como local. Ou seja, o conhecimento sobre a origem social dos jovens praticantes de desporto em Portugal é, na maioria dos casos, inexistente ou meramente intuitivo.

A inexistência de informação sobre a origem social dos praticantes impede que as associações possam formular políticas ou programas que visem corrigir desigualdades no acesso ao desporto.

A falta de recolha de informação sobre a origem social dos atletas traduz, também, uma dimensão simbólica da gestão desportiva: o foco permanece no cumprimento de funções técnicas e competitivas, enquanto as dimensões sociais e educativas da prática desportiva permanecem invisibilizadas. Ao não integrarem variáveis sociais na sua monitorização, as associações, tal como os outros agentes desportivos, reforçam a tendência observada em outros níveis do sistema desportivo de conceber o desporto como um campo autónomo, desligado das dinâmicas socioeconómicas que o atravessam (Bourdieu, 1978).

No plano geral, esta ausência de dados demonstra o carácter administrativo e limitado das estruturas associativas regionais, cuja atuação é orientada por imperativos administrativos e desportivos, mas não por preocupações de equidade social.

Em suma, a análise deste aspeto da realidade confirma que tanto a AAL como a AAS não possuem instrumentos de diagnóstico ou monitorização social dos seus praticantes, operando num vazio informativo que impede qualquer intervenção direcionada a jovens de contextos vulneráveis

Impacto da Covid-19: quebra temporária e retoma sem reformulação

A leitura cruzada das entrevistas às duas associações regionais permite constatar que, apesar de um impacto inicial significativo da pandemia, o setor do andebol revelou uma notável capacidade de recuperação. Um dos entrevistados minimiza os efeitos duradouros da crise pandémica, sublinhando que *“não é significativo e na verdade nós julgávamos que realmente isso ia acontecer, mas tem havido muitas inscrições”*, o que indica uma rápida retoma das atividades e um regresso à normalidade competitiva.

A narrativa do outro entrevistado confirma um percurso semelhante, ainda que mais marcado pela oscilação entre retração e crescimento: *“foi tudo abaixo. Muita gente desistiu. Mas depois, quando regressou, regressou novamente em força. E agora temos mais clubes do que tínhamos antes do Covid.”* Esta descrição evidencia uma fase de perda acentuada de praticantes e interrupção das dinâmicas associativas, seguida de um processo de recomposição e até de expansão posterior.

Esta evolução é coerente com o que foi identificado nas entrevistas aos demais agentes desportivos, autárquicos e do IPDJ e está alinhada com os dados estatísticos sobre praticantes federados e clubes.

Assim, a pandemia, embora tenha exposto vulnerabilidades financeiras e organizacionais, também reforçou a importância do associativismo desportivo enquanto espaço de pertença coletiva.

Perceção sobre os clubes: missão social secundária e lógicas de sobrevivência

As entrevistas às associações revelam perceções que reconhecem, com nuances distintas, as dificuldades dos clubes em acolher e apoiar jovens provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos. Embora ambos os dirigentes evidenciem sensibilidade social e consciência das desigualdades, as suas leituras convergem na ideia de que os clubes enfrentam sérias limitações financeiras e estruturais que os impedem de desenvolver uma ação social consistente.

Um dos testemunhos exprime uma visão próxima da realidade quotidiana dos clubes, através de exemplos concretos que espelham as dificuldades de muitas famílias:

(...) uma vez fui a um treino [num clube], fui ver um treino das seniores e estava lá uma miúda que levou dois irmãos. Porquê? Porque não podia, uma era bebé e ela é que tomava conta deles, porque os pais que trabalham na restauração saem sempre muito tarde e os miúdos realmente acabam por estar um bocado abandonados (...)

Este episódio traduz a perceção de que os clubes acolhem jovens com trajetórias sociais complexas, funcionando, por vezes, como espaços de refúgio e sociabilidade. Contudo, esta observação é feita num tom descritivo, não analítico, e não se associa à existência de políticas concretas de integração por parte dos clubes.

Noutro caso, o discurso é ainda mais explícito quanto à limitação das respostas dos clubes:

Não [prioridade dos clubes], agora, assim, no momento, não estou bem para essa gente carenciada. Parte monetária não tem, não conseguem. Eu acho que se uma

pessoa, uma família com carência, por vezes os meninos têm que parar e têm que ir trabalhar.

Neste caso, o dirigente reconhece que, perante constrangimentos económicos, muitos jovens abandonam a prática desportiva, o que reforça a perceção de que os clubes, apesar da boa vontade, não dispõem de meios nem de enquadramento institucional para garantir a permanência desses praticantes.

Estas leituras, embora empáticas, confirmam o que já tínhamos constatado com as entrevistas aos dirigentes dos clubes. Isto é, a integração social no desporto permanece largamente dependente do esforço individual dos dirigentes e das famílias, sem suporte sistémico nem enquadramento federativo ou associativo.

Boas práticas: localizadas e não sistematizadas

Das duas associações entrevistadas, apenas uma identificou exemplos concretos de boas práticas de integração social desenvolvidas por clubes. A referência feita centra-se nos clubes localizados em contextos urbanos socialmente vulneráveis, nomeadamente *Porto Salvo* e *Assomada*: “Eu posso-lhe dizer que o Porto Salvo e o Assomada têm tido um papel, porque aquela zona é terrível, e têm tido um papel extraordinário (...)”.

Esta observação revela o reconhecimento, ainda que pontual, de iniciativas locais com impacto social relevante. O testemunho sugere que, em determinados territórios marcados por dificuldades económicas e desigualdades estruturais, alguns clubes assumem, por via da sua prática desportiva e do trabalho de proximidade, uma função social ampliada, funcionando como espaços de apoio, pertença e integração comunitária.

Contudo, a própria formulação do entrevistado, “não tenho assim mais nenhum”, evidencia o carácter excecional destas experiências e a ausência de um acompanhamento sistemático por parte da Associação. O reconhecimento baseia-se no conhecimento empírico e informal da realidade dos clubes, não em mecanismos de monitorização ou avaliação social.

Esta limitação é sociologicamente significativa, uma vez que demonstra que, mesmo quando as associações identificam práticas de integração, estas permanecem fora de qualquer política estruturada ou rede de disseminação. Em termos bourdieusianos, poder-se-ia afirmar que o capital social gerado por clubes como o Porto Salvo e o Assomada não tem reconhecimento institucional. Assim, as boas práticas existem, mas permanecem isoladas.

A análise das entrevistas realizadas à AAL e à AAS evidencia a fragilidade estrutural das entidades intermédias do sistema federativo português. Ambas operam com orçamentos limitados, dependentes quase exclusivamente das receitas provenientes dos clubes e de um apoio anual fixado pela Federação. Esta dependência financeira reflete um modelo de governação piramidal, em que as associações desempenham sobretudo funções técnico-

administrativas, sem margem para desenvolver políticas próprias ou apoiar de forma consistente os clubes e os jovens em contextos de vulnerabilidade social.

A missão das associações revela-se, assim, fortemente condicionada pela delegação de competências da parte da FAP, centrada na gestão das competições e na aplicação das normas federativas. Ainda que surjam iniciativas pontuais, como centros de treino ou ações de captação escolar, estas dependem do voluntarismo dos dirigentes e não de um enquadramento estratégico articulado. A escassez de recursos humanos e financeiros limita severamente a capacidade de intervenção, sendo comum que o trabalho associativo assente em regimes de trabalho voluntário e em redes de relações pessoais com clubes e escolas.

No plano social, as associações reconhecem a importância da integração de jovens provenientes de classes sociais menos favorecidas, mas remetem essa responsabilidade para os clubes, demonstrando ausência de instrumentos próprios de diagnóstico, acompanhamento ou apoio diferenciado. A origem social dos praticantes é desconhecida, pelo menos de uma forma sistematizada, o que confirma a inexistência de métricas sociais no sistema associativo.

Quadro 9.1 – Síntese das entrevistas aos dirigentes das associações de andebol

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Orçamento	Fortemente dependente das receitas provenientes dos clubes; apoio reduzido da FAP; ausência de autonomia financeira.	As associações funcionam num regime de sobrevivência, incapazes de investir em projetos sociais ou de formação.
Apoios públicos	Ausência de financiamento público direto; apoio logístico por parte dos municípios à organização de alguns eventos desportivos.	Associações sem acesso aos apoios financeiros disponibilizados por entidades públicas, designadamente municípios e IPDJ.
Objetivos e constrangimentos	Foco na gestão administrativa e competitiva; ambição de aumentar o número de clubes e escalões representados.	O discurso sobre o desenvolvimento da modalidade anula a dimensão social e a consolidação dos clubes existentes.
Apoio aos clubes	Ações limitadas e reativas; apoio sobretudo burocrático; ausência de apoios financeiros.	As associações assumem papel passivo, esperando que os clubes tomem a iniciativa.
Recursos humanos	Estruturas reduzidas e assentes em trabalho voluntário; falta de técnicos para ações de promoção e captação.	A escassez de meios humanos reflete e reforça a impossibilidade de intervenção social estruturada.
Origem social dos praticantes	Ausência de dados e de monitorização; perceção genérica de predomínio da “classe média”.	Reforça a invisibilidade social do desporto e a ausência de políticas de equidade.

Impacto da covid-19	Recuperação rápida do número de clubes e praticantes; ligeiro crescimento após o período pandémico.	Falta de capacidade institucional para analisar ou planejar respostas estruturais pós-pandemia.
Perceção sobre os clubes	Reconhecimento do papel social dos clubes, sobretudo em contextos vulneráveis.	A responsabilidade é remetida inteiramente para os clubes, sem apoio associativo direto.
Boas práticas	Identificação de exemplos locais (ex.: Porto Salvo, Assomada).	Boas práticas isoladas, sem articulação nem reconhecimento institucional.

A síntese das entrevistas, expressa no quadro acima, destaca a existência um padrão de funcionamento assente numa lógica de dependência estrutural e de fraca capacidade autónoma de regulação e intervenção social por parte das associações. As dinâmicas descritas revelam um desfasamento persistente entre as expectativas institucionais colocadas à AAL e à AAS enquanto entidades intermédias e os meios efetivamente disponíveis para o exercício desse papel. A acumulação de constrangimentos financeiros, a escassez de recursos humanos qualificados e a ausência de instrumentos sistemáticos de conhecimento da realidade social dos praticantes contribuem para uma atuação predominantemente reativa e administrativa. Paralelamente, a concentração das responsabilidades ao nível dos clubes reforça a fragmentação do sistema e limita a construção de respostas integradas. As entrevistas sugerem, assim, a existência de um modelo associativo funcional para a gestão competitiva, mas estruturalmente débil no que respeita à promoção de políticas desportivas com intencionalidade social.

9.3. DO LOCAL AO NACIONAL: O OLHAR DA FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

A Federação surge como uma instituição que, embora detenha legitimidade simbólica, não dispõe de instrumentos financeiros ou políticos suficientes para operacionalizar uma política de integração social. As ações com potencial de integração, como o programa andebol4all⁴⁰, representa contributo relevante, mas circunscrito, sem mecanismos de expansão, avaliação ou coordenação com o Estado central e as autarquias.

O discurso federativo apoia-se numa retórica de igualdade de oportunidades e numa visão moral da integração, que delega nos clubes a responsabilidade de acolher e apoiar jovens carenciados, em vez de a inscrever como um compromisso político e estrutural. Esta lógica, fundada no voluntarismo e na proximidade, confirma a tendência observada nos clubes e municípios. Isto é, a integração social no desporto português continua a depender mais de iniciativas locais e individuais do que de políticas públicas consistentes.

⁴⁰ <https://portal.fpa.pt/2013/02/andebol4all-historia-e-exercicios/>

Em síntese, o papel da FAP, tal como emerge desta análise, é o de uma entidade mediadora entre o Estado, as autarquias e os clubes, dotada de consciência social e visão estratégica, mas limitada pela ausência de meios e de uma política nacional coerente para o desporto enquanto instrumento de integração social.

Orçamento e financiamento da Federação de Andebol de Portugal: entre a dependência pública e a fragilidade estrutural

A análise do discurso do Presidente da FAP revela uma estrutura orçamental fortemente dependente do financiamento público, em particular dos apoios provenientes do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Como refere, *“à volta quase 50%, enfim, depende às vezes dos anos, depende também dos eventos que possamos organizar, mas vamos dizer que à volta de 50% é do IPDJ, financiamento público”*. Esta afirmação confirma que o modelo de sustentabilidade financeira da federação assenta numa dependência estrutural do Estado, o que condiciona a sua autonomia e a previsibilidade das suas ações.

Essa dependência é agravada por constrangimentos de natureza administrativa e temporal. O entrevistado denuncia o atraso nos reembolsos por parte do IPDJ, referindo que *“as Federações são ressarcidas e os clubes ressarcidos só no ano seguinte, a ter começado a época em setembro, e estamos a 23 de março, e zero neste momento.”* Tal atraso gera desequilíbrios de tesouraria que afetam não apenas a gestão federativa, mas também os clubes que dependem desse fluxo financeiro, particularmente nas deslocações às Regiões Autónomas⁴¹. O testemunho evidencia a existência de uma cadeia de dependências financeiras que se repercute ao longo de toda a estrutura do andebol português, revelando as limitações da política pública de financiamento desportivo a nível central.

A segunda principal fonte de receitas da FAP provém das inscrições e taxas pagas pelos clubes, o que reforça a ideia de um sistema de financiamento circular e fechado, onde os próprios agentes desportivos financiam a estrutura que os regula: *“A segunda mancha de financiamento maior tem a ver com as inscrições, portanto, com o financiamento da própria modalidade, das inscrições [pagas pelos clubes].”* A arbitragem, também financiada pelos clubes, representa outra dimensão desta lógica de autossustentação interna: *“(...) arbitragem também via clubes (...)”*. Este modelo, embora funcione como mecanismo de estabilidade financeira, agrava a pressão económica sobre as instituições de base e limita a redistribuição de recursos.

O financiamento proveniente dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia é identificado como uma terceira fonte de receita, embora menos relevante e marcada por

⁴¹ Os custos decorrentes da deslocação dos clubes do continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são financiados pelo IPDJ via federações.

desigualdades. O Presidente observa que “*nos jogos sociais tem havido uma estabilização*”, mas sublinha a disparidade de critérios na distribuição: “*Desportos de Inverno. Recebe um milhão de euros (...). Nós recebemos 300 mil, 320, ano. (...) Nada contra os desportos de inverno.*” Esta comparação ilustra a ausência de racionalidade no critério de afetação das verbas provenientes dos jogos sociais, reforçando a percepção de injustiça relativa entre modalidades e a desadequação dos critérios face à relevância social e territorial do andebol em Portugal. Esta realidade da distribuição dos apoios provenientes dos jogos da Santa Casa, resulta do facto de os apostadores apostarem em competições de Hóquei no Gelo de outros países, modalidade que não tem qualquer expressão em Portugal. Se apresentámos o exemplo do Hóquei no Gelo, poderíamos, igualmente, dar o exemplo do basquetebol, relativamente à National Basketball Association (NBA). Não se trata de uma competição nacional, mas tem relevância no que a Federação de Basquetebol de Portugal recebe da Santa Casa.

A estrutura de despesa da federação segue uma lógica de prioridade centrada no alto rendimento e nas seleções nacionais, como reconhece o entrevistado:

(...) como é evidente, é para o alto rendimento e seleções nacionais, uma segunda para o funcionamento geral, uma coisa pequenina para a área da formação, e depois, às vezes, podemos ter projetos especiais.

Esta hierarquização orçamental traduz a orientação dominante do sistema desportivo nacional, em que a valorização do desempenho e da representação internacional se sobrepõe ao investimento na base. Assim, a área da formação, onde se poderia potenciar o papel integrador do desporto, neste caso do andebol, permanece subfinanciada e dependente de projetos pontuais, desprovidos de continuidade.

Quanto à evolução global do orçamento federativo, o Presidente da FAP menciona uma ligeira redução: “*o orçamento da federação este ano, este 25, é à volta de 4 milhões e 900 mil, é um bocadinho abaixo do, do ano passado, que era 5 milhões, enfim, não era assim grande significado.*” A estabilidade orçamental aparente não deve ser interpretada como sinal de robustez, mas antes como reflexo de um modelo que atingiu um limiar de crescimento limitado pela dependência pública e pela escassa diversificação de receitas próprias.

Em síntese, o discurso do dirigente federativo permite identificar três dimensões estruturantes do financiamento da FAP:

- Dependência pública crónica, que compromete a autonomia e previsibilidade financeira;
- Financiamento interno, assente nas contribuições dos clubes, que acentua desigualdades no sistema;

- Subfinanciamento da formação, que fragiliza o papel social e integrador do andebol.

Esta estruturação revela um campo desportivo em que o Estado continua a exercer uma função de tutela económica (Correia, 2009), mas sem um planeamento estratégico de redistribuição equitativa. A racionalidade financeira, dominada pela lógica do rendimento, tende a reproduzir as assimetrias estruturais entre modalidades, reforçando a distância entre o discurso político de democratização do desporto e a realidade orçamental das federações e clubes.

Apoios públicos ao desporto: entre o reconhecimento político e a ausência de um desígnio nacional

O discurso evidencia uma perceção crítica sobre o papel do Estado no financiamento do desporto, particularmente no que respeita à ausência de uma política estratégica que reconheça o desporto como um desígnio nacional. Como refere o entrevistado:

E Portugal, no meio disto nem tem a dimensão, somos 10 milhões, nem tem o patrocínio privado e bilhética que aguenta os clubes e tem o Estado a apoiar, mas ainda não naquela lógica de desígnio nacional (...).

Esta afirmação reflete uma leitura estrutural do sistema desportivo português como dependente do apoio público, mas simultaneamente carente de uma visão integrada que o enquadre enquanto prioridade política. O dirigente sublinha a inexistência de uma política pública de financiamento desportivo que reconheça o desporto como dimensão estratégica de coesão social, desenvolvimento humano e afirmação cultural. O apoio do Estado surge, assim, como necessário, mas insuficiente, respondendo apenas de forma reativa às necessidades do setor e não como parte de um plano articulado e de longo prazo.

A ausência de patrocínios privados de dimensão significativa e de receitas consistentes de bilhética é apontada como um fator que agrava a dependência estrutural das modalidades do apoio estatal. Portugal é descrito como um país sem escala económica nem densidade de mercado que permitam sustentar o desporto através de mecanismos privados de autofinanciamento. Neste contexto, o financiamento público deveria assumir uma função compensatória e estabilizadora, mas o entrevistado considera que tal não ocorre de forma proporcional nem adequada às necessidades reais das federações e clubes.

Essa insuficiência é reforçada pela constatação de que os aumentos de custos operacionais, nomeadamente transportes, seguros e encargos administrativos, não são acompanhados por um crescimento equivalente do financiamento público: “(...) *não temos o*

aumento compatível ou próximo sequer, ao nível do financiamento público, relativamente a estes aumentos de custos (...)".

Esta leitura confirma a persistência de uma estrutura de financiamento assimétrica e desarticulada, onde o Estado central continua a desempenhar um papel de financiador indispensável, mas sem um enquadramento estratégico de sustentabilidade. A lógica dominante é a de uma política pública residual e compensatória, mais orientada para responder a necessidades conjunturais do que para planear o desenvolvimento desportivo de forma estrutural.

Pode concluir-se que o Estado atua de forma dispersa e descoordenada, sem mecanismos eficazes de articulação entre os diferentes níveis do sistema desportivo. O testemunho do dirigente federativo sugere, assim, que o desporto em Portugal continua a ser tratado como uma política setorial de segunda linha, dependente de vontades políticas e não como uma componente estruturante.

Objetivos e estratégia da Federação de Andebol de Portugal: entre a planificação operacional e o desenvolvimento de base

O discurso do entrevistado revela uma preocupação com a definição de objetivos realistas e temporalmente estruturados, que privilegiem a ação concreta e mensurável em detrimento de metas abstratas e de longo prazo. A crítica à ausência de planificação realista em Portugal é evidente quando afirma:

E objetivos, claros, não é aquele tipo de objetivos que às vezes neste país se vê. Em 2050 queremos ser...pá, eu em 2050, ou 2070, pouco vale, não é? Admito que possa ser importante, mas antes de 2050 tem de haver 2015, 17, 20, tem de haver também objetivos de curto e médio prazo, porque senão a malta sai muda.

Esta mensagem traduz uma visão pragmática da gestão desportiva, centrada em ciclos de planeamento operacionais e de resultados concretos, refletindo um afastamento do discurso retórico e simbólico frequentemente associado à planificação pública do desporto.

Em termos estratégicos, o dirigente destaca duas prioridades centrais: o fortalecimento do andebol masculino, pela sua maior expressão competitiva, e a progressiva consolidação do andebol feminino, com metas de qualificação para fases finais de campeonatos europeus e mundiais. Essa opção é reconhecida explicitamente:

Foi aí que definimos que, primeiro, como é evidente pela realidade nacional, o masculino ia à frente, iria à frente sempre, mas também com objetivos para o feminino, nomeadamente na participação, mais à frente um bocadinho, nas fases finais de europeus e ou mundiais.

Embora a afirmação denote realismo institucional, ela também revela uma hierarquia de prioridades de género que reflete uma estrutura simbólica de desigualdade persistente no desporto federado, como temos referido ao longo desta tese. O investimento diferenciado entre masculino e feminino é apresentado como uma necessidade pragmática, mas traduz igualmente uma reprodução das lógicas dominantes, em que o sucesso masculino continua a legitimar a centralidade institucional das modalidades.

Outro eixo estratégico identificado é a articulação entre formação e rendimento, particularmente através do reforço das seleções jovens e dos centros regionais de treino. O entrevistado sublinha:

É daí que nasce também esta importância da aposta nas várias seleções jovens, não só na principal, mas nas jovens como elemento de fornecimento de matéria humana para as seniores.

Este modelo revela uma conceção funcional da formação, concebida sobretudo como fornecedora do alto rendimento. A aposta nos centros regionais de treino e na proximidade entre seleccionadores e treinadores de clubes reforça esta orientação:

Fomos, entretanto, reforçando também os centros de treino regionais, Norte, Centro, Sul, quer masculinos, quer femininos, no sentido de os tais seleccionadores de seleções jovens, com os treinadores das equipas de determinados clubes (...).

Contudo, a FAP não restringe a sua atuação à elite competitiva. É destacada a importância de alargar a base de praticantes, através de programas de iniciação e de promoção da modalidade nas escolas, nomeadamente o andebol4kids⁴² e o andebol4kids/Master Plan para o andebol do primeiro ciclo:

Foi aí que definimos também um reforço, já havia um reforço do papel do andebol nas escolas, através do andebol4Kids, que agora, já o ano passado, reforça-se com um projeto que colocamos na Federação Europeia, que é o Master Plan para andebol do primeiro ciclo.

Esta estratégia, consolidada em torno da infância e do primeiro contacto com a modalidade, procura garantir renovação geracional e, simultaneamente, reforçar a presença do andebol no sistema educativo:

⁴² <https://portal.fpa.pt/2023/07/andebol4kids-um-projeto-cada-vez-mais-consolidado-nas-escolas-de-norte-a-sul-do-pais/>

Pequeninos é uma aposta nossa, grande aposta (...), tentar junto do primeiro e segundo ciclo desenvolver o interesse pela modalidade, aquele primeiro contacto pela modalidade que é importante.

No plano sociológico, esta aposta do desporto na escola e de iniciação representa uma tentativa de reconstrução da base social do andebol, mas também uma estratégia de afirmação institucional da FAP perante o sistema educativo e as instâncias europeias. A ligação com a Federação Europeia de Andebol (EHF) e a submissão de projetos internacionais refletem um esforço de legitimação junto de instâncias supranacionais.

Em síntese, os objetivos e estratégias da FAP evidenciam uma tensão entre dois vetores complementares, mas desiguais:

1. Vetor competitivo, centrada na formação de elite e nos resultados internacionais;
2. Vetor social e educativo, orientado para o alargamento da base de praticantes e a articulação com as escolas.

Esta tensão traduz o dilema clássico do desporto federado, isto é, a coexistência de uma missão de rendimento e de uma missão social, frequentemente subordinadas a recursos limitados e a um modelo de financiamento que privilegia o desempenho sobre a integração. É igualmente relevante perceber que no discurso não há referência a objetivos que tenham como alvo a intervenção da FAP junto de públicos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico. O que indicia que esta não é a “missão”, pelo menos estruturada, da FAP.

Apoio aos clubes e recrutamento nas escolas: igualdade de oportunidades e cooperação territorial

O discurso evidencia uma preocupação consistente com a articulação entre o sistema federado e o sistema educativo, reconhecendo que a escola é o principal espaço de recrutamento e iniciação desportiva. Contudo, é reconhecido que as interações entre clubes e escolas são pontuais e desiguais no território nacional, o que revela a fragilidade estrutural da relação entre o desporto federado e o desporto escolar em Portugal, um problema amplamente identificado. Apesar da relevância das escolas como espaços de socialização para a prática desportiva, a integração institucional entre clubes e estabelecimentos de ensino permanece limitada, dependendo mais da iniciativa local e da disponibilidade de dirigentes e professores do que de políticas sistemáticas de articulação (Constantino, 1999; Marivoet, 2001; Cascais & Brito, 2002; Correia, 2009).

O entrevistado sublinha ainda que a intervenção da FAP se concentra sobretudo nos segundo e terceiro ciclos de ensino, onde o desporto na escola está mais consolidado: *“Estamos a falar sempre do segundo ciclo e à volta do segundo ciclo.”* Já o *Master Plan*, com

apoio europeu, tem como alvo o primeiro ciclo, procurando preencher um vazio na promoção da prática desportiva nos primeiros anos de escolaridade:

O Master Plan com apoio europeu é mais dirigido ao primeiro ciclo, é uma coisa, lá está, é uma lógica muito nórdica, não é? O desporto escolar está no segundo e terceiro ciclo, mas não está no primeiro.

A referência à “lógica nórdica” indica a existência de um modelo de referência europeu mais integrado, em que o desporto federado e o escolar coexistem de forma contínua. O reconhecimento dessa diferença cultural traduz, implicitamente, uma crítica ao modelo português, que tende a compartimentar os níveis de prática desportiva e a subvalorizar a iniciação precoce como elemento estruturante da identidade desportiva.

No plano territorial, é evidenciada a preocupação com a igualdade de oportunidades, independentemente da origem geográfica dos jovens:

Temos de ser o mais radicais na igualdade de oportunidades. Uma criança de Portalegre, ou sei lá, do interior, lá por ter nascido ali, não tem que ser, não, não... temos de fazer tudo para que tenha as mesmas oportunidades de alguém que seja do litoral.

Esta visão traduz uma ética de equidade territorial que contrasta com a realidade empírica dos clubes analisados, onde as condições materiais e institucionais de acesso ao desporto variam fortemente entre regiões e contextos socioeconómicos, mesmo, como é o caso, de clubes que se situam na região mais privilegiada do país em termos socioeconómicos: a AML.

A ação federativa procura, assim, corrigir desequilíbrios estruturais através de programas e mecanismos de incentivo. Um exemplo é o processo de certificação de clubes formadores, iniciado pela FAP:

Nós iniciámos há três anos, quatro anos, o processo de certificação de clubes, certificação de clubes formadores, (...) tem vantagens também em termos do valor das inscrições, da diminuição das inscrições. Isto para quê? Para valorizar aqueles clubes que têm programas de treino, que guardam os programas de treino, que têm treinador certificado, (...) que promovem, por exemplo, incentivam que haja miúdos que vão para os cursos de árbitro (...).

Este processo representa uma tentativa de introdução de racionalidade técnica e meritocrática no sistema de apoio federativo, recompensando práticas formativas qualificadas e de continuidade. Contudo, o dirigente entrevistado reconhece os limites materiais dessa ambição: “Ouça, os custos estão mesmo pelo mínimo, tem custos, toda esta estrutura tem custos.” Assim, a certificação surge como instrumento simbólico e normativo de valorização

dos clubes, mas não como mecanismo de redistribuição financeira capaz de alterar significativamente as condições de base.

A visão do entrevistado estende-se também à responsabilidade social das autarquias locais, sublinhando que o apoio aos jovens em situação de vulnerabilidade não deve ser apenas uma função da federação, mas uma obrigação partilhada pelos poderes públicos: *“Já nem digo a Câmara, mas a junta que está ali ao lado, se uma criança tem dificuldade tem de ser apoiada.”* Esta frase ilustra uma conceção de governação baseada na corresponsabilização entre atores locais e federativos, ainda que assente numa lógica informal e dependente da sensibilidade das instituições de proximidade.

Em síntese, a política federativa de apoio aos clubes e de recrutamento nas escolas assenta em três vetores fundamentais:

1. A articulação (ainda incipiente) entre sistema educativo e sistema federado, essencial para a expansão da base de praticantes;
2. A certificação dos clubes formadores como tentativa de induzir qualidade e reconhecimento institucional;
3. A promoção da igualdade territorial, enquanto princípio orientador, embora de difícil concretização prática devido às assimetrias regionais e financeiras.

Esta configuração revela uma federação que tenta equilibrar funções normativas e compensatórias, procurando corrigir desigualdades estruturais sem dispor de instrumentos financeiros robustos. A intervenção federativa emerge, assim, como um exercício permanente de ajustamento entre ambição formativa, limitação de recursos e dependência do voluntarismo local, um retrato coerente com o padrão identificado nos clubes e municípios analisados ao longo desta tese.

O papel da Federação de Andebol de Portugal na integração de jovens carenciados: entre a igualdade simbólica e a ausência de estratégia estruturada

A análise da entrevista revela uma compreensão da integração social no desporto ancorada sobretudo numa visão simbólica da igualdade de oportunidades, mais do que numa estratégia institucional sistematizada. Quando questionado sobre políticas específicas dirigidas a jovens provenientes de contextos socialmente desfavorecidos, o dirigente afirma: *“Não, não, a esse nível é, é geral, não é, é equitativo, são os clubes que os inscrevem, sim, não, isso aí não.”*

Esta resposta evidencia a inexistência de programas federativos diferenciados ou medidas de discriminação positiva orientadas para jovens carenciados. O princípio da equidade é interpretado numa lógica em que todos são tratados de forma igual, mas sem

considerar as desigualdades de partida que condicionam o acesso e a permanência na prática desportiva. A ausência de uma política ativa neste domínio traduz uma forma de neutralidade institucional, que, embora bem-intencionada, tende a reproduzir desigualdades, na medida em que equipara a igualdade formal à real.

Esta leitura, centrada na igualdade, não tem em atenção as barreiras materiais e institucionais que limitam o acesso efetivo de jovens de meios desfavorecidos ao desporto federado, uma realidade amplamente demonstrada na análise dos clubes e das autarquias apresentada nesta investigação⁴³.

Apesar de não existir uma estratégia dirigida especificamente à integração de jovens carenciados, a FAP tem desenvolvido iniciativas no domínio da integração, designadamente através do programa andebol4all. Como refere o dirigente: “*Nós, não é exatamente o que está a perguntar, mas nós temos um programa que se chama andebol4all (...).*” Este programa abrange diversas dimensões, incluindo andebol em cadeira de rodas, deficiência intelectual, andebol para pessoas surdas, reclusos em contextos prisionais e/ou centros educativos. O presidente da FAP destaca:

Andebol em cadeira de rodas, há malta que, ou por nascimento ou por acidente, o que for, tem essa incapacidade. Também na deficiência intelectual, também nas prisões, também dos centros educativos.

Estas iniciativas demonstram sensibilidade e compromisso social por parte da federação, mas o foco recai predominantemente sobre outras dimensões da integração e não sobre a desigualdade socioeconómica. A ausência de programas específicos de apoio a clubes que trabalhem com jovens em situação de carência socioeconómica constitui uma lacuna, especialmente num contexto em que o acesso ao desporto federado é fortemente condicionado por custos diretos e indiretos.

Podemos interpretar este modelo como de governação simbólica da integração, em que a federação promove iniciativas de alto valor, que reforçam a sua relevância pública e internacional, sem que estas se traduzam em políticas estruturantes de democratização do acesso ao desporto.

Em síntese, o papel da FAP na integração social dos jovens pode ser caracterizado por três dimensões:

1. Uma igualdade formal e simbólica, que reconhece o potencial nivelador do desporto, mas não atua sobre as desigualdades estruturais de acesso;

⁴³ Bem como no capítulo VII sobre os indicadores de diversidade e participação.

2. Uma intervenção integradora temática, centrada em grupos específicos (pessoas com deficiência, reclusos, jovens institucionalizados), mas sem enfoque socioeconómico;
3. Uma ausência de política redistributiva, que limita o impacto das ações federativas na redução das desigualdades territoriais e sociais.

Abandono da prática desportiva: a transição crítica entre formação e seniores

O discurso do entrevistado permite identificar o abandono da prática desportiva como um dos principais desafios estruturais da modalidade, sobretudo na transição dos escalões de formação para os seniores. O problema é descrito como decorrente de dimensões educacionais, afetivas e profissionais:

(...) temos ali um problema de transição dos juniores para os seniores, por isso, conhece tão bem como eu, é a universidade, é o namoro, são mais focadas na escola, percebem que podem não ser profissionais como podem, profissionais, profissionais, viver do andebol como os rapazes (...)

Esta passagem da entrevista evidencia que o abandono não decorre apenas da saturação desportiva, mas de uma reconfiguração das prioridades pessoais e educacionais dos jovens atletas no momento de transição para a vida adulta. A entrada no ensino superior, as exigências académicas e a redefinição das trajetórias profissionais surgem como fatores que competem com a prática federada, especialmente num contexto em que o andebol não oferece perspectivas de profissionalização sólida.

A questão é particularmente acentuada no andebol feminino, onde a escassez de apoios e de oportunidades profissionais torna a continuidade desportiva mais frágil:

(...) no feminino isto que eu disse corresponde, isto há um processo de foco na escola, na ida para a universidade, portanto sair das suas zonas de conforto e já nem digo processo de maternidade, enfim admito que isso é até um bocadinho mais tarde hoje em dia (...)

Esta observação confirma que o abandono desportivo é atravessado por determinantes de género, refletindo a desigual valorização social, simbólica e económica das trajetórias femininas no campo do desporto. As diferenças nas oportunidades de acesso e permanência em função do género são igualmente sublinhadas por Elling e Claringbould (2005), ao dizerem que estão em causa fatores eminentemente culturais e estruturais que produzem barreiras diferenciadas ao acesso e à continuidade da prática desportiva, particularmente para as mulheres.

O discurso do entrevistado relativamente ao abandono da prática está, de alguma forma, em linha com o que constatámos nas entrevistas aos dirigentes dos clubes e corrobora o que é referido por Fonseca (2004).

Esta realidade traduz aquilo que Pierre Bourdieu (1978, 1988, 2010) designa como desigual distribuição das oportunidades, em que o capital simbólico e económico disponível é diferenciado entre géneros e modalidades. O reconhecimento de que as raparigas “percebem que podem não ser profissionais” exprime a consciência da ausência de percursos de profissionalização viáveis no feminino, o que conduz a uma desmobilização progressiva e, em última instância, à saída do sistema federado.

A referência à “universidade” e ao “foco na escola” deve também ser lida à luz da relação entre escolarização e permanência desportiva. A inexistência de mecanismos de articulação entre o ensino superior e a prática federada agrava o risco de abandono desportivo entre os jovens que prosseguem estudos. O testemunho do entrevistado confirma, assim, a carência de políticas públicas de apoio à continuidade desportiva em fases críticas do ciclo de vida.

Em termos institucionais, a FAP reconhece o problema, mas o abandono é tratado como uma inevitabilidade natural associada ao ciclo biográfico dos atletas, e não como um fenómeno social passível de intervenção política. Esta naturalização traduz um dos limites centrais do modelo do desporto federado português, que se traduz na dificuldade em conceber políticas preventivas que assegurem a continuidade da prática desportiva não profissional.

Em síntese, o abandono da prática desportiva no andebol português reflete uma combinação de fatores estruturais e simbólicos:

1. Falta de perspetivas profissionais e de reconhecimento económico, que desincentiva a continuidade;
2. Conflito entre percursos educativos e desportivos, agravado pela ausência de políticas de dupla carreira;
3. Desigualdade de género, que afeta de forma mais acentuada os atletas do sexo feminino;
4. Naturalização institucional do abandono, entendida como resultado inevitável de escolhas pessoais e não como falha de estrutura.

Este fenómeno ilustra a persistência de um modelo orientado pela lógica do rendimento competitivo, sem mecanismos de reconversão ou reabsorção dos praticantes após a fase de formação. O abandono, longe de ser apenas um “problema de transição”, é expressão das

limitações de um sistema que não garante continuidade identitária nem institucional aos jovens atletas, sobretudo àqueles que não ascendem à elite.

Impacto da Covid-19 no andebol federado: entre a crise e a reconfiguração do sistema

O impacto da pandemia de Covid-19 sobre o andebol português foi profundo e multifacetado, afetando tanto a sustentabilidade financeira da Federação como a estrutura de funcionamento dos clubes, com já termos oportunidade de constatar nas entrevistas realizadas aos dirigentes dos clubes e como veremos nas entrevistas a responsáveis municipais e do Estado central. O Presidente da FAP descreve esse período como um momento de forte perturbação económica e organizacional, seguido de um processo de recuperação gradual.

Um dos efeitos mais imediatos incidiu sobre os custos operacionais, que aumentaram de forma abrupta no período pós-pandemia. Como o dirigente sublinha, *“no pós-pandemia houve aumentos brutais dos custos, brutais, na ordem entre os 20 a 30%, mínimo (...), sobretudo nos custos de viagens, estadias e alimentação (...).”*

O testemunho reforça ainda a perceção de descontrolo orçamental no desporto de base, estendendo-se aos clubes e às escolas:

Nesta reunião do Desporto Escolar eles disseram lá tiveram aumentos de 300% nos alugueres dos autocarros para levar os miúdos de uns sítios para os outros, isto é impossível e os clubes também, tal e qual, brutal (...).

A pandemia não afetou apenas os custos, mas também as fontes de financiamento, particularmente o patrocínio privado:

(...) no pós-pandemia muitas destas empresas passaram a fazer apostas muito mais direcionadas através das redes sociais ou de mecanismos digitais (...), portanto se querem ir para aquele nicho sabem que vão muito mais diretos àquele nicho (...).

Este excerto ilustra uma mudança estrutural na lógica do marketing desportivo, com as marcas a migrarem para estratégias digitais, reduzindo o investimento em patrocínios tradicionais ligados a clubes ou federações. A consequência direta foi uma retração do apoio empresarial ao desporto federado, agravando a dependência das instituições desportivas em relação ao financiamento público, nomeadamente o proveniente do IPDJ e dos jogos sociais. A diminuição dos apoios privados ao desporto foi constatada pela PWC (2021) que refere que esta fonte de financiamento tem diminuído em quase todas as modalidades.

No plano desportivo, a pandemia provocou uma redução significativa de praticantes, confirmada pelo entrevistado: *“Não, teve claro, houve uma redução [de praticantes].”* Este decréscimo afetou particularmente os escalões de base, que viram interrompidos os seus processos de formação e socialização. Contudo, o dirigente destaca um movimento de

recuperação posterior, visível já nos anos de 2023 e 2024: *“Nós de 24, 23, 24 já temos, eu creio que até mesmo acima de 19. Com maior aumento no feminino, lá está e também com masculino, mas com mais aumento do feminino.”* Esta evolução sugere não apenas uma retoma da prática, mas também uma tendência de crescimento da participação feminina, possivelmente associada às políticas de promoção e visibilidade do andebol feminino pós-pandemia, quer pela FAP, quer pelos clubes. Esta tendência é confirmada pelos dados do IPDJ relativos aos praticantes de andebol federado, em particular os referentes a 2024.

O entrevistado sublinha ainda que a recuperação não foi apenas numérica, mas também institucional, com o aumento do número de clubes filiados: *“(...) houve uma recuperação, houve uma recuperação em número de clubes também (...).”* Contudo, a natureza dessa recuperação permanece desigual, refletindo os contrastes entre clubes com maior capacidade de organização e recursos e outros que enfrentaram dificuldades para retomar atividade.

O impacto da Covid-19 no andebol pode ser lido em três planos interdependentes:

1. Plano económico: aumento dos custos operacionais e retração do investimento privado, conduzindo a uma dependência acrescida do financiamento público;
2. Plano organizacional: suspensão de atividades e perda de clubes, seguida de recuperação;
3. Plano social: retração da participação, sobretudo entre jovens, mas com sinais de recomposição, em ambos os géneros.

Em suma, o discurso do Presidente da FAP confirma a leitura transversal desta tese: a pandemia funcionou como espelho das fragilidades e das potencialidades do sistema desportivo nacional. Tornou visível a dependência estrutural do financiamento público, mas também demonstrou a capacidade de regeneração do tecido associativo e a relevância do desporto, neste caso do andebol, enquanto espaço de reconstrução social no pós-crise.

Recrutamento e relação com as escolas: entre a dependência e o desencontro institucional

O entrevistado reconhece que a articulação entre clubes e escolas constitui um dos pilares estratégicos para o desenvolvimento da modalidade e para o alargamento da base de praticantes. Contudo, o seu discurso revela uma tensão persistente entre a intenção e a prática, entre o reconhecimento da importância da escola e as dificuldades concretas de cooperação institucional.

A crítica ao fechamento institucional da escola é expressa de forma incisiva:

(...) a reunião de sexta foi uma coisa muito gira, porque parecíamos nós a falar estes anos todos para trás, a escola fechada, o clube a querer ir à escola e a escola diz que não, a escola sem interlocutores fora (...).

Esta observação confirma um padrão identificado também nas entrevistas com autarcas e dirigentes de clubes. A escola, apesar de ser o espaço onde estão todos os jovens até pelo menos aos 18 anos, permanece uma instituição pouco permeável à intervenção externa, mesmo quando esta se orienta por finalidades educativas e de integração social.

O entrevistado ilustra ainda o carácter aleatório e pessoalizado da relação entre escola e desporto, dependente da motivação individual dos professores:

(...) há um professor que chega colocado naquela escola adora badminton, sabe badminton, jogou badminton, estou a dizer badminton pá, mas pode ser pronto, pode ser o que quiser ok, um desporto qualquer, o gajo promove e aquilo é porreiro, e os garotos não sei quanto, e aquilo funciona e mais não sei o quê (...) no ano seguinte é colocado noutra escola qualquer, vem outro. Quer dizer badminton ó pá, eu não percebo nada de badminton (...) Pá eu sou do basquete, ou do chincalhão pá pronto, tá, como o diretor não quer chatice com o professor, diz é pá pronto então faça lá, porque...lá vai o projeto, lá se deitou fora o badminton e lá vai outra coisa qualquer (...).

Este discurso revela que a promoção da prática desportiva escolar depende da vocação pessoal e transitória de docentes, sem continuidade institucional. Como o mesmo testemunho demonstra, a mudança de um professor pode significar o fim de um projeto desportivo escolar, um padrão que fragiliza a relação com os clubes e impede o estabelecimento de políticas consistentes de recrutamento. Este aspeto, devido à sua relevância, devia ser confirmado ou infirmado pelas próprias escolas, em estudo que abrangesse as escolas como atores relevantes no âmbito desportivo e da integração social.

O Presidente da FAP sublinha o que considera uma evidência negligenciada: “(...) vamos lá ver, neste país, felizmente, onde é que estão as crianças? Na escola. (...) O desporto começa logo nos primeiros anos, ok? Estas duas coisas não têm de estar ligadas?” A interrogação é reveladora da consciência institucional de que a escola é o ponto de origem natural da prática desportiva, mas também do reconhecimento de que essa ligação continua por concretizar. A ausência de um modelo integrado entre desporto escolar e clubes traduz uma lacuna sistémica, já identificada em diversos estudos sobre políticas públicas de desporto (Constantino, 1999; Marivoet, 2001; Cascais & Brito, 2002; Correia, 2009).

As resistências institucionais à entrada dos clubes nas escolas são explicitamente denunciadas: “(...) há algumas escolas que nem folhetos deixam distribuir do clube, caramba,

de promoção (...).” A recusa de cooperação, justificada por razões administrativas, de segurança ou outras, é interpretada como um sinal de desconfiança mútua entre o sistema educativo e o movimento associativo desportivo. Este desencontro reduz o potencial de captação de novos praticantes, sobretudo em contextos urbanos e periféricos onde o clube representa, frequentemente, a principal estrutura de integração comunitária fora da escola.

Em síntese, o discurso do Presidente da FAP evidencia que a escola é simultaneamente o espaço de maior potencial e de maior bloqueio para o crescimento do desporto e para a sua função integradora. O recrutamento de jovens continua dependente da vontade individual de professores, da flexibilidade de direções escolares e da persistência dos clubes. Falta, segundo o entrevistado, uma “*lógica de abertura*” que reconheça o desporto federado como parte integrante da missão educativa.

Papel dos clubes na integração social de jovens carenciados

A análise do discurso revela uma visão predominantemente universalista da prática desportiva, suportada na ideia de que o desporto, pela sua natureza, constitui um espaço igualitário. Essa perspetiva é evidente quando o entrevistado afirma que:

(...) se há coisa que o desporto é, [é que] permite a igualdade de oportunidades, porque o pobre e o rico vestem o mesmo equipamento, são iguais e muitas vezes o que tem dificuldades é melhor do que não tem as dificuldades sociais.

Esta leitura reproduz uma representação meritocrática da prática desportiva, onde o talento e o esforço individual seriam fatores suficientes para superar ou pelo menos para minimizar as desigualdades de origem. Contudo, como alerta Bourdieu (1978; 1988; 2010), o desporto não é neutro, é também um campo social estruturado, onde o acesso, a permanência e o reconhecimento dependem de diferentes formas de capital. Assim, embora a igualdade formal de acesso seja um princípio amplamente valorizado, as condições materiais e simbólicas de participação permanecem desiguais.

Neste contexto, o Presidente da FAP reconhece implicitamente que a responsabilidade pela integração social dos jovens carenciados recai, em larga medida, sobre os clubes: “*mau é se um clube fecha a porta alguém que não tem capacidade de ir treinar, não é, por razões financeiras (...).*” O discurso evidencia uma expectativa ética e moral dirigida aos clubes, vistos como agentes de proximidade capazes de neutralizar as desigualdades através da sua sensibilidade social e capacidade de adaptação. Esta visão, embora coerente com a matriz associativa do desporto português, coloca sobre os clubes um encargo desproporcionado, sobretudo num contexto em que estes operam com orçamentos precários e grande dependência do voluntariado, como constatámos.

O entrevistado acrescenta: “*Todos os clubes têm esse sentimento de que é importante dar essa oportunidade*”. Com esta frase é assumido que a integração social decorre de um “sentimento”, e não de uma política estruturada ou de um mecanismo federativo de redistribuição. Isto traduz, como já referimos, uma ideia de gestão desportiva alicerçada por valores morais, onde o imperativo ético substitui a política pública, e onde a solidariedade depende da disposição dos agentes locais, e não de uma estratégia nacional de equidade.

Apesar dessa lógica de delegação informal, a FAP tem desenvolvido programas com potencial de integração, como o andebol4all, já mencionado, e que o entrevistado descreve como abrangendo várias dimensões da diferença e da exclusão. Este programa, embora de natureza distinta da prática federada regular, representa um sinal institucional de abertura à diversidade e ao reconhecimento do desporto como instrumento de coesão social. Todavia, trata-se de um eixo de ação ainda periférico, que não se traduz diretamente em políticas que enfrentem as barreiras socioeconómicas no acesso à prática desportiva de base.

A ausência de mecanismos sistemáticos de apoio a jovens economicamente vulneráveis, seja através da isenção de taxas, de programas de bolsas ou de parcerias com o Estado, revela que a integração social continua a depender da iniciativa dos clubes e da sua capacidade de articulação local. A federação assume um papel de enquadramento simbólico, mas não de redistribuição efetiva de recursos, o que reforça o carácter desigual do sistema.

Em síntese, o discurso do Presidente da FAP traduz uma visão normativamente integradora, onde a igualdade de oportunidades é entendida como alegado valor intrínseco do desporto e não como objetivo político que exija medidas compensatórias. O papel dos clubes, nesta ótica, é o de agentes morais de proximidade, responsáveis por evitar a exclusão “por sentimento”, numa lógica que, embora humanista, perpetua a ausência de uma política pública robusta e universalista de integração social no desporto.

Articulação interinstitucional: entre a retórica da rede e a fragmentação estrutural

O discurso do Presidente da FAP revela uma conceção da articulação institucional baseada na metáfora do “triângulo virtuoso”, composto por clube, escola e autarquia. Esta representação sublinha a centralidade da cooperação entre níveis locais e intermédios de ação, configurando um modelo de governança territorial que atribui ao desporto um papel de articulação comunitária. O entrevistado afirma: “*Nós temos, há um triângulo, chamemos-lhe um triângulo virtuoso, que é o clube, a escola e a autarquia.*”

Esta visão aproxima-se das abordagens descritas, designadamente, por Constantino (1999), nas quais a ação pública é distribuída por múltiplos atores, interdependentes, mas sem uma hierarquia rígida. No entanto, a análise do discurso do entrevistado evidencia que este modelo é mais normativo do que operativo, permanecendo como uma ambição organizacional e não como uma realidade consolidada.

O entrevistado reconhece a preponderância das autarquias neste triângulo, não apenas pelo financiamento, mas também pela sua intervenção direta nas escolas e pela proximidade às comunidades locais:

As autarquias até têm mais influência (...) até ao secundário, as estruturas e tal, os pavilhões, etc. E apoiamos programas com material, a pergunta é sempre: mas podiam fazer mais? Poder podíamos, mas os recursos são o que são.

Esta afirmação traduz um reconhecimento da dependência estrutural do desporto face aos recursos municipais, mas também uma perceção de limitação material que condiciona o alcance da ação pública local. A inclusão das associações regionais neste triângulo - “*ah e aqui nesse triângulo estão as associações, como é evidente, quando eu digo federação é a associação local, na escola e o clube também ali de proximidade*” -, reforça a natureza sistémica da intervenção, embora esta multiplicidade de níveis introduza também riscos de dispersão e sobreposição de funções.

O dirigente assume ainda uma posição crítica face à fragmentação interministerial e à falta de coerência sistémica:

Este é o país que é divisão de pequenas capelas (...), eu sou o dono das escolas, não te metas comigo (...), em vez de estarmos a trabalhar em rede (...), isto é um paísinho, 10 milhões de pessoas, conhecemo-nos todos, ou trabalhamos em conjunto com um determinado objetivo, ou isto é só deitar dinheiro fora.

Esta crítica traduz uma consciência das falhas de coordenação entre o Ministério da Educação (responsável pelo desporto escolar) e o ministério responsável pelas políticas desportivas (que tutela o IPDJ). O entrevistado aponta o desporto escolar como exemplo paradigmático de ineficiência institucional: “*são dezenas de milhões de euros que custa o desporto escolar neste país, 30 e tal milhões de euros, isto é uma vergonha*”, referindo um valor que, segundo dados oficiais, em 2023 atingiu 47 milhões de euros⁴⁴, sem que isso se traduza numa articulação efetiva com o sistema desportivo federado, ou tenha reflexo no aumento da prática desportiva. Esta crítica converge com a leitura de Correia (2009), que identifica uma ambivalência estrutural nas políticas públicas do desporto em Portugal, decorrente da repartição de tutelas entre diferentes ministérios, o da Educação e o responsável pelo desporto. Essa fragmentação impede a existência de uma visão integrada e coerente das políticas desportivas. Converte, igualmente, com o que Pereira (2009) classifica como falta de cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública,

⁴⁴ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=desporto-escolar-com-investimento-de-47-milhoes-de-euros-em-2022>

estando os diversos organismos responsáveis pela política desportiva virados de costas uns para os outros. Apesar dessa crítica, o Presidente destaca melhorias recentes nas relações com o IPDJ, mencionando uma relação “*permanente, diária e institucional*”, embora limitada por constrangimentos administrativos: “*Estamos a 23 de março e ainda não assinei contrato de programa nenhum (...), tem de haver aqui um diálogo.*”

Este testemunho evidencia a persistência de atrasos burocráticos e rigidez orçamental, fatores que dificultam o planeamento e a execução financeira das federações. O mesmo discurso foi promovido pelos dirigentes dos clubes que se candidataram a apoios do IPDJ.

Em síntese, a articulação interinstitucional descrita pelo Presidente da FAP é caracterizada por uma retórica de rede e uma prática fragmentada. O “triângulo virtuoso” constitui uma metáfora eficaz, mas a sua concretização enfrenta limitações financeiras, burocráticas e culturais. A relação entre federação, clubes, escolas e autarquias parece depender mais da iniciativa individual e da boa vontade local do que de uma política integrada de Estado. A crítica às “pequenas capelas” revela, assim, a persistência de um modelo de governação em silos, departamentalizado, onde a cooperação existe, mas carece de estrutura, continuidade e objetivos comuns.

Prática desportiva: o desporto como desígnio nacional e a ausência de uma política pública estruturada

O discurso do entrevistado é pautado por uma forte dimensão crítica e mobilizadora, centrada na ideia de que o desporto deve constituir um “desígnio nacional”. Desta forma há uma tentativa de elevar o desporto ao estatuto de prioridade em termos políticos.

O Presidente da FAP articula esta crítica com um diagnóstico contundente sobre o subfinanciamento estrutural do desporto, tomando como exemplo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): “*Houve 0,00014% no PRR para o desporto, é uma vergonha (...). Em Portugal, zero e porquê? Porque os poderes políticos pá não ligam um puto ao desporto, só querem ir ver umas medalhas (...).*”

A linguagem emocional e o tom de denúncia reforçam o contraste entre a retórica governamental de promoção do bem-estar e a ausência de investimento efetivo em políticas desportivas. A crítica encontra eco em autores como Constantino (1999), que denuncia o carácter episódico e instrumental da política desportiva portuguesa, frequentemente associada a resultados competitivos e não à democratização do acesso à prática.

Para o Presidente da FAP, o desporto assume um papel transversal na formação integral dos cidadãos, conjugando dimensões de saúde, educação e civismo:

Vamos lá ver qual é a atividade humana que consegue conciliar em simultâneo matérias na área da saúde (...), da formação, da educação (...), o respeito pelo outro, o respeito pela equipa, o respeito pela hierarquia, o saber ajudar, o fair play (...).

Esta afirmação coloca o desporto como atividade central numa sociedade que procura o equilíbrio nas suas diversas dimensões, próxima das conceções defendidas por autores como Elias e Dunning (2019), que identificam nas práticas desportivas modernas um espaço de socialização moral e de regulação das emoções. Contudo, a ausência de um enquadramento político estruturado faz com que esse potencial educativo se perca no quotidiano dos clubes e escolas. Há também uma visão romântica sobre o desporto, que exclui os aspetos negativos que também lhe estão associados e que são destacados por autores como Coakley e Pike (2014).

O entrevistado acrescenta uma observação particularmente significativa: “*Temos os piores níveis de atividade física e desportiva da Europa (...), isto não é uma vergonha?*” A constatação remete para um problema estrutural, o défice de prática desportiva entre a população portuguesa, confirmado por sucessivos indicadores de prática desportiva como o Eurobarómetro (2017, 2022), que colocam Portugal como o país com menor taxa de prática desportiva e de atividade física regular. Este défice é interpretado pelo dirigente como sintoma da falta de prioridade política atribuída ao desporto e da ausência de investimento público sustentado em infraestruturas e programas de base. Essa carência é particularmente visível na Área Metropolitana de Lisboa, onde, segundo o entrevistado:

Portugal só tem um pavilhão para organizações e eventos ao nível de um europeu de andebol, de basquete, de futsal, que é aqui em Lisboa (...). Temos um défice brutal de equipamentos desportivos, sobretudo na área metropolitana de Lisboa.

Esta observação confirma e aprofunda as perceções recolhidas nas entrevistas aos clubes e municípios, que destacaram, igualmente, as desigualdades territoriais na oferta de infraestruturas. Os dados do estudo de dos Santos, Carvalho e dos Santos (2020), bem como as análises da PWC (2021) e de Guerreiro, et. al (2024), corroboram esta leitura, demonstrando que a região de Lisboa apresenta os custos per capita mais baixos do país em matéria de desporto.

Em síntese, o discurso do Presidente da FAP expressa uma visão humanista e estruturante do desporto, simultaneamente crítica e reformista. O desporto é concebido como instrumento de coesão social e de formação cívica, mas o Estado é criticado pela ausência de uma política integrada e de uma cultura pública que o reconheça como bem essencial. A contradição entre o reconhecimento simbólico do desporto e o seu desinvestimento material

traduz o paradoxo central da política desportiva portuguesa contemporânea: o desporto é invocado como valor nacional, mas raramente tratado como prioridade política.

Boas práticas de integração social: entre a ausência de sistematização e o reconhecimento de experiências pontuais

Questionado sobre a existência de boas práticas de integração social promovidas por clubes, o Presidente da FAP manifesta dificuldade em identificar exemplos concretos, afirmando: “Pá, não consigo dizer assim, não (...). Ela agora não está ligada, mas é uma pessoa muito gira para falar, que é aqui em Oeiras, que é o Porto Salvo, a São, com as miúdas.” Esta resposta revela que, ao nível federativo, não existe um mapeamento ou sistematização de iniciativas de integração social no andebol. As referências emergem de forma empírica e pessoalizada, associadas a pessoas ou clubes específicos, neste caso, o Porto Salvo, reconhecido informalmente pelo dirigente pela sua atuação junto de jovens do sexo feminino.

A ausência de uma referência institucional clara a práticas de integração reflete uma lacuna estrutural de monitorização e disseminação de experiências. Tal constatação é coerente com o que se verificou na análise das entrevistas aos clubes, aos municípios e ao IPDJ (o que poderá ser constatado no capítulo seguinte desta tese, no que concerne ao Estado local e central), onde as ações de integração são frequentemente locais, intuitivas e sustentadas por voluntariado, mais do que por políticas ou programas nacionais.

No caso do andebol, a ausência de uma estratégia federativa que identifique, valorize e apoie financeiramente práticas de integração faz com que estas permaneçam invisíveis à escala institucional, apesar do seu potencial impacto comunitário. A FAP surge, assim, como um ator que legitima simbolicamente a importância da integração, mas não dispõe de mecanismos de incentivo, reconhecimento ou acompanhamento dessas práticas.

O discurso da FAP evidencia uma racionalidade de planeamento assente no desempenho desportivo, na qual a integração social surge como valor simbólico e transversal, mas não como eixo operativo central das políticas federativas.

A dependência orçamental face ao financiamento público do IPDJ e às receitas dos jogos sociais é um traço dominante, reforçando a vulnerabilidade estrutural do sistema. As prioridades da FAP concentram-se no apoio às seleções nacionais, na promoção das competições e no reforço da formação técnica, com destaque para projetos dirigidos às escolas e à certificação de clubes.

Apesar de reconhecer a importância da igualdade de oportunidades e de citar exemplos de programas com cariz integrador, como o andebol4all, o discurso do entrevistado mostra uma lacuna entre a retórica da integração e a prática institucional. A ação federativa permanece condicionada por lógicas de alta competição, de racionalização administrativa e

de escassez de recursos humanos e financeiros, que limitam a implementação de medidas com natureza sistémica de carácter social.

A FAP surge, assim, como o vértice de uma pirâmide organizacional onde coexistem ambições de internacionalização e constrangimentos internos, procurando equilibrar a valorização simbólica do andebol português com a sua missão formativa e integradora.

Quadro 9.2 – Síntese da entrevista ao presidente da FAP

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Orçamento e financiamento	Financiamento fortemente dependente do IPDJ e dos jogos sociais; orçamento de cerca de 5 milhões de euros; prioridade às seleções nacionais e ao alto rendimento.	Atrasos nos pagamentos públicos; falta de previsibilidade financeira; subfinanciamento comparativo face a outras modalidades.
Apoios públicos ao desporto	Reconhecimento da importância do apoio estatal; perceção de insuficiência do financiamento público e de ausência de visão estratégica nacional para o desporto.	Desalinhamento entre discurso político e investimento real; dependência estrutural do Estado sem autonomia sustentável.
Objetivos e estratégia	Ênfase no planeamento de curto e médio prazo, reforço das seleções jovens e expansão dos programas escolares (andebol4kids, <i>Master Plan</i>).	Foco competitivo sobrepõe-se à função social; integração aparece como externalidade do sucesso desportivo.
Apoio aos clubes e recrutamento nas escolas	Promoção da certificação de clubes formadores; incentivos técnicos e formativos; aposta em igualdade territorial e captação no interior.	Recursos limitados; dificuldade de articulação com escolas e autarquias; apoio desigual entre clubes.
O papel da federação na integração de jovens carenciados	Referência ao andebol4all e a programas em prisões e IPSS; valorização simbólica da igualdade de oportunidades.	Falta de enquadramento sistemático de políticas inclusivas; ausência de monitorização social; integração vista como valor moral, não como política estruturada.
Abandono da prática desportiva	Reconhecimento da quebra na passagem de juniores para seniores; abandono associado a estudos, relações pessoais e mercado de trabalho.	Ausência de medidas estruturadas para reter jovens; descontinuidade entre formação e prática sénior.

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Articulação interinstitucional	Cooperação com IPDJ, autarquias e associações regionais; defesa do “triângulo virtuoso” escola–clube–autarquia.	Persistência de fragmentação e burocracia entre níveis institucionais; fraca integração do desporto escolar no sistema federado.
Impacto da covid-19 no andebol federado	Reconhecimento do aumento de custos e da retração do patrocínio; recuperação gradual do número de clubes e atletas.	Fragilidade económica exposta pela pandemia; ausência de políticas de contingência federativa.
Prática desportiva	Crítica à falta de investimento e de visão estratégica do Estado; defesa do desporto como desígnio nacional.	Discrepância entre discurso de missão pública e prática competitiva; marginalização do desporto formativo e social.
Boas práticas de integração social	Referência pontual ao trabalho de clubes como Porto Salvo e Assomada em contextos vulneráveis.	Ausência de mapeamento ou apoio sistemático às boas práticas; reconhecimento empírico, não institucionalizado.

O quadro supra evidencia um padrão de governação federativa fortemente orientado para a regulação competitiva e para a projeção externa da modalidade, em detrimento de uma estratégia social estruturada. As tensões identificadas entre dependência financeira, planeamento de curto e médio prazo e fragilidade da articulação interinstitucional revelam um modelo funcional para a alta competição, mas limitado na sua capacidade de produzir efeitos duráveis ao nível da integração social. A coexistência entre reconhecimento discursivo do princípio da igualdade de oportunidades e ausência de mecanismos sistemáticos de monitorização e apoio social reforça uma leitura da integração tratada sobretudo como valor normativo, e não como política pública desportiva plenamente institucionalizada. A entrevista expõe, assim, um desfasamento persistente entre a centralidade simbólica atribuída à função social do desporto e a sua concreta operacionalização no plano federativo.

Capítulo X

ENTRE A INTENÇÃO E A LIMITAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS E CENTRAIS NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NO DESPORTO

10.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise das entrevistas realizadas a representantes das câmaras municipais e do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) permite observar a realidade multifacetada das políticas públicas de desporto em Portugal, marcada por tensões, sobreposições e fragilidades estruturais.

Ao nível local, os municípios constituem-se como atores centrais da política desportiva, assumindo a gestão direta ou partilhada de equipamentos, a concessão de apoios financeiros e logísticos aos clubes e a dinamização de programas de prática desportiva. Esta centralidade traduz-se, porém, numa forte heterogeneidade territorial. Ou seja, enquanto alguns municípios apresentam estratégias mais estruturadas, outros limitam-se a uma função de manutenção e apoio de base. O discurso municipal sublinha a relevância dos clubes como âncoras comunitárias e como instrumentos de integração social, mas o facto de não disporem de métricas sociais (ex.: origem socioeconómica dos praticantes) revela uma “cegueira institucional” que tende a reproduzir desigualdades. Além disso, a tensão entre o universalismo dos apoios e a necessidade de discriminação positiva permanece como um impasse não resolvido.

No plano do Estado central, representado pelo IPDJ, organismo responsável pela implementação da política desportiva a nível nacional, observa-se uma lógica distinta. O financiamento depende fortemente das receitas dos jogos sociais, uma fonte volátil que condiciona a previsibilidade orçamental e acentua a fragilidade estrutural do modelo. A maior parte dos recursos continua a ser canalizada prioritariamente para o desporto de alta competição, em detrimento do desporto de base e comunitário. O Programa Nacional de Desporto para Todos surge como mecanismo de estímulo à participação, mas com capacidade limitada face ao universo nacional de clubes e sem foco específico nos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconómica. A ausência de estudos de impacto e de indicadores sociais evidencia igualmente uma política assente mais na retórica dos valores do desporto do que em evidência empírica consistente.

Em ambos os níveis de governação, central e local, verifica-se um paradoxo: o desporto é enaltecido como ferramenta de integração social, mas as políticas públicas carecem de instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação que permitam transformar esse potencial em resultados concretos. A falta de articulação entre os dois níveis da gestão pública e os clubes contribui para reforçar este cenário de desfasamento entre discurso e prática.

Assim, este capítulo organiza-se em duas secções. Na primeira, analisa-se o discurso dos representantes das câmaras municipais, procurando compreender de que modo os municípios interpretam e operacionalizam o seu papel na política desportiva local, nomeadamente na gestão de equipamentos, na atribuição de apoios aos clubes e na promoção da prática desportiva como instrumento de integração social. Na segunda, examina-se a perspetiva do IPDJ, enquanto organismo de enquadramento do Estado central, abordando os seus mecanismos de financiamento, as prioridades de afetação de recursos, os programas orientados para o “desporto para todos” e os limites de planeamento, monitorização e avaliação que condicionam a concretização dos objetivos proclamados.

10.2. OS MUNICÍPIOS COMO ATORES DO SISTEMA DESPORTIVO: DISCURSOS E PRÁTICAS

Na presente secção fazemos a análise das práticas e discursos dos representantes dos municípios tendo como pano de fundo a promoção da integração social no desporto, partindo do reconhecimento do papel central que os municípios ocupam na estruturação do campo desportivo local. Num contexto marcado por desigualdades sociais e territoriais, as políticas desportivas municipais surgem com uma relevância estrutural marcante, com potencial para ampliar o acesso à prática desportiva estruturada por parte de jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis.

Com base nas entrevistas realizadas a representantes municipais, procura-se compreender de que forma os municípios reconhecem e operacionalizam, ou, em certos casos, negligenciam, esse potencial integrador do desporto. A análise que se segue estrutura-se em torno de várias dimensões interligadas, a saber: o papel dos clubes entre missão social e lógicas seletivas; as características do tecido associativo local; o impacto da pandemia Covid 19 no associativismo desportivo; os desafios colocados à produção de conhecimento e partilha do mesmo, nomeadamente através de estruturas como o Observatório da Área Metropolitana de Lisboa; os limites da cooperação interinstitucional e da integração sistémica entre municípios, Estado central, clubes e escolas; e, finalmente, as experiências de boas práticas e os constrangimentos à sua replicação e consolidação.

Esta abordagem permite evidenciar a coexistência de intenções políticas favoráveis à integração com realidades organizativas e estruturais que frequentemente a inviabilizam.

Mais do que diagnosticar falhas, esta secção procura identificar pontos de convergência para a construção de políticas públicas de integração social no desporto mais equitativas, articuladas e eficazes, reconhecendo o papel insubstituível dos municípios, mas também os riscos da sua excessiva responsabilização num sistema ainda marcado pela fragmentação institucional e pela ausência de estratégias nacionais coerentes.

Lógicas orçamentais na política desportiva municipal

A análise das cinco entrevistas evidencia uma constante: a centralidade do apoio ao movimento associativo desportivo nos orçamentos municipais, ainda que com diferenças nas proporções, modalidades e visibilidade contabilística desse apoio. Apesar da aparente uniformidade no reconhecimento do papel dos clubes, verifica-se a existência de modelos diferenciados de gestão orçamental.

A maioria dos municípios canaliza uma parte significativa do seu orçamento da área do desporto para os clubes e associações locais. Em pelo menos três casos, esta fatia orçamental representa entre 60% e 70% do total, o que denota uma opção política clara pela valorização do associativismo como instrumento de promoção da prática desportiva e de coesão social.

Segundo um entrevistado, *"são os clubes [principais beneficiários do orçamento], são, em termos de peso, tem a ver com o associativismo"* (Município 2). A mesma lógica é reiterada noutra entrevista:

Portanto, isto para referir que sem dúvida que o dossiê associativismo desportivo, dentro de qualquer câmara municipal, é um dossiê pesado, é um dossiê de cerca de 65% do orçamento total da divisão de desporto é associativismo desportivo. E bem, e bem. (Município 3)

Numa outra entrevista afirma-se que *"em toda a política desportiva do município, os grandes beneficiários são sempre os clubes"* (Município 5).

O discurso dos responsáveis municipais revela uma visão estratégica que posiciona os clubes no centro da ação pública local, enquanto parceiros "externos", contratualizados ou subsidiados, numa lógica de alguma forma assente na ideia de complementaridade entre Estado e sociedade civil. Algo defendido, no contexto desportivo, por Constantino (1999).

Um dos municípios destaca um modelo mais centrado na função gestora, com o orçamento absorvido em grande parte pela manutenção do parque de equipamentos desportivos. Como referido pelo entrevistado:

(...) muitas vezes não é visível, mas nós temos, por ano, com contratos de manutenção, valores acima de 1 milhão de euros (...) a divisão com o maior orçamento é a divisão de gestão de equipamentos desportivos, e também para as questões das manutenções. (Município 1)

Este padrão de afetação de recursos ilustra os constrangimentos de natureza estrutural que resultam da posse e responsabilidade direta sobre infraestruturas, um modelo que tende a reduzir a margem de manobra para o financiamento direto aos clubes, colocando em

evidência o dilema entre a função prestadora de oferta desportiva e a função redistributiva do município. Isto mesmo é destacado por Pereira (2009) ao referir que a construção e manutenção de infraestruturas absorve uma parte considerável dos recursos financeiros dos municípios destinados ao desporto.

Outro aspeto transversal prende-se com a subvalorização contabilística dos apoios indiretos, nomeadamente a cedência gratuita de instalações desportivas, que, embora tenham um valor económico significativo, não são refletidos nos relatórios financeiros. Como aponta um entrevistado:

Quando nós fazemos a cedência a um clube, nós fazemos por contrato inter-administrativo, por protocolo, e a verdade é que essa cedência não é contabilizada do ponto de vista financeiro e, portanto, estamos a falar cerca de um milhão, talvez mais de um milhão de euros em cedências (...) (Município 5)

Os efeitos da pandemia de COVID-19 fizeram-se sentir na evolução dos orçamentos, com uma diminuição temporária dos apoios durante os confinamentos e um esforço de recuperação posterior. Como afirma um dos representantes municipais: "Durante a pandemia, ele desceu, porque durante quase um ano e meio algumas instalações estiveram fechadas e, portanto, com a diminuição de custos de gestão que daí advém." (Município 4).

Já, numa outra entrevista, a criação de um programa extraordinário de apoio ao associativismo foi uma resposta concreta à crise pandémica, reforçando a capacidade de financiamento:

(...) tem subido, até porque [a câmara] aprovou em 2021 um programa municipal de apoio, é um programa extraordinário de apoio ao associativismo e isso fez com que o dinheiro disponível para esse regulamento criasse um orçamento superior. (Município 2).

A estrutura orçamental das câmara municipais no domínio do desporto oscila entre duas lógicas complementares, mas em tensão:

- a) Uma lógica de gestão, que privilegia a manutenção de infraestruturas e a oferta direta de serviços públicos;
- b) Uma lógica de redistribuição, que reconhece os clubes como agentes privilegiados de execução de políticas públicas, sobretudo no domínio da formação e da integração social dos jovens.

Lógicas de gestão de equipamentos desportivos no espaço local

A análise das entrevistas evidencia dois modelos principais de gestão dos equipamentos desportivos ao nível municipal:

1. Gestão direta pela câmara municipal, através de serviços internos;
2. Gestão partilhada, envolvendo juntas de freguesia ou empresas municipais.

Em ambos os modelos, o município surge como ator central na administração da rede de infraestruturas desportivas, mas com diferentes graus de descentralização e especialização técnica.

A maioria dos municípios entrevistados adota um modelo de gestão direta dos equipamentos, incluindo a administração de piscinas, pavilhões e campos desportivos. Esta opção revela uma visão clássica do Estado local como provedor direto de bens públicos, reforçando o papel da autarquia, neste caso do município, enquanto facilitadora do acesso à prática desportiva.

Esta opção implica, no entanto, fortes encargos logísticos e financeiros, e é frequentemente acompanhada por queixas de pressão sobre os espaços disponíveis. Como afirmou um dos entrevistados:

Eu digo-lhe que precisava do dobro [dos equipamentos desportivos], porque eu tenho meninas que não podem treinar porque não há mais horas de treino disponível em campo. (Município 5)

Este testemunho revela de forma clara a tensão entre a crescente procura e a limitação física e organizativa dos equipamentos existentes, o que pode comprometer o acesso ao desporto, e vem ao encontro do que os dirigentes dos clubes refeririam. Como tal, esta dimensão, relativa à escassez de infraestruturas desportivas, é reconhecida por clubes e municípios.

Do ponto de vista sociológico, esta situação constitui um fator determinante de produção e reprodução das desigualdades, uma vez que a escassez de equipamentos desportivos em determinados bairros ou freguesias tende a acentuar mecanismos de exclusão de natureza muitas vezes invisível. Essa exclusão territorial torna-se particularmente gravosa quando não existem transportes públicos ou alternativas funcionais que garantam o acesso à prática desportiva. Este fenómeno é sublinhado por Bourdieu (2008b), ao evidenciar a carência de equipamentos sociais em territórios habitados por populações socioeconomicamente fragilizadas, como as populações migrantes, sendo igualmente corroborado por Elling e Claringbould (2005) e por Holt et al. (2011), que destacam o impacto das barreiras territoriais no acesso dos jovens ao desporto. Outros municípios optam por modelos mais

descentralizados, delegando a gestão a juntas de freguesia ou a empresas municipais. Estas soluções procuram responder com maior flexibilidade e eficiência às exigências operacionais, libertando as câmaras da gestão diária e promovendo proximidade:

Nós temos algumas instalações de gestão própria, nomeadamente uma pista de atletismo, campo de futebol e um pavilhão com piscina, mas a grande maioria das instalações não são geridas diretamente pelo município, estão delegadas nas juntas de freguesia. (Município 2)

Contudo, a descentralização também pode gerar desigualdades na qualidade de gestão e manutenção, pois a capacidade técnica e financeira das freguesias nem sempre é equivalente. Isto pode comprometer a coesão territorial da política desportiva, com clubes e jovens de freguesias menos apetrechadas a enfrentarem mais dificuldades de acesso.

Destaca-se como elemento relevante a integração de pavilhões escolares na gestão municipal, na sequência da transferência de competências do Estado central. Esta nova responsabilidade abre oportunidades para reforçar a articulação entre escola e desporto. Contudo, sem planificação adequada e investimento técnico, este processo pode traduzir-se apenas numa sobrecarga burocrática para os serviços municipais: " (...) nós, neste momento, passámos a gerir os pavilhões escolares todos (...) " (Município 4). Esta lógica de gestão dos equipamentos desportivos que constatámos em municípios da AML é similar à que Januário (2012) constatou na Área Metropolitana do Porto.

Apesar da diversidade de modelos, uma constante transversal às entrevistas é o défice de resposta face à procura:

Nós temos que continuar a melhorar as nossas instalações desportivas, temos que continuar a construir novas instalações desportivas, porque se não o fazemos, não acompanhamos, obviamente, a procura, que cada vez é maior. (Município 4)

Esta realidade coloca desafios sérios à integração social no desporto, pois, sem espaços suficientes, a igualdade de acesso é comprometida, sobretudo para os jovens em situação de desvantagem económica ou territorial, que não dispõem de alternativas privadas ou meios de deslocação.

Assim, podemos concluir que a gestão de equipamentos desportivos municipais revela-se uma dimensão estrutural das políticas locais de desporto, mas também um campo de reprodução de desigualdades sociais e territoriais, quando não acompanhada de investimento estratégico e articulação institucional. A capacidade do município de planear, gerir e distribuir equitativamente os recursos infraestruturais será determinante para que o desporto cumpra o seu potencial enquanto ferramenta de integração social.

A ambição municipal de massificação, coesão e qualificação

A análise dos discursos que emergem das entrevistas revela que os objetivos das políticas desportivas municipais assentam numa conjugação entre massificação da prática, reforço do associativismo, promoção de estilos de vida saudáveis e, em alguns casos, intervenção territorial junto de públicos vulneráveis. Contudo, registam-se variações assinaláveis nas estratégias adotadas e na forma como os municípios articulam o desporto com as suas funções integradoras. A tendência mais visível é a aposta no crescimento quantitativo do setor desportivo:

Mais modalidades, mais atletas, mais instalações desportivas. São os três eixos sobre os quais assenta toda a política desportiva do município. Mais atletas, ou seja, acabar o mandato com mais atletas federados, com mais modalidades a ser praticadas no concelho e com mais instalações dedicadas ao desporto, formal e informal. (Município 5)

Esta orientação responde a uma lógica de investimento na capilaridade territorial e no aumento da taxa de prática regular, encarada como indicador de sucesso das políticas públicas de desporto.

Do ponto de vista organizativo, todos os municípios evidenciam uma estrutura funcional multifacetada, com áreas específicas dedicadas ao apoio ao associativismo, gestão de equipamentos, programas educativos e organização de eventos.

A centralidade do associativismo desportivo é unanimemente reconhecida. Os clubes são vistos como parceiros estratégicos, quer na ocupação e dinamização dos espaços municipais, quer no desenvolvimento de projetos formativos e comunitários. Em várias entrevistas é destacada a existência de programas de coadjuvação nas escolas, nomeadamente nos primeiros ciclos, reforçando a ligação entre escola, clube e território.

Contudo, nem todos os municípios revelam o mesmo grau de compromisso com a integração social dos jovens carenciados. Apenas um entrevistado refere explicitamente a existência de programas em bairros vulneráveis ou de articulação com conselhos locais de segurança e ação social. Neste caso, verifica-se uma maior sensibilidade para o papel do desporto como ferramenta de integração e coesão, com base numa lógica territorializada e interinstitucional. Como afirma um entrevistado:

(...) nós temos aqui um programa que é o CLS, Conselho Local de Segurança, onde estão incluídos vários bairros, onde há aqui uma intervenção prioritária, onde temos parceria com diversos clubes que interagem diretamente nesses bairros, levando ao bairro a sua modalidade, a sua prática desportiva (...) (Município 3)

Outra dimensão recorrente é a valorização do espaço público como território desportivo informal, com iniciativas que promovem a prática de caminhada, corrida ou bicicleta. Embora estas medidas estejam alinhadas com os objetivos de saúde pública e cidadania ativa, não respondem diretamente à questão da integração social estruturada de jovens em situação de vulnerabilidade, objeto central da presente investigação.

Finalmente, em alguns municípios, surge a intenção de equilibrar a valorização dos campeões e do desporto de rendimento com uma visão mais na lógica da integração social e educativa da prática desportiva. Um dos entrevistados é claro, ao defender uma abordagem que privilegia a formação integral das crianças e adolescentes através do desporto: *"O que nós queremos aqui é que estas crianças cresçam ganhando competências motoras que, gradualmente, vão sendo afuniladas caso seja esse o seu desejo."* (Município 5).

Apoios públicos municipais ao desporto: entre a estrutura e a ausência de política para a integração

As entrevistas revelam um cenário heterogêneo, mas marcado por algumas tendências claras na forma como o apoio público ao desporto é concebido, regulado e operacionalizado. A partir da análise das cinco entrevistas, é possível organizar esta categoria em quatro sub-dimensões principais: Apoios aos Clubes, Evolução dos Apoios ao Desporto, Avaliação da Eficácia dos Apoios, Apoios a Jovens Carenciados.

Apoios aos Clubes: entre a lógica regulada e a sensibilidade relacional

Em todos os municípios analisados existe uma política formal de apoio aos clubes, quase sempre materializada em regulamentos próprios com critérios explícitos de atribuição. Estes critérios variam entre modelos técnico-burocráticos, como a atribuição de pontos por dimensão e atividade do clube, até abordagens mais flexíveis que incluem também apoios informais ou pontuais. A maioria das câmaras reconhece que os clubes são os principais agentes da promoção do desporto de base e assumem o papel de "pilares da prática regular", como referiu um entrevistado.

No entanto, a dimensão dos apoios é desigual entre municípios. Enquanto alguns disponibilizam recursos significativos para despesas com seguros, inscrições, transportes e equipamentos, outros limitam-se a cobrir necessidades operacionais básicas. A cedência gratuita de pavilhões e instalações, embora não contabilizada como apoio financeiro direto, constitui uma forma estruturante de apoio indireto, viabilizando a prática desportiva em muitos contextos.

Ainda sobre a questão do financiamento do desporto, embora o foco desta investigação não seja a comparação entre regiões, importa referir os resultados do estudo de dos Santos,

Carvalho e dos Santos (2020), que analisou o financiamento do desporto por parte das autarquias portuguesas no período de 1990 a 2016.

Os dados apresentados pelos autores revelam disparidades significativas entre regiões. A AML, onde o nosso estudo foi realizado, apesar de concentrar perto de um terço da população nacional, absorve apenas 12,81% dos recursos municipais destinados ao desporto, tornando-se a região menos financiada per capita. Em sentido inverso, o Algarve, com apenas 4,54% da população, capta 8,44% dos recursos, beneficiando de condições relativamente mais favoráveis. A região Norte apresenta uma correspondência relativa entre a sua dimensão populacional e os recursos atribuídos. Já o Centro e o Alentejo revelam proporções mais equilibradas, mas também com desvios entre população, número de municípios e verbas recebidas. Estes dados não permitem perceber a que fins concretos os financiamentos municipais se destinam em matéria desportiva, mas deixam claro que a forma como os municípios olham para o desporto varia significativamente no território, gerando condições diferenciadas de desenvolvimento da prática desportiva. Resultados similares são apresentados num estudo realizado pela Pricewaterhouse Coopers & Associado, por nós diversas vezes citado, em que é demonstrado que a região da AML *“apresenta valores muito inferiores à média nacional em termos de % da despesa total das autarquias, em termos de despesa por habitante”*. (PWC, 2021, p. 67)

Em síntese, estes elementos quantitativos evidenciam que as desigualdades observadas localmente se enquadram num padrão mais vasto de assimetria regional. Esta constatação reforça a leitura das entrevistas, mostrando que a valorização do desporto pelas autarquias não é apenas resultado de opções conjunturais, mas também reflexo de dinâmicas estruturais de financiamento territorialmente diferenciadas.

Evolução dos Apoios: entre a prudência estratégica e a ausência de inovação

A evolução das políticas municipais de apoio ao desporto nos últimos anos é, de forma geral, marcada pela continuidade e pela prudência, expressa numa lógica incremental e de baixa rutura. Como refere um entrevistado, “(...) não introduzimos grande fator de inovação para já porque entendíamos que isto tem que resultar depois daquilo que seja a consulta, a audição das pessoas e o seu envolvimento”. (Município 1). Esta orientação participativa, embora coerente com princípios de governação democrática e de legitimação das decisões públicas, revela também um padrão de adiamento da mudança: a inovação fica condicionada pela necessidade de consenso e pela gestão do risco político, o que tende a favorecer soluções já conhecidas e socialmente “seguras”.

A prudência observada parece assentar em três razões principais. Em primeiro lugar, uma vez estabilizado um regulamento e um modelo de apoios, a mudança tende a ser

percecionada como potencialmente geradora de conflito (entre clubes, modalidades e territórios), pelo que se privilegia a manutenção de critérios existentes, com ajustes pouco significativos. Em segundo lugar, uma lógica de gestão orçamental e de previsibilidade, em que a inovação é vista como potencial fonte de novas despesas permanentes ou de expectativas difíceis de sustentar. Em terceiro lugar, uma racionalidade de equidade formal, associada ao receio de introduzir critérios seletivos que possam ser interpretados como favorecimento. Assim, a continuidade funciona simultaneamente como estratégia de estabilidade institucional e como mecanismo de contenção de tensões locais.

Contudo, este padrão limita a capacidade de resposta a desafios emergentes, sobretudo quando estes exigem políticas redistributivas mais explícitas. A manutenção de modelos generalistas, sem reorientação estratégica, tende a reproduzir desigualdades preexistentes: os apoios chegam com maior facilidade a clubes mais estruturados, com maior capacidade administrativa para candidaturas, maior “visibilidade” institucional e maior proximidade relacional ao poder local. Ou seja, mesmo quando a regra é formalmente neutra, a sua execução ocorre num campo associativo desigual, no qual a capacidade de mobilização e de reivindicação não está distribuída de forma homogênea.

Em síntese, a evolução dos apoios municipais ao desporto aparece marcada por uma gestão cautelosa, na qual o consenso local, a previsibilidade financeira e a equidade formal funcionam como princípios orientadores. Porém, essa mesma prudência, ao favorecer a continuidade e a inovação mínima, reduz a capacidade dos municípios para transformar o discurso do desporto como ferramenta de integração social em políticas.

Avaliação da Eficácia dos Apoios: o impasse entre intuição e evidência

Apesar da crescente atenção à avaliação de políticas públicas, apenas um município refere possuir mecanismos formais de monitorização, neste caso, através de um Observatório da Atividade Física:

(...) temos aqui avaliação continuada para percebermos se as políticas que estamos a fazer estão a dar resultado ou não. Portanto, fazemos esse acompanhamento com parceiros externos que nos ajudam nesse Observatório da Atividade Física que estamos a fazer, sim. (Município 3)

Nos restantes casos, a avaliação é feita com base em perceções empíricas, *feedback* dos clubes ou indicadores indiretos, como o número de praticantes ou escalões em atividade.

Como admitiu um entrevistado: “(...) essa *verificação da relevância das medidas*, em que ponto é que elas são *impactantes*, esse nível de avaliação ainda não conseguimos ter (...)” (Município 1). Esta abordagem prática, embora funcional a curto prazo, impede o

desenvolvimento de uma política baseada em evidência e compromete a aprendizagem institucional.

Esta realidade, a não avaliação do impacto das medidas de política pública de apoio ao desporto, é abordada por Coalter (2017), referindo este autor que, apesar da retórica política sobre os benefícios do desporto, a investigação disponível é fragmentada, metodologicamente frágil e incapaz de demonstrar de forma consistente os mecanismos através dos quais o desporto contribui, designadamente, para a integração social, resultando numa legitimação mais simbólica do que empírica das políticas públicas.

Apoios a Jovens Carenciados: o silêncio da política onde o ruído social é mais forte

Apesar do discurso generalizado sobre a importância do desporto como veículo de integração social, a análise das entrevistas revela uma ausência quase total de políticas municipais estruturadas que visem especificamente apoiar a integração de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconómica. O que se verifica, em vez disso, é uma rede dispersa de intenções, ações pontuais e medidas avulsas, sem continuidade no tempo, sem estrutura normativa clara e sem mecanismos de monitorização que permitam aferir os seus impactos.

Em nenhum dos municípios foi identificado um apoio financeiro regular aos clubes que pretendam integrar jovens carenciados. Esta constatação é confirmada, por exemplo, pela afirmação de um dos entrevistados:

Não, honestamente nunca, até este momento, tirando a criação deste programa que vamos agora levar à reunião de câmara, não pensámos, não chegámos ainda aí [apoios específicos para jovens carenciados]. Mas agradeço, porque me deixa aqui a pensar e será importante. (Município 1)

Este excerto ilustra de forma exemplar que o apoio aos jovens mais vulneráveis não está ausente por desconhecimento, mas por opção. Mesmo nos casos em que há reconhecimento da importância social do desporto, as respostas institucionais são frágeis.

Quando surgem iniciativas alternativas, estas tendem a transferir a responsabilidade do apoio para os próprios clubes:

(...) aquilo que nós estamos a fazer é criar uma bolsa de entidades, de natureza desportiva, que estão disponíveis a acolher miúdos que não tenham condições para pagar. Ora, naturalmente isto também terá um custo, mas que é mais fácil um clube de forma isolada absorver, um clube com 15 miúdos na área do futsal, ou com 20 miúdos na área do andebol, e enquadrar dois que tenham carência e que não contribuem financeiramente e depois nós, não tendo capacidade imediata de intervir e

de pagar, mas majoramos o clube nas outras candidaturas [projeto ainda não implementado]. (Município 1)

No entanto, mesmo esta proposta não contempla financiamento direto aos clubes. Em vez disso, segundo o entrevistado, apenas haverá uma majoração dos apoios aos clubes em futuras candidaturas. Esta lógica de majoração indireta externaliza os custos da política pública, transformando o esforço de integração numa carga adicional para as estruturas associativas já sobrecarregadas.

Noutras situações relatadas nas entrevistas, o apoio depende de critérios geográficos administrativos desfasados da realidade social concreta. Um entrevistado reconhece que:

(...) não é um programa próprio só para eles [bairros de intervenção prioritária]. É uma majoração, ou seja, se eles têm, o regulamento diz, eles recebem 80 euros por cada atleta, os clubes. Imaginemos clubes que estejam inseridos nas zonas de bairro de intervenção prioritária, recebem o dobro por cada atleta. Ou seja, há uma majoração do apoio para cada uma daquelas rubricas que está no programa. E estas zonas de intervenção prioritária estão definidas por regulamento municipal quais são as zonas. É uma questão geográfica, digamos. (...) fisicamente têm que ter a sede [os clubes], a sede social naquele espaço [na área geográfica dos bairros de intervenção prioritária], (...) Os praticantes podem vir de zonas à volta e não há diferenciação por aí. Ou seja, é um critério que está em vigor. Mal ou bem, é criticável. (Município 2)

Esta observação revela uma injustiça distributiva gerada pela adoção de critérios baseados na localização geográfica da sede do clube e não na origem dos praticantes. Ou seja, o apoio não considera a situação socioeconómica dos praticantes ou das suas famílias, no caso dos jovens, em particular, mas apenas a localização administrativa da sede do clube, que nem sempre coincide com o território onde efetivamente se desenvolve a prática desportiva. Consequentemente, podem existir clubes fora das áreas de intervenção prioritária que acolhem jovens carenciados e que, apesar disso, ficam excluídos dos apoios. Como tal, políticas formalmente neutras podem perpetuar desigualdades se não forem ajustadas à estrutura real das oportunidades e vulnerabilidades.

Mesmo nos municípios onde parece haver uma maior preocupação para estas questões, a resposta continua a depender de iniciativas informais e avulsas. Um exemplo citado foi a cedência de 12 vagas para miúdos identificados na piscina municipal, mas a pequena escala e o carácter assistencialista da medida tornam-na insuficiente para enfrentar desigualdades estruturais de acesso à prática desportiva federada.

Num dos municípios com apoios mais abrangentes aos clubes, o entrevistado considera que:

Se os pavilhões são da Câmara, a água é da Câmara, a luz é da Câmara, o seguro de instalações é da Câmara, a manutenção da instalação é da Câmara, se damos apoio à inscrição do atleta na Associação ou na Federação, se pagamos o seguro do atleta na Associação e na Federação, se ainda damos dinheiro para o financiamento corrente do clube, por via do regulamento de apoio ao desporto, no âmbito da atividade regular, fica relativamente estreito o caminho por onde se pode justificar a criação de mais uma linha de apoio para miúdos com dificuldade financeira, porque o apoio está lá.
(Município 5)

Esta visão espelha uma conceção indiferenciada das políticas públicas, onde se presume que apoios generalistas aos clubes são suficientes para garantir a integração dos mais desfavorecidos. No entanto, como defende Nancy Fraser (1998), a justiça social exige reconhecimento da diferença e medidas redistributivas explícitas. A dificuldade de acesso à prática desportiva por jovens mais desfavorecidos não se esgota meramente na subsidiação do município à sua inscrição, seguro e outras despesas administrativas.

Em síntese, podemos referir que a análise das políticas municipais de apoio ao desporto revela uma arquitetura normativa consolidada em que os clubes são um dos eixos principais, mas sem qualquer mecanismo estruturado de promoção da integração de jovens carenciados. A política pública olha para os clubes como parceiros, mas não reconhece os diferentes papéis sociais que desempenham nem as desigualdades internas ao sistema associativo.

A ausência de políticas redistributivas explícitas, articuladas e com financiamento próprio compromete a ideia do desporto como instrumento de integração e coesão social. Se a política pública não reconhecer intencionalmente os jovens mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico, então a integração será deixada ao acaso, ou ao esforço voluntarista dos clubes, que, sem meios, pouco conseguem fazer. Este desequilíbrio revela uma contradição entre o discurso oficial e a prática institucional.

O desafio da articulação entre as medidas do estado central e do estado local

Há uma perceção generalizada, por parte dos representantes municipais, de que os apoios do Estado central são escassos e focados em iniciativas de maior visibilidade, como as federações ou grandes eventos. Como referiu um entrevistado, de forma crítica:

(...) na minha modesta opinião, o Estado Central não dá nenhum apoio ao desporto, zero, isso acabou há muitos anos (...) não acho que haja redundância absolutamente nenhuma, o Estado Central demitiu-se disso já há muitos anos, e, portanto, não vale a pena sequer pôr a questão. Eu sou do tempo em que havia governos civis, recordo, não é? E os governos civis que representavam localmente o Estado central tinham

umas verbas para apoiar o movimento associativo e desporto, e houve anos em que essas verbas eram muito interessantes. (Município 4)

Este desinvestimento força os municípios a assumir o ónus quase exclusivo da sustentação do desporto de base. Contudo, quando existem apoios do IPDJ ou de outros organismos centrais, surgem frequentemente situações de sobreposição ou duplicação. Um entrevistado denuncia:

(...) em algumas iniciativas poderá haver duplicação de financiamento, não é duplicação, mas acaba por ser um bocadinho perverso, por exemplo, uma federação recebe dinheiro do Estado para organizar os seus campeonatos e depois vai às câmaras vender esses campeonatos (...) recebe o dinheiro para organizar os campeonatos e esses campeonatos já tinham sido financiados pelo IPDJ. Aí é que temos que ter mais cuidado e se houver alguma descoordenação eu penso que estará por aqui. (Município 2)

Outro testemunho refere: “(...) clubes que se candidatavam para a mesma coisa ao IPDJ e à Câmara (...), e depois as faturas a servir para os dois lados” (Município 1). Esta duplicação resulta, muitas vezes, da inexistência de mecanismos de partilha de informação e coordenação entre os diferentes níveis da administração pública. Num dos municípios, esse problema é mitigado através de articulação formal:

Nós sabemos, e temos isso em regulamento, que se o Clube X se candidata a um determinado programa no IPDJ para financiar a construção do equipamento, ou seja o que for, nós temos acesso a isso e se esse pedido de financiamento vier à Câmara, naturalmente que se tem financiamento do IPDJ, não vai ter financiamento da Câmara. Portanto, e temos isso afinado e articulado de maneira a não haver aqui duplicação de financiamento. (Município 3)

Esta abordagem de governação partilhada contrasta com a maioria dos casos, onde predomina a lógica de atuação isolada, departamentalizada, e sem diálogo institucional estruturado.

Em suma, a complementaridade desejável entre o nível central e o local continua por construir de forma consistente. A ausência de plataformas comuns de planeamento, partilha de dados e avaliação de impacto compromete a racionalidade do sistema e acentua as desigualdades de acesso ao desporto.

Integração em movimento: o desporto como espaço de possibilidades e contradições

As entrevistas evidenciam uma valorização praticamente consensual do desporto como instrumento de integração social dos jovens. No entanto, esta valorização é marcada por ambivalências fundamentais entre a convicção política e a ausência de instrumentos operacionais, entre a experiência prática e a falta de monitorização, entre a crença no potencial integrador e o reconhecimento dos seus limites estruturais.

O desporto surge como um campo de nivelamento social. Como referiu um entrevistado:

Eu costumava dizer, eu dava aulas de natação e tinha miúdos do bairro, eu costumava dizer que dentro de água estão todos ao mesmo nível, com a cabeça de fora, e não interessa de onde é que tinham vindo. E é aí que é uma oportunidade que eles sentem que são iguais. (Município 2)

Esta afirmação ilustra com bastante significado a perceção de que, no desporto, se podem suspender temporariamente as desigualdades sociais. Este espaço e tempo de igualdade, mesmo que fugaz, permite aos jovens vivenciar experiências de pertença e reconhecimento que muitas vezes lhes são negadas noutros contextos sociais.

Esta leitura remete para o espaço social de construção de *habitus*, onde, neste caso, os jovens adquirem disposições físicas e relacionais com valor simbólico e social. No entanto, tal como sublinham Donnelly e Coakley (2002), essa igualdade é sempre condicionada pelas regras de acesso, pelas estruturas institucionais e pelas relações de poder que moldam a prática desportiva. Em suma, estes autores referem que o acesso à prática desportiva é atravessado por desigualdades estruturais, com a classe social a assumir um peso central, interagindo com outros fatores de exclusão. A superação destas barreiras exige políticas que garantam equidade, redistribuição de recursos e uniformização de procedimentos, sob pena de o desporto reproduzir desigualdades em vez de as mitigar.

É também clara, nas entrevistas, a consciência dos limites do desporto enquanto política isolada. Um entrevistado afirma, de forma convicta:

Obviamente que há questões que são prioritárias, se eu não tenho que comer nem onde dormir, o instrumento é resolver isso, não é o desporto que vai resolver essa questão. Mas o que tem a ver com a sociabilização, o que tem a ver com a criação de hábitos, o que tem a ver com a integração, o desporto é o instrumento mais importante que eu descrevia nesse aspeto. (Município 4)

Esta afirmação coloca o desporto no campo das políticas complementares. Ou seja, se as necessidades básicas estiverem asseguradas, então o desporto pode entrar em cena. Isto

é, o desporto é um espaço de construção de pertença, mas dependente de condições sociais mínimas asseguradas por outras políticas públicas.

Esta visão diz-nos que o desporto só cumpre uma função integradora se se articular com sistemas de apoio como a educação, a saúde, a habitação ou a ação social. Caso contrário, pode ser reduzido a uma promessa simbólica que não se concretiza.

Um dos aspetos mais marcantes é a ausência quase total de mecanismos de avaliação sistemática do impacto do desporto na integração social. Embora os entrevistados relatem histórias de sucesso, *“ela hoje é uma mulher de sucesso, também fruto do desporto”*, estas narrativas funcionam como exemplos excecionais e não como evidência estruturada, o que é corroborado por muitos autores como temos vindo a referir ao longo desta tese. Isto é, as evidências de que o desporto é efetivamente um instrumento relevante na integração social dos jovens não é um dado adquirido e incontestado. A afirmação *“Isso está comprovado cientificamente. Eu não preciso gastar dinheiro em estudos para comprovar isso”* (Município 4) evidencia como a perceção do desporto enquanto veículo de integração social se encontra amplamente enraizada em diferentes contextos. Revela ainda a convicção de que a própria “ciência” valida essa perceção, funcionando como argumento de autoridade para sustentar tal entendimento.

Apesar da ausência de instrumentos avaliativos, o discurso político é fortemente mobilizado pelo ideal integrador do desporto. Um entrevistado afirma:

Nós temos melhor saúde se tivermos melhor desporto, nós temos melhor ação social se tivermos melhor desporto, nós temos melhor educação se tivermos melhor desporto, nós temos melhor urbanismo se tivermos a preocupação com as instalações desportivas (...) (Município 5)

Esta visão integradora e holística posiciona o desporto como elemento transversal de desenvolvimento humano, mas corre o risco de se tornar excessivamente idealista se não for acompanhada por políticas concretas. Por outro lado, há quem adote uma postura mais prudente e crítica:

Agora, não é só o desporto, o desporto também tem processos negativos, não é? Se vamos falar na questão dos dopings, da violência, etc. Também existe, não é? Digamos, de repente o desporto não é a solução de todos os males, mas que sim, que nós valorizamos e acreditamos que é uma forma de chegar e se calhar dar oportunidades de nivelar, não é? (Município 2)

Esta prudência é sociologicamente relevante, pois recusa uma visão idealista e “cor-de-rosa” do desporto e reconhece os seus efeitos por vezes contraditórios, tanto de integração como de exclusão.

Um aspeto particularmente relevante é a dimensão afetiva do desporto. A frase “*é tão luxuriante, é tão prazeroso estar dentro do desporto, que qualquer criança gosta*” revela o poder emocional da prática desportiva, associada ao prazer, à superação e ao reconhecimento. Esta dimensão é fundamental para compreender por que razão o desporto tem capacidade de mobilização dos jovens, mesmo quando falham outras formas de intervenção institucional.

Autores como Elias e Dunning (2019) enfatizam precisamente essa dimensão relacional e emocional do jogo e da competição como espaço estruturante de vínculos sociais. No entanto, o facto de essa experiência ser emocionalmente intensa não garante, por si só, efeitos duradouros de integração, sobretudo se não for acompanhada de políticas sustentadas.

Podemos concluir que a valorização do desporto como meio de integração social dos jovens é consensual entre os representantes municipais entrevistados. Contudo, esta valorização assenta sobretudo em convicções, experiências pessoais e evidência tácita, faltando-lhe evidências sólidas e sistemáticas.

A integração no e pelo desporto, e os efeitos que lhe são atribuídos, não ocorrem de forma automática. Exige políticas públicas coerentes, clubes devidamente preparados, redes de apoio sólidas e instrumentos de avaliação rigorosos. Sem estes elementos, corre-se o risco de o desporto funcionar apenas como espaço simbólico de integração, ocultando práticas concretas de exclusão.

O desafio, portanto, não é apenas acreditar no poder do desporto, é transformar essa crença em ação estruturada, redistributiva e monitorizável, que permita que os jovens, especialmente os mais desfavorecidos, não apenas entrem no campo, mas que acima de tudo permaneçam nele.

Origem social dos praticantes: a invisibilidade social na política desportiva municipal

As entrevistas revelam um traço comum, isto é, a ausência generalizada de dados sobre a origem social dos praticantes de desporto, em particular dos jovens, nos clubes de cada município. Esta lacuna, reconhecida por todos os entrevistados, representa não apenas uma falha na recolha de informação, mas sobretudo um problema de ocultação ou de não visibilidade das desigualdades sociais no acesso ao desporto.

Como explica um entrevistado, “(...) os clubes disseram-nos que era difícil recolher essa mesma informação” (Município 1), o que ilustra não apenas um entrave administrativo, mas a falta de articulação entre os setores social, educativo e desportivo. Esta desarticulação impede o desenho de políticas focalizadas, resultando numa ação pública pouco eficaz e desprovida de capacidade redistributiva. Como declaram outros entrevistados:

Não, não, não, na caracterização só temos mesmo a questão do gênero e com estas questões mais recentes masculino, feminino, outro, e a questão das idades (...), do ponto de vista social não temos qualquer tipo de informação. (Município 1)

Não. Não temos nenhum estudo, digamos, formal sobre isso. Portanto, temos essa noção porque sabemos exatamente os clubes, sabemos as características do movimento associativo (...) Nós sabemos quais são, não temos um estudo formal que avalie isso e não temos medidas de apoio reforçado a essas medidas nos clubes. Ou seja, isso não está transcrito na matriz. (Município 4)

Estas afirmações evidenciam a inexistência de mecanismos institucionais capazes de identificar, de forma sistemática, quem são efetivamente os jovens que participam nas diferentes modalidades desportivas, em particular no desporto federado, que constitui o nosso foco de análise. Esta constatação, reiterada ao longo das entrevistas, confirma a existência de uma verdadeira “cegueira institucional” que se revela transversal às políticas públicas sempre que estas não reconhecem nem monitorizam os mecanismos de exclusão e desigualdade. A ausência de dados é frequentemente substituída por uma percepção empírica, relacional e informal dos clubes e do território. Como refere um dos entrevistados, “o conhecimento é mais empírico”. Esta forma de conhecimento, ainda que útil na intervenção quotidiana, não substitui o conhecimento estatístico sistematizado, necessário para formular políticas eficazes no âmbito da integração social.

Sem informação sobre a origem socioeconómica dos praticantes, como a profissão, a situação na profissão, e a escolaridade dos pais, ou a residência em territórios mais desfavorecidos, torna-se impossível aferir o grau de equidade no acesso ao desporto e agir sobre essa desigualdade. A filósofa Nancy Fraser (1998) defende que uma redistribuição justa de recursos não pode ser dissociada do reconhecimento político das diferenças, o que implica a sua visibilidade e consideração no desenho das políticas públicas. Quando “essa segmentação não existe”, como afirmou um dos entrevistados, as políticas públicas mantêm-se numa lógica universalista que tende a beneficiar, mesmo que não intencionalmente, os mais favorecidos, aqueles com maior capital económico, cultural e social. Essa mesma realidade é frisada por Bourdieu. Isto é, o que parece neutro, como o sistema de educação, e neste caso o campo desportivo, tem repercussões diferentes de acordo com a origem social dos indivíduos (Bourdieu, 1978, 1988, 2010)

A situação torna-se ainda mais paradoxal quando cruzada com os discursos de valorização do desporto como fator de integração social e coesão. Vários entrevistados reconheceram o desporto como instrumento estratégico de integração. Contudo, sem indicadores que confirmem quem está efetivamente a aceder ao sistema desportivo, essa

valorização corre o risco de permanecer simplesmente enquanto objetivo político e discurso de circunstância, numa lógica de que o desporto é a “cura” para as desigualdades sociais.

Este panorama confirma que o desporto federado continua a ser, muitas vezes, um espaço de reprodução das desigualdades sociais, sob a aparência de neutralidade institucional. A ausência de informação deixa de ser um problema técnico para se tornar um sintoma de um modelo de gestão pública que ainda não assumiu a integração social como eixo estruturante da política desportiva.

Enquanto não se souber quem está de fora, a política desportiva continuará a privilegiar os que já estão dentro, mantendo invisível uma parte significativa dos jovens em situação de vulnerabilidade. Como já dissemos várias vezes, o desporto parece favorecer os favorecidos e desfavorecer os desfavorecidos, ou noutras palavras, é mais um meio de reprodução social do que de integração.

Em suma, o desconhecimento da origem social dos praticantes evidencia uma contradição estrutural das políticas desportivas municipais. Ou seja, valorizam o desporto como meio de integração, mas não sabem, em rigor, quem integram nem quem excluem. Ultrapassar esta contradição exige não apenas maior sensibilidade política, mas a construção de sistemas de recolha, tratamento e análise de dados sociodemográficos, condição indispensável para que o desporto possa, de facto, contribuir para a integração social dos jovens mais desfavorecidos.

Entre a vontade e a ação: o papel dos municípios na integração social de jovens carenciados no desporto

A análise das entrevistas revela três tipos principais de posicionamento institucional perante a integração social de jovens carenciados: (I) ausência de prioridade estratégica, (II) abertura prudente a projetos comunitários, e (III) valorização clara e estruturada do desporto como eixo da política social. Estes posicionamentos expressam diferentes visões sobre o papel do município enquanto ator na promoção da equidade através da prática desportiva.

Na primeira abordagem, o discurso revela uma baixa prioridade atribuída à integração social via desporto, como se lê na afirmação: “(...) *nesta fase não será a nossa prioridade*” (Município 1). A principal iniciativa mencionada prende-se com a promoção do desporto informal e autónomo “*Foi aquilo que lhe disse, para já é só este programa que estamos agora a abordar na reunião de Câmara [desporto informal]*” (Município 1), o que, apesar de relevante do ponto de vista da saúde pública, não responde às barreiras estruturais que excluem jovens de contextos vulneráveis da prática desportiva federada.

Além disso, os municípios não parecem assumir um papel de liderança na promoção de uma política ativa de integração, delegando implicitamente nos clubes a identificação e o

acolhimento de jovens desfavorecidos, sem, no entanto, dotar essas instituições de recursos específicos. Esta subsidiariedade não formalizada, sem mecanismos de compensação ou avaliação, enfraquece a capacidade transformadora da política pública local.

A segunda abordagem expressa uma postura distinta, mais aberta e atenta à realidade local, mas ainda marcada por uma lógica empírica e experiencial, sem tradução formal em políticas estruturadas. A referência a alguns projetos de cariz social que utilizam o desporto como veículo de integração e à ideia de que este tipo de iniciativas permite “vencer barreiras sociais” evidencia a perceção do potencial integrador do desporto, ancorado em experiências inspiradoras e no envolvimento de figuras de referência.

Contudo, o reconhecimento da importância dessas práticas não é acompanhado de um modelo de disseminação, avaliação ou apoio sistemático. A lógica do “bom exemplo” é valorizada, mas não generalizada nem formalizada.

A terceira tipologia de abordagem apresenta, por oposição, um modelo mais estruturado de articulação entre desporto e políticas sociais municipais, em que o desporto é claramente assumido como instrumento transversal de integração e coesão social:

O desporto tem que estar no centro do desenvolvimento de todas as políticas do município. Não só como instrumento de inclusão social, que é um instrumento de inclusão poderosíssimo, mas até do ponto de vista daquilo que é o projeto, o desenvolvimento do projeto educativo do concelho. (Município 5)

Esta visão alinha-se com a ideia de que problemas exigem a mobilização concertada de diferentes setores, tais como a educação, a saúde ou a ação social.

Nesta abordagem, há exemplos concretos de articulação entre serviços sociais e clubes:

(...) não há nenhum programa Escolhas que não tenha o envolvimento da divisão de desporto, seja com o desenvolvimento de políticas de animação desportiva, quer seja com a cedência de instalações. Portanto, a ação social está na... A ação social está com o desporto e o desporto com a ação social. (Município 5)

A avaliação da atuação dos clubes incorpora explicitamente critérios de responsabilidade social, como indicado na afirmação: “O município avalia o sucesso ou o fracasso de um clube pelo cumprimento, claro, de um conjunto de princípios, e um deles é a coesão social” (Município 5).

Esta abordagem representa um modelo de gestão do território orientado para a integração social. A confiança nos clubes enquanto parceiros com consciência social reforça a ideia de que o associativismo desportivo pode funcionar como instituição intermediária de integração, desde que devidamente apoiado, reconhecido e articulado com os objetivos públicos.

Em suma, os dados analisados mostram que o papel dos municípios na integração de jovens carenciados no e pelo desporto oscila entre a omissão estratégica, a valorização pontual de boas práticas e a institucionalização de modelos colaborativos de ação em que participam diversos setores como a saúde, a educação e o desporto. Esta variação revela não apenas diferentes capacidades e visões políticas, mas também níveis distintos de maturidade das políticas públicas de desporto enquanto instrumento de integração social.

Prática desportiva entre a retórica da promoção e a fragilidade dos dados

Os testemunhos evidenciam uma preocupação crescente com a promoção da prática desportiva, mas também uma fragilidade estrutural no conhecimento sobre quem pratica, como pratica e quem está ausente dos circuitos de prática regular. Esta lacuna, como já referimos, compromete a eficácia das políticas públicas de incentivo ao desporto, sobretudo no que diz respeito à sua função integradora junto dos jovens em situação de maior vulnerabilidade. Dois dos entrevistados destacam a inexistência de um diagnóstico inicial:

(...) havendo a referência dos 23% de prática desportiva a nível nacional, mas nós não sabíamos no Concelho (...) qual era o nosso ponto de partida. Portanto, estávamos abaixo, estávamos acima, nem tínhamos a caracterização de um conjunto importante de dados (...) (Município 1)

Nós próprios aqui não temos um estudo de procura [de prática desportiva] que identifique tudo isso, está bem? Nós temos estudos de procura junto dos clubes, mas os clubes refletem só a prática desportiva regular, formal e regular. (Município 4)

Esta ausência de dados sobre os níveis locais de prática desportiva, e, igualmente, sobre a sua composição social, como já referimos anteriormente, é reveladora de um padrão comum nas políticas públicas locais, ou seja, a ação precede, frequentemente, o conhecimento, o que dificulta o planeamento eficaz e o acompanhamento de impacto.

Sem dados desagregados por condição socioeconómica, género, idade ou território, torna-se impossível identificar os jovens excluídos e conceber políticas socialmente ajustadas, uma preocupação já salientada por Elling et al. (2001), Elling e Claringbould (2005) e Coalter (2017), ao criticarem a ausência de evidência empírica nas políticas desportivas de integração. O risco é que as políticas públicas reforcem as trajetórias já dominantes e beneficiem sobretudo os jovens que já dispõem de capital social, económico e cultural para participar (Bourdieu 1978, 1988; Donnelly e Coakley, 2002).

Por outro lado, é referido por outro entrevistado que foi dado um passo positivo com a elaboração de um plano estratégico e a realização de um congresso local sobre desporto, o que denota uma abertura para a institucionalização do tema, mesmo que ainda embrionária.

Um dos entrevistados introduz uma dimensão complementar, ao valorizar a prática informal no espaço natural:

(...) nós temos uma prática desportiva no espaço natural brutal que não tem repetição em muitos sítios de Portugal. Naturalmente que tem em alguns sítios, mas não tem em muitos. (Município 4)

Mas simultaneamente destaca:

Continuo a achar que, cada ano que passa, o movimento associativo português está mais em crise, porque se o Estado central deixou de apoiar e o Estado local apoia de acordo com as suas disponibilidades, enfim, os municípios ricos apoiam, os municípios pobres não apoiam e o movimento associativo cai. (Município 4)

Esta leitura complexifica a análise. Se, por um lado, a prática informal permite o acesso mais facilitado ao desporto, por outro, a ausência de dados e a fragilidade do associativismo desportivo limitam o impacto estruturado da política pública.

A prática desportiva é aqui encarada como um campo relacional estruturado por desigualdades de acesso, fortemente mediado pela capacidade de organização dos clubes e pela autonomia orçamental dos municípios: “os municípios ricos apoiam, os municípios pobres não apoiam e o movimento associativo cai”. Esta observação remete para desigualdades territoriais agravadas pela desresponsabilização do Estado central, e para uma lógica de fragmentação do sistema desportivo nacional, que depende cada vez mais das capacidades variáveis das autarquias.

A inexistência de estudos de procura ou de levantamento da prática informal, como reconhecido pelos entrevistados, reforça a ideia de que as políticas públicas estão a operar num campo de incerteza, onde se valoriza a retórica da promoção da atividade física sem os instrumentos analíticos para perceber o seu alcance real e os seus limites sociais, ou seja, andamos às apalpadelas.

Assim, a prática desportiva continua a ser promovida de forma genérica, sem discriminação dos públicos nem adaptação às condições de partida, o que compromete o seu potencial de integração social estruturada e limita a sua eficácia enquanto política de coesão.

A covid-19 como espelho das fragilidades e potencialidades do sistema desportivo

A pandemia de Covid-19 constituiu um momento de rutura abrupta para o sistema desportivo, com impactos ao nível da participação, da coesão associativa, da saúde mental dos praticantes e da sustentabilidade financeira dos clubes. No entanto, mais do que um parêntese temporal, a crise sanitária funcionou como reveladora de desigualdades estruturais,

tornando visível a fragilidade dos modelos de financiamento, a assimetria entre clubes e a centralidade das autarquias como pilares de resiliência.

Um dos impactos mais imediatos e consensuais foi a queda acentuada do número de praticantes durante os períodos de confinamento, o que os dados que já apresentámos nesta tese confirmam. Como mencionado por um dos entrevistados: *"Houve um cair, mas felizmente as coisas estão em termos gráficos, estão num caminho evolutivo"* (Município 3). Esta retração afetou sobretudo os mais jovens e as modalidades coletivas, que sofreram com a interrupção da socialização e da continuidade técnica:

O impacto foi muito grande do ponto de vista da desagregação dos grupos. Nomeadamente as modalidades coletivas sofreram muito. Neste momento já temos atividade acima do que havia antes do Covid, mas muitas das modalidades que beneficiaram foram os tais desportos individuais (...) (Município 2)

Contudo, a recuperação no pós-pandemia foi assinalada por todos os municípios, ainda que com intensidades diferentes. O que os dados sobre os praticantes federados divulgados pelo IPDJ confirmam. Em vários casos, os dados apontam para um crescimento da prática federada em relação ao período pré-pandemia: *"(...) fizemos o levantamento este ano 2022/2023 e temos mais prática desportiva federada do que tínhamos em 2019/2020"* (Município 1). No entanto, esta recuperação quantitativa não pode ser confundida com um processo equitativo. Como sublinha um entrevistado:

O Covid teve um impacto interessante, que nos permitiu concluir duas coisas, os clubes que tinham processos, projetos de alguma forma estruturados saíram a ganhar, neste momento têm mais atletas do que tinham, projetos menos estruturados, mais débeis acabaram por fechar portas (...) (Município 1)

Esta observação revela um processo de reconcentração associativa, que penalizou os clubes mais frágeis. Neste sentido, a pandemia funcionou como um fator de aceleração da desigualdade. Os clubes com maior capacidade organizativa, financeira e de gestão adaptaram-se, reinventaram-se e, em muitos casos, reforçaram a sua base de praticantes: *"Eles inventaram-se, reinventaram-se, fizeram como a sociedade toda"* (Município 3).

A resposta municipal foi, em quase todos os casos, um elemento de sustentação do sistema associativo. Vários entrevistados referem a manutenção dos apoios mesmo com os clubes encerrados:

(...) as câmaras conseguiram sustentar o funcionamento dos clubes mesmo sem funcionarem. E aí eu acho que quase todos os municípios tiveram esse cuidado de dar um apoio para que as instituições não morressem. (Município 2)

Em alguns casos, os apoios extraordinários foram significativos:

(...) tivemos aqui um programa de à volta de 200, 300 mil euros de apoio extraordinário aos clubes desportivos. Aquilo que chamámos apoio extraordinário social para que os clubes não fechassem portas, porque a maior parte, obviamente, deixou de ter atividade, deixou de ter receitas e, portanto, a Câmara se poupou um pouco no orçamento, na gestão de atividades, etc., aumentou o apoio ao movimento associativo por causa da pandemia. (Município 4)

Os municípios assumiram uma política pública de emergência que evitou o colapso do ecossistema desportivo local. No entanto, a reorientação orçamental das autarquias também é apontada como uma consequência direta da pandemia, com efeitos na capacidade de investimento em infraestruturas: *“Reduziu-nos a vontade de investir em instalações desportivas, porque ficou tudo concentrado naquilo que era a resposta à pandemia”* (Município 5). Este desvio de prioridades, embora compreensível, reforça a ideia de que as políticas desportivas permanecem vulneráveis a choques externos, precisamente por não estarem plenamente institucionalizadas como políticas sociais essenciais.

Um aspeto menos esperado, mas repetido em vários testemunhos, foi o aumento da prática informal durante e após o confinamento: *“Mas notou-se muito no país todo, (...), um aumento muito grande da prática desportiva informal no espaço público. Isso também foi uma consequência da pandemia (...)”* (Município 4). Esta tendência sugere uma reconfiguração das formas de praticar desporto, com maior valorização da autonomia, do ar livre e da informalidade, o que desafia os modelos tradicionais baseados no associativismo federado.

Finalmente, importa destacar que a pandemia expôs o papel insubstituível dos municípios como garantes da coesão associativa local. Ao manterem o apoio financeiro e logístico aos clubes, mesmo durante a suspensão das atividades, os municípios asseguraram não apenas a sobrevivência dos clubes, mas também a continuidade do desporto como espaço de pertença e reconstrução dos laços sociais, sobretudo para os jovens mais afetados pelo isolamento e pela desorganização das suas rotinas.

Clube desportivo como âncora de integração social: entre o reconhecimento e a contradição estrutural

A análise dos discursos dos representantes municipais revela um reconhecimento generalizado do papel dos clubes desportivos como agentes fundamentais na integração de jovens provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos.

Os clubes, na generalidade, têm esse papel, mas notemos que temos, quando falamos em clube, falamos de forma transversal e no caso, (...), nós temos clubes com extrema fragilidade, mas que fazem um trabalho muito interessante (...) (Município 1)

Ou:

(...) os clubes são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento das nossas políticas (Município 5)

Este discurso traduz a valorização institucional do associativismo desportivo enquanto estrutura de proximidade, assente num forte enraizamento territorial e dotada de capacidade de mediação social junto das comunidades.

Contudo, esse reconhecimento coexiste com tensões evidentes. Desde logo, sobressai a discrepância entre a valorização simbólica atribuída aos clubes e a fragilidade estrutural daqueles que, na prática, assumem de forma mais intensa a missão integradora. Em termos concretos, os clubes que mantêm maior contacto com jovens em situação de vulnerabilidade são, muitas vezes, precisamente os que dispõem de menos capacidade organizacional: têm menor robustez financeira, menor profissionalização técnica e maior dependência de voluntariado, o que limita a sustentabilidade e a eficácia da sua intervenção.

Outro elemento recorrente é a ambiguidade da missão dos clubes, oscilando entre uma lógica de integração e uma lógica de seleção competitiva. Um representante municipal identifica com clareza esta tensão:

Os clubes nos dias de hoje têm uma visão de competição. Esta, pelo menos, é a minha opinião. Se eu fizer o levantamento do número de atletas federados em determinadas modalidades, se para o futsal eu preciso de 5 em jogo, 5 no banco, eu não vou ter muito mais grupo que 12 ou 13. Os clubes fazem muita seleção, E os treinadores, muitas vezes, são os primeiros os primeiros a castrar. Isto é lógico, quase Darwin, a seleção natural é os melhores. Não me interessa se o alto, ou o magrinho, ou o gordinho, não sei o que mais, eu quero os melhores. E este é um problema. (Município 1)

A ênfase na performance e na meritocracia desportiva tende a excluir os jovens com menor rendimento inicial ou sem capacidade económica para suportar os encargos da prática, aspeto que, em particular, no que respeita ao papel dos treinadores no processo de seleção dos praticantes, é evidenciado por Coelho (2004). A esta exclusão por falta de capital desportivo soma-se uma exclusão de classe, denunciada de forma muito explícita: “(...) Se o meu pai tem capacidade para pagar, chega lá e paga, os clubes aí recebem tudo” (Município 1).

Os clubes vivem entre a missão ética de acolhimento e os constrangimentos financeiros que os forçam a operar numa racionalidade empresarial mínima. A disponibilidade ética, tantas vezes reiterada nos discursos, esbarra com a ausência de meios para a sua concretização sistemática. Um entrevistado resume este dilema de forma exemplar:

(...) nós tínhamos aqui um projeto que era os clubes irem às escolas criar atividades desportivas, só para incentivar os jovens que não podem pagar a fazer. Estava lá durante dois anos e depois o objetivo é que dali os miúdos saíssem para os clubes. Ora, no momento em que têm que ir para os clubes, têm que pagar mensalidade, eles desistem porque não têm capacidade económica. O clube também não tem, digamos, balão de oxigénio para acomodar essas bolsas. Porque por vontade dos clubes eu acho que eles têm. O constrangimento para mim parece-me ser mais financeiro.
(Município 2)

Além dos constrangimentos orçamentais, são também identificadas fragilidades organizacionais. A ausência de recursos humanos qualificados a tempo inteiro, a escassez de dirigentes disponíveis e a falta de apoio técnico comprometem a capacidade dos clubes para desenvolver respostas estruturadas. Como afirmou um entrevistado:

(...) os clubes e coletividades não têm estruturas nem semiprofissionais sequer para poder dar esta continuidade, e fica muito difícil hoje ter um conjunto de dirigentes ter uma equipa forte e coesa que consiga dar resposta a estas situações, ora, isto leva-nos também a pensar noutra coisa que é, isto terá solução? eu quero acreditar que sim e que a capacitação pode ajudar a minimizar este problema (...), seguramente, são muito poucos os clubes que têm pessoas a tempo inteiro. (Município 1)

Esta realidade é ilustrativa de um modelo baseado na precariedade institucional, que dificulta a planificação e a sustentabilidade das práticas de integração. Esta tensão entre vontade e possibilidade reflete o que Pierre Bourdieu (1996) identifica como a contradição entre a lógica do dom e a lógica económica. Isto é, as estruturas associativas operam simultaneamente no plano da missão social e da necessidade de sobrevivência material, o que gera um conflito permanente.

Paralelamente, emerge nos discursos uma diferenciação entre clubes com forte vocação comunitária e clubes que evoluíram para uma lógica empresarial e elitista, algo que sinalizamos no capítulo em que analisámos as entrevistas aos dirigentes dos clubes:

(...) há uma procura, ainda, uma ligação muito grande entre populações desfavorecidas e essas políticas desses clubes. Há outros que, obviamente, estão mais empresariais, neste momento já têm outra dimensão, e que se calhar não estão vocacionados para essa natureza. (Município 2)

A modalidade praticada, o contexto histórico e a cultura institucional são fatores determinantes:

Eu imagino, nós temos clubes ligados à equitação, etc., que dificilmente, apesar de terem um ou outro projeto para pessoas, bolsas, para pessoas desfavorecidas, não estão na mesma gênese de outros clubes que têm, essa, digamos, o cariz daquele clube é, precisamente, nascer desta integração social e deste apoio à comunidade. Há outros clubes que, se calhar, não estão tão enraizados, o histórico não é esse, e a própria modalidade não propicia essa situação. (Município 2)

Esta diferenciação do tecido associativo introduz diferenças importantes nos territórios e nos públicos-alvo, acentuando desigualdades de acesso ao desporto federado como instrumento de integração.

Em suma, esta análise revela um quadro algo contraditório, ambivalente. Por um lado, os clubes continuam a ser reconhecidos como agentes de proximidade com forte potencial integrador. Por outro, esse potencial é comprometido pela fragilidade estrutural, pela falta de políticas públicas consistentes, pela reprodução de lógicas competitivas que excluem os praticantes e pela ausência de mecanismos de apoio estruturado.

Dinâmica associativa local: entre a vitalidade formal e a fragilidade estrutural

Verifica-se, com base nos discursos dos entrevistados, uma realidade associativa densa, plural e profundamente desigual. Todos os municípios relatam números elevados de entidades desportivas formalmente registadas, valores que oscilam entre os 85 e os 136 clubes, o que indicia, à primeira vista, um ecossistema vigoroso e com potencial de mobilização social e territorial. No entanto, uma leitura mais fina revela que esta densidade formal esconde uma diferença entre clubes ativos e clubes com atividades meramente residuais ou quase inoperantes: “15, 20 clubes têm uma atividade muito pouca. Os clubes que têm o café, de desportivos só têm o nome. E, portanto, mantém ali uma atividade para os seus sócios, mais da ocupação dos tempos livres, etc.” (Município 4)

A recorrente distinção entre clubes “com atividade” e clubes que “só têm o nome” ou funcionam como “cafés desportivos” é reveladora desta assimetria, em que o registo institucional não é sinónimo de atividade desportiva real. Esta diferença entre a aparência e a realidade funcional dos clubes impõe limites à eficácia das políticas públicas e obriga a repensar os critérios de apoio e acompanhamento.

Ainda mais significativa é a discrepância entre a existência formal de estruturas associativas e a sua efetiva capacidade de mobilizar praticantes. Como referido por um dos entrevistados, apesar de níveis globais de prática desportiva elevados (cerca de 45%), apenas

3% dessa prática ocorre no seio do movimento associativo. Esta constatação aponta para o surgimento de formas de prática desportiva mais individualizadas, informais e não institucionais, fenómeno evidenciado pelos dados mais recentes do Eurobarómetro do Desporto (CE, 2022), pelo *Livro Branco Sobre o Desporto*, da Comissão Europeia (2007), bem como pelos estudos de diversos autores (Putman, 2000; Marivoet 2002a; Breur et. al, 2015).

Esta realidade pode ser interpretada como reflexo da transformação das práticas culturais e desportivas contemporâneas, menos centradas no modelo federado tradicional e mais voltadas para a autonomia, individualismo, informalidade e flexibilidade. Mas pode também espelhar bloqueios estruturais à participação organizada, como a escassez de instalações, os custos associados ou o afastamento entre clubes e comunidades locais. O défice de instalações próprias e a consequente dependência da cedência por parte das câmaras municipais, um ponto transversal às entrevistas, reforça a precariedade organizacional e a vulnerabilidade institucional de muitos clubes, colocando-os numa posição de fragilidade na definição das políticas públicas.

Noutras realidades, destaca-se a coexistência de clubes com forte enraizamento territorial e vocação comunitária com outros mais empresariais ou elitistas, orientados por lógicas de performance ou segmentação social. Esta polarização evidencia a tensão entre diferentes modelos de clube: o clube comunitário, marcado por vínculos territoriais e ação social, e o clube elite/marca, mais voltado para resultados e captação de nichos específicos de praticantes.

A vitalidade associativa não pode ser medida apenas pelo número de clubes, mas pela sua capacidade efetiva de promover integração social, coesão territorial e justiça desportiva.

Entre o potencial de conhecimento e os limites da ação

A criação do Observatório do Desporto da Área Metropolitana de Lisboa (AML) representa, no discurso dos entrevistados, um avanço importante na construção de políticas públicas baseadas em conhecimento. Esta estrutura, que envolve os 18 municípios da região, é valorizada pela sua vocação para sistematizar dados, promover diagnósticos e permitir um olhar comparado sobre as realidades desportivas locais. A sua existência aponta para um esforço de institucionalização de mecanismos de avaliação territorial do desporto, num contexto nacional onde persiste um défice crónico de dados empíricos consistentes nesta área.

Contudo, a análise revela que este instrumento ainda se encontra numa fase pouco mais do que embrionária de desenvolvimento. A maioria dos entrevistados manifesta ceticismo quanto à sua eficácia real, apontando fragilidades metodológicas, insuficiências na fiabilidade

dos dados e limitações na mobilização do conhecimento produzido. Como afirma um dos responsáveis municipais:

Por isso eu acho que a grande dificuldade do observatório é a mesma das Cartas Desportivas e tudo mais, é o levantamento dos dados, é a fiabilidade do levantamento dos dados. De resto tem corrido bem do ponto de vista de tentar analisar a realidade que não está muito longe daquilo que é a perceção que nós temos em cada município, eu acho. (Município 2)

Esta afirmação revela, de alguma forma, a diferença entre recolha de informação e transformação dessa informação em ação. A crítica à ausência de um Observatório do Desporto a nível nacional reforça esta perceção de isolamento institucional:

Não é admissível, na minha opinião, é um projeto extremamente interessante, o do Observatório do Desporto na área metropolitana de Lisboa, mas não faz sentido que não haja um Observatório do Desporto a nível nacional (...) (Município 1)

Este cenário remete para uma tensão entre trabalho técnico e decisão política. Isto é, a produção de dados não garante, por si só, a transformação das práticas de gestão, neste caso municipal ou intermunicipal. A racionalidade técnica esbarra, frequentemente, com lógicas burocráticas, com agendas locais concorrenciais e com uma cultura institucional avessa à avaliação sistemática. A expressão utilizada por um dos entrevistados “vale o que vale” é esclarecedora quando refere:

Mas, repare, estes instrumentos, como as cartas do desporto, como os observatórios, são úteis, desde que depois as pessoas queiram olhar para eles e aplicá-las e, portanto, isto vale o que vale. (Município 4)

A frase acima resume bem essa ambivalência. O observatório é reconhecido como necessário, mas permanece praticamente ausente na definição das prioridades políticas.

Entre os principais obstáculos apontados, destaca-se a heterogeneidade dos critérios de recolha de dados entre municípios, o que compromete a comparabilidade e a fiabilidade dos mesmos. A terminologia usada por um dos entrevistados, “(...) *uns estão a recolher batatas e outros cebolas* (...)” (Município 2), revela as dificuldades de construir uma linguagem comum, aspeto essencial em qualquer esforço de monitorização intermunicipal.

Apesar destes constrangimentos, os entrevistados reconhecem algumas mais-valias do Observatório. Uma delas é a validação de perceções já constatadas nos municípios. Mesmo que os dados não sejam inovadores, permitem reforçar diagnósticos locais e conferir-lhes alguma legitimidade. Outra mais-valia reside na disponibilização pública de informação, visível no site dedicado à AML, ainda que com lacunas de atualização e cobertura. Por fim, alguns

entrevistados identificam potencial para o planeamento colaborativo de infraestruturas, com base na lógica de redistribuição racional de recursos em função da oferta existente nos territórios limítrofes.

Contudo, esta visão de cooperação choca com a lógica de concorrência intermunicipal, dominante no sistema político português. A ideia de que os municípios operam em concorrência e não em cooperação é reiterada por vários entrevistados, que reconhecem implicitamente que o Observatório da AML não tem força política, nem instrumentos vinculativos, para condicionar decisões autárquicas individuais. A ausência de gestão efetiva no domínio do desporto à escala metropolitana é apontada como uma lacuna crítica, em contraste com áreas como os transportes, onde essa articulação tem sido mais consistente, ou mesmo a cultura: *“Noto alguma incapacidade de conseguirmos ter, do ponto de vista desportivo, uma política metropolitana consistente.”* (Município 5)

Alguns entrevistados recusam, com clareza, a ideia de uniformização de políticas a partir do Observatório. Afirmam que ele deve promover trocas de experiências e diferenciação estratégica, e não impor modelos únicos:

(...) o observatório não deve ter o papel de uniformizar os modelos de apoio, mas sim de criar, de troca de experiências, para cada município poder enriquecer a sua forma de apoiar. (Município 2)

Em síntese, o Observatório do Desporto da AML surge como um instrumento com potencial, mas ainda a necessitar de ser melhorado, sendo que a capacidade de introduzir mudança depende da sua consolidação metodológica, do reforço dos recursos técnicos e, sobretudo, da colaboração metropolitana efetiva. A construção de políticas públicas intermunicipais, com impacto real na democratização do acesso ao desporto e na integração de jovens carenciados, exige mais do que dados, exige vontade política, cultura de planeamento partilhado e superação do isolamento de cada município. Um dos exemplos paradigmáticos deste isolamento é o facto de um município apenas apoiar o pagamento de inscrições e seguros a jovens que sejam residentes no seu concelho, sendo que muitos clubes que ficam no limite de um determinado concelho conseguem atrair jovens residentes noutros municípios. Neste caso, os jovens que praticam desporto num clube são discriminados em função da sua área de residência. Por outro lado, não são apoiados pelo município em que residem, nem por aquele em que praticam desporto. Esta realidade contrasta com o que Constantino (1999) e Januário (2012) defendem, ou seja, uma política desportiva que não esteja confinada aos limites geográficos de cada concelho.

(Des)Articulação: Entre redes de proximidade e falta de integração sistémica

Parece claro haver uma tensão estrutural entre as intenções de cooperação interinstitucional no domínio do desporto e a sua materialização efetiva numa lógica de governação articulada e estratégica. Esta tensão pode ser lida à luz da clássica distinção de David Lockwood (1964) entre integração social, centrada na coesão e solidariedade entre grupos e indivíduos, e integração sistémica, entendida como a articulação funcional entre instituições e estruturas que permitem o funcionamento coordenado da sociedade.

A nível local, há municípios que revelam práticas consistentes de integração social. A maioria dos entrevistados aponta para modelos de articulação tripartida entre autarquias, clubes e escolas, que favorecem a cooperação prática. Um dos entrevistados exemplifica essa dinâmica afirmando: *“Nós fazemos essa ponte e eu acredito que o modelo, o triângulo escola-clubes-autarquia, é o modelo de sucesso para o desporto”*. Esta perspetiva vai ao encontro do que defendem vários autores (Constantino, 1999; Marivoet, 2001; Cascais & Brito, 2002; Correia, 2009).

Nalguns casos, esta lógica é operacionalizada através de instrumentos inovadores como o projeto Educa Mais, descrito assim:

O clube de boxe disponibiliza-se para ir à escola fazer uma sessão de boxe (...) e a escola vai à plataforma e diz: ‘eu na quarta-feira às três da tarde quero que o boxe venha à escola. (Município 3)

Estes mecanismos evidenciam a existência de formas de articulação social, com impacto real na massificação da prática desportiva e na aproximação entre instituições distintas, contudo, quando se analisa a escala sistémica, aquela que depende da ação coordenada entre diferentes níveis de governo e estruturas do Estado, as limitações tornam-se evidentes. Como sublinha um entrevistado:

Eu acho que falta dimensão da Administração Pública Central via IPDJ, não obstante a questão das delegações regionais, uma maior proximidade às câmaras municipais. As câmaras municipais são hoje, mais do que nunca o alicerce e a base do apoio ao movimento associativo, se calhar nem sempre da melhor forma (...) (Município 1)

Esta crítica é recorrente em várias entrevistas, refletindo a perceção de que o Estado central se demite das suas funções estruturantes, deixando os municípios sozinhos perante desafios complexos.

A ausência de uma Carta Desportiva Nacional e a indefinição de papéis no quadro da descentralização são igualmente apontadas como obstáculos. Como afirma um entrevistado:

(...) o IPDJ, do ponto de vista técnico, tem de garantir todo um conjunto de coisas, nomeadamente a questão de recolha de informação, haver uma carta desportiva nacional, tem havido diversas intenções, mas as coisas nunca avançam nem nunca se concretizam e isto tem de ser um projeto abrangente que tem de envolver federações (...), as câmaras municipais, com a Associação Nacional de Municípios, as federações com as associações locais, o Movimento Associativo (...) (Município 1)

Esta ausência de integração sistémica traduz-se em disparidades territoriais, nomeadamente na gestão de equipamentos, onde, segundo outro entrevistado:

Eu acho que, de facto, essa questão discute-se muito, que é se vale a pena um município que está encostado ao outro fazer duas grandes piscinas, porque é que um não faz uma piscina e outro faz outra instalação e depois partilham? Mas isso não tem sido uma realidade em Portugal, infelizmente. (Município 4)

Um outro entrevistado refere algo revelador:

Mas, como sabe, os municípios são geridos, nomeadamente, por diferentes forças políticas e, às vezes, há outros critérios que se sobrepõem aos critérios da gestão territorial e urbanística. (Município 4)

Mesmo no plano Intra municipal, a cooperação entre clubes e escolas é muitas vezes dificultada por desconfianças mútuas e barreiras culturais. Um dos entrevistados admite: *“Umas vezes por culpa das escolas que não querem lá os clubes, outras vezes por culpa dos clubes que não têm a maturação suficiente para perceber que estão numa escola”.* (Município 2)

A escola opera segundo um modelo pedagógico universalista, enquanto os clubes, segundo o mesmo entrevistado, tendem a atuar com lógicas seletivas e orientadas para o rendimento:

É um recrutamento precoce, competitivo, pouco abrangente e até de exclusão. E digamos que esse é o problema e os receios das escolas normalmente estão por aí. É não reconhecerem no clube a capacidade técnica, que cada vez se está a dissipar, para serem os educadores corretos e depois é o clube não perceber que aqueles miúdos têm que ser recrutados, não para uma atividade precocemente definida, mas para um conjunto de experiências. (Município 2)

Além disso, as escolas são descritas como pouco recetivas à entrada:

(...) as escolas continuam muito fechadas, ou seja, por um lado, os professores de Educação Física, que têm o seu trabalho e que, às vezes, não estão muito abertos a

isso, porque sabem que é mais trabalho que não é remunerado, etc. E depois, também para o diretor de escolas (...) (Município 4)

Esta resistência traduz barreiras organizacionais, que limitam a criação de redes duradouras entre os dois setores.

Apesar destas dificuldades, há uma consciência crescente da necessidade de repensar os modelos de cooperação. Esta orientação aponta para a possibilidade de integração progressiva, suportada na experimentação local e na construção de confiança institucional.

A fragilidade que referimos de articulação a uma escala metropolitana, neste caso de Lisboa, no que ao desporto diz respeito, não é exclusiva em termos nacionais. Também Januário (2010), no seu estudo, sobre políticas desportivas municipais, na Área Metropolitana do Porto, constatou a inexistência de políticas de gestão desportiva integradas e de escala supramunicipal. O mesmo foi constatado por Pereira (2012), pelo que o autor defende a necessidade de uma metropolização das políticas, em substituição da atual lógica de municipalização. Também neste caso, o autor verificou que os municípios, em vez de cooperarem, atuam frequentemente em concorrência uns com os outros, mantendo-se de costas voltadas. Assim, pode afirmar-se que as duas principais áreas metropolitanas do país partilham a mesma limitação estrutural, marcada por uma lógica municipalista que dificulta a construção de estratégias concertadas de planeamento desportivo.

Finalmente, os municípios que mais investem na criação de redes locais são também os que sentem frustração pela ausência de políticas nacionais. Como sublinha um entrevistado: *“Acho que falta o Estado Central ter a noção dos municípios como os maiores promotores de prática desportiva no país”* (Município 5). Esta afirmação parece, por sua vez, esquecer que os verdadeiros promotores de desporto não são os municípios, mas sim os clubes. Os municípios são, ou deveriam ser, facilitadores.

Em suma, esta análise revela que, embora exista alguma articulação entre autarquias, escolas e clubes, a integração sistémica permanece frágil. A ausência de estruturas robustas de gestão nos diversos níveis de decisão política, de instrumentos normativos nacionais e de redes formais de planeamento intermunicipal compromete a construção de um sistema desportivo equitativo, eficaz e orientado para a integração social dos jovens mais vulneráveis. Como alertava Lockwood, a coesão de uma sociedade depende tanto da sua capacidade de criar laços sociais, como de garantir a articulação funcional entre as suas instituições, e é essa segunda dimensão que permanece mais frágil, sendo que sem a segunda a primeira dificilmente funciona.

A integração social no desporto, apesar de ser amplamente reconhecida enquanto ideal, não se encontra ainda suficientemente institucionalizada enquanto eixo das políticas desportivas municipais. A identificação de boas práticas é, em muitos casos, fragmentada, localizada, e frequentemente dependente da iniciativa de atores locais, como clubes ou associações com forte enraizamento comunitário.

Um dos entrevistados é particularmente claro ao convocar o passado como exemplo de maior compromisso com a integração social: *“Muito mais do que a questão da modalidade, era a questão da intervenção no território e para crianças desfavorecidas”* (Município 1). Esta recordação, situada nos anos 1990 no contexto de Lisboa, remete para um projeto municipal que articulava desporto com ação social numa lógica territorializada. A ausência de práticas ou o desconhecimento das mesmas com esse nível de compromisso revela a retração do Estado social em favor de lógicas de apoio menos dirigidas e mais universalistas, frequentemente ineficazes para responder às desigualdades reais.

Contudo, um outro entrevistado apresenta uma visão mais informada e aberta ao intercâmbio europeu, evidenciando familiaridade com projetos cofinanciados pela União Europeia, como o *No Fire*, envolvendo jovens de contextos desfavorecidos de vários países: *“Eram postos em grupo, a treinar, e depois deslocaram-se à Turquia e à Bulgária e os búlgaros e os turcos aqui em Portugal”* (Município 2). Estes projetos ilustram formas de integração que vão além do plano local e mesmo nacional.

Um dos exemplos mais emblemáticos de boas práticas surge no testemunho de um outro entrevistado, ao ser descrita a atuação de um clube de boxe num bairro socialmente desfavorecido:

(...) nós temos um clube de boxe que trabalha num bairro que se candidata a apoios para desenvolver a sua iniciativa no bairro. Pela mentalidade em si, eles têm feito um trabalho excelente, porque é muito fácil cativar os miúdos para a modalidade, aqueles miúdos mais difíceis, mas depois através do boxe, consegue-se formar ali pessoas e é curioso que eles têm feito um trabalho tão engraçado que os próprios miúdos crescem, vão crescendo naquele registo e depois muitos deles acabam por ser monitores da própria modalidade (...) (Município 3)

A progressão dos jovens, desde a prática informal até ao papel de monitores dentro da estrutura do clube, ilustra um processo de integração, em que os jovens se tornam agentes de transformação do seu próprio meio. Este percurso reflete uma forma de reconhecimento simbólico e funcional que contribui para reforçar o capital social local.

Em síntese, as boas práticas de integração social no desporto existem, mas não são regra, emergem de iniciativas situadas, muitas vezes dependentes da vontade de atores locais e do apoio municipal. A sua replicabilidade está condicionada por fatores contextuais, ausência de financiamento regular e carência de dispositivos de sistematização e disseminação. O potencial integrador do desporto revela-se quando este é orientado para territórios específicos, apoiados em redes de proximidade e articulado com políticas públicas abrangentes. Falta ainda uma estratégia nacional que reconheça, financie e multiplique essas práticas.

A análise das entrevistas aos representantes municipais evidencia que a integração social no desporto é reconhecida politicamente, mas não tem ainda tradução sistemática nas políticas municipais. A ação dos municípios encontra-se condicionada por múltiplos fatores, tais como desigualdade de recursos, fragmentação institucional, escassa articulação entre níveis de governação, lógicas de concorrência intermunicipal e ausência de mecanismos de avaliação e apoios específicos à integração de jovens carenciados.

Esta realidade traduz-se numa integração sistémica frágil, no sentido de Lockwood (1964), onde a articulação entre instituições sociais ainda é fraca e descontínua, o que compromete a eficácia das suas intervenções. O que prevalece é uma integração parcial, localizada, baseada em experiências bem-sucedidas, mas isoladas, sem a estruturação necessária num sistema de políticas públicas coerente.

Para que o desporto federado cumpra o seu potencial enquanto instrumento de socialização, integração e coesão social, será necessário evoluir de uma lógica de apoio genérico ao desporto para uma política pública de integração desportiva estruturada, dotada de financiamento específico, dispositivos de avaliação, de articulação e reconhecimento formal das boas práticas locais.

Quadro 10.1 - Síntese das entrevistas aos responsáveis municipais

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Gestão Orçamental	• Apoio ao associativismo é eixo central dos orçamentos do desporto. • Importante % do orçamento do desporto para apoio aos clubes. • Cedências de instalações (apoio indireto) com peso económico significativo.	• Tensão entre função gestora (infraestruturas) e função redistributiva (apoios a clubes).

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Gestão de equipamentos desportivos	• Gestão direta municipal é dominante; existem modelos partilhados com freguesias e empresas municipais. • Défice recorrente de horas/instalações face à procura.	• Descentralização sem capacidades equivalentes pode gerar desigualdades territoriais na qualidade/ manutenção. • Pressão sobre espaços compromete acesso.
Política Municipal de Desporto	• Foco na massificação: mais modalidades, atletas e instalações. • Estruturas multifacetadas: associativismo, equipamentos, programas educativos e eventos; coadjuvação nas escolas (natação, bicicleta). • Valorização do espaço público para prática informal (caminhada, corrida, bicicleta).	• Massificação sem foco na vulnerabilidade social tende a beneficiar quem já participa. • Equilíbrio difícil entre rendimento/campeões e integração social.
Apoios públicos municipais ao desporto	• Regulamentos com critérios explícitos; cedência de instalações como apoio estrutural. • Evolução marcada por continuidade prudente e pouca inovação. • Avaliação maioritariamente empírica; exceção pontual com Observatório local.	• Manutenção de modelos tende a favorecer clubes mais organizados; frágil evidência sobre impacto. • Impasse entre intuição e evidência dificulta reorientação redistributiva.
Apoios a jovens carenciados	• Quase inexistência de políticas estruturadas e de linha orçamental específica. • Medidas avulsas (vagas assistenciais, majorações indiretas) sem financiamento dedicado.	• Universalismo vs focalização: critérios geoadministrativos desfasados da realidade (sede do clube ≠ origem dos praticantes). • Externalização de custos para clubes; descontinuidade de programas (ex.: baseados na ASE). • Falta de dados socioeconómicos impede políticas de discriminação positiva eficazes.
Articulação entre as medidas do Estado central e do Estado local	• Perceção de escassez de apoios do nível central; foco em eventos/federações. • Risco de duplicação de financiamentos (IPDJ vs Municípios).	• Ausência de plataformas de partilha de informação e planeamento conjunto compromete eficiência e equidade.
Integração em Movimento	• Valorização consensual do desporto como instrumento de integração e de vínculos afetivos. • Leitura complementar: desporto atua se políticas sociais básicas (habitação, alimentação) estiverem asseguradas.	• Retórica de integração sem instrumentos operacionais e sem monitorização sistemática. • Risco de idealização quando não há políticas articuladas e avaliação.

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Origem Social dos Praticantes	• Ausência generalizada de dados socioeconômicos sobre praticantes; predomina conhecimento empírico local.	• Políticas universalistas podem reproduzir desigualdades. • Sem segmentação nem indicadores, não há monitorização da equidade.
Entre a Vontade e a Ação	• Três posicionamentos: (I) baixa prioridade; (II) abertura prudente a projetos comunitários; (III) abordagem estruturada e intersetorial.	• Delegação implícita nos clubes sem recursos específicos; ausência de disseminação e avaliação sistemática. • Prudência e empirismo não se traduzem em políticas estáveis e escaláveis.
A Covid-19	• Queda acentuada da participação durante confinamentos e recuperação posterior. • Aumento da prática informal no espaço público. • Apoios extraordinários municipais sustentaram clubes.	• Aceleração de desigualdades: clubes fortes reforçaram-se, fracos perderam base ou fecharam.
Prática Desportiva	• Promoção da prática desportiva sem diagnóstico de base robusto. • Forte prática informal no espaço público/natural; • Desigualdades territoriais associadas à autonomia orçamental: “municípios ricos apoiam, pobres não apoiam”.	• Ação precede o conhecimento: ausência de estudos de procura e dados desagregados. • Risco de reforço das trajetórias dominantes; políticas operam “às apalpadelas”.
Clube Desportivo e a Integração Social	• Reconhecimento dos clubes como estruturas de proximidade.	• Missão integradora vs racionalidade competitiva/meritocrática; exclusões por capital desportivo e económico. • Fragilidade organizacional (escassez de profissionais a tempo inteiro) limita respostas estruturadas.
Dinâmica Associativa Local	• Densidade formal elevada de clubes, mas atividade real desigual; pequena fração da prática desportiva ocorre no associativismo. • Crescimento da prática individual/informal.	• Dependência de instalações municipais e precariedade organizacional. • Polarização: clubes-comunidade (vocação social) vs clubes-empresa (performance/elitização).
Potencial de Conhecimento (Observatório AML)	• Potencial para dados comparados, diagnóstico e apoio ao planeamento intermunicipal. • Alguma validação de perceções locais e abertura à disponibilização pública de informação.	• Heterogeneidade metodológica e frágil comparabilidade (“uns recolhem batatas, outros cebolas”). • Baixa mobilização política e concorrência intermunicipal limitam a governação metropolitana efetiva.

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Redes de Proximidade e Falta de Integração Sistémica	Boas práticas locais de cooperação (triângulo escola–clubes–autarquia; plataformas como Educa Mais).	- Ausência de normas/plataformas nacionais e de racionalização de investimentos entre concelhos. - Barreiras culturais e organizacionais escola↔clubes.
Boas Práticas de Integração Social	- Experiências eficazes embora localizadas e pouco frequentes. - Potencial quando articuladas a redes de proximidade e apoio municipal.	Dependência de lideranças/contexto; falta de financiamento regular e dispositivos de disseminação/escala.

O quadro acima revela uma governação municipal atravessada por equilíbrios instáveis entre ambição política, capacidade técnica e constrangimentos financeiros, onde a promoção do desporto assume um papel relevante, mas ainda insuficientemente orientado por uma lógica redistributiva e de justiça social. As tensões entre universalismo e focalização, entre gestão eficiente e equidade no acesso, bem como entre descentralização e desigualdades territoriais, mostram que a integração social permanece mais dependente das condições locais do que de um enquadramento político estruturado. A ausência de dados sistemáticos sobre a origem social dos praticantes e a fragilidade dos mecanismos de avaliação reforçam a natureza empírica e pouco reflexiva das políticas. As entrevistas fazem emergir um modelo de intervenção municipal que articula dinamismo operativo com fragilidade estratégica no domínio específico da integração social no desporto.

10.3. O IPDJ NO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO: DISCURSOS E INTERVENÇÃO

Nesta secção analisa-se o papel do Estado central, com base na entrevista realizada ao representante do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), organismo responsável pela execução das políticas públicas na área do desporto. Partindo da análise do discurso institucional, procura-se compreender de que forma os princípios normativos que orientam a política nacional do desporto se traduzem, ou não, em instrumentos operacionais eficazes de apoio ao desporto de base e à integração social de jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis.

Em termos de distribuição, observa-se que uma parte substancial do orçamento é canalizada para as federações desportivas. Em 2023, por exemplo, o Programa Nacional de Desporto para Todos teve uma dotação de cerca de 1,45 milhões de euros, enquanto as federações desportivas receberam aproximadamente 30 milhões de euros. Esta assimetria faz com que a maior fatia do “bolo” orçamental fique, à partida, comprometida com o financiamento das estruturas federativas, nomeadamente encargos de funcionamento (como despesas com pessoal) e custos associados às seleções nacionais, sem que essas verbas

se traduzam, de forma direta, em apoio financeiro aos clubes. Deste modo, sobra uma margem orçamental bastante mais limitada para sustentar o desporto de base e iniciativas de desenvolvimento comunitário: *“Mas lá está, este tipo de apoio fruto daquilo que é o financiamento das federações, acaba por ser mais diminuto, bastante mais diminuto.”*

Procura-se, assim, evidenciar as tensões entre discurso e prática, intenção política e capacidade de execução, bem como as limitações estruturais que afetam a operacionalização de uma política desportiva orientada para a equidade social.

Financiamento do IPDJ: dependência das receitas de jogo e a primazia ao desporto de alta competição

O orçamento do IPDJ não provém exclusivamente de transferências do Orçamento do Estado, sendo complementado pelas receitas dos jogos sociais (Santa Casa). Esta dependência introduz um fator de imprevisibilidade, já que o Instituto não controla a variação dessas receitas. Imprevisibilidade que é transportada para os orçamentos, em particular, das federações.

Em termos de distribuição, verifica-se que uma parte substancial do orçamento é canalizada para as federações. Em 2023, por exemplo, o Programa Nacional de Desporto para Todos teve uma dotação de cerca de 1,45 milhões de euros, enquanto as federações desportivas receberam aproximadamente 30 milhões de euros. Assim, a maior fatia do “bolo” orçamental fica comprometida com as federações, para suportar despesas com a estrutura, como despesas com pessoal, bem como despesas com as seleções nacionais, não chegando nenhuma destas verbas aos clubes, restando valores muito mais reduzidos para o apoio ao desporto de base e às iniciativas de desenvolvimento comunitário: *“Mas lá está, este tipo de apoio fruto daquilo que é o financiamento das federações, acaba por ser mais diminuto, bastante mais diminuto.”*

A entrevista evidencia que, embora existam programas em que os clubes, as IPSS e outras entidades são beneficiários diretos, como o Desporto para Todos, estes têm um peso diminuto face ao montante destinado às federações. Esta fragilidade estrutural decorre não só da subalternização do desporto de base como também da dependência de uma fonte de financiamento volátil.

Há um reconhecimento de que o orçamento tem crescido progressivamente, sobretudo após períodos de crise, mas é admitido que “(...) estamos longe naturalmente do orçamento que gostaríamos de ter”. Contudo, como salienta o estudo da PWC (2021), por nós já citado, apesar de se verificar uma tendência de crescimento do orçamento do IPDJ, a verdade é que algumas federações ainda recebem menos verbas do que recebiam antes da crise financeira

(*troika*) que determinou a diminuição substancial das verbas afetas ao desporto disponibilizadas pelo Estado.

Entre a base e o topo: missão, desafios e ambições do IPDJ no sistema desportivo

O IPDJ constitui-se como organismo executante das políticas públicas em matéria de desporto, não tendo um papel direto na sua definição normativa, o que compete ao governo. Como é afirmado na entrevista “(...) não nos cabe a nós, naturalmente, definir as políticas públicas do ponto de vista legislativo e normativo, mas contribuir para as mesmas e proceder à execução das mesmas”. Esta distinção revela a limitação estrutural do IPDJ na orientação estratégica do setor, reforçando o seu papel enquanto agente técnico-administrativo de implementação.

No entanto, o leque de atuação do IPDJ é descrito como abrangente, indo:

(...) desde uma situação em termos de base, das grassroots, digamos assim, até o apoio daquilo que depois acaba por ser o desporto de alta competição e das representações em termos das seleções nacionais.

A lógica é, assim, simultaneamente de alargamento da base de prática desportiva e orientada para a excelência.

É também enfatizada a missão de promover a atividade física em segmentos sub-representados:

Estamos a falar, se calhar, ao nível das mulheres, estamos a falar, se calhar, ao nível dos homens, dos seniores, estamos a falar, se calhar, ao nível da população com algum tipo de deficiência que consegue encontrar neste programa, esse catch de que seja desenvolvido um programa [desporto para todos] para as captar.

Este enfoque aproxima-se de uma perspetiva compensatória ou reparadora das desigualdades de acesso, ainda que com amplitude limitada. É ainda destacada a preocupação com os baixos níveis de prática desportiva em Portugal, recorrendo a dados europeus:

(...) o Instituto também tem, que também tem aqui a missão de, e principalmente reverter aquilo que são os resultados em termos do Eurobarómetro, principalmente o último, que nos colocam muito ao nível da cauda da Europa (...)

Tal reconhecimento espelha uma visão estratégica centrada na promoção da atividade física como política pública abrangente.

Por fim, é salientada a ausência de instrumentos adequados de diagnóstico, nomeadamente a falta de uma Carta Desportiva Nacional funcional:

(...) entendia-se, erradamente, que era [Carta Desportiva Nacional] apenas o levantamento das instalações desportivas. Ora, eu fazer um levantamento das instalações desportivas é, naturalmente, muito importante, mas eu ter apenas o número de instalações desportivas, ou até as próprias condições que as instalações desportivas têm, não me diz muito se eu, por exemplo, não tiver quais são as taxas de ocupação dessas instalações, sem esse indicador não se consegue perceber se há necessidade de projetar novos equipamentos desportivos ou de arranjar formas de os rentabilizar de uma outra maneira.

Esta observação revela uma crítica implícita à falta de planeamento baseado em evidência, comprometendo a definição de políticas públicas eficazes e ajustadas aos territórios e populações.

Assim, é possível perceber que o IPDJ reconhece tanto o seu papel estratégico na execução das políticas públicas como as fragilidades estruturais que limitam a eficácia das suas ações.

O estado central e o desporto de base: entre a intenção e os limites da ação

Importa entender a forma como o Estado central se posiciona relativamente ao apoio aos clubes e à promoção do desporto enquanto ferramenta de integração social.

Na entrevista é reconhecido explicitamente que os clubes desportivos são a base do desenvolvimento desportivo e que importa criar incentivos para que estes alarguem a sua atuação para além da vertente competitiva:

(...) os clubes são a base do desenvolvimento desportivo, efetivamente, que desenvolvem muito a sua atividade federada, mas que queremos que este programa [Desporto para Todos] possa ser aqui um input para eles poderem alargar também a sua base de futuros atletas e também conseguirem trazer outros benefícios em termos de população local onde se inserem.

Contudo, sublinha que este apoio, que se consubstancia como a matriz de apoio aos clubes por parte do IPDJ, Programa Nacional de Desporto para Todos, não significa um apoio à atividade regular dos clubes, nomeadamente custos com seguros ou inscrições, mas antes de um estímulo à diversificação da sua ação. Como refere: “(...) não é um apoio para apoiar as atividades regulares dos clubes, (...) é no sentido de poder ser um contributo para que possam alargar a sua base de participação”.

Este discurso traduz uma visão em que o desporto é encarado não apenas como prática institucionalizada, mas também como meio de promoção da atividade física informal e generalizada. O programa “Desporto para Todos” surge assim como um instrumento orientado

para aumentar os níveis de participação desportiva da população em geral, sendo o seu “(...) *objetivo último (...) de ter uma população fisicamente mais ativa*”. Ainda assim, a abrangência do programa contrasta com a sua escassa capacidade de intervenção estrutural: “(...) *estamos a falar de um universo gigantesco em termos de clubes no país inteiro, que seria impossível de conseguirmos fazer efetivamente esse apoio*”. Ou seja, o IPDJ distancia-se do apoio financeiro aos clubes que sirva de suporte à atividade desportiva federada e aproxima-se na dimensão meramente lúdica e recreativa, podendo o programa referido servir meramente de porta de entrada para os praticantes nos clubes e não para a continuação da prática, pelo menos da federada.

No que respeita ao apoio a jovens carenciados, a entrevistada clarifica que não existe um eixo dedicado especificamente a esta população, mas antes critérios de valorização e majoração aplicados na análise técnica dos projetos apresentados:

(...) perante um projeto que tem esse tipo de público-alvo, esse tipo de iniciativas, terá mais relevância em termos da análise técnica que é feita para que possa então depois beneficiar do apoio.

Esta lógica reforça a ausência de uma política dirigida de forma estruturada a públicos vulneráveis, remetendo a responsabilidade da intervenção para a iniciativa pontual dos clubes ou das entidades proponentes. Assim, o desporto para jovens de estratos sociais menos favorecidos surge mais como externalidade desejável do que como prioridade estratégica do Estado. Algo que constatámos, igualmente, ao nível das políticas municipais de apoio ao desporto. Ou seja, o Estado, tanto na sua dimensão local como central, não prioriza o desfavorecimento socioeconómico das famílias como fator relevante para a definição de medidas de política pública desportiva, o que contraria a relevância que o discurso político, em diversos palcos, dá ao desporto como veículo de integração dos mais desfavorecidos.

É também revelador que, apesar das várias medidas implementadas, não exista uma avaliação formal do impacto das políticas públicas do IPDJ. Como se pode avaliar pela seguinte afirmação:

(...) dizer-lhe que nós não temos a mínima noção do impacto das medidas que promovemos, não é verdade. (...) dizer que temos um estudo formal com perspetiva macroeconómica e desportiva dos impactos, também efetivamente acabamos por não ter.

Esta ausência de avaliação sistemática e sustentada revela um déficit de transparência que compromete a possibilidade de afinação das políticas com base em evidência, deixando o sistema preso à lógica da gestão por objetivos vagos ou expectativas políticas difusas. Mais

uma vez a realidade vivenciada ao nível dos organismos que gerem as políticas desportivas a nível do Estado central estão alinhadas com o que se passa localmente.

Outro aspeto relevante é a relação entre o Estado central e os municípios. É salientado que o IPDJ não pretende substituir-se às autarquias nem atuar de forma concorrencial, mas antes complementar:

(...) nós não nos queremos substituir aquilo que é o apoio que os próprios municípios dão, de todo, não estamos aqui em efeitos concorrenciais, é exatamente em termos de complementaridade.

No entanto, os municípios, como vimos atrás, reconhecem que há zonas de sobreposição e possíveis redundâncias, por exemplo no financiamento de eventos desportivos promovidos por federações que recebem verbas do Estado e, em seguida, voltam a captar recursos a nível local. Como refere um entrevistado de um município e que já foi por nós citado:

(...) uma federação recebe dinheiro do Estado para organizar os seus campeonatos e depois vai às câmaras vender esses campeonatos através dos clubes (...) esses campeonatos já tinham sido financiados pelo IPDJ. (Município 1)

Finalmente, destaca-se a existência de outros programas, como o PRID – Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas, cuja lógica é também marcada pela complementaridade com os investimentos municipais. Contudo, permanece a fragmentação institucional e a ausência de mecanismos de coordenação integrados entre níveis de governo. Esta desarticulação compromete a eficiência do sistema e dificulta a construção de uma política desportiva verdadeiramente planeada e orientada por metas partilhadas e coerentes.

Quando a percepção substitui a prova: a fragilidade da fundamentação empírica sobre a integração pelo desporto

A entrevista revela um paradoxo estrutural que é transversal à política desportiva nacional: o reconhecimento quase unânime do potencial do desporto como instrumento de integração social, em especial de jovens carenciados, e, simultaneamente, a ausência de evidências empíricas que sustente, avalie e oriente essa convicção. Realidade que é igualmente constatável noutras geografias, como aliás, já mencionámos por diversas vezes ao longo desta tese.

À questão por nós colocada sobre a existência de estudos que comprovem a importância do desporto para a integração dos jovens em situação de desfavorecimento socioeconómico, a resposta é clara e direta:

Não, não temos esse estudo. Aquilo que acaba por existir acaba por ser mais uma percepção empírica, empírica e que vem também da parte teórica daquilo que são os valores do desporto, mas infelizmente não temos um estudo nesse sentido.

Esta resposta não constitui apenas uma constatação, mas sintetiza uma constante estrutural da atuação pública no domínio do desporto. Ou seja, a confiança numa “retórica do valor do desporto” que substitui, muitas vezes, a necessidade de produção e mobilização de dados rigorosos. A mesma realidade constata-se a nível das políticas desportivas municipais.

Tal ausência de fundamentação empírica, por exemplo através de estudos longitudinais, inquéritos à origem social dos praticantes, ou avaliações de impacto de programas dirigidos a públicos vulneráveis, impossibilita aferir, como defendem autores como Elling, De Knop e Knoppers (2001), se o sistema desportivo tende a reproduzir desigualdades de classe. Ao não conhecer com precisão quem participa, em que condições e com que resultados, a política pública corre o risco de operar numa espécie de “cegueira estrutural”.

É reconhecido que o desafio ultrapassa o IPDJ e exige uma abordagem intersectorial:

Será irreal pensar que o instituto terá que assumir todas essas responsabilidades, liderar todas essas responsabilidades e financiar todas essas responsabilidades. Não o conseguiremos fazer, estamos mortos ainda antes de nascermos, se fosse esse aqui o objetivo.

O reconhecimento de que o desporto “(...) obriga, naturalmente, a ter que trabalhar ou a ter que envolver muitas outras áreas”, remete para a necessidade de pensar o desporto não como um fim em si mesmo, mas como parte de um ecossistema de políticas sociais, educativas, culturais e urbanas. Porém, a ausência de dispositivos interinstitucionais consistentes para essa articulação continua a ser um entrave à eficácia das medidas.

Neste contexto, o discurso institucional sobre os valores do desporto - “O desporto acaba por trazer valores em termos de desenvolvimento físico, social, emocional, em termos da pessoa, independentemente da sua origem, idade e por aí a fora” -, adquire uma lógica normativa, funcionando como justificação da ação pública, mesmo que esta não se traduza em programas com resultados mensuráveis. A ideia de que o desporto “integra” é, assim, mais convicção do que demonstração, mais desejada do que comprovada, funcionando como objetivo político, mas carecendo de operacionalização através de medidas que traduzam este desígnio.

Estes dados evidenciam a necessidade de transformar percepções em conhecimento, e convicções em políticas baseadas em dados. Sem esse salto qualitativo, o potencial do desporto para a integração continuará a ser referenciado como promessa, mas permanecerá estruturalmente limitado na sua capacidade de transformação social efetiva.

Cegueira social: a invisibilidade da origem dos jovens praticantes no sistema desportivo

A ausência de dados sobre a origem social dos praticantes, também no sistema desportivo nacional, representa uma das lacunas mais significativas para a compreensão das desigualdades no acesso ao desporto. O representante do IPDJ admite-o de forma clara: “*Dos indicadores que nós recolhemos junto das federações desportivas, esse indicador em particular não é recolhido.*” Esta resposta não revela apenas uma falha na recolha de dados; denuncia, igualmente, uma omissão que compromete a capacidade de formulação de políticas orientadas para a equidade e pode indiciar uma menor relevância dada pelas autoridades desportivas, a esta temática.

A inexistência deste indicador nos instrumentos oficiais de monitorização, como é confirmado na entrevista ao referir que “*não está naquele conjunto de indicadores que já estão normalizados e que são reportados regularmente ao INE*”, impede uma leitura crítica do perfil social dos jovens que participam no desporto federado. Consequentemente, não é possível aferir se os esforços públicos de democratização da prática desportiva estão efetivamente a alcançar os públicos mais vulneráveis, ou se, pelo contrário, continuam a privilegiar os segmentos mais favorecidos socialmente.

Neste sentido, e como já anteriormente referimos na análise aos contextos municipais e federativos, esta omissão traduz a incapacidade de reconhecer que as práticas culturais, e o desporto não é exceção, tendem a reproduzir as desigualdades sociais preexistentes.

O investimento num sistema nacional de informação desportiva que integre variáveis socioeconómicas robustas deveria ser entendido como uma prioridade estratégica, à luz dos objetivos de justiça social e coesão territorial que constam dos discursos institucionais.

Um compromisso disperso: a integração de jovens carenciados no horizonte institucional do IPDJ

A análise do discurso decorrente da entrevista revela uma abordagem difusa e não totalmente estruturada no que respeita à integração social de jovens de estratos menos favorecidos:

(...) ouviu-me aqui falar várias vezes em desporto sénior, nas mulheres, desporto para pessoas com deficiência (...), que se calhar não temos tanto para jovens dos 14 aos 16 anos, etc., porque se calhar também reconhecemos que esses terão menos oferta desportiva capaz que lhes chegue.

Esta constatação é reveladora de uma lacuna nas prioridades operacionais do Instituto, apesar da sua missão de promoção da prática desportiva universal.

A falta de foco num grupo etário que representa, em muitos territórios, uma franja social exposta ao abandono escolar, à precariedade e à exclusão social, revela uma incongruência entre o discurso de integração e as práticas concretas de política pública.

O representante do IPDJ dilui esta responsabilidade exclusiva, sublinhando que “(...) *a integração social não diria que é uma questão exclusiva de uma única entidade com quem trabalhamos para trabalhar esse modo em particular*”. Este argumento, apesar de legítimo, corre o risco de diluir a responsabilidade institucional e enfraquecer a ação efetiva. A integração de jovens carenciados tende, assim, a ser um “mote presente”, como é referido na entrevista, “(...) *um mote que está presente em todos [os projetos]*”, mas sem autonomia ou diretrizes operacionais claras que a tornem mensurável e eficaz.

Esta postura pode ser interpretada como reflexo da descentralização difusa das políticas sociais, onde a responsabilidade pela integração se fragmenta entre múltiplos atores (escolas, autarquias, clubes, IPSS, etc.), muitas vezes sem um eixo central de coordenação. Esta fragmentação dificulta a criação de políticas consistentes e avaliáveis no domínio do desporto como ferramenta de integração.

Assim, a ausência de uma estratégia claramente definida por parte do IPDJ para jovens carenciados constitui uma oportunidade perdida no combate às desigualdades sociais por via da prática desportiva. A responsabilidade partilhada não deve significar ausência de responsabilidade.

Entre o topo e o fim da tabela: paradoxos da prática desportiva em Portugal

A visão transmitida pelo representante do IPDJ acerca da prática desportiva em Portugal revela um panorama marcado por paradoxos estatísticos e desafios estruturais. Por um lado, os dados disponíveis, nomeadamente os do Eurobarómetro, colocam Portugal numa posição desfavorável em termos de prática regular de atividade física: “*Ele [Eurobarómetro], de facto, coloca-nos em último lugar ao nível daquilo que é os índices da prática da atividade física*”. Por outro lado, observa-se um crescimento da prática informal, em particular do desporto *outdoor*, onde o país surge “*como também dos primeiros países ou dos países que têm uma maior prática desportiva*”.

O crescimento da prática não institucionalizada, muitas vezes invisível nas métricas tradicionais, reforça a necessidade de dispositivos de análise mais sensíveis à realidade social. No caso português, o crescimento do desporto informal pode ser visto como uma resposta às limitações de acesso, custos ou rigidez do desporto federado, o que pode afetar especialmente os jovens das classes mais desfavorecidas.

A entrevista faz emergir um outro défice estrutural relevante. Isto é, a ausência de um sistema de monitorização fiável dos hábitos desportivos da população. Como é referido, “*sabendo esses hábitos desportivos da população, que é algo que efetivamente neste*

momento Portugal acaba por não ter (...)”, o planeamento de infraestruturas ou políticas de incentivo torna-se pouco racional. A ausência de dados pode conduzir, como é mencionado na entrevista, a decisões desajustadas: “não me faz sentido estar a construir um velódromo se a população não tem essa necessidade”.

A tentativa de reverter a tendência de sedentarismo é apoiada por iniciativas como a Semana Europeia do Desporto, cuja dimensão simbólica e comunicacional é destacada: “(...) aquilo é efetivamente uma campanha de comunicação em que tentamos sensibilizar a população para a importância em termos da prática desportiva”. Contudo, estas medidas assumem um carácter episódico e pouco estruturante se não forem acompanhadas de uma política contínua e sustentada de promoção da prática regular e acessível.

Por fim, o entrevistado reconhece um dos traços estruturais mais preocupantes: “somos dos países da Europa com mais baixos índices em termos de associativismo, das pessoas se interessarem pela parte em termos de voluntariado desportivo e associativismo desportivo”. Este aspeto, já sublinhado por Robert Putnam (2000) na sua análise sobre o capital social e a erosão das redes de participação cívica, tem implicações profundas na sustentabilidade do tecido associativo desportivo português e, conseqüentemente, na sua capacidade de intervenção local e de promoção da integração social. Com efeito, a chamada crise do associativismo tem sido recorrentemente assinalada na literatura, nos discursos de dirigentes associativos e nos discursos políticos, constituindo uma realidade de escala internacional, em particular no contexto europeu, em virtude das especificidades históricas, culturais e organizacionais do movimento associativo desportivo no velho continente (CE, 2007; Leitão et al., 2009; Seippel et al., 2023).

Choque pandémico e reconfigurações da prática desportiva: entre rutura e reinvenção

O impacto da pandemia da Covid-19 no setor desportivo, como já tivemos oportunidade de referir, no contexto da análise das entrevistas aos diversos atores, foi profundo. O IPDJ reconhece que:

(...) aquando da pandemia do Covid a receita do jogo diminuiu significativamente, o que levou a que o próprio montante que fosse afeto ao IPDJ, para a execução da sua missão, também ele fosse bastante reduzido.

Esta declaração revela de forma clara a vulnerabilidade estrutural do financiamento público ao desporto, dependente de receitas voláteis como as provenientes dos Jogos da Santa Casa, nota que já fizemos relativamente ao orçamento das federações.

No que respeita à prática desportiva, a pandemia gerou impactos diferenciados entre os universos do desporto federado e da prática informal. No caso do desporto federado, “o

número decresceu significativamente, significativamente, quer dizer, não passou para metade nem nada do género, mas notou-se ali um impacto muito significativo em todas as federações desportivas". A interrupção da prática federada e da competição sistemática pode ser interpretada como uma rutura dos rituais sociais que estruturam a experiência desportiva institucionalizada.

Já no plano do desporto informal, os dados recolhidos pelo IPDJ apontam para um cenário contrário. *"Foi promovido um estudo (...) sobre os períodos de isolamento social em 2020 e 2021 (...), de que na área desta prática desportiva informal não decresceu e até acabou por aumentar."* Este aumento pode ser interpretado como uma resposta adaptativa da população a uma nova realidade, onde o exercício ao ar livre, viabilizado por normas excecionais de circulação, substituiu os espaços formais da prática desportiva. Como referido: *"uma das exceções que permitia às pessoas poderem circular e sair à rua era exatamente o índice de prática da atividade física (...) então aí temos um aumento."*

Contudo, este crescimento da prática informal carece de monitorização sistemática, como o próprio entrevistado reconhece: *"esse aumento, neste momento, ainda aumentou mais ou voltou a decrescer? É a tal informação que não temos eficazmente, porque este estudo não voltou a ser publicado."*

Em síntese, a pandemia não apenas evidenciou fragilidades preexistentes no sistema desportivo português, como também expôs os contornos desiguais do acesso e da prática, reconfigurando temporariamente os padrões de envolvimento da população com a atividade física.

Entre o resultado e a missão social: ambivalências e limites da ação dos clubes

O IPDJ reconhece, com clareza, o papel insubstituível que os clubes desportivos desempenham na base do sistema desportivo e no processo de integração social dos jovens, afirmando que *"os clubes são a peça-chave na base. Nós não podemos pensar numa casa começando a construí-la pelo telhado"*. Esta metáfora revela uma compreensão estrutural da função dos clubes enquanto fundação do edifício desportivo nacional, não apenas no plano competitivo, mas também enquanto agentes de enraizamento territorial e social.

Contudo, a entrevista revela uma tensão entre a vocação integradora e a lógica do rendimento desportivo. Segundo a qual *"os clubes hoje em dia estão muito agarrados àquilo que tem a ver com a questão em termos de resultado desportivo. Estou a falar em termos de visão, obviamente que há outras exceções"*. Esta afirmação remete para a crítica já clássica formulada por Pierre Bourdieu (1978) sobre o processo de escolarização do desporto e a sua submissão aos princípios da competição meritocrática.

A pressão para o desempenho, potenciada por exigências de resultados e expectativas externas, *“talvez [leve a] descurar o papel que o clube pode ter enquanto entidade dinamizadora do sítio onde se insere”*. Isto traduz uma separação entre o papel simbólico e comunitário dos clubes e o seu reposicionamento funcional numa lógica quase empresarial, voltada para o sucesso imediato e para a produção de atletas de alto rendimento, muitas vezes à custa da diversidade social dos praticantes. Mas, perguntamos nós, se o Estado não parece ter respostas para a componente mais social dos clubes, compete a estes terem essa preocupação?

Ao mesmo tempo, são reconhecidos limites materiais e organizacionais que dificultam o envolvimento dos clubes em projetos com dimensão de integração social. Como refere o entrevistado, *“o clube por si só terá dificuldade em conseguir angariar recursos para também desenvolver aquilo que sejam os seus objetivos, independentemente do segmento prioritário”*.

A solução, sugere o representante do IPDJ, só pode emergir através de redes de suporte interinstitucional:

(...) os clubes sozinhos terão sempre muita dificuldade, terão que ter sempre aqui um conjunto de apoio das entidades, de outras entidades públicas ou até mesmo privadas, para que possam então cumprir aquilo que é o seu desígnio.

Este apelo à complementaridade institucional reitera a necessidade de políticas públicas integradas, que articulem o apoio técnico e financeiro com estratégias de capacitação organizacional e que permitam aos clubes ir além da lógica seletiva do desempenho.

Em suma, o papel dos clubes na integração social dos jovens de estratos mais desfavorecidos é simultaneamente importante e frágil. É importante enquanto estrutura próxima das populações e promissora em termos de impacto social e frágil pela orientação dominante para os resultados e pela escassez de recursos para desenvolver projetos de maior alcance social. A superação destas ambivalências requer, como sugere o próprio entrevistado, um compromisso político e institucional mais robusto, que reforce os clubes enquanto espaços de acolhimento, pertença e transformação social.

O IPDJ como enzima institucional: entre liderança pública e cooperação

A análise da entrevista revela uma conceção estratégica do papel do Instituto enquanto ator de articulação interinstitucional, com um posicionamento que oscila entre liderança pública e estímulo cooperativo. Neste plano, o IPDJ assume que a promoção da prática desportiva, e, em particular, a sua vertente social, não pode ser monopólio de uma entidade, devendo antes resultar de um esforço partilhado entre instituições com diferentes competências setoriais.

A entrevista deixa clara esta visão ao ser afirmado que:

(...) o papel principal do Instituto enquanto Instituto Público, obviamente, não estamos a dizer que nós estamos aqui para cooperar e só cooperamos, obviamente que não, temos aqui um papel de liderança em muitos outros aspetos porque somos esse Instituto Público.

É neste quadro que o IPDJ reivindica um papel de “enzima”, como foi referido na entrevista, ao afirmar que *“tem que ter aqui um papel de capacitação, aqui um papel de estímulo para que a rede possa trabalhar e, digamos, ser uma enzima”*. Esta metáfora bioquímica traduz, de forma relevante, a função do Instituto enquanto catalisador de processos interinstitucionais, que impulsiona a cooperação sem necessariamente comandar todos os mecanismos de execução.

Entre os exemplos práticos apresentados, destaca-se a colaboração com a Direção-Geral de Saúde (DGS), no âmbito do Programa Nacional de Promoção da Atividade Física. O entrevistado refere: *“ainda esta semana acabamos por ter aqui uma reunião com a equipa da DGS (...) é um programa que se casa muito connosco e aquilo que nós fazemos também se casa muito com eles”*. Esta articulação entre saúde e desporto, é particularmente relevante numa perspetiva de políticas públicas transversais, orientadas para o bem-estar das populações.

Outro exemplo apontado é a cooperação com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, com o qual o IPDJ desenvolve projetos *“ao nível da mobilidade ativa ciclável”*. Neste contexto, é sublinhado que *“não estamos nesses projetos para dali formar ciclistas. Estamos nesses projetos no sentido de incentivar a prática da atividade física”*. Esta abordagem evidencia uma visão ampliada da política desportiva, que ultrapassa os limites tradicionais da formação e competição, entrando no domínio da saúde pública, do urbanismo e da sustentabilidade, uma orientação coerente com os princípios da atividade física para todos.

Simultaneamente, a articulação com as federações desportivas é descrita como *“muito, muito regular”*, o que indica a centralidade destas estruturas na execução das políticas desportivas federadas. No entanto, ao contrário de uma lógica de dependência, o IPDJ parece valorizar a capacitação e autonomia dos parceiros, reafirmando que *“a fé que esta concretização de que o IPDJ só com o financiamento que atribui consegue fazer tudo e que basta ter apenas muito dinheiro, naturalmente não”*.

Em síntese, o papel do IPDJ na articulação interinstitucional configura-se como o de uma estrutura pública de liderança mobilizadora, que procura construir pontes entre setores e promover uma cultura de cooperação. Contudo, esta visão estratégica e articuladora do IPDJ, apresentada pelo seu representante, que o posiciona como uma “enzima” do sistema desportivo, capaz de catalisar sinergias interinstitucionais e promover políticas de base ampla, não parece ser partilhada pelos clubes que analisámos e até por alguns municípios. Para

estes, o IPDJ é frequentemente percecionado como uma entidade distante, com pouco impacto direto na prática desportiva local e quotidiana, sobretudo no que respeita ao apoio efetivo aos clubes.

Apesar da entrevista reforçar que “os clubes são a peça-chave na base” e que o programa Desporto para Todos pretende funcionar como um impulso para alargar a base de participação, reconhecendo o papel social dos clubes nas comunidades, essa intencionalidade nem sempre se traduz em ações visíveis ou relevantes para quem está no terreno. Como já referido por alguns representantes municipais e dirigentes associativos nas entrevistas anteriores, o apoio do Estado central é muitas vezes percebido como insuficiente, burocrático ou demasiado orientado para as federações, criando um vazio entre a política nacional e a realidade local.

Este desfasamento entre a autoimagem do IPDJ enquanto entidade mobilizadora e a perceção dos agentes de proximidade pode ser lido à luz do conceito bourdieusiano de campo, onde os diferentes agentes possuem posições, capitais e visões específicas da prática. Neste caso, a posição central do IPDJ no campo das políticas públicas do desporto não garante, por si só, reconhecimento simbólico e influência efetiva sobre os agentes locais, que muitas vezes operam com outras lógicas, prioridades e constrangimentos.

Assim, apesar do discurso da cooperação e da complementaridade interinstitucional assumida pelo IPDJ, persistem dinâmicas de desarticulação e de invisibilidade percebida, que exigem um esforço adicional junto dos atores locais. O reconhecimento do papel do IPDJ não poderá, portanto, assentar apenas na sua condição institucional, mas terá de passar pela produção de efeitos visíveis e percecionados positivamente pelos clubes e municípios, nomeadamente ao nível da capacitação, financiamento direto e apoio técnico à prática desportiva de base.

Sinais de sensibilidade: boas práticas de integração social na política nacional do desporto

Embora o representante do IPDJ não tenha destacado um conjunto robusto e sistemático de boas práticas especificamente orientadas para a integração social de jovens carenciados, é possível identificar sinais de sensibilidade institucional a esta problemática em iniciativas como a Semana Europeia do Desporto. Tal como referiu o entrevistado:

(...) a própria Semana Europeia do Desporto, apesar de ter sempre uma lógica em termos da temática de chavão de mensagem que quer passar, está sempre muito sensível para esse tipo de atividades, de sensibilização que possam promover depois desse tipo de situações.

Este tipo de eventos, com forte dimensão comunicacional e simbólica, pode funcionar como plataforma de visibilidade para projetos locais que articulam desporto e integração social. No entanto, essa abertura temática não substitui uma política estruturada e orientada por objetivos concretos e indicadores mensuráveis, como aliás ficou claro noutras categorias analisadas, nomeadamente na ausência de estudos de impacto ou de dados sobre a origem social dos praticantes.

A boa prática enunciada, sensibilidade temática em campanhas públicas, revela, assim, um nível importante, mas incipiente de atuação, mais voltado para a promoção de valores e visibilidade de causas do que para a consolidação de programas continuados com impacto direto e comprovado. O entrevistado parece reconhecer implicitamente esta limitação ao referir-se, noutros momentos, à necessidade de envolver outras áreas setoriais e de reforçar o papel do IPDJ como catalisador de políticas mais integradas.

Em suma, o que emerge é um cenário em que as boas práticas existem sobretudo como potencial simbólico e oportunidades pontuais, mas carecem ainda de estruturação, continuidade e articulação com mecanismos de monitorização e avaliação, sem os quais o princípio da integração social no desporto tende a ficar reduzido, confinado, ao plano das intenções.

A entrevista ao representante do IPDJ revela uma visão clara sobre os limites da intervenção estatal direta junto dos clubes e dos jovens carenciados, mas também uma valorização estratégica do desporto enquanto ferramenta de integração social. No entanto, essa valorização não é acompanhada por políticas robustas, nem por dados fiáveis que permitam uma atuação informada. A aposta orçamental continua fortemente centrada nas federações, em detrimento do desporto de base e dos clubes como seus promotores. O papel dos clubes é reconhecido como estruturante, mas os apoios efetivos são escassos e fragmentados. A articulação entre níveis de governação (central e local) continua a depender mais da boa vontade institucional do que de mecanismos estruturais.

Quadro 10.2 - Síntese da entrevista ao responsável do IPDJ

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Financiamento do IPDJ	• Orçamento dependente das receitas dos jogos sociais, introduzindo imprevisibilidade. • Peso orçamental do desporto federado: em 2023, ~30 milhões € para federações vs 1,45 milhões € para o Programa Nacional de Desporto para Todos. • Reconhecimento de crescimento orçamental progressivo após crises.	• Fragilidade estrutural: dependência de fonte de financiamento volátil que não é controlada pelo IPDJ. • Distribuição desigual: financiamento massivamente orientado para alta competição em detrimento do desporto de base e comunitário.

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Entre a Base e o Topo	• Papel executante das políticas públicas, sem competência normativa própria. • Atuação ampla: desde formação até alta competição e seleções nacionais. • Promoção da prática em segmentos sub-representados (mulheres, seniores, pessoas com deficiência). • Preocupação com baixos níveis de prática em Portugal, em comparação europeia.	• Limitação estrutural: execução sem poder de definição estratégica. • Falta de instrumentos de diagnóstico robustos (ex.: ausência de Carta Desportiva Nacional funcional). • Planeamento pouco informado por evidência, comprometendo políticas eficazes.
O Estado Central e o Desporto de Base	• Reconhecimento dos clubes como base do sistema desportivo. • Programa Nacional de Desporto para Todos visa estimular alargamento da base de participação. • Apoio indireto a clubes e IPSS através de candidaturas específicas.	• Programa não cobre atividades regulares dos clubes (seguros, inscrições), apenas iniciativas adicionais, e não se destina a atletas federados. • Abrangência limitada face ao universo nacional de clubes. • Ausência de eixo dedicado a jovens carenciados: majorações pontuais substituem política estruturada.
Quando a Perceção Substitui a Prova	• Reconhecimento do potencial integrador do desporto. • Confiança no discurso normativo sobre os valores do desporto.	• Ausência de estudos formais e avaliações de impacto. • Predomínio de perceções empíricas em vez de dados sistemáticos. • Risco de 'cegueira estrutural' ao funcionamento real da integração.
Cegueira Social	• IPDJ recolhe dados junto das federações, mas não sobre a origem social dos praticantes. • Retórica universalista “o desporto é para todos” mantém-se.	• Ausência de indicadores sociais impede avaliação da democratização da prática. • Omissão estrutural reforça desigualdades ao tornar os públicos vulneráveis invisíveis.
Um Compromisso Disperso	• Integração surge como mote transversal em projetos, mas sem eixo autónomo. • Reconhecimento de lacunas para faixa etária juvenil.	• Fragmentação de responsabilidades entre múltiplos atores (clubes, escolas, autarquias). • Diluição da responsabilidade institucional do IPDJ.
Entre o Topo e o Fim da Tabela	• Portugal nos últimos lugares do Eurobarómetro em prática regular. • Crescimento do desporto informal/outdoor. • Reconhecimento da baixa taxa de associativismo e voluntariado desportivo.	• Dualidade entre regime institucionalizado/federado e regime informal/lazer. • Ausência de sistema fiável de monitorização de hábitos desportivos. • Políticas episódicas (ex.: Semana Europeia do Desporto) sem continuidade estruturante.

Dimensão analisada	Principais tendências	Contradições / conflitos visíveis
Covid 19	• Pandemia reduziu receitas dos Jogos e orçamento do IPDJ. • Queda acentuada da prática federada; aumento da prática informal em espaço público.	• Rutura nos rituais sociais da prática federada, sobretudo para jovens. • Ausência de continuidade nos estudos pós-pandemia compromete conhecimento atualizado.
Entre o Resultado e a Missão Social	• Clubes reconhecidos como peça-chave do sistema e da integração social.	• Pressão para resultados desportivos leva a descurar funções sociais. • Fragilidade organizativa limita capacidade de intervenção social. • Necessidade de redes interinstitucionais de apoio para cumprir papel social.
Articulação Interinstitucional	• IPDJ assume papel de catalisador ('enzima') da cooperação interinstitucional. • Articulações com DGS, IMT e federações para programas integrados.	• Perceção distante por parte de clubes e municípios: impacto local reduzido. • Desfasamento entre discurso de cooperação e perceção dos agentes de proximidade.
Boas Práticas	• Semana Europeia do Desporto e campanhas de sensibilização com atenção a públicos vulneráveis.	• Iniciativas pontuais e de carácter simbólico não substituem políticas estruturadas. • Ausência de continuidade e avaliação compromete impacto.

A informação decorrente da entrevista ao IPDJ e sintetizada no quadro supra revela um padrão de intervenção pública marcado por uma governação fortemente mediada por entidades intermédias, onde a ação do Estado surge mais como catalisadora do que como estruturante. A distribuição assimétrica dos recursos, a fragilidade dos instrumentos de conhecimento da realidade social dos praticantes e a prevalência de programas de carácter pontual reforçam um modelo de política desportiva orientado mais por lógicas de administração do sistema do que por uma visão integrada de intervenção social. As ambiguidades entre base e topo, entre intenção e operacionalização, e entre reconhecimento simbólico e impacto efetivo expõem os limites de uma política que, embora sensível à dimensão social do desporto, permanece condicionada por constrangimentos institucionais e por uma matriz de atuação predominantemente reativa.

CONCLUSÕES

A presente investigação teve como propósito compreender de que forma o desporto federado, e em particular o andebol, pode funcionar como mecanismo de integração social de jovens, sobretudo dos oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos. Pretendeu-se, simultaneamente, analisar como os clubes desportivos desenvolvem ações tendo em vista a integração, e de que modo essas práticas se articulam com as políticas públicas promovidas pelo Estado central e local.

Antes de se explicitar a opção por uma metodologia mista, importa clarificar a grelha teórica que orientou a investigação. Neste sentido, a tese mobilizou contributos de diversas áreas e correntes sociológicas que permitiram delimitar conceitos operatórios (como juventude, socialização, classes sociais e integração social), bem como enquadrar o desporto federado enquanto espaço institucional de produção de pertenças, normas e trajetórias. Esta articulação teórica foi decisiva para concretizar a problemática enunciada no parágrafo anterior, ao situar o andebol simultaneamente como campo de práticas e como contexto de relações sociais onde se cruzam recursos, oportunidades e constrangimentos.

O estudo partiu de uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa, o que permitiu uma leitura mais completa dos processos de socialização e integração que se constroem no campo desportivo. As evidências recolhidas demonstram que o desporto federado constitui um espaço relevante de socialização secundária, capaz de gerar vínculos identitários e redes de apoio significativas, embora permaneça marcado por desigualdades estruturais que limitam a sua plena função integradora.

O desporto federado como espaço de integração social, mas seletivo

A análise quantitativa evidenciou uma composição social desigual entre os jovens. A maioria provém de famílias detentoras de capital económico, social e cultural acima da média, quer em comparação com o conjunto da população nacional, quer com a da Área Metropolitana de Lisboa. Estes resultados confirmam que o desporto federado constitui um campo de acesso seletivo, fortemente condicionado pela distribuição desigual dos capitais. Como sublinha Bourdieu (1978, 1988, 2010), as práticas desportivas são expressão do *habitus* de classe e funcionam como marcadores simbólicos de distinção social, o que explica a sobrerrepresentação das classes mais favorecidas no universo analisado. Os resultados mostram também uma forte transmissão intergeracional de capital desportivo, uma vez que uma larga maioria dos jovens inquiridos tem familiares diretos que praticam ou praticaram andebol ou outra modalidade. A participação familiar, em particular parental é, aliás, um dos principais fatores de continuidade e envolvimento, evidenciando a importância do capital

social familiar, tanto no acesso à prática como na permanência dos jovens no sistema desportivo.

Apesar de uma certa homogeneidade social, identificou-se alguma diversidade étnica, com uma presença relevante de jovens de origem africana. O mesmo não acontece em termos de presença de jovens imigrantes ou com passado migrante. A representação destes jovens fica abaixo do que ocorre no contexto social alargado. Apesar de tudo, esta diversidade revela um potencial de convivência intercultural.

A maioria dos jovens identifica o clube e a prática desportiva como o principal contexto social de criação de amizades. Esta relação de afetividade revela o papel central das redes de sociabilidade e reconhecimento que o desporto proporciona, e que constituem, segundo Putnam (2000), uma dimensão essencial do capital social comunitário.

O nosso estudo revela, portanto, que o desporto federado, neste caso o andebol, oferece oportunidades de integração, mas que a sua eficácia depende de fatores estruturais e institucionais, nomeadamente, do apoio financeiro, dos objetivos dos clubes e da existência de políticas públicas coerentes e alinhadas com os princípios da equidade, em termos de participação desportiva, em função da origem social dos jovens.

O papel central dos clubes e a lógica do voluntariado

As entrevistas realizadas reforçam a evidência da centralidade dos clubes desportivos enquanto núcleos de apoio comunitário e socialização. A maioria dos clubes analisados assenta numa base associativa fortemente dependente do voluntariado, sustentada pela dedicação de dirigentes, treinadores e famílias. Esta dinâmica constitui, simultaneamente, a principal força e uma fragilidade estrutural do associativismo desportivo: por um lado, garante proximidade, coesão social e capacidade de adaptação às realidades locais; por outro, assenta na disponibilidade pessoal e no compromisso individual dos seus agentes, em vez de em políticas públicas estáveis e estruturantes.

O voluntarismo que sustenta o funcionamento quotidiano dos clubes pode ser interpretado como uma forma de resistência face às limitações económicas, à irregularidade dos apoios públicos e à ausência de enquadramentos institucionais consistentes. Contudo, revela também a vulnerabilidade de um modelo de desenvolvimento desportivo que tende a delegar nas comunidades locais e em indivíduos pontuais responsabilidades que deveriam ser do Estado. Embora vários clubes desenvolvam práticas de integração, como a isenção parcial ou total de mensalidades, a cedência de equipamentos ou o acolhimento de jovens sinalizados por instituições de apoio social, estas iniciativas surgem, na maioria dos casos, de forma informal, contingente e dependente da boa vontade local. Apesar do seu mérito, não substituem políticas públicas consistentes de combate às desigualdades no acesso ao desporto.

É neste enquadramento que a identificação de quatro perfis de clubes desportivos assume particular relevância analítica. Esta tipologia permitiu compreender de forma mais sistemática as diferentes lógicas de funcionamento, prioridades institucionais e capacidades de intervenção social existentes nos clubes analisados. Longe de constituírem categorias rígidas, estes perfis expressam posições diferenciadas no campo desportivo, resultantes da combinação entre recursos económicos, capital organizacional, enquadramento territorial e orientações estratégicas.

Os **clubes de perfil comunitário** assumem-se como espaços privilegiados de proximidade e acolhimento social, desempenhando um papel relevante na integração de jovens de origens socioeconómicas diversas. Sustentados maioritariamente por trabalho voluntário e por redes familiares, estes clubes revelam uma orientação clara para a dimensão social da prática desportiva. Contudo, enfrentam limitações estruturais significativas ao nível do financiamento, da profissionalização e da estabilidade organizativa. A sua capacidade de integração resulta menos de políticas formais e mais de práticas informais de solidariedade e adaptação, o que os torna simultaneamente essenciais e particularmente vulneráveis.

Os **clubes de transição competitiva** ocupam uma posição intermédia no campo desportivo, conciliando práticas de base comunitária com uma crescente orientação para a performance e para a sustentabilidade organizacional. Esta ambivalência traduz-se numa maior capacidade de diversificação de receitas e de organização interna, mas também numa menor sistematização das práticas de integração social, que tendem a surgir de forma pontual e reativa, mais como efeito colateral positivo da prática desportiva do que como resultado de uma estratégia institucional explícita.

Os **clubes com missão social** distinguem-se pela intencionalidade clara das suas práticas de integração, frequentemente articuladas com territórios socialmente vulneráveis e com parcerias institucionais. Apesar de operarem sob fortes constrangimentos financeiros, mobilizam o desporto como instrumento de intervenção social, assumindo uma função compensatória face à ausência ou insuficiência de políticas públicas direcionadas. A sua ação evidencia, de forma particularmente expressiva, o potencial integrador do desporto, mas também os limites de um modelo excessivamente dependente do esforço local e da disponibilidade dos seus agentes.

Por fim, os **clubes de elite/marca** posicionam-se num campo claramente distinto, marcado por elevados níveis de profissionalização e por uma forte orientação para o alto rendimento. Embora garantam o acesso gratuito à prática desportiva, esta gratuitidade não se traduz numa estratégia de integração social, sendo antes subordinada a critérios de seleção, desempenho e prestígio competitivo. Este perfil evidencia como a autonomia financeira e

simbólica pode coexistir com um distanciamento relativamente à missão social frequentemente atribuída ao desporto.

Em conjunto, esta análise comparativa demonstra que a capacidade integradora dos clubes não decorre automaticamente da prática desportiva em si, mas da posição que cada clube ocupa no campo desportivo e das opções estratégicas que adota. As diferenças observadas entre perfis reforçam a ideia de que o desporto tende a reproduzir desigualdades sociais mais amplas, enquanto revela um potencial integrador significativo quando apoiado por recursos adequados e por políticas públicas coerentes, articuladas e sustentáveis.

Políticas públicas, apoios e desigualdades territoriais

A análise das entrevistas a representantes dos municípios revelou que estes desempenham um papel decisivo na viabilização do acesso ao desporto. São eles que asseguram, em larga medida, o funcionamento quotidiano dos clubes, através da cedência de instalações, apoio financeiro direto, logística ou transporte. Contudo, a distribuição dos apoios municipais é altamente desigual e dependente de fatores como a capacidade organizativa dos clubes, a sensibilidade política dos executivos locais e a disponibilidade orçamental.

Embora os municípios reconheçam o desporto como vetor de integração social, os critérios de atribuição de apoios mantêm-se, na maioria dos casos, ancorados numa lógica universalista e institucional, mais orientada por princípios formais e administrativos do que por critérios sociais diferenciados. Esses critérios tendem a basear-se em elementos de natureza organizacional, como, por exemplo, a localização da sede do clube, e não na caracterização socioeconómica efetiva dos praticantes. Esta prevalência de uma lógica formal e territorial sobre uma lógica socialmente orientada contribui para a produção de injustiças redistributivas, podendo deixar de fora os jovens em situação de menor vantagem socioeconómica. Tal constatação é coerente com a análise de Elling e Claringbould (2005), quando referem que políticas desportivas universalistas tendem a reproduzir desigualdades sociais preexistentes, em vez de as corrigir.

Os entrevistados convergem na perceção de uma ausência de política pública integrada de desporto e coesão social. O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) surge como uma entidade com meios reduzidos e sem capacidade de intervenção estruturante, funcionando sobretudo como canal de financiamento das federações, estando algo afastado das dinâmicas promovidas, localmente, pelos clubes.

A Federação de Andebol de Portugal é também identificada como um ator essencialmente organizacional, mais voltado para a competição do que para a integração social no desporto. Esta constatação confirma a persistência de uma visão desportiva centrada na performance, em detrimento da função social e educativa do desporto.

Ao nível intermunicipal, a criação do Observatório do Desporto da Área Metropolitana de Lisboa foi destacada como um avanço simbólico importante, ao introduzir a ideia de planeamento baseado em evidências e em diagnóstico comparativo. Contudo, a sua eficácia ainda é limitada, devido à heterogeneidade dos critérios de recolha de dados e à falta de instrumentos vinculativos que garantam cooperação efetiva entre os 18 municípios. A lógica dominante continua a ser a da concorrência intermunicipal, e não a da coordenação estratégica.

Assim, verifica-se que a gestão do desporto em Portugal, especialmente a nível local, assenta numa racionalidade relacional e informal. As parcerias emergem da proximidade pessoal entre dirigentes e autarcas, mais do que de políticas institucionalizadas de cooperação. Este modelo garante flexibilidade, mas compromete a equidade e a continuidade das medidas.

Integração: entre potencial e contradição

A conjugação dos resultados quantitativos e qualitativos permite sustentar que o desporto federado constitui, em simultâneo, um espaço de integração e um dispositivo de seleção social, sendo o seu potencial de integração condicionado por constrangimentos económicos e por uma lógica de financiamento que privilegia resultados competitivos em detrimento de missões sociais. Ou seja, os clubes movem-se entre a vocação altruísta da missão comunitária e as exigências de sobrevivência financeira impostas pelo sistema federado e pelo mercado desportivo. O risco é que a função social do desporto seja sacrificada à lógica da eficiência e da visibilidade.

Pode, pois, concluir-se, que a integração social promovida pelos clubes é sempre situada, contingencial e desigual. Isto é, depende da articulação entre valores associativos, políticas públicas e condições materiais.

A nível simbólico, o desporto continua a ser um dos campos onde se naturalizam distinções sociais, reproduzindo a ilusão de neutralidade meritocrática. Como lembra Bourdieu (1978; 1988; 2010), as diferenças de desempenho físico e técnico frequentemente mascaram desigualdades pré-existentes de capital cultural, económico e social. Assim, a meritocracia desportiva reproduz, sob forma simbólica, as hierarquias do espaço social.

Importa destacar a reflexão de Correia (2009) sobre o verdadeiro sentido do desenvolvimento desportivo, que não deve ser avaliado apenas pelo aumento do número de praticantes, mas sobretudo pela efetiva democratização do acesso ao desporto. Esse acesso, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, deve ser universal, garantindo que todos, e não apenas os indivíduos pertencentes às classes sociais mais favorecidas,

possam, em liberdade, decidir se desejam ou não praticar desporto e em que modalidade o querem fazer.

É precisamente à luz desta problemática que os resultados obtidos podem ser interpretados a partir do modelo analítico proposto por Elling et al. (2001), o qual permite compreender os processos de integração social em diferentes dimensões complementares. Para além das três dimensões originalmente identificadas pelos autores, considerámos pertinente introduzir uma quarta dimensão, relacionada com aspetos associados à integração sistémica:

- **Integração estrutural:** Os resultados apontam para um nível mínimo de integração estrutural, evidenciando que os praticantes provêm maioritariamente de famílias com capital económico e cultural acima da média, tanto em relação à população em geral como à das áreas geográficas onde os clubes se inserem. A composição social revela, assim, uma predominância de jovens de contextos favorecidos. Contudo, observam-se variações significativas entre clubes: alguns apresentam integração direta, com presença efetiva de grupos sociais diversos; outros revelam integração inversa, com predominância de jovens pertencentes a grupos minoritários (por classe, etnia ou género). Destaca-se a integração inversa por género, em equipas exclusivamente femininas. Em síntese, apesar do carácter globalmente seletivo da prática desportiva, coexistem configurações locais heterogéneas, que oscilam entre a integração mínima e inversa.
- **Integração sociocultural:** Os clubes analisados revelam uma heterogeneidade étnica que reflete parcialmente a diversidade das comunidades locais. No entanto, a sub-representação de jovens estrangeiros evidencia um processo de integração sociocultural incompleto, sem correspondência plena com a composição demográfica envolvente.

Do ponto de vista do género, verifica-se uma acentuada assimetria, com clara predominância masculina, confirmando padrões nacionais e internacionais de sub-representação estrutural das mulheres no desporto federado. Assim, a diversidade existente traduz sobretudo um potencial de integração, mais do que uma integração efetiva, limitada por barreiras simbólicas e culturais persistentes.

- **Integração socioafetiva:** Os clubes assumem-se como espaços privilegiados de sociabilidade e construção de laços afetivos, nos quais a maioria dos jovens manifesta um envolvimento regular e comprometido que ultrapassa a mera prática desportiva. Esta participação traduz um vínculo emocional e simbólico com o clube, reforçando o seu papel enquanto núcleo de pertença e reconhecimento social. A fidelização expressa pela vontade de permanecer no mesmo clube, mesmo após vários anos de

prática, evidencia uma forte identidade coletiva e que consolidam o clube como espaço estruturante de socialização secundária, complementar à família e à escola.

- **Integração Sistêmica:** A análise evidencia uma fraca integração sistêmica entre os diferentes níveis e atores do sistema desportivo, clubes, escolas, autarquias e Estado central. Apesar de existirem parcerias pontuais, estas são marcadas por fragmentação e ausência de coordenação estratégica, o que impede a consolidação de políticas públicas coerentes e sustentadas.

Os municípios continuam a ser os principais financiadores do desporto, mas de forma assimétrica e dependente de orientações locais, enquanto o Estado central mantém um papel sobretudo regulador e financiador das federações, com reduzida capacidade de intervenção estruturante, em particular ao nível dos clubes. A falta de articulação reflete-se na inexistência de instrumentos integrados de planeamento, avaliação e redistribuição de recursos.

Em suma, o sistema desportivo português carece de uma gestão multinível efetiva, capaz de alinhar políticas educativas, desportivas e sociais, e de transformar as intenções dos agentes envolvidos no sistema desportivo em integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A nossa investigação permite concluir que o andebol, e por extensão o desporto federado em geral, tem um papel real, mas limitado, na integração social dos jovens no desporto. Quando apoiado por estruturas associativas estáveis, dirigentes comprometidos e políticas públicas bem desenhadas, o desporto pode promover integração e coesão social. No entanto, quando entregue às dinâmicas espontâneas do voluntarismo e à lógica competitiva, que é o que mais acontece no caso estudado, tende a reproduzir desigualdades sociais.

Como tal, é fundamental que o Estado, a nível central e local, reconheça o papel social dos clubes como agentes de socialização e integração social, criando mecanismos de apoio direto a jovens de classes sociais de menores recursos, programas articulados entre educação, desporto e ação social, e modelos de financiamento sustentáveis que recompensem não apenas o sucesso competitivo, mas também o impacto social e territorial das práticas desportivas.

A criação de instrumentos financeiros como fundos de investimento de impacto social, à semelhança dos propostos por Tenreiro (2017), pode constituir uma via inovadora para apoiar clubes que desenvolvem trabalho social comprovado.

Por outro lado, as federações desportivas devem assumir um papel mais ativo na democratização do acesso, reorientando parte das suas políticas e recursos para o desenvolvimento da base associativa e para a integração social no desporto de jovens de

meios vulneráveis. A Federação de Andebol de Portugal, em particular, poderia estabelecer programas estruturados de captação em escolas, em parceria com autarquias e clubes locais, garantindo que os jovens não abandonem a prática desportiva por motivos económicos.

Finalmente, é essencial reforçar os instrumentos de diagnóstico e monitorização do sistema desportivo. A ausência de dados sistematizados sobre a composição social dos praticantes, as taxas de abandono ou a eficácia dos programas de apoio representa uma forma de cegueira institucional, que impede a avaliação real do impacto das políticas públicas.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PERSPETIVAS FUTURAS

Como em qualquer investigação, esta tese apresenta limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, o âmbito geográfico foi restrito à área da Grande de Lisboa e Península de Setúbal, como tal, a uma parte da AML, o que limita a generalização dos resultados a outras regiões com diferentes realidades socioeconómicas e desportivas. Embora a amostra permita uma leitura aprofundada de um território denso e representativo, os resultados podem não refletir integralmente o panorama nacional.

Em segundo lugar, a investigação, no que concerne à análise dos clubes, centrou-se exclusivamente no andebol federado, excluindo outras modalidades que poderiam oferecer perspetivas complementares sobre os processos de socialização e integração social. A escolha do andebol, justificada pela experiência e envolvimento do investigador e pela intenção de valorizar outros “habitat” desportivos frequentemente eclipsados pelo futebol, introduz inevitavelmente limitações na diversidade desportiva analisada.

Adicionalmente, o estudo baseou-se em dados transversais, impossibilitando uma análise longitudinal das trajetórias de integração social. Uma abordagem temporal permitiria compreender melhor a evolução dos percursos dos jovens e o impacto continuado da prática desportiva na sua integração social, embora a opção tenha sido pela integração social no desporto e não tanto nos efeitos que a prática pode ter num contexto social mais vasto.

Estas limitações não diminuem, porém, a relevância do nosso trabalho. Pelo contrário, abrem caminho a investigações futuras que possam:

- Ampliar o âmbito geográfico a outras regiões do país;
- Comparar modalidades desportivas com diferentes lógicas de acesso e financiamento;
- Incluir perspetivas institucionais adicionais, nomeadamente de outras federações, associações distritais e organismos públicos;
- Adotar metodologias longitudinais para acompanhar os efeitos da prática desportiva ao longo do tempo.

Antes de dar por concluída esta tese, importa salientar que é fundamental que os clubes desportivos sejam pensados como espaços de integração, capazes de acolher jovens com

perfis, histórias e motivações distintas. Reduzir a sua missão à procura de talentos ou ao desempenho competitivo seria perpetuar uma lógica seletiva, muitas vezes de exclusão. Ainda que muito poucos venham a ser atletas de alta competição, ou a conseguir simplesmente atingir o escalão de seniores, muitos podem beneficiar de formas diversas de envolvimento enquanto, dirigentes, treinadores, árbitros, jornalistas, voluntários ou simples adeptos informados, contribuindo para a vitalidade e continuidade das comunidades desportivas.

Os discursos que atribuem aos clubes uma missão moralizante, como a de “formar homens” ou “educar para a vida”, devem ser tratados com cautela. A formação ética e social dos indivíduos não é monopólio de nenhuma instituição, e muito menos daquelas que, no essencial, são criadas para promover a prática desportiva. A sua eventual contribuição para esse processo será sempre situada, parcial e complementada por outros agentes como a família, a escola ou os grupos informais formados pelos jovens, não esquecendo o mundo digital que emergiu como um novo e poderoso agente socializador. É precisamente nesta articulação de influências, disposições e experiências que se constrói a relação particular de cada jovem com o desporto e com o clube. Como tal, não exijamos aos clubes o que outros agentes não conseguem fazer.

Em suma, esta tese demonstra que o desporto, e o andebol em particular, pode constituir um instrumento de integração, desenvolvimento e coesão social, desde que apoiado por estruturas políticas consistentes, financiamento adequado e uma visão integradora da prática desportiva.

Há muita boa vontade que não encontra tradução prática através de medidas de política pública consistentes e que se configurem como sistémicas. Como tal, o desafio que se impõe é transformar este potencial em política pública efetiva. Isto é, fazer do desporto não um espelho das desigualdades, mas um espaço de superação e equidade social.

FONTES

Decisão n.º 291/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que institui o Ano Europeu da Educação pelo Desporto 2004, *Jornal Oficial da União Europeia*, L 43/1, 18 de fevereiro de 2003.

Lei Constitucional. (2005). *Sétima revisão constitucional*. Diário da República I Série-A, n.º 155, 4642–4686.

Lei n.º 1/1990. (1990). *Lei de Bases do Sistema Desportivo*. Diário da República I Série, n.º 11, 192–199.

Lei n.º 30/2004. (2004). *Lei de Bases do Desporto*. Diário da República I Série-A, n.º 170, 4467–4478.

Lei n.º 5/2007. (2007). *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*. Diário da República I Série, n.º 11, 356–363.

Lei n.º 8/2009. (2009). *Cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude*. Diário da República I Série, n.º 34, 1145–1148.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018. (2018, 4 de setembro). *Plano Nacional da Juventude (PNJ)*. Diário da República, 1.ª série, (170).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022. (2022). *II Plano Nacional para a Juventude*. Diário da República, 1.ª série, (177).

REFERÊNCIAS

- Abrantes, P. (2011). *Para uma teoria da socialização*. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 21, 121–139.
- Adorno, T. W. (1993). *Lições de sociologia*. Edições 70.
- Adorno, T. W. (2001). *The culture industry*. Routledge.
- Alexander, J. C. (1987). *Twenty lectures: Sociological theory since World War II*. University Press.
- Almeida, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1988). Famílias, estudantes e universidades: Painéis de observação sociográfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (4), 11–44. <http://hdl.handle.net/10071/965>
- Almeida, J. F. (1993). Integração social e exclusão social: Algumas questões. *Análise Social*, 28(123–124[4–5]), 829–834.
- Almeida, J. (2011). *O essencial sobre o capital social*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Almeida, J. P. (2009). Estado, Desporto e Políticas Europeias (pp. 133-160).). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas*. Campo das Letras.
- Amado, J. L. (2003). Desporto e direito: Aversão, indiferença ou atração? In A. Mestre, A. Santos, A. F. Ferreira, A. Marques, F. S. Leal, J. J. Melo, J. L. Amado, J. M. Constantino, L. Casanovas, L. Sardinha, M. Sérgio, M. M. Pinto, P. C. Silva, R. M. Gomes, & P. V. Magalhães (Eds.), *O desporto para além do óbvio* (pp. 73–85). Instituto do Desporto de Portugal.
- Angers, M. (2008). *A Sociologia e o Conhecimento de Si: Uma outra Maneira de nos Conhecermos Graças à Sociologia*. Instituto PIAGET;
- Archer, M. S. (2003). *Structure, agency, and the internal conversation*. Cambridge University Press.
- Barrisco, S. (2006). Demografia. In V. S. Ferreira (Coord.), *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio: Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990–2005* (pp. 23–38). ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/301286718>
- Batista, J. P. R. P. (1988). Barbárie e civilização: O desporto nas sociedades modernas. In *Atas do I Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Bauman, Z. (2009). *A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas*. Zahar.
- Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade* (2ª ed.). Editora 34.
- Becker, H. S. (2009). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Zahar.
- Béraud, J., & Millet, L. (1975). *A contestação juvenil*. Europa-América.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade* (2ª ed.). Dinalivro.
- Bitti, P. R. e Zani, B. (1997). *A Comunicação como Processo Social* (2ª ed.). Editorial Estampa;
- Boaventura, J. (2002). Introdução ao tema: Mercado de trabalho na sociologia do desporto (pp. 159–163). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SESD da APS em FMH, Centros de Estudos e Formação Desportiva*.
- Bourdieu, P. (1978). Sport and social class. *Social Science Information*, 17, 819–840. <https://doi.org/10.1177/053901847801700603>
- Bourdieu, P. (1988). Program for a sociology of sport. *Sociology of Sport Journal*, 5(2), 153–161. <https://doi.org/10.1123/ssj.5.2.153>
- Bourdieu, P. (1996). Marginalia: Algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, 2(2), 7–20. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200001>
- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (2008a). *Para uma sociologia da ciência*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (Org.). (2008b). *A miséria do mundo* (7ª ed.). Vozes.
- Bourdieu, P. (2010). *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (2020). *O poder simbólico* (2ª ed.). Edições 70.

- Breuer, C., Hoekman, R., Nagel, S., & van der Werff, H. (Eds.). (2015). *Sport clubs in Europe: A cross-national comparative perspective*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-17635-2>
- Brohm, J. M. (1982). *Sociología política del deporte*. Fondo de Cultura Económica.
- Brohm, J. M., & Ollier, F. (2020). Praxis de la resistencia ideológica y política al “deporte capitalista”. *Sociología del Deporte (SD)*, 1(2), 63–69. <https://doi.org/10.46661/socioldeporte.5380>
- Caetano, A. (2011). Para uma sociologia da reflexividade individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (66), 157–174.
- Caetano, A. (2013). *Vidas reflectidas: Sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual* [Tese de doutoramento, ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6244/1/Vidas%20Reflectidas Ana%20Caetano Tese%20de%20Doutoramento.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6244/1/Vidas%20Reflectidas%20Ana%20Caetano%20Tese%20de%20Doutoramento.pdf)
- Caetano, A. (2016). O mundo aos nossos olhos: Socialização familiar e reflexividade. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Famílias e curso de vida. *Potencialidades, limites e desafios metodológicos*, 58–74. <https://doi.org/10.24747/0872-3419/soctema4>
- CAIS, Associação. (2024). *Projeto Futebol de Rua 2024*. https://ipdj.gov.pt/c/document_library/get_file?uuid=d61b1797-93ef-ffed-d5b2-d78ebb7c6ec2&groupId=20123
- Cardoso, G., Costa, A. F., Coelho, A. R., & Pereira, A. (2015). *A sociedade em rede em Portugal: Uma década de transição*. Almedina.
- Carmo, R. M., & D’Avelar, M. M. (2020). *A miséria do tempo: Vidas suspensas pelo desemprego*. Tinta da China.
- Carvalho, J. V. (2022). *Sistema político desportivo e modelo de financiamento em Portugal*. Instituto Português do Desporto e Juventude. <https://bibliotecadodesporto.ipdj.pt/BiblioNET/Upload/E-BOOKS/SISTEMAPOLITICODESPORTIVO.pdf>
- Cascais, M., & Brito, M. (2002). Os clubes desportivos como interventores na mudança social (pp. 151–155). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SESD da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Vozes.
- Cicourel, C. V. (2007). As manifestações institucionais e cotidianas do habitus. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 19(1), 169–188.
- Cipriano, D., & Marivoet, S. (2016). Hábitos desportivos da população reclusa dos estabelecimentos prisionais de Caxias, Linhó e Lisboa. *Atas do IX Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Coakley, J., & Pike, E. (2014). *Sports in society: Issues and controversies* (2nd ed.). McGraw-Hill Education.
- Coakley, J. (2015). Assessing the sociology of sport: On cultural sensibilities and the great sport myth. *International Review for the Sociology of Sport*, 50(4–5), 402–406. <https://doi.org/10.1177/1012690214548491>
- Coalter, F. (2017). Sport and social inclusion: Evidence-based policy and practice. *Social Inclusion*, 5(2), 141–149. <https://doi.org/10.17645/si.v5i2.903>
- Coelho, O. (2004). O papel dos técnicos na prevenção da eliminação desportiva precoce (pp. 63–78). In A. Marques, A. Fonseca, J. Candeias, O. Coelho, A. Cunha, R. J. Veloso, & P. Cunha, *Os jovens e o desporto: Oportunidades e dificuldades*. Confederação do Desporto de Portugal.
- Comissão Europeia. (2007). *Livro branco sobre o desporto*. Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (2022). *Relatório Eurobarómetro 525*. <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/98034>

- Conselho da Europa. (1992). *Carta Europeia do Desporto*. Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/16804c9dbb>
- Conselho da Europa. (2010). *Revised code of sports ethics*. Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/16804b66cf>
- Conselho da Europa. (2021). *Revised European Sports Charter*. Conselho da Europa. <https://edoc.coe.int/en/sport-for-all/11299-revised-european-sports-charter.html>
- Conselho da União Europeia. (2020). *Plano de trabalho da União Europeia para o Desporto (1 de janeiro de 2021–30 de junho de 2024)* (Resolução 419/2020). *Jornal Oficial da União Europeia*.
- Collins, R. (2004). *Interaction ritual chains* (2nd ed.). Princeton University Press.
- Constantino, J. M. (1999). *Desporto, política e autarquias*. Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (2003). (Re)pensar o desporto (pp. 55–60). In A. Mestre, A. Santos, A. F. Ferreira, A. Marques, F. S. Leal, J. J. Melo, J. L. Amado, J. M. Constantino, L. Casanovas, L. Sardinha, M. Sérgio, M. M. Pinto, P. C. Silva, R. M. Gomes, & P. V. Magalhães, *O desporto para além do óbvio*. Instituto do Desporto de Portugal.
- Constantino, J.M. (2009). De um Estado-Problema a um Estado-Parceiro (pp. 57-66). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas*. Campo das Letras.
- Corthouts, J., Thibaut, E., Breuer, C., Feiler, S., James, M., Llopis-Goig, R., Perényi, S., & Scheerder, J. (2020). Social inclusion in sports clubs across Europe: Determinants of social innovation. *The European Journal of Social Science Research*, 33(1), 21–51. <https://doi.org/10.1080/13511610.2019.1637247>
- Correia, P. J. (2009) Políticas Públicas e Desenvolvimento do Desporto (pp. 7-43). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas*. Campo das Letras.
- Costa, A. (1989). Repensar a questão ética à luz do fenómeno desportivo (pp. 60–68). In J. Bento & A. Marques (Eds.), *Desporto, ética e sociedade: Actas do fórum de desporto*. Universidade do Porto.
- Costa, A. (2002). Introdução ao tema: Desporto, cultura e educação (pp. 45–46). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SESD da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.
- Costa, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: Uma análise transnacional. In A. F. Costa, F. L. Machado, & P. Ávila (Eds.), *Sociedade e conhecimento (Portugal no contexto europeu, Vol. II)* (pp. 5–20).
- Costa, A. F., & Mauriti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa (pp. 109–129). In R. M. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins, & A. F. Costa (Orgs.), *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa*. Mundos Sociais.
- Dias, F. N. (2007a). *Sistemas de comunicação, de cultura e de conhecimento: Um olhar sociológico* (2.^a ed.). Instituto Piaget.
- Dias, F. N. (2007b). *O medo social e os vigilantes da ordem emocional*. Instituto Piaget.
- Dias, N., & Leal, J. (2019). Émile Durkheim: Indivíduo e integração social. In J. L. Garcia (Org.), *[Título da obra – informação em falta]*.
- Direção-Geral da Educação (DGE). (2021). *Programa estratégico do desporto escolar 2021–2025*.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). (2020). *Inquérito aos hábitos desportivos da população escolar portuguesa*.
- Domingues, J. M. (2000). Social integration, system integration and collective subjectivity. *Sociology*, 34(2), 225–241. <https://doi.org/10.1177/0038038500034002003>
- Donnelly, P., & Coakley, J. (2002). *The role of recreation in promoting social inclusion*. Laidlaw Foundation.
- Dos Santos, E. S., Carvalho, M. J., & Dos Santos, A. G. (2020). Financing of sport by local authorities in Portugal: Analysis from 1990 to 2016. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 10(1), e10004. <https://doi.org/10.5585/rigd.v10i1.10004>

- Durkheim, E. (1999). *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes.
- Durkheim, E. (2007a). *O suicídio: Estudo sociológico* (8.^a ed.). Editorial Presença.
- Durkheim, E. (2007b). *Educação e sociologia*. Edições 70.
- Elias, N. (2008). *Introdução à sociologia* (3.^a ed.). Edições 70.
- Elias, N., & Dunning, E. (2019). *A busca da excitação: Desporto e lazer no processo civilizacional*. Edições 70.
- Elling, A., De Knop, P., & Knoppers, A. (2001). The social integrative meaning of sport: A critical and comparative analysis of policy and practice in the Netherlands. *Sociology of Sport Journal*, 18(4), 414–434. <https://doi.org/10.1123/ssj.18.4.414>
- Elling, A., & Claringbould, I. (2005). *Mechanisms of inclusion and exclusion in the Dutch sports landscape: Who can and wants to belong?* *Sociology of Sport Journal*, 22(4), 413–434.
- Ekholm, D. (2019). Sport as a means of governing social integration: Discourses on bridging and bonding social relations. *Sociology of Sport Journal*, 36, 152–161. <https://doi.org/10.1123/ssj.2018-0026>
- Elmose-Østerlund, K., Seippel, Ø., Llopis-Goig, R., Van der Roest, J. W., Zwahlen, J. A., & Nagel, S. (2019). Social integration in sports clubs: Individual and organisational factors in a European context. *European Journal for Sport and Society*, 16(2), 171–189. <https://doi.org/10.1080/16138171.2019.1652382>
- Esteves, J. (1975). *O desporto e as estruturas sociais* (3.^a ed.). Círculo de Leitores.
- Esteves, J. (2002). O desporto e as estruturas sociais (pp. 39–41). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SEDS da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.
- Federação de Andebol de Portugal (FAP). (2023, 12 de maio). *Portal oficial da FAP*. <https://portal.fpa.pt>
- Ferreira, A. S. (2017). *Émile Durkheim: O social, o político e o jurídico*. Vida Económica.
- Ferreira, V. S. (2011). Dar corpo à juventude: O corpo jovem e os jovens nos seus corpos (pp. 257–276). In J. M. Pais, R. Bendit, & V. S. Ferreira (Orgs.), *Jovens e rumos*. Instituto de Ciências Sociais (ICS).
- Ferreira, V. S., Vieira, M. M., & Ferreira, T. (2019). A ciência, a(s) política(s) e o estudo: Notas introdutórias (pp. 19–40). In M. M. Vieira & V. S. Ferreira (Coords.), *Juventude(s), do local ao nacional: Que intervenção?* Edições Afrontamento.
- Fonseca, A. M. (2004). O fenómeno do abandono da prática juvenil. In A. Marques, A. Fonseca, J. Candeias, O. Coelho, A. Cunha, R. J. Veloso, & P. Cunha (Orgs.), *Os jovens e o desporto: Oportunidades e dificuldades* (pp. 29–49). Confederação do Desporto de Portugal.
- Flensner, K. K., Korp, P., & Lindgren, E. C. (2021). Integration into and through sports? Sport activities for migrant children and youths. *European Journal for Sport and Society*, 18(1), 64–81. <https://doi.org/10.1080/16138171.2020.1823689>
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, (25/26), 56–80.
- Garcia, J. L. (Coord.). (2000). *Estranhos: Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Celta.
- Gama, A. (2008). Associativismo e práticas de ócio (pp. 103–114). In N. P. Santos & A. Gama (Coords.), *Lazer: Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GEP. (2024). *Boletim estatístico*. <https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/37639/siess202412.pdf>
- Giddens, A. (1961). *Sport and society in contemporary Britain* (UMI No. U615985) [Dissertação de mestrado, London School of Economics and Political Science]. ProQuest Dissertations Publishing.
- Giddens, A. (2005). *Capitalismo e moderna teoria social* (6.^a ed.). Editorial Presença.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia* (5.^a ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2010). *A dualidade da estrutura: Agência e estrutura*. Celta.

- Gomes, P. D. (2011). O andebol português: História e itinerários (pp. 93–137). In J. Neves & N. Domingos (Coords.), *Uma história do desporto em Portugal: Classe, associativismo e Estado* (Vol. III). Quidnovi.
- Gonçalves, C. (2006). Ética e *fair play*: Contributos para uma valorização qualitativa das práticas desportivas (pp. 91–112). In *Ética e fair play: Novas perspetivas, novas exigências*. Confederação do Desporto de Portugal.
- Gonçalves, J. (2003). *História do andebol em Portugal*. CTT.
- Gouveia, L. (2019). Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude. In M. M. Vieira & V. S. Ferreira (Coords.), *Juventude(s), do local ao nacional: Que intervenção?* Edições Afrontamento.
- Governo de Portugal. (2022). *Programa do XXIII Governo Constitucional*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/governo/programa-do-governo>
- Governo de Portugal. (2025). *Programa do XXV Governo Constitucional*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc25/governo/programa-do-governo>
- Grosso, L. A. (2016). *Juventudes: Sociologia, cultura e movimentos*. Universidade Federal de Alfenas. ISBN 978-85-920212-9-0
- Guerreiro, M. D., Abrantes, P., & Pereira, I. (2007). Transições na juventude: Percursos e descontinuidades (pp. 239–262). In *Portugal no contexto europeu: Quotidiano e qualidade de vida* (Vol. 3). Celta.
- Guerreiro, J. F., Sesinando, A. D., & Teixeira, M. C. (2024). *Autarquias locais e desporto: Financiamento público dos municípios ao desporto em Portugal*. Lisboa: Atena Editora.
- Guttmann, A. (2004). *From ritual to record: The nature of modern sport*. Columbia University Press.
- Hall, M., Andrukow, A., Barr, C., Brock, K., de Wit, M., Embuldeniya, D., Jolin, L., Lasby, D., Lévesque, B., Malinsky, E., Stowe, S., & Vaillancourt, Y. (2003). *The capacity to serve: A qualitative study of the challenges facing Canada's nonprofit and voluntary organizations*. Toronto: Canadian Centre for Philanthropy.
- Holt, N. L., Kingsley, B. C., Tink, L. N., & Scherer, J. (2011). Benefits and challenges associated with sport participation by children and parents from low-income families. *Psychology of Sport and Exercise*, 12(5), 490–499. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2011.05.007>
- Homans, G. C. (1951). *The human group*. Routledge & Kegan Paul.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). *Desporto em números 2021*. https://www.ine.pt/ine_novidades/DENum2021/index.html
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023). *Desporto em números 2022*. https://www.ine.pt/ine_novidades/DesportoEmNumeros2022/index.html
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023a). *Inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da população residente*. <https://webinq.ine.pt/public/pages/queryinfo.aspx?id=ICOT>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2025). *Desporto em números 2024*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66625829&PUBLICACOESmodo=2
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). (2014). *Código de ética desportiva*. <https://pned.ipdj.gov.pt/codigo-de-etica-desportiva>
- International Olympic Committee (IOC). (2020). *Olympic Charter*. IOC.
- Januário, C. F. da C. (2010). *Políticas públicas desportivas: Estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Faculdade de Desporto.
- Januário, C. F. da C. (2012). Políticas públicas desportivas: Discurso e Ação dos Municípios da Área Metropolitana do Porto (pp. 239–253). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *Desporto e Municípios: Políticas, práticas e Programas*. Visão e Contextos.
- Jornal Oficial da União Europeia. (2018). *Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019–2027* (C456/1–C456/22).

- Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11–49.
- Lahire, B. (2015). A fabricação social dos indivíduos: Quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. *Educação e Pesquisa*, 41(número especial), 1393–1404. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508141651>
- Lalanda, P. (1998). *Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica*. *Análise Social*, 33(148), 871–883.
- Landecker, W. S. (1951). Types of integration and their measurement. *American Journal of Sociology*, 56(4), 332–340. <http://www.jstor.org/stable/2771696>
- Leitão, S. C., Pereira, G., Ramos, J., & Silva, A. (2009). *Colectividades de cultura, recreio e desporto: Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Levi-Staruss, C. (1975). *Raça e História* (2ª ed.). Editorial Presença
- Lockwood, D. (1964). Social integration and system integration (pp. 244–257). In G. K. Zollschan & W. Hirsch (Orgs.), *Explorations in social change*. Routledge.
- Lopes, J. T. (2007). Pelos caminhos da emancipação com Pierre Bourdieu. In J. M. Pinto & V. B. Pereira (Orgs.), *A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (pp. 215–222). Edições Afrontamento.
- Machado, F. L. (1992). Etnicidade em Portugal: Contrastes e politização. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 123–136.
- Machado, F. L., Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45–80.
- Machado, F. L. (2020). *Sociologia em Portugal: Da pré-história à institucionalização avançada*. Edições Afrontamento.
- Macintosh, P. (1993). The sociology of sport in the ancient world (pp. 19–38). In E. Dunning, J. Maguire, & R. Pearton (Eds.), *The sports process: A comparative and developmental approach*. Human Kinetics Publishers.
- Malveiro, O., & Marivoet, S. (2002). As relações entre o Estado democrático e o movimento associativo (pp. 141–148). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SESD da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.
- Marinho, L. (2019). Formas de intervenção municipal na área da juventude (pp. 67–96). In M. M. Vieira & V. S. Ferreira (Coords.), *Juventude(s), do local ao nacional: Que intervenção?* Edições Afrontamento.
- Marivoet, S. (1992). Hábitos desportivos na sociedade portuguesa. *Atas do II Congresso Português de Sociologia*. APS.
- Marivoet, S. (1993a). *Envolvimentos sociais no desporto: Abordagem sociológica das práticas desportivas em quadros competitivos* [Dissertação de Mestrado, ISCTE].
- Marivoet, S. (1993b). Hábitos desportivos na sociedade portuguesa. *Revista Ludens*, 13(3–4), 84–91.
- Marivoet, S. (1994). Hábitos desportivos: Valores socioculturais em mudança. In *New Routes for Leisure: Atas do Congresso Mundial do Lazer* (pp. 207–215). ICS da Universidade de Lisboa.
- Marivoet, S. (1996). Envolvimentos sociais no desporto: Abordagem sociológica das práticas desportivas em quadros competitivos. *Atas do III Congresso Português de Sociologia*. APS.
- Marivoet, S. (2001). *Hábitos desportivos da população portuguesa*. Ministério da Juventude e do Desporto / INFED.
- Marivoet, S. (2002a). *Aspetos sociológicos do desporto* (2.ª ed.). Livros Horizonte.
- Marivoet, S. (2002b). Sociologia do desporto: Percursos e desafios do futuro (sessão de encerramento) (pp. 17–20). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SESD da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.

- Marivoet, S. (2002c). Asymétries dans la participation sportive: Les cas du Portugal et de l'Espagne dans le contexte européen. *Revue Sud-Ouest Européen*, 13, 105–112.
- Marivoet, S. (2002d). Práticas desportivas na sociedade portuguesa (1988–1998). *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*. APS.
- Marivoet, S. (2005a). O desporto como meio de inclusão social nos estabelecimentos prisionais. *Revista Horizonte*, 20(119), 30–33.
- Marivoet, S. (2005b). Prática desportiva nos estilos de vida dos europeus: Obstáculos e tendências. In R. M. Gomes (Org.), *Os lugares do lazer* (pp. 39–53). Instituto do Desporto de Portugal.
- Marivoet, S. (2006). Ética e prática nas organizações desportivas: Um itinerário de reflexão (pp. 9–35). In *Ética e fair play: Novas perspetivas, novas exigências*. Confederação do Desporto de Portugal.
- Marivoet, S. (2007). *Ética do desporto – princípios, práticas e conflitos: Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX* [Tese de Doutoramento, ISCTE–IUL].
- Marivoet, S. (2010). Sociological approach on sports ethics in a context of social change. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, 49, 39–52. <https://content.sciendo.com/view/journals/pccsr/49/1/article-p39.xml>
- Marivoet, S. (2011). The ethical problems of doping in sport, facts and regulation process: The Portuguese case in the international framework. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 11(1, Supl. 1), 346–348.
- Marivoet, S. (2012a). Abordagem sociológica da ética do desporto no contexto da mudança social. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. APS.
- Marivoet, S. (2012b). A ação dos média na regulação ética do campo desportivo: Um estudo de caso em Portugal durante o Estado Democrático do século XX. In J. C. Marques & O. J. Morais (Orgs.), *Esportes na idade média: Diversão, informação e educação* (pp. 77–102). Edições Intercom.
- Marivoet, S. (2013). Inclusão social no e pelo desporto: Um desafio do século XXI. In P. M. Pinto (Coord.), *Olímpico: Os jogos num percurso de valores e de significados* (pp. 91–98). Edições Afrontamento.
- Marivoet, S. (2014a). Inclusão no desporto: Contributos para uma nova área de investigação. *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*. APS.
- Marivoet, S. (2014b). O desporto como palco de proximidade e inclusão social. In I. Sanches (Org.), *Para uma educação inclusiva: Dos conceitos às práticas* (Vol. III, pp. 9–24). Edições Universitárias Lusófonas.
- Marivoet, S. (2014c). Challenge of sport towards social inclusion and awareness raising against any discrimination. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, 63, 3–11.
- Marivoet, S. (2014d). Ética, desporto e violência. In M. Renaud (Coord.), *Ética e valores no desporto* (pp. 141–154). Edições Afrontamento.
- Marivoet, S. (2016a). Midiendo de la participación deportiva: Un análisis de los hábitos deportivos de la población portuguesa. In R. Llopis Goig (Ed.), *Participación deportiva en Europa* (pp. 339–358). Editorial UOC. <http://www.editorialuoc.cat/participacion-deportiva-en-europa>
- Marivoet, S. (2016b). A inclusão social através do desporto: Novos desafios na intervenção social. *Lusíada. Intervenção Social*, 47–48, 191–204.
- Marivoet, S. (2016c). *Ética do desporto – princípios, práticas e conflitos: Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX* (Tomo I). Novas Edições Acadêmicas.
- Marivoet, S. (2019). Ética e inclusão social pelo desporto. In A. C. Couto et al. (Orgs.), *GESPEL em ação no Centro MG da Rede CEDES* (pp. 29–44). Utopika Editorial.
- Marques, A. (2004). Um desporto para os mais jovens: Questões atuais. In A. Marques, A. Fonseca, J. Candeias, O. Coelho, A. Cunha, R. J. Veloso, & P. Cunha, *Os jovens e o desporto: Oportunidades e dificuldades* (pp. 9–27). Confederação do Desporto de Portugal.

- Marques, A. (2009). Desporto, Responsabilidade e Mudança (pp. 299-325). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas*. Campo das Letras.
- Marx, K. (1992). *O capital* (Livro Primeiro, Tomo II). Edições Avante.
- Marx, K. (1993). *Manuscritos económico-filosóficos de 1844*. Edições Avante.
- Marx, K., & Engels, F. (2001). *A ideologia alemã*. Martins Fontes.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: Manuscritos económicos de 1857–1858. Esboços da crítica da economia política*. Boitempo Editorial.
- Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., Romão, A. L., & Costa, A. F. (2016). The social structure of European inequality: A multidimensional perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 75–93.
- Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3(5), 672–682. <http://www.jstor.org/stable/2084686>
- Merton, R. K. (1968). *Social theory and social structure*. The Free Press.
- Moller, I. H. (2000). *Understanding integration and differentiation: Inclusion, marginalisation and exclusion*. Centre for Social Integration and Differentiation.
- Martins, H. (Org.). (s.d.). *Lições de sociologia clássica*. Edições 70.
- Monteiro, A. A. (2019). *Compreender a exclusão social*. Mundos Sociais.
- Mouzelis, N. (1974). Social and system integration: Some reflections on a fundamental distinction. *The British Journal of Sociology*, 25(4), 395–409. <https://www.jstor.org/stable/590151>
- Mouzelis, N. (1997). Social and system integration. *Sociology*, 31(1), 111–119.
- Nagel, S., Elmoose-Østerlund, K., Ibsen, B., & Scheerder, J. (Eds.). (2020). *Functions of sports clubs in European societies: A cross-national comparative study*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-48535-1>
- Nagel, S., Elmoose-Østerlund, K., Zwahlen, J. A., & Schlesinger, T. (2020). Social integration of people with a migration background in European sports clubs. *Sociology of Sport Journal*, 37(4), 355–365. <https://doi.org/10.1123/ssj.2019-0106>
- Nunes, G. (2017). *Os hábitos desportivos dos jovens alunos do secundário* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias].
- Nunes, N. (2008). A sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal. *Atas do VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais – Saberes e práticas*. APS.
- Østerlund, K., & Seippel, Ø. (2014). Does membership in civil society organizations foster social integration? The case of Danish voluntary sport organizations. *Journal of Civil Society*, 9, 391–413.
- Pais, J. M. (1990a). A construção sociológica da juventude: Alguns contributos. *Análise Social*, 25(105–106), 139–165.
- Pais, J. M. (1990b). Lazeres e sociabilidades juvenis: Um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, 25(108–109), 591–644.
- Pais, J. M. (1998). *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. ICS.
- Pais, J. M. (2003). *Culturas juvenis* (2.^a ed.). INCM.
- Pais, J. M. (Coord.). (2005). *Traços e risco de vida: Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis* (3.^a ed.). Ambar.
- Pais, J. M. (2008). Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. *Revista Brasileira de Educação*, 13(37), 7–21.
- Pais, J. M. (2009). A juventude como fase de vida: Dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 371–381.
- Pais, J. M. (2011). Grupos e afiliações sociais. *Revista Teias*, 12(26), 247–286.
- Pais, J. M. (2015). *Sociologia da vida quotidiana* (6.^a ed.). ICS.
- Pais, J. M. (2016). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro* (4.^a ed.). Edições Machado. <https://www.researchgate.net/publication/282666623>
- Pappámikail, L. (2011). A adolescência enquanto objeto sociológico (pp. 81–100). In J. M. Pais, R. Bendit, & S. F. Ferreira (Orgs.), *Jovens e rumos*. ICS.
- Parsons, T. (1966). *Societies: Evolutionary and comparative perspectives*. Prentice Hall.

- Parsons, T. (1967). *Sociological theory and modern society*. The Free Press.
- Parsons, T. (1991). *The social system* (2.^a ed.). Routledge.
- Parsons, T., & Shils, E. A. (Eds.). (1962). *Toward a general theory of action* (5.^a ed.). Harvard University Press.
- Patriksson, G. (1995). Scientific review: Part II. In I. Vuori, R. Lämsä, & S. Vasankari (Eds.), *The significance of sport for society: Health, socialisation, economy* (pp. 61–123). Council of Europe Press.
- Pereira, E. B. (2009). O Poder Local: As Câmaras Municipais e o Desporto (pp. 109-131). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas*. Campo das Letras.
- Pereira, E. B. (2012). O Financiamento do Desporto e os Apoios Públicos ao Associativismo Local (pp. 205-218). In Bento, J., & Constantino, J. M. (Coords.). *Desporto e Municípios: Políticas, práticas e Programas*. Visão e Contextos.
- Pereira, J. D. (2020). *Associativismo livre: Uma história de fraternidade e progresso*. Almedina.
- Perks, T. (2018). Trajectories of sport participation among children and adolescents across different socio-economic categories: Multilevel findings from the National Longitudinal Survey of Children and Youth. *Sociology of Sport Journal*.
- Pinheiro, C., & Ferreira, C. (2002). Estilos de vida de jovens em idade escolar da cidade de Coimbra: Tempo dedicado à prática de atividades físicas e desportivas. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*. APS.
- Pinto, T., & Amorim, M. J. (2002). A influência da família na prática desportiva dos jovens (pp. 67–80). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SEDS da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.
- Pires, R. P. (1999). Uma teoria dos processos de integração. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (30), 9–54.
- Pires, R. P. (2012a). O problema da integração. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIV, 55–87.
- Pires, R. P. (2012b). O problema da ordem. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (69), 31–45. <https://doi.org/10.7458/SPP201269785>
- Ponce, A. (1979). *Educação e luta de classes*. Veja.
- PWC. (2021). *Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19*. <https://paralimpicos.pt/documents/20181/0/Estudo+caracterizador+do+setor+do+desporto+em+Portugal+e+o+impacto+da+COVID-19/77b3187d-d395-4074-886e-fc8eb9946673>
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Queirós, P. (2004). Para um novo enquadramento axiológico na participação de crianças e jovens no desporto. In A. Gaya, A. Marques, & G. Tani (Orgs.), *Desporto para crianças e jovens: Razões e finalidades* (pp. 187–198). Editora da UFRGS.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.^a ed.). Gradiva.
- Ramalho, V. S. B. (2021). *Craques de bola, mandinga e piruetas: Experiência sociodesportiva e identidades juvenis no Bairro Padre Cruz* [Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa].
- Raposo, J. (2002). Obstáculos e exigências do campo profissional da sociologia do desporto (pp. 165–173). In S. Marivoet, C. Pinheiro, & J. V. Raposo (Coords.), *Um olhar sobre o desporto no limiar do século XXI: Atas das III Jornadas de Desporto organizadas pela SEDS da APS em FMH*. Centros de Estudos e Formação Desportiva.
- Roberts, K. (1983). *Youth and leisure*. Routledge.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2013. (2013, 5 de março). *Diário da República*, 1.^a série, (45).
- Rocher, G. (2012a). *Sociologia geral: A organização social* (6.^a ed.). Editorial Presença.
- Rocher, G. (2012b). *Sociologia geral: A acção social* (7.^a ed.). Editorial Presença.

- Roldão, C. (2008). *Testando modelos de operacionalização: Uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes no quadro do European Social Survey*. CIES e-Working Papers.
- Rosa, V. (2020). *O desporto enquanto fator de inclusão social*. EDCE – Educação Desportiva, Corpo e Ética.
- Russo, G. (2019). Integration by sport activities: Resource or only a paradox? *Journal of Mediterranean Knowledge*, 4(1), 17–29. <https://doi.org/10.26409/2019JMK4.1.02>
- Rowland, J. (2017). Os jovens num mundo conectado: Mobilidade, lazeres e internet. In V. S. Ferreira, M. C. Lobo, J. Rowland, & E. R. Sanches, *Geração Milénio: Um retrato social e político* (pp. 79–121). ICS.
- Santos, A., Gonçalves, C., Adelino, J., Violet, L., Horta, L., Weiss, O., Marivoet, S., & Serpa, S. (2006). *Ética e fair play: Novas perspetivas, novas exigências*. Confederação do Desporto de Portugal.
- Santos, A. (2006). O processo de desenvolvimento moral e o espírito desportivo – Fair play (pp. 67–90). In *Ética e fair play: Novas perspetivas, novas exigências*. Confederação do Desporto de Portugal.
- Santos, N. P., & Gama, A. (Coords.). (2008). *Lazer: Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Seippel, Ø., Breuer, C., Elmoose-Østerlund, K., Feiler, S., Perényi, S., Piątkowska, M., & Scheerder, J. (2023). In troubled water? European sports clubs: Their problems, capacities and opportunities. *Journal of Global Sport Management*, 8(1), 203–225. <https://doi.org/10.1080/24704067.2020.1806493>
- Sérgio, M. (2019). *Algumas teses sobre o desporto* (6.^a ed.). Nova Vega.
- Severiano, M. F. V., & Benevides, P. S. (2013). A juventude em tempos acelerados: Reflexões sobre a dissolução entre tempo livre e tempo de trabalho. In J. A. Meneses, M. R. Costa, & T. C. S. Araújo (Orgs.), *JUBRA: Territórios interculturais de juventude* (pp. 155–184). Editora Universitária UFPE.
- Stefansen, K., Smette, I., & Strandbu, Å. (2018). Understanding the increase in parents' involvement in organized youth sports. *Sport, Education and Society*, 23(2), 162–172.
- Silveira, A. (2009). *Tratado de Lisboa*. Quid Juris.
- Tenreiro, F. J. dos S. (2017). Um instrumento de financiamento do desporto. *Lusíada. Economia & Empresa*, (22), 145–165. <https://doi.org/10.34628/9vga-z095>
- Teques, P., & Serpa, S. (2013). Envolvimento parental no desporto: Bases conceptuais e metodológicas. *Revista de Psicología del Deporte*, 22(2), 533–539.
- Tocqueville, A. (2000). *A democracia na América: Sentimentos e opiniões* (Livro II, 2.^a ed.). Martins Fontes.
- Török, E. (2018). Youth in sports clubs: On the role of sports clubs in social integration in Hungary. *Social Review*, 2(1), 131–153. <https://doi.org/10.14746/sr.2018.2.1.08>
- Touraine, A. (1997). *Iguais e diferentes: Podemos viver juntos?* Instituto Piaget.
- Turner, J. H. (2014). *Theoretical sociology: 1830 to the present*. SAGE.
- Turner, S. B. (Ed.). (2002). *Teoria social*. Difel.
- UNESCO. (2015). *International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409>
- Vala, J., Lopes, D., & Brito, R. (1999). A construção social da diferença: Racialização e etnização das minorias. In J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspetivas comparativas* (pp. 145–167). Celta.
- Vala, J. (2007). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 10–128). Edições Afrontamento.
- van der Roest, J., van der Werff, H., Elmoose-Østerlund, K., Albrecht, J., Breuer, C., Claes, E., et al. (2017). *Involvement and commitment of members and volunteers in European sports clubs: A comparison of the affiliation, voluntary work, social integration and characteristics of members and volunteers in sports clubs across ten European countries*. University of Southern Denmark.
- Vandermeersch, H., Meganck, J., Seghers, J., Vos, S., & Scheerder, J. (2017). Sports, poverty and the role of the voluntary sector: Exploring and explaining nonprofit sports

- clubs' efforts to facilitate participation of socially disadvantaged people. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 28(2), 307–334. <https://doi.org/10.1007/s11266-016-9799-8>
- Velho, G. (1978). Observando o familiar. In E. de O. Nunes (Org.), *A aventura sociológica* (pp. 121–132). Rio de Janeiro: Zahar.
- Viegas, J. M. L. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (1), 103–121. <http://hdl.handle.net/10071/954>
- Vieira, M. M., Pappámikail, L., Abrantes, V. S., & Rowland, J. (Orgs.). (2013). *Conhecer para agir: Contributos das ciências sociais para o Livro Branco da Juventude*. Observatórios do ICS-ULisboa.
- Vieira, M. M., Ferreira, V. S., & Rowland, J. (2015). Retrato da juventude em Portugal: Traços e tendências nos Censos de 2001 e 2011. *Revista de Estudos Demográficos*, (54), 5–25.
- Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (Coords.). (2019). *Juventude(s), do local ao nacional: Que intervenção?* Edições Afrontamento.
- Vos, S., Wicker, P., Breuer, C., & Scheerder, J. (2013). Sports policy systems in regulated Rhineland welfare states: Similarities and differences in financial structures of sports clubs. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 5(1), 55–71. <https://doi.org/10.1080/19406940.2012.657665>
- Walseth, K. (2006). Sport and belonging. *International Review for the Sociology of Sport*, 447–464. <https://doi.org/10.1177/1012690207079510>
- Weber, M. (2005). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (6.^a ed.). Editorial Presença.
- Weber, M. (2022). *Economia e sociedade*. Edições 70.
- Weiss, O. (2006). Fair play no desporto e na sociedade (pp. 41–64). In *Ética e fair play: Novas perspectivas, novas exigências*. Confederação do Desporto de Portugal.
- Zwahlen, J. A., Nagel, S., & Schlesinger, T. (2018). Analyzing social integration of young immigrants in sports clubs. *European Journal for Sport and Society*, 15(1), 22–42.

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA – Clubes Desportivos

Entrevista N° _____ Local e Data de Realização da entrevista _____/_____/____ Clube _____

Introdução

- ▶ Explicar os objetivos da entrevista;
- ▶ Explicar que a entrevista vai ser gravada – pedir autorização;
- ▶ Referir que a entrevista não se trata de nenhum teste de conhecimentos pelo que não existem respostas certas ou erradas;
- ▶ Questionar o(a) entrevistado(a) sobre dúvidas que tenha relativamente ao objetivo da entrevista;
- ▶ Abordar aspetos de interesse geral para facilitar o acesso à informação mais relevante;
- ▶ Garantir que toda a informação é confidencial e não será facultada a terceiros.

Dados Pessoais

Idade SexoM ☐ F ☐

Formação Escolar/académica?

Colocar questões similares às abaixo apresentadas e adequar as questões à forma como o(a) entrevistado(a) for reagindo/respondendo.

1. Perfil do(a) entrevistado(a) e caracterização geral do clube

- Cargo no clube
- Funções atuais
- Tempo de exercício nas atuais funções
- Outra atividade profissional
- Funções anteriores no atual clube ou noutro
- Tempo de existência do clube

- Tempo de existência do andebol no clube
- Modalidades que existem no clube

2. Orçamento do Clube e Políticas Públicas de Desporto:

- Orçamento do andebol
- Orçamento da formação
- Despesas suportadas pelos jovens/famílias
- Políticas públicas de apoio ao desporto (Estado Central e Local)
- Apoios específicos à atividade desportiva
- Apoios para a prática desportiva de jovens carenciados
- Evolução dos apoios ao longo do tempo
- Entidades que disponibilizam apoios

3. O Projeto Andebolístico e o Perfil dos Praticantes

- O projeto de formação do clube (andebol)
- Objetivos da formação
- Escalões de formação (M/F)
- Número de praticantes vs praticantes escalões de formação
- Evolução dos praticantes ao longo dos últimos anos
- Origem social dos jovens praticantes
- Motivos para o abandono da prática
- Impacto da COVID

4. O papel do Clube

- Estratégias de recrutamento
- Dificuldades no recrutamento
- Estratégias diferenciadas para recrutar jovens carenciados
- Recursos do clube na promoção do recrutamento de jovens carenciados
- Parcerias/articulação com entidades locais para o recrutamento de atletas
- Iniciativas para promover a integração dos jovens
- Outras atividades que os jovens desenvolvem no clube
- Desafios/constrangimentos na promoção da integração dos jovens carenciados

5. Cooperação

- Sinergias/articulação entre entidades (Município, Associação, a FAP e o IPDJ)

6. Os Clubes e a Prática Desportiva

- Motivos para a redução do número de clubes (andebol)
- Prática desportiva em Portugal e o papel dos clubes

7. Boas Práticas

- Conhecimento de boas práticas na integração de jovens carenciados (em geral)

8. Encerramento da Entrevista

- Outros aspetos que o(a) entrevistado(a) pretenda abordar
- Referir a confidencialidade dos dados
- Agradecer a colaboração.

ANEXO 2

GUIÃO DE ENTREVISTA – Municípios

Entrevista N° _____ Local e Data de Realização da entrevista _____/_____/____Município _____

Introdução

- ▶ Explicar os objetivos da entrevista;
- ▶ Explicar que a entrevista vai ser gravada – pedir autorização;
- ▶ Referir que a entrevista não se trata de nenhum teste de conhecimentos pelo que não existem respostas certas ou erradas;
- ▶ Questionar o(a) entrevistado(a) sobre dúvidas que tenha relativamente ao objetivo da entrevista;
- ▶ Abordar aspetos de interesse geral para facilitar o acesso à informação mais relevante;
- ▶ Garantir que toda a informação é confidencial e não será facultada a terceiros.

Dados Pessoais

Idade SexoM ☐ F ☐

Formação Escolar/académica _____

Colocar questões similares às abaixo apresentadas e adequar as questões à forma como o(a) entrevistado(a) for reagindo/respondendo.

1. Perfil do entrevistado(a) e caracterização geral do Município

- Cargo no município
- Funções atuais
- Tempo de exercício no município
- Outra atividade profissional
- Funções anteriores no município ou outra entidade
- Competências/atribuições do município no contexto desportivo (Existência de vereador da área do desporto, estruturas desportivas do município)

2. Orçamento do Município e Políticas Públicas de Desporto

- Objetivos do município em termos de política desportiva
- Orçamento do município destinado ao desporto. Evolução ao longo do tempo
- Beneficiários do orçamento e principais rubricas. Evolução ao longo do tempo
- Orçamento destinado à formação desportiva. Evolução ao longo do tempo
- Orçamento destinado aos clubes. Evolução ao longo do tempo
- Políticas municipais de apoio ao desporto. Evolução ao longo do tempo
- Apoios do município aos clubes para a integração de jovens carenciados
- Redundância vs complementaridade entre políticas públicas (estado central vs estado local)
- Avaliação das medidas de política de apoio ao desporto

3. A Atuação do Município e o Perfil dos Praticantes

- Importância do desporto no processo de integração social dos jovens
- Origem social dos jovens desportistas
- O papel do município na integração dos jovens carenciados no desporto
- O impacto da COVID

4. Os Clubes Desportivos

- Número de clubes no concelho
- Papel dos clubes na integração de jovens carenciados
- Prioridades dos clubes e a integração de jovens carenciados
- Constrangimentos dos clubes na integração de jovens carenciados

5. Cooperação

- Sinergias/articulação entre entidades (municípios, associações desportivas, federações e o IPDJ)

6. Boas Práticas e Projetos

- Boas práticas nacionais ou internacionais na integração de jovens carenciados
- Envolvimento do município em projetos nacionais ou internacionais de desporto que tenham como objetivo a integração social de jovens

7. Encerramento da Entrevista

- Outros aspetos que o(a) entrevistado(a) pretenda abordar
- Referir confidencialidade dos dados
- Agradecer a colaboração

ANEXO 3

GUIÃO DE ENTREVISTA - IPDJ

Entrevista N° _____	Local e Data de Realização da entrevista
_____ / _____ / _____	

Introdução

- ▶ Explicar os objetivos da entrevista;
- ▶ Explicar que a entrevista vai ser gravada – pedir autorização;
- ▶ Referir que a entrevista não se trata de nenhum teste de conhecimentos pelo que não existem respostas certas ou erradas;
- ▶ Questionar o(a) entrevistado(a) sobre dúvidas que tenha relativamente ao objetivo da entrevista;
- ▶ Abordar aspetos de interesse geral para facilitar o acesso à informação mais relevante;
- ▶ Garantir que toda a informação é confidencial e não será facultada a terceiros.

Dados Pessoais

Idade SexoM ☐ F ☐

Formação Escolar/académica _____

Colocar questões similares às abaixo apresentadas e adequar as questões à forma como o(a) entrevistado(a) for reagindo/respondendo.

1. Perfil do entrevistado(a) e caracterização geral do IPDJ

- Cargo no IPDJ
- Funções atuais
- Tempo de exercício nas atuais funções
- Outra atividade profissional
- Funções anteriores no IPDJ ou outra entidade

2. Orçamento e Políticas Públicas de Desporto

- Orçamento destinado ao desporto. Evolução no tempo
- Beneficiários do orçamento e principais rubricas
- Orçamento destinado à formação desportiva. Evolução no tempo
- Políticas públicas de apoio ao desporto. Evolução no tempo.
- Qual é a visão ou objetivo geral dessas políticas?
- O papel do IPDJ na criação e implementação de políticas públicas desportivas
- Apoios do IPDJ aos clubes para a integração de jovens carenciados
- Redundância vs complementaridade entre políticas públicas (estado central vs estado local)
- Avaliação das medidas de política pública desportiva.

3. A Atuação do IPDJ e o Perfil dos Praticantes

- Prática desportiva em Portugal e o papel do IPDJ
- Origem social dos jovens desportistas
- Importância do desporto no processo de integração social dos jovens
- O impacto da COVID

4. Os Clubes Desportivos

- Número de Clubes Desportivos. Evolução no tempo
- Papel dos clubes na integração de jovens carenciados
- Prioridades dos clubes e a integração de jovens carenciados
- Constrangimentos dos clubes na integração de jovens carenciados

5. Cooperação

- Sinergias/articulação entre entidades (municípios, associações desportivas, federações e o IPDJ)

6. Boas Práticas e Projetos

- Boas práticas nacionais ou internacionais na integração de jovens carenciados
- Envolvimento do IPDJ em projetos nacionais ou internacionais de desporto que tenham como objetivo a integração social de jovens

7. Encerramento da Entrevista

- Outros aspetos que o(a) entrevistado(a) pretenda abordar
- Referir confidencialidade dos dados
- Agradecer a colaboração

ANEXO 4

GUIÃO DE ENTREVISTA – Associações de Andebol

Entrevista N° _____	Local e Data de Realização da entrevista
Associação _____	____/____/____

Introdução

- ▶ Explicar os objetivos da entrevista;
- ▶ Explicar que a entrevista vai ser gravada – pedir autorização;
- ▶ Referir que a entrevista não se trata de nenhum teste de conhecimentos pelo que não existem respostas certas ou erradas;
- ▶ Questionar o(a) entrevistado(a) sobre dúvidas que tenha relativamente ao objetivo da entrevista;
- ▶ Abordar aspetos de interesse geral para facilitar o acesso à informação mais relevante;
- ▶ Garantir que toda a informação é confidencial e não será facultada a terceiros.

Dados Pessoais

Idade SexoM ☐ F ☐

Formação Escolar/académica _____

Colocar questões similares às abaixo apresentadas e adequar as questões à forma como o(a) entrevistado(a) for reagindo/respondendo.

1. Perfil do entrevistado(a) e caracterização geral da associação

- Cargo na associação
- Funções atuais
- Tempo de exercício nas atuais funções
- Outra atividade profissional
- Funções anteriores na associação ou outra entidade
- Tempo de existência da associação

2. Orçamento da Associação e Políticas Públicas de Desporto

- Orçamento da associação. Evolução no tempo (principais fontes de receitas e despesas)

- Orçamento destinado à formação. Evolução no tempo
- Beneficiários do orçamento
- Políticas públicas de apoio ao desporto a que a Associação de candidata (Estado Central e Local)
- Apoios específicos à atividade desportiva
- Apoios para o recrutamento e prática desportiva de jovens carenciados
- Evolução dos apoios ao longo do tempo
- Entidades que disponibilizam apoios
- Que outros apoios deveriam existir

3. A Atuação da Associação e o Perfil dos Praticantes

- Objetivos da associação no que respeita à formação
- Escalões de Formação (M/F)
- Evolução dos praticantes ao longo dos últimos anos
- Programas para captar novos praticantes
- Motivos para abandono da prática
- Origem social dos jovens andebolistas
- O papel da associação na integração dos jovens carenciados
- Impacto da COVID

4. Os Clubes Desportivos

- Clubes desportivos existentes (evolução)
- Prática desportiva em Portugal e o papel dos clubes
- O Papel dos clubes na integração social dos jovens
- Prioridades dos clubes e a integração de jovens carenciados
- Constrangimentos dos clubes na integração de jovens carenciados

8. Cooperação

- Sinergias/articulação entre entidades (municípios, federação e o IPDJ)

9. Boas Práticas e Projetos

- Boas práticas nacionais ou internacionais na integração de jovens carenciados
- Envolvimento da associação em projetos nacionais ou internacionais de desporto que tenham como objetivo a integração social de jovens

5. Encerramento da Entrevista

- Outros aspetos que o(a) entrevistado(a) pretenda abordar
- Referir confidencialidade dos dados
- Agradecer a colaboração.

ANEXO 5

GUIÃO DE ENTREVISTA – Federação de Andebol de Portugal - FAP

Entrevista	Nº _____	Local	e	Data	de	Realização	da	entrevista
				____/____/____				

Introdução

- ▶ Explicar os objetivos da entrevista;
- ▶ Explicar que a entrevista vai ser gravada – pedir autorização;
- ▶ Referir que a entrevista não se trata de nenhum teste de conhecimentos pelo que não existem respostas certas ou erradas;
- ▶ Questionar o(a) entrevistada sobre dúvidas que tenha relativamente ao objetivo da entrevista;
- ▶ Abordar aspetos de interesse geral para facilitar o acesso à informação mais relevante;
- ▶ Garantir que toda a informação é confidencial e não será facultada a terceiros.

Dados Pessoais

Idade SexoM ☐ F ☐

Formação Escolar/académica _____

Colocar questões similares às abaixo apresentadas e adequar as questões à forma como o(a) entrevistado(a) for reagindo/respondendo.

1. Perfil do entrevistado(a) e caracterização geral da Federação

- Cargo na federação
- Funções atuais
- Tempo de exercício nas atuais funções
- Outra atividade profissional
- Funções anteriores na federação ou outra entidade

2. Orçamento da Federação e Políticas Públicas de Desporto

- Orçamento da federação. Evolução ao longo do tempo (quais os beneficiários e fontes de receita)
- Orçamento destinado à formação. Evolução ao longo do tempo

- Orçamento destinado aos clubes. Evolução ao longo do tempo
- Políticas públicas de apoio ao desporto (Estado Central e Local). Qual o seu entendimento e opinião
- Apoios específicos à atividade desportiva, O mesmo relativamente a apoios específicos à atividade desportiva
- Entidades que disponibilizam apoios

3. A Atuação da Federação e o Perfil dos Praticantes

- Objetivos da federação no que respeita à formação
- Evolução dos praticantes ao longo dos últimos anos, com especial destaque para a componente feminina.
- Programas/iniciativas para captar novos praticantes e clubes
- Motivos para abandono da prática
- Políticas de responsabilidade social promovidas pela FAP
- Origem social dos jovens andebolistas
- Apoios para a prática desportiva de jovens carenciados
- O papel da federação na integração dos jovens carenciados
- Impacto da COVID

4. Os Clubes Desportivos

- Clubes desportivos registados na federação e evolução ao longo do tempo
- Prática desportiva em Portugal e o papel da federação e dos clubes (Eurobarómetro)
- O Papel dos clubes na integração social dos jovens
- Prioridades dos clubes e a integração de jovens carenciados
- Constrangimentos dos clubes na integração de jovens carenciados

5. Cooperação

- Sinergias/articulação entre entidades (municípios, associações, escolas, IPDJ)

6. Boas Práticas e Projetos

- Boas práticas nacionais ou internacionais na integração de jovens carenciados
- Envolvimento da FAP em projetos nacionais ou internacionais de desporto que tenham como objetivo a integração social de jovens

7. Encerramento da Entrevista

- Outros aspetos que o(a) entrevistado(a) pretenda abordar
- Referir confidencialidade dos dados
- Agradecer a colaboração.

ANEXO 6

Questionário – Jovens Praticantes de Andebol

Jovem Inquirido Nº _____ Local e Data de Recolha dos Dados _____/_____/_____
Clube _____
Escalão: _____

Introdução

- ▶ Explicar os objetivos;
- ▶ Referir que não se trata de nenhum teste de conhecimentos pelo que não existem respostas certas ou erradas;
- ▶ Questionar o(a) inquirido(a) sobre dúvidas que tenha relativamente ao objetivo da recolha de dados;
- ▶ Garantir que toda a informação é confidencial e não será facultada a terceiros.

1. Dados Pessoais

Idade SexoM F

Nacionalidade: _____

Naturalidade (país e concelho) _____

Se nasceu fora de Portugal, há quanto tempo vive em Portugal? _____

Formação Escolar/académica Completa		
Não Sabe ler e escrever		1
Sabe ler e escrever sem grau de ensino		2
1 ano de escolaridade		3
2 anos de escolaridade		4
3 anos de escolaridade		5
4 anos de escolaridade		6
5 anos de escolaridade		7
6 anos de escolaridade		8

7 anos de escolaridade		9
8 anos de escolaridade		10
9 anos de escolaridade		11
10 anos de escolaridade		12
11 anos de escolaridade		13
12 anos de escolaridade		14
Ensino pós-secundário		15
Licenciatura		16
Mestrado		17
Doutoramento		18

	1	2
Alguma vez reprovou?	SIM	NÃO

	1	2	3
Se sim, quantas vezes?	1	2	>2
	1	2	
Ainda estuda?	SIM	NÃO	

1. Caracterização Sócio económica

- Pessoas com quem vive

	Mãe	1
	Pai	2
	Companheiro(a) da mãe	3
	Companheiro(a) do pai	4
	Irmão(s)	5
	Avós	6
	Outros familiares	7
	Não familiares	8
	Instituição	9

- Localidade de residência (Concelho/Freguesia):

	1	2	3

Vive numa casa alugada ou própria?	Alugada	Própria	Não Sabe
Os pais têm carro?	Sim	Não	Não Sabe
Se sim, quantos?			

	Pai	Mãe
Naturalidade dos pais (pais)		

Formação Escolar/Académica (completa) dos pais	Pai	Mãe	
Não Sabe ler e escrever			1
Sabe ler e escrever sem grau de ensino			2
1 ano de escolaridade			3
2 anos de escolaridade			4
3 anos de escolaridade			5
4 anos de escolaridade			6
5 anos de escolaridade			7
6 anos de escolaridade			8
7 anos de escolaridade			9
8 anos de escolaridade			10
9 anos de escolaridade			11
10 anos de escolaridade			12
11 anos de escolaridade			13
12 anos de escolaridade			14
Ensino pós-secundário			15
Licenciatura			16
Mestrado			17
Doutoramento			18
Não Sabe			19

- Situação Profissional dos pais:
- Profissão do pai: _____
- Profissão da mãe: _____

Condição Perante o Trabalho	Pai	Mãe	
Empregado(a)			1

Desempregado(a)			2
Doméstico(a)			3
Estudante			4
Reformado(a)			5
Incapacitado(a) para o trabalho			6
Não sabe			7
Outra situação, qual?			8

Situação na Profissão	Pai	Mãe	
Empresário(a)/patrão(ão)			1
Trabalhador(a) por conta própria			2
Trabalhador(a) por conta de outrem			3
Não sabe			4
Outra situação, qual?			5

2. Prática Desportiva

	1	2	3	4	5	6	7
	< 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	>5 anos
Tempo de prática de andebol							

	1	2	3	4	5	6
	1 treino	2 treinos	3 treinos	4 treinos	5 treinos	>5 treinos
Nº de treinos semanais						

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	Pai	Mãe	Irmãos	Avós	Tios	Primos	Escola	Outro	Ninguém
Quem o(a) motivou a praticar andebol?									

	1	2	3	4	5
	Nenhum(a)	Poucos(as)	Alguns(mas)	Muitos(as)	Não Sabe
Fez muitos amigos(as) no andebol?					
Neste clube					
Noutros clubes					

	1	2	3	4	5	6	7
	Proximidade	Os meus pais escolheram	Único com andebol na zona	É o meu clube	Fui Convidado	Gosto do clube	Não Sabe
Por que escolheu este clube?							

	1	2
	Sim	Não
Já praticou andebol noutra clube?		

	1	2	3
	Sim	Não	Não Sabe
Pensa mudar de clube?			

	1	2	3	4	5	6
	Não gosta do clube	Não gosta dos(as) colegas	Não gosta do(da) treinador(a)	Joga pouco tempo	Quer jogar num clube melhor	Não Sabe
Se sim, porquê?						

	1	2	3	4	5	6	7
	Apoiar outros escalões nos jogos	Ajudar na organização dos jogos ou outros eventos	Dirigente desportivo	Oficial de Mesa	Treinador(a)	Outra	Nenhuma
Que outras atividades faz no clube?							

	1	2	3
	Sim	Não	Não sabe
Tem familiares que pratiquem ou tenham praticado andebol?			

	1	2	3	4	5	6	7
	Pai	Mãe	Irmãos	Avós	Tios	Primos	Outro
Se sim, quem?							

	1	2	3
	Sim	Não	Não sabe
Tem familiares que pratiquem ou tenham praticado outra modalidade?			

	1	2	3	4	5	6	7
	Pai	Mãe	Irmãos	Avós	Tios	Primos	Outro

Se sim, quem?							
---------------	--	--	--	--	--	--	--

	1	2	3	4	5	6	7	8
	Pai	Mãe	Irmão(a)	Outro familiar	Amigos(as)	Clube	Sozinho(a)	Outro
Quem o(a) transporta para os treinos?								

	1	2	3	4	5	6	7	8
	Pai	Mãe	Irmão(a)	Avós	Amigos(as)	Clube	Sozinho	Outro
Quem o(a) transporta para os jogos								

	1	2	3	4	5		7	8
	Futebol	Basquetebol	Voleibol	Hóquei em Patins	Futsal	Natação	Ginástica	Outra
Que modalidade?								

	1	2	3	4	5	6	7
	Pai	Mãe	Irmão(ã)	Avós	Amigos(as)	Outro	Ninguém
Quem assiste aos seus treinos?							

	1	2	3	4	5	6	7
	Pai	Mãe	Irmão(ã)	Avós	Amigos(as)	Outro	Ninguém
Quem assiste aos seus jogos?							

	1	2
	Sim	Não
Pratica mais algum desporto?		

	1	2	3	4	5	6	7	8
	Futebol	Basquetebol	Voleibol	Hóquei em Patins	Futsal	Natação	Ginástica	Outra
Que modalidade?								

Finalizar o questionário.

Agradecer a colaboração.

ANEXO 7

Consentimento Informado

Prezado(a) Encarregado(a) de Educação,

O meu nome é Carlos Santana e estou a realizar uma investigação como parte do meu projeto de doutoramento em Sociologia.

A minha pesquisa foca-se na análise dos motivos pelos quais os jovens escolhem a prática desportiva, com especial enfoque no andebol. Compreender as influências que levam os jovens a optar por esta modalidade desportiva é crucial para aprofundar o conhecimento sobre a relevância do desporto como veículo de integração social.

Neste sentido, pretendo aplicar questionários aos jovens que praticam andebol. Gostaria de salientar que a participação neste estudo é voluntária e que todos os dados recolhidos serão tratados com a máxima confidencialidade. Não serão solicitadas informações pessoais sensíveis, como nomes, moradas ou documentos de identificação.

Os principais objetivos deste questionário são:

1. Compreender os motivos que levaram os jovens a escolher a prática desportiva, especialmente o andebol.
2. Conhecer o enquadramento familiar dos jovens, as profissões dos pais e as respetivas habilitações escolares/académicas.

A sua colaboração é fundamental para o sucesso desta pesquisa. Os resultados obtidos contribuirão significativamente para o avanço do conhecimento na área da Sociologia.

Caso não concorde que o seu educando(a) participe neste estudo agradeço que informe o respetivo clube.

Se tiver alguma dúvida ou necessitar de mais informações, estou disponível para esclarecimentos adicionais através do seguinte e-mail: cagsa@iscte-iul.pt.

Atenciosamente,

Carlos Santana